ANAIS DA

VII MOSTRA
INTERDISCIPLINAR DE
LINGUAGENS E HERMENÊUTICA E

VI SEMINÁRIO
INTERNACIONAL DE TEORIA CRÍTICA
E ESTUDOS CULTURAIS E DESCOLONIAIS



PROMOÇÃO
PPC PSDS MESTRADO DOUTORADO

REALIZAÇÃO
Universidade de Cruz Alta

10, 11 e 12
DE JUNHO DE 2026
EVENTO ONLINE

Organização
Denise Tatiane Girardon dos Santos
Júlia Batista Braucks
Aline Mello da Costa

M916a Mostra Interdisciplinar de Linguagens e Hermenêutica (7. : 2026 : Cruz Alta, RS)

Anais [recurso eletrônico] da VII Mostra Interdisciplinar de Linguagens e Hermenêutica; VI Seminário Internacional de Teoria Crítica e Estudos Culturais e Descoloniais / Organizadoras: Denise Tatiane Girardon dos Santos; Julia Batista Braucks e Aline Mello da Costa. – Cruz Alta / RS: Unicruz, 2026.
1.655KB.

Realizado em Cruz Alta/RS, no período de 10 a 12 de junho de 2026 (Evento Online).
ISBN 978-65-88723-26-5.

1. Ensino - Seminário. 2. Pesquisa Seminário. 3. Extensão - Seminário. I. Santos, Denise Tatiane Girardon dos. II. Braucks, Julia Batista. III. Costa, Aline Mello da. IV. Programa de Pós-Graduação em Práticas Sociais e Desenvolvimento Social, Mestrado/Doutorado. V. Título.

CDU 37(063)

Catalogação: Bibliotecária Eliane Catarina Reck da Rosa CRB-10/2404

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **8**
LINGUAGEM, HERMENÊUTICA E PRÁTICAS DISCURSIVAS **11**
DISCURSO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA 12
Julia Batista Braucks 12
Roana Funke Goularte 12
João Guilherme Hofmeister Correa 12
Carla Rosane da Silva Tavares Alves 12
PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA LINGUAGEM SIMPLES: UMA MEDIDA À EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA 16
Mardioli da Silva 16
Roana Funke Goularte 16
Carla Rosane da Silva Tavares Alves 16
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO E A EVOLUÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO: A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA PROTEÇÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS E NA EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 20
Barbara Daiane Krammer Gartner 20
DISCURSO, CRÍTICA E ENSINO DE REDAÇÃO: UM DIAGNÓSTICO DAS DIFICULDADES NA PROVA DO ENEM 27
Tanara Lemes Schiefelbein 27
Antonio Escandiel de Souza 27
Ketlin Tainá Brondolt da Costa 27
Regiane Aparecida da Fontoura Martins Nascimento 27
Práticas Pedagógicas Complementares para a Redação 33
A CRIANÇA COMO SUJEITO DO DISCURSO: UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DE NORMAN FAIRCLOUGH 38
Ketlin Tainá Rodrigues Brondolt 38
Regiane Aparecida da Fontoura Martins do Nascimento 38
Vanessa Steigleder Neubauer 38
HISTÓRIAS QUE A HISTÓRIA CONTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ROMANCE HISTÓRICO O CONTINENTE II 43
Júlia Pavani Padilha 43
Joice Nara Rosa Silva 43
Carla Rosane da Silva Tavares Alves 43

LINGUAGEM, PODER E POLÍTICA 47
O ÍNDICE DE FUNCIONALIDADE BRASILEIRO E O MODELO BIOPSICOSSOCIAL NA POLÍTICA DE ACESSO AO DIREITO À APOSENTADORIA POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 48
Julia Batista Braucks 48
Dieli de Lima Vargas 48
Roana Funke Goularte 48
João Guilherme Hofmeister Correa 48
OS EFEITOS DO DIVORCIO NO COTIDIANO DOS FILHOS SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA JURÍDICA 54
Emanuelle Rodrigues Pereira 54
Rafaela Masserschmidt de Souza Sena 54
Roana Funke Goularte 54
REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS: PARTICIPAÇÃO SOCIAL, CIDADANIA E CONTROLE DEMOCRÁTICO NO PÓS-1988 59
Greice Lopes Cezar 59
Mara Andrea Kai Bellini 59
Solange Beatriz Billig Garces 59
Domingos Benedetti Rodrigues 59
KARL MARX E O MATERIALISMO HISTÓRICO: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 69
Claudio Everaldo dos Santos 69
Solange Beatriz Billig Garces 69
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS NORMATIVOS E DAS BARREIRAS ESTRUTURAIS À PARTICIPAÇÃO FEMININA 84
Barbara Daiane Krammer Gartner 84
PODER, FÉ E VIOLÊNCIA PRESENTES NA OBRA O CONTINENTE I: AS TESSITURAS POLÍTICAS, A HEGEMONIA DA IGREJA CATÓLICA E A CONDIÇÃO INDÍGENA 92
Rogério Garcia Neto 92
Carla Rosane da Silva Tavares Alves 92
LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA 97
MÃOS QUE BRILHAM: UMA PRÁTICA SOCIOCULTURAL QUE DEU CERTO 98
Daniela Ivana Aimi 98
Vanessa Steigleder Neubauer2 98
INFÂNCIA EM RISCO: A ADULTIZAÇÃO E OS LIMITES DA PROTEÇÃO LEGAL NO AMBIENTE VIRTUAL 108
Pedro Trindade Petersen 108

Laura Zimmermann de Souza 108
Bruna Trindade Petersen 108
Vanessa Steigleder Neubauer 108
CINEMA COMO PRÁTICA EDUCATIVA: A INCLUSÃO DE JOVENS DE BAIXA RENDA NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 114
Naican Costa Escobar 114
Natalia Hauenstein Eckert 114
UMA BREVE VIAGEM NA LÓGICA ARISTOTÉLICA 123
Rosita Diamantopoulos 123
Konstantinos Diamantopoulos Konstantinidis 123
Patricia Mariotto Mozzaquatro Chicon 123
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) COMO MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL 128
Angélica Hindersmann Rech 128
Denise Tatiane Girardon dos Santos 128
LINGUAGEM, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO HUMANO 138
DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR 139
Julia Giovana Mera da Silva 139
Sirlei de Lourdes Lauxen 139
LETRAMENTO DIGITAL, SOCIEDADE DE RISCO E SUSTENTABILIDADE DA PESSOA IDOSA 149
João Antônio da Silva Chicon 149
Denise Tatiane Girardon dos Santos 149
Domingos Benedetti Rodrigues 149
Claudia Maria Prudêncio de Mera 149
LETRAMENTO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA 155
João Antônio da Silva Chicon 155
Patricia Mariotto Mozzaquatro Chicon 155
Claudia Maria Prudêncio de Mera 155
OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL 162
Izabel Cristina Vieira Martins 162
Maicon Christian Martins dos Santos 162
Rodrigo de Rosso Krug 162
GEROTRANSCENDÊNCIA FEMININA, ESPIRITUALIDADE E ENVELHECIMENTO: CONSTRUÇÃO DE SENTIDO, IDENTIDADE E QUALIDADE DE VIDA NA VELHICE 166
Terezinha Marcia dos Santos Quevedo 166

Solange Beatriz Billig Garces 166
O BRINCAR E A RESSIGNIFICAÇÃO DAS RUAS COMO ESPAÇOS DE INFÂNCIA E CONVIVÊNCIA 176
Tatiane Marchesan 176
Carla Rosane da Silva Tavares Alves 176
Luciana de Lurdes de Oliveira da Silva 176
INTEGRAÇÃO ENTRE SABERES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: DESAFIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO 181
Maicon Christian Martins dos Santos 181
Izabel Cristina Vieira Martins 181
Claudia Maria Prudêncio de Mera 181
Denise Tatiane Girardon dos Santos 181
Domingos Benedetti Rodrigues 181
LINGUAGEM, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AMBIENTE CONSTRUÍDO 186
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO: FUNDAMENTOS PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA E CIDADÃ 187
Thiago Siqueira de Andrade 187
Domingos Benedetti Rodrigues 187
Denise Tatiane Girardon dos Santos 187
Vanessa Steigleder Neubauer 187
CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS: UMA ANÁLISE DO ODS 12 EM UM MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO SUL 193
Luana Santos Ribeiro 193
Henrique Antônio Hentges 193
Claudia Maria Prudêncio de Mera 193
Domingos Benedetti Rodrigues 193
ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA DE ACORDO COM O NOVO PLANO NACIONAL 208
Vaneza Lima dos Santos 208
Claudia Maria Prudencio de Mera 208
Vanessa de Campos Junges 208
REFLEXÕES ACERCA DA UBERIZAÇÃO DO TRABALHO SOB A PERSPECTIVA DE ANTUNES 214
Everton Silva Silveira 214
Vanessa de Campos Junges 214
Vaneza Lima dos Santos 214
Ranice Pozzer 214
ANÁLISE MICROCLIMÁTICA DE ÁREAS VERDES URBANAS: ESTUDO DE

TEMPERATURA E CONFORTO TÉRMICO NA PRAÇA GENERAL FIRMINO DE PAULA EM CRUZ ALTA/RS 220
Rafaela Basso Lima 220
Evelyn Jordana dos Santos Sampaio 220
Natalia Hauenstein Eckert 220
SOCIEDADE DE RISCO E OS CONFLITOS EM TORNO DOS SABERES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA 228
Thiago Bottecchia da Silva 228
Domingos Benedetti Rodrigues 228
Denise Tatiane Girardon dos Santos 228
Patricia Mariotto Mozzaquatro Chicon 228
LINGUAGEM, TEORIA CRÍTICA E ESTUDOS CULTURAIS E DESCOLONIAIS 236
A VELHICE COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA DA COLONIALIDADE EM O ÚLTIMO AZUL 237
Bruna Laís da Veiga Kazmirczuk 237
Mara Andréa Kai Bellini 237
Terezinha Márcia dos Santos Quevedo 237
Solange Beatriz Billig Garces 237
A ÉTICA PROTESTANTE E O PENSAMENTO CAPITALISTA NO CONTEXTO DE IBIRUBÁ - RS 253
Henrique Antônio Hentges 253
Luana Santos Ribeiro2 253
Domingos Benedetti Rodrigues3 253
Vanessa de Campos Junges 253
A ASCENSÃO DO MOVIMENTO REDPILL NO BRASIL E A DISSEMINAÇÃO DE DISCURSOS MISÓGINOS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS 259
Aline Mello da Costa 259
Luiza Gabrielle Borges Godoys 259
Vanessa Steigleder Neubauer 259
Denise Tatiane Girardon dos Santos 259
A OCULTAÇÃO PATRIMONIAL NO DIVÓRCIO À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA: MECANISMOS DE PROTEÇÃO À MEAÇÃO 264
João Pedro Lacerda Marques 264
Guilherme Morche Pott 264
Carlise Maria Zambra 264

APRESENTAÇÃO

O Simpósio Linguagens e Hermenêutica na Contemporaneidade assume o caráter da condição humana, linguisticamente, interpretada, enquanto possibilidade de compreensão e renovação do mundo comum, objetivando oferecer uma visão ampla das principais expressões hermenêuticas, numa perspectiva interdisciplinar; possibilitar espaço de discussão de variadas perspectivas linguísticas, enquanto compreensões do mundo contemporâneo e fomentar o debate científico em torno da constituição humana, por meio da relação entre hermenêutica e linguagens.

O Seminário Internacional de Teoria Crítica e Estudos Culturais e Descoloniais constitui uma instância de debate em relação à teoria tradicional, a partir de um aporte teórico que combina diferentes disciplinas, como a teoria social, a crítica literária, o cinema e a filosofia para analisar os fenômenos culturais em meio à diversidade da sociedade contemporânea. Reflete sobre elementos da monoculturalidade europeia, que tensiona e influencia os espaços urbanos e rurais na modernidade, e discute os princípios que, integrados à perspectiva da interculturalidade, orientam o desenvolvimento equitativo voltado à superação das desigualdades do ser, do poder e do saber produzidas entre as culturas, possibilitando o enfrentamento dos processos de raiz colonial que forjam identidades.

A Mostra Interdisciplinar de Linguagens e Hermenêutica está inserida na estrutura do evento, oportunizando condições para apresentação de pesquisas, de forma virtual, e para integração dos/as discentes e docentes das graduações e dos Programas de Pós-Graduação da Unicruz e de outras instituições. A Mostra é composta por seis Grupos Temáticos, quais sejam:

GT 1: Linguagem, Hermenêutica e Práticas Discursivas: Este grupo temático tem como objetivo explorar a relação entre a linguagem, a interpretação e a prática discursiva em diferentes contextos. Serão abordados temas como a contribuição da hermenêutica para a compreensão das práticas discursivas, a identificação dos valores e normas que orientam tais práticas, bem como, a avaliação da eficácia destas.

GT 2: Linguagem, Poder e Política: Este grupo temático tem o objetivo de abordar como a linguagem é utilizada como ferramenta de poder e como a política influencia a produção e a interpretação de discursos em diversos contextos. Serão discutidas questões como o papel da linguagem na promoção de mudanças sociais e políticas, as estratégias discursivas utilizadas para legitimar ou deslegitimar práticas e como a análise crítica pode revelar as relações de poder envolvidas nessas práticas.

GT 3: Linguagem, Educação e Formação Humana: Este grupo temático tem como objetivo explorar a influência da linguagem no processo de aprendizagem e formação humana em diferentes contextos, incluindo a educação formal e informal. Serão abordadas questões como o papel da linguagem na promoção da formação de indivíduos críticos e reflexivos, no desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas em diferentes contextos, e na promoção da inclusão e da diversidade nas práticas educativas.

GT 4: Linguagem, Saúde e Desenvolvimento Humano: Este grupo temático tem como objetivo explorar a relação entre a linguagem e a saúde em diferentes contextos, como a comunicação médica, a educação em saúde e a promoção de hábitos saudáveis. Serão abordados temas como o uso da linguagem para informar e conscientizar a população sobre questões de saúde pública, bem como, para promover a comunicação efetiva entre profissionais de saúde e pacientes, saúde e doença na contemporaneidade, atenção integral à saúde nos diversos ciclos da vida, trabalho e saúde, educação em saúde, redes, articulações e movimentos sociais em saúde, e políticas públicas e saúde e saúde pública e Sistema Único de Saúde.

GT 5: Linguagem, Desenvolvimento Sustentável e Ambiente Construído: Este grupo temático tem o objetivo de explorar a relação entre a linguagem, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Serão discutidos temas de como a linguagem se constitui em ferramenta de conscientização sobre questões ambientais, como a linguagem pode ser utilizada para promover mudanças comportamentais em relação ao meio ambiente e como a linguagem pode ser usada para incentivar práticas sustentáveis em diferentes contextos.

GT 6: Linguagem, Teoria Crítica e Estudos Culturais e Descoloniais: Este grupo temático explora como a linguagem é utilizada na construção de discursos críticos e como esses discursos são utilizados para desafiar as normas e valores dominantes, em diferentes contextos culturais e históricos. Os temas abordados incluem a utilização da linguagem como ferramenta para descolonizar o conhecimento e questionar o pensamento eurocêntrico, a promoção da diversidade cultural por meio da linguagem, o uso da linguagem para fomentar a justiça social e a igualdade, como a teoria crítica e os estudos culturais e descoloniais podem contribuir no entendimento da relação entre linguagem, cultura e sociedade, e a aplicação dessas abordagens para entender e transformar práticas discursivas em contextos diversos.

O formato dos trabalhos científicos foi o de resumo expandido e artigo científico. Os trabalhos recebidos foram submetidos à Comissão de Avaliação e aprovados mediante a observância dos critérios, contidos no Edital, a relevância da temática e a consistência conteudística e metodológica. Após a aprovação, com publicização prévia da listagem, os trabalhos foram apresentados, pelos/as seus/suas Autores/as, às Bancas de Avaliação, com observância à qualidade na exposição oral, ao domínio da temática e à apresentação dos resultados.

O evento, em última análise, busca atender os propósitos do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, que visa a formar pesquisadores/as e agentes sociais dotados/as de autonomia teórico-investigativa, para atuarem na pesquisa científica, na docência e nas organizações públicas e privadas, aptos/as a articular práticas socioculturais inovadoras de impacto social, econômico e ambiental, numa perspectiva interdisciplinar.

Denise Tatiane Girardon dos Santos
Júlia Batista Braucks
Aline Mello da Costa
Organização

LINGUAGEM, HERMENÊUTICA E PRÁTICAS DISCURSIVAS

DISCURSO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Julia Batista Braucks[1]
Roana Funke Goularte[2]
João Guilherme Hofmeister Correa[3]
Carla Rosane da Silva Tavares Alves[4]

Considerações iniciais

A linguagem é uma prática social que opera como um veículo de ideologias e atua como instrumento de mediação nas relações sociais existentes entre os indivíduos inseridos em uma estrutura social e se manifesta por meio do que conhecemos como discurso. O discurso é entendido como uma combinação de diversos elementos linguísticos que, ao serem utilizados pelos falantes na forma de frases e conjuntos de frases, têm a capacidade de revelar o que se passa no 'mundo interior' individual e atua como uma forma de agir sobre o mundo.

A linguagem, na forma de discurso, atua como um sistema social e, portanto, é impossível separá-la de questões ideológicas, visto que é um instrumento de poder. Em razão disso, os segmentos sociais tidos como dominantes tendem a ridicularizar a palavra daqueles que consideram como dominados, de forma que, a ideologia e a hegemonia estão conectadas aos discursos e às estruturas sociais (FIORIN, 1995). Desse modo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, o presente trabalho busca analisar de que modo a Análise de Discurso Crítica percebe o discurso, a ideologia e a hegemonia nas práticas sociais discursivas.

Resultados e discussões

Por meio do discurso, a linguagem é um modo de ação e de representação capaz de revelar identidades e relações sociais, assim como os sistemas de conhecimento e crença. Resende e Ramalho (2021) destacam que a relação entre discurso e estrutura social se dá de forma dialética, pois um é

[1] Doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail: juliabatistabraucksfreitas@gmail.com
[2] Doutora em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail: rgoularte@unicruz.edu.br
[3] Bacharel em Educação Física. Universidade de Cruz Alta. E-mail: joaoguilherme.hoff@gmail.com
[4] Doutora em Letras. Docente do PPGPSDS. Universidade de Cruz Alta. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

moldado/constituído pelo outro. Com isso, entende-se que a linguagem é o elemento constituinte da prática social e se manifesta por meio de atividades materiais que norteiam as relações sociais e o fenômeno mental.

Assim, é possível utilizar a Análise de Discurso Crítica (ADC) para identificar, compreender, estabelecer e transformar as relações e, ao direcionar a sua análise aos diversos discursos que compõem as relações sociais, ela desempenha um papel determinante na formação da estrutura social que, por sua vez é composta de crenças, valores, conhecimentos, percepções de mundo que compõem e caracterizam os indivíduos que convivem em sociedade. Diante disso, a ADC é um instrumento essencial, quando se pretende examinar as questões contemporâneas (racismo, violência, política, desigualdade de gênero, etc.) que envolvem as relações humanas e sociais (MAGALHÃES, 2011).

A ADC possibilita compreender o discurso e a forma como ele se apresenta nas práticas sociais, além de contribuir efetivamente no embasamento para o questionamento crítico da vida social e das relações de poder presentes nas diversas esferas sociais (FAIRCLOUGH, 2016). Por isso, as questões sociais contemporâneas e a forma como essas matérias expressam as relações de dominação, bem como as práticas discursivas revelam as formações ideológicas, que são objeto da atenção dos analistas críticos do discurso, pois consideram que a linguagem é um recurso utilizado para "[...] tanto estabelecer e sustentar relações de dominação quanto, ao contrário, para contestar e superar tais problemas" (VIEIRA, RESENDE, 2016, p. 15).

Portanto, a utilização da ADC habilita os pesquisadores a refletir, em suas pesquisas científicas, sob o viés da transformação social, além de fomentar o debate em prol de novas soluções para 'velhas problemáticas', isto, porque o discurso:

> [...] figura tanto como modo de ação, quanto como modo de representação; existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, entre a prática social e a estrutura social – a última é condição e efeito da primeira; também o discurso contribui para construir as chamadas 'identidades sociais' e 'posições de sujeito', as relações sociais entre as pessoas e os sistemas de conhecimento e crença (MARTINS, 2010, p. 35).

Além da preocupação com a inter-relação entre os discursos e a vida social, a ADC também busca conhecer o funcionamento e o papel dos discursos na transformação e/ou manutenção das relações de poder e das estruturas sociais. A partir do reconhecimento de que a sociedade é composta por múltiplas formas de pensar e agir, e por diversos costumes e crenças, entende-se que os discursos são veículos de manifestação da ideologia, que, de acordo com Fairclough (2016), é conceituada

como as significações e/ou construções da realidade (mundo físico, relações e identidade sociais, etc.) compostas por dimensões/formas/sentidos das práticas discursivas capazes de contribuir com a produção, reprodução, manutenção ou transformação das relações de dominação.

A ideologia é, portanto, um sistema de dominação que atua como ferramenta de poder e se manifesta de forma hegemônica, pois contribui para que sejam estabelecidas, reproduzidas e sustentadas as relações de dominação e uma ordem social piramidal, que favorece apenas os grupos e indivíduos que condizem com a característica de 'dominantes' (RESENDE E RAMALHO, 2021). A partir da perspectiva de que a ideologia é um instrumento de execução e manutenção do poder hegemônico, sendo instituído a partir das práticas discursivas, fica evidente a relação entre discurso, ideologia e hegemonia (ANDRADE, BONFIM E LIMA, 2022).

Essa relação pode ser percebida, primeiramente, quando se identifica a hegemonia e a luta hegemônica como uma espécie de prática discursiva, cujas inter-relações verbais ocorrem de forma dialética entre discurso e sociedade e, em seguida, ao perceber que a hegemonia de um grupo depende de dois fatores, sendo o primeiro a capacidade de gerar/criar uma prática discursiva; e o segundo a habilidade de propagar ordens discursivas aptas a sustentar a sua posição hegemônica (RESENDE E RAMALHO, 2021).

Essa esfera, composta pela relação entre discurso, ideologia e hegemonia dá-se a partir da naturalização dos discursos que são inseridos nas estruturas sociais, e que têm capacidade de manter ou transformar as estruturas e relações sociais. Segundo Fairclough (2016, p. 122), as ideologias presentes nas práticas discursivas:

> [...] são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de 'senso comum'; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência à 'transformação' aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas constituídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação.

Assim, entende-se que somente é possível que ocorra uma mudança social após a identificação e superação das relações assimétricas de poder que, por sua vez, somente ocorrem por meio de uma reflexão crítica da ideologia. As formulações apresentadas por Fairclough (2016) são arcabouços teóricos que permitem a interpretação da realidade, das mudanças discursivas e destacam o importante papel que a linguagem desempenha na construção de identidades sociais, considerando que o discurso, enquanto prática social, é capaz de produzir e transformar diversos contextos.

Considerações finais

O discurso, por ser composto de diversos elementos linguísticos, carregados de perspectivas individuais e coletivas, é um modo de representar os aspectos do mundo, seus processos, relações e estruturas. Com isso, discursos revelam diferentes perspectivas de mundo, pois estão relacionados às variadas relações existentes entre atores e estrutura social, essa percepção faz do discurso um instrumento que não apenas representa o mundo, mas que constitui, constrói e dá significado a ele.

Por ser capaz de revelar o mundo como é visto, percebido e representado, o discurso é uma forma de observar e refletir acerca de determinada realidade. Nessa perspectiva, tem-se que independente da estrutura observada, ela é composta por sujeitos falantes e pensantes, ou seja, sujeitos da linguagem, que atuam como agentes transformadores das práticas discursivas e, consequentemente, são os responsáveis pela ressignificação e reconfiguração de determinadas relações.

Referências

ANDRADE, A. P. H; BONFIM, M. A. L; LIMA, A. M. P. **Discurso e representação na mídia: uma análise de discurso crítica acerca dos sujeitos "invisíveis" no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil.** Revista Linguagem, v. 41, n. 1: p. 14-29, 2022.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2016.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia.** São Paulo, Ática, 1995.

MAGALHÃES, I. **Textos e práticas socioculturais: discursos, letramentos e identidades.** Revista Linha D'Água, v. 24, n. 2: p. 217-33, 2011. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v24i2p41-57

MARTINS, A. R. N. **Linguagem como prática social.** Revista Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 6, p. 31-43, 2010. DOI: https://doi.org/10.26512/les.v6i0.9309

VIEIRA, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para) crítica: o texto como material de pesquisa.** Campinas: Pontes, 2016.

PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA LINGUAGEM SIMPLES: UMA MEDIDA À EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA

Mardioli da Silva[5]
Roana Funke Goularte[6]
Carla Rosane da Silva Tavares Alves[7]

Considerações iniciais

A linguagem estrutura-se na materialização do pensamento, no compartilhamento de ideias, sendo sempre atual e um produto do passado histórico da humanidade, podendo ser compreendida como uma prática social, razão pela qual, nesta pesquisa, buscou-se o resgate de fundamentos da linguagem numa perspectiva sociocultural, para elucidação da investigação no âmbito da linguagem jurídica. Fairclough (2016) destaca que as noções ideológicas e políticas constituem o discurso da sociedade, a fim de comprovar que, algumas vezes, o sujeito pode ser induzido por marcas textuais e construir seu próprio pensamento.

O teórico ressalta, também, que a linguagem se constitui pelo discurso e o contexto assume uma postura primordial para a concretização dessa prática (FAIRCLOUGH, 2016, p. 117). Dessa maneira, os fundamentos da linguagem numa perspectiva sociocultural constituíram a base metodológica desta pesquisa, com o propósito de ancorar as discussões e reflexões no âmbito do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples. Para isso, as posições teóricas de Fairclough (2016) são essenciais, compreendendo-se que as noções ideológicas e políticas se expressam no discurso dos agentes sociais. Como afirma o teórico, a linguagem constitui-se pelo discurso, e o contexto assume uma postura fundamental para a realização dessa prática (FAIRCLOUGH, 2016).

A partir disso, o presente trabalho, vinculado ao projeto Pibic-CNPq/Unicruz, intitulado Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples: uma medida à efetividade do acesso à justiça, tem como objetivo refletir acerca do emprego da linguagem no âmbito jurídico como forma de expressão dos direitos e obrigações do cidadão. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa qualitativa pelos procedimentos bibliográfico e documental. Por fim, destaca-se que este trabalho está

[5] Graduanda em Direito. Universidade de Cruz Alta. E-mail: mardioli10000@gmail.com
[6] Doutora em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail: rgoularte@unicruz.edu.br
[7] Doutora em Letras. Universidade de Cruz Alta. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

vinculado ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Linguagens e Comunicação da Universidade de Cruz Alta (Gepelc/Unicruz).

Resultados e discussões

A falta de conhecimento ou a escassez de acesso a ele, quando analisados sob a perspectiva jurídica, revela que o cidadão brasileiro precisa superar diversos obstáculos para compreender o conteúdo que determinada lei apresenta, ou, ainda, quais efeitos uma sentença produz, visto que não possui mecanismos que possibilitem a interpretação do discurso jurídico. Por consequência, ele é excluído do meio judicial, conforme revela Bourdieu (2004, p. 225):

> A instituição de um espaço judicial implica na imposição de uma fronteira entre os que estão preparados para entrar no jogo e os que, quando nele se acham lançados, permanecem de fato dele excluídos, por não poderem operar a conversão de todo o espaço mental – e, em particular, de toda a postura linguística – que supõe a entrada neste espaço social.

Por consequência, verifica-se uma grave violação nos direitos dos cidadãos, pois a utilização de uma linguagem técnica e complexa, impossibilita que grande parte da população compreenda seus próprios direitos e a aplicação das leis. Ademais, a Constituição Federal de 1988, ao garantir os direitos à igualdade, ao contraditório e à ampla defesa, à educação e ao acesso à justiça, estabelece o dever de que o Estado assegure a todos, uma efetiva participação nos processos jurídicos. Porquanto, o artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal estabelece que:

> Art. 5º todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (BRASIL, 1988, s.p.).

O Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, por sua vez, objetiva a eliminação de barreiras linguísticas; a inclusão de pessoas com deficiência e a comunicação clara como parte do acesso à justiça. Assim, como justificativa, destaca a crítica ao uso desnecessário de termos técnicos e a necessidade de equilíbrio entre precisão jurídica e compreensão pública. Para tanto, em relação aos compromissos da Magistratura, destaca que os tribunais se comprometem a: simplificar a linguagem (evitar termos formais dispensáveis); ser concisos em documentos e pronunciamentos;

explicar o impacto das decisões na vida das pessoas; promover acessibilidade (Libras, Audiodescrição) e reduzir formalidades em eventos e protocolos.

Quando se reflete a respeito da linguagem jurídica é que se esbarra na barreira do acesso à justiça, pois, por meio de um linguajar pomposo e complexo, o discurso jurídico oral e/ou escrito impede que os reais receptores do texto o compreendam. Um ordenamento regado a juridiquês e dotado de termos rebuscados, tornam a justiça um meio de desigualdades e de inacesso às leis e seus significados. Neste sentido, Maia, Silva e Silva (2018, p. 137) entendem que:

> A linguagem só existe como realização social. Se um determinado texto não passa de um amontoado de termos técnicos e misturados a um vasto juridiquês, regado a rebuscamentos, o cidadão, que é o outro na ponte do diálogo, não existe, e desse modo a linguagem perde a razão de ser. Ao se escolher um vocabulário obsoleto e estereotipado para compor um texto jurídico, há uma correspondência com mecanismos de conservação, inclusive das desigualdades sociais que uma ordenação institucional sustenta, e levando-se em conta toda a discussão sobre participação democrática e cidadã, conclui-se que a linguagem jurídica – rebuscada, obsoleta, impregnada de arcaísmos e latinismos – não contempla os ideais constitucionais de igualdade e democracia, impactando, em grande medida, o acesso à Justiça.

É necessário reconhecer que o discurso jurídico exige uma linguagem estruturada, condizente aos padrões da norma culta, utilizando um texto livre de erros gramaticais, conciso, sem redundâncias e coerente. Porém é imprescindível que tal discurso atenda à função de comunicação entre os interlocutores, ou seja, que realize uma transmissão clara e inequívoca de ideias, interpretações e argumentos. A utilização da norma culta não impõe o uso de expressões desnecessariamente complicadas e rebuscadas, pois, na realidade, o texto deve ser de fácil compreensão para que os interlocutores (juiz, advogado, cidadão comum) não sejam afastados do real significado da mensagem (TRUBILHANO; HENRIQUES, 2021).

Por conseguinte, nota-se que o objetivo de toda comunicação jurídica, seja em peças processuais ou em manifestações orais, constitui-se como a garantia de que o destinatário da mensagem compreenda as ideias de forma clara e sem ambiguidade. Porquanto, a utilização da linguagem correta, adequada ao contexto, corrobora para que o discurso forense cumpra sua função primordial de informar e convencer, sem desfazer-se da clareza ou da precisão.

Considerações finais

Como demonstrado, a linguagem jurídica, em vez de promover a comunicação, frequentemente funciona como um mecanismo de exclusão, dificultando o entendimento dos direitos pelos cidadãos comuns e limitando sua participação nos processos judiciais. Essa prática viola diretamente os princípios constitucionais da igualdade, do contraditório e do acesso à justiça postulados na CF/88, art. 5º, XXXV. Diante desse cenário, o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples apresenta-se como uma medida transformadora, ao defender uma comunicação jurídica transparente, objetiva e inclusiva.

Porquanto, a simplificação de termos técnicos, a redução de formalismos excessivos e a garantia de acessibilidade são medidas fundamentais para tornar o direito mais democrático e próximo da realidade social. Assim, tal reformulação da linguagem jurídica não é meramente uma questão de clareza textual, mas uma necessidade democrática, pois, enquanto o Poder Judiciário mantiver um discurso hermético, perpetuará a desigualdade no acesso à justiça.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

MAIA, J. B.; SILVA, E. A.; SILVA, A. C. Q. **Impactos da (in)compreensão da linguagem forense e os desafios do acesso à justiça.** Revista Direito em Debate. Unijuí, v. 27, n. 50, jul/dez. 2018. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate. Acesso em 10 nov. 2024.

TRUBILHANO, F.; HENRIQUES, A. **Linguagem jurídica e argumentação: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO E A EVOLUÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO: A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA PROTEÇÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS E NA EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Barbara Daiane Krammer Gartner[8]

Resumo: O Direito de Família, com o passar dos anos e o avanço da sociedade, passou por diversas transformações, entre estas podemos destacar a perspectiva mais humanizada adotada pelo sistema, baseando-se na dignidade da pessoa humana, nos direitos fundamentais e na proteção dos grupos mais vulneráveis. Assim, podemos analisar que buscando essa promoção e efetivação das igualdades nas relações sociais, os direitos humanos influenciaram diretamente na interpretação das novas normas familiares. Entre os avanços mais relevantes, podemos destacar a proteção da mulher por meio da Lei Maria da Penha, que reconheceu a violência doméstica como violação aos direitos humanos, estabelecendo formas de proteção às vítimas. Também destacamos a proteção da pessoa idosa, com medidas voltadas a preservação de sua autonomia e ao combate aos abusos familiares, e os direitos da pessoa com deficiência, que priorizaram sua independência e inclusão social. Logo, é essencial salientar que o Estado, o poder Judiciário e o Ministério Público possuem papel essencial na garantia da dignidade humana e da igualdade material nas relações familiares contemporâneas.

Palavras-chave: Direito. Família. Humanização. Dignidade.

Considerações iniciais

O Direito de Família contemporâneo passou por profundas transformações ao longo das últimas décadas, acompanhando as mudanças sociais, culturais e jurídicas da sociedade. O modelo tradicional de família, anteriormente marcado por características patrimonialistas, hierarquizadas e centradas na autoridade, gradativamente passou a ser substituído por uma concepção mais humanizada, pautada na valorização da pessoa humana, na afetividade e na promoção da igualdade entre os membros da entidade familiar. Nesse contexto, a família deixou de ser compreendida apenas como uma instituição econômica e reprodutiva, passando a ocupar espaços de desenvolvimento da personalidade, proteção integral e concretização dos direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco essencial nesse processo de transformação ao estabelecer a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado

[8]Advogada. Pós-graduada em Direito Público pela LEGALLE Educacional. Pós-graduanda em Direito das Mulheres pela I9 Educação. E-mail: barbaragartner33@gmail.com.

Democrático de Direito. A partir da constitucionalização do Direito Civil, especialmente do Direito de Família, os princípios constitucionais passaram a orientar a interpretação das normas privadas, ampliando a proteção jurídica das relações familiares e reforçando a necessidade de tutela dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Assim, temas relacionados à igualdade de gênero, proteção da pessoa idosa, inclusão da pessoa com deficiência e combate às diversas formas de violência passaram a ocupar posição central no ordenamento jurídico brasileiro.

Além da influência constitucional, os tratados internacionais de direitos humanos também contribuíram significativamente para a evolução do Direito de Família. Convenções internacionais voltadas à proteção das mulheres, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas fortaleceram a criação de legislações específicas no Brasil, promovendo mecanismos de proteção mais efetivos e alinhados aos princípios da dignidade humana e da igualdade material. Nesse cenário, destaca-se a Lei Maria da Penha, responsável por reconhecer a violência doméstica como uma grave violação aos direitos humanos, bem como o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que ampliaram a proteção jurídica e a autonomia desses sujeitos.

Diante dessas transformações, percebe-se que o Direito de Família contemporâneo exige uma interpretação mais sensível às dinâmicas sociais e às necessidades individuais, ultrapassando a aplicação estritamente formal da lei. A atuação do Estado, do Poder Judiciário e das demais instituições de proteção torna-se fundamental para garantir a efetividade dos direitos fundamentais no âmbito familiar, especialmente em situações que envolvem vulnerabilidade, violência ou exclusão social.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a influência dos direitos humanos e dos chamados novos direitos no Direito de Família contemporâneo, destacando a importância da proteção jurídica destinada às mulheres, às pessoas idosas e às pessoas com deficiência. Busca-se compreender como a legislação, a doutrina e a jurisprudência vêm contribuindo para a concretização da dignidade da pessoa humana e para a promoção de relações familiares mais igualitárias, inclusivas e compatíveis com os valores constitucionais atuais.

Desenvolvimento

A evolução do Direito de Família contemporâneo é marcada pela transição de um modelo patrimonialista para uma visão humanista, focada na dignidade da pessoa humana e na proteção de

grupos em situação de vulnerabilidade. Este cenário é impulsionado pelo surgimento dos chamados Novos Direitos, que encontram suporte em tratados internacionais e legislações específicas que buscam mitigar desigualdades históricas. Nesse sentido, destacam Bonifácio e Silva (2012, p. 162).

> Denota-se que, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana provocou uma verdadeira mudança na interpretação e na percepção da validade das normas infraconstitucionais, notadamente, àquelas concernentes ao Direito Privado, especificamente, ao Direito Civil. Nesta perspectiva, faz-se oportuna a análise, através do método histórico-evolutivo e, bem como, do método exegético jurídico, da mudança de paradigma na compreensão da repercussão do Princípio da Dignidade Humana, com vistas à percepção sobre os desafios da concretização dos princípios estruturantes do Direito de Família contemporâneo. Verifica-se que, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana encerra as dimensões ontológica, social, histórico-cultural, bem como a dimensão dúplice, negativa e prestacional da dignidade humana. Portanto, desse princípio surge à obrigatoriedade da efetividade dos direitos fundamentais, nos quais se inserem os direitos da personalidade. É nesse cenário jurídico, que o Direito de Família deve ser interpretado, no sentido da eficácia direta ou eficácia absoluta dos direitos fundamentais no âmbito do Direito Privado e entre particulares, afinal o raciocínio o não poderia ser outro, em face da força normativa da Constituição.

Nesse mesmo sentido, Mattei (2022, p. 283), destaca que os direitos humanos são garantias protegidas internacionalmente por tratados e declarações entre os Estados, abrangendo direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, com proteção realizada tanto pelo sistema global quanto pelos sistemas regionais, como o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, do qual o Brasil faz parte, vejamos:

> Os direitos humanos são definidos como direitos garantidos no plano jurídico internacional e, por isso, intrinsecamente ligados ao Direito Internacional Público. As normas internacionais são veiculadas, em regra, por meio de declarações ou tratados celebrados entre os Estados, abarcando as mais diversas espécies de temas: direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais etc. No atual cenário, a proteção se dá tanto pelo sistema global de direitos humanos, também denominado de sistema "onusiano" (porque pertencente à Organização das Nações Unidas), quanto pelos sistemas regionais: europeu, africano e interamericano, este último do qual o Brasil faz parte.

Entre os pilares dessa transformação, destacam-se a proteção à mulher contra a violência de gênero, a garantia da dignidade da pessoa idosa e a consolidação da autonomia da pessoa com deficiência. Tais avanços não apenas alteram a interpretação das normas vigentes, mas impõem ao operador do direito uma visão multidisciplinar e sensível às dinâmicas sociais modernas. Nesse sentido, destaca Schmaltz et al (2025, p.4895).

> A segurança jurídica, compreendida aqui como características sociais, constitui-principal pilar do Estado Democrático de Direito e elemento indispensável à tutela dos direitos fundamentais, à estabilidade das relações sociais e à promoção da justiça. [...] A busca permanente pelo equilíbrio entre estabilidade e flexibilidade normativa surge como requisito para a segurança jurídica contemporânea, garantindo a confiança dos cidadãos, a aplicação efetiva da justiça e a resposta adequada às demandas sociais. A participação conjunta e comprometida de legisladores, judiciário, academia e sociedade é necessária para a manutenção e aprimoramento contínuo da segurança jurídica, garantindo que o direito seja instrumento eficaz de justiça e desenvolvimento social.

No âmbito da proteção à mulher, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) consolidou as diretrizes da Convenção CEDAW[9] e da Convenção de Belém do Pará[10], reconhecendo a violência doméstica como uma violação aos direitos humanos. A compreensão do Ciclo da Violência, descrito por Lenore Walker, permite identificar que a agressão não é um fato isolado, mas um processo que perpassa o aumento da tensão, a explosão da violência e a fase de reconciliação. Juridicamente, a norma expandiu a competência protetiva para abranger relações íntimas de afeto e o âmbito doméstico, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero da vítima. Além disso, instituiu mecanismos eficazes como as Medidas Protetivas de Urgência, o Formulário de Avaliação de Risco e a garantia de assistência judiciária gratuita, assegurando ainda o direito à indenização por danos morais em caráter presumido conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Paralelamente, o envelhecimento populacional trouxe ao centro do debate o Estatuto da Pessoa Idosa. A legislação busca preservar a autonomia do idoso, combatendo abusos físicos, psicológicos e financeiros, muitas vezes perpetrados pelo próprio núcleo familiar, o envelhecimento da população se deu em razão das melhorias nas condições sociais e de saneamento, fazendo com que a população envelheça de forma mais saudável, e consequentemente atinja maiores idades comparado com décadas passadas, segundo Nasri (2008, p.02).

> Ao contrário do que se imagina comumente, o processo de envelhecimento populacional resulta do declínio da fecundidade e não do declínio da mortalidade. Uma população torna-se mais idosa à medida que aumenta a proporção de indivíduos idosos e diminui a proporção de indivíduos mais jovens, ou seja, para que uma determinada população envelheça, é necessário haver também uma menor taxa de fecundidade. A transição demográfica originou-

[9] Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher- Organização Das Nações Unidas (ONU), entrou em vigor em 03.09.1981. Assinada pelo Brasil, com reservas, em 31.03.1981 e ratificada, com reservas, em 01.02.1984, entrou em vigor em nosso país em 02.03.1984. Em 22.06.1994 foi ratificada, sem reservas. Texto publicado no Diário do Congresso Nacional em 23.06.1994

[10] Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher "Convenção de Belém do Pará" (1994) - Adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.

> se na Europa e seu primeiro fenômeno foi a diminuição da fecundidade, observada na Revolução Industrial, fato este anterior ao aparecimento da pílula anticoncepcional. O aumento na expectativa de vida ocorreu de modo insidioso e lento e foi possível graças às melhores condições sociais e de saneamento, além do uso de antibióticos e de vacinas.

Questões como a aplicação analógica da Lei de Alienação Parental para proteger o convívio familiar do idoso e a flexibilização do regime de separação obrigatória de bens aos 70 anos demonstram a intenção de proteger sem cercear a liberdade individual. No campo assistencial, o Direito de Família reforça a obrigação alimentar subsidiária e complementar dos parentes, enquanto o Estatuto garante prioridade especial aos maiores de 80 anos e veda reajustes abusivos em planos de saúde. Complementando esse sistema de proteção, o Estatuto da Pessoa com Deficiência promoveu uma reforma estrutural na Teoria das Incapacidades, desatrelando a deficiência da incapacidade civil e priorizando a Tomada de Decisão Apoiada em vez da curatela, que passou a ser medida excepcional e restrita a atos patrimoniais.

O reconhecimento da autonomia desses sujeitos, aliado a uma rede de proteção estatal e jurisdicional robusta, é essencial para que a igualdade formal se transforme em igualdade material. Assim, o papel das instituições, como o Ministério Público e o Judiciário, torna-se fundamental na fiscalização e na aplicação dessas normas para garantir que a dignidade da pessoa humana prevaleça sobre estruturas familiares historicamente opressivas ou negligentes.

Considerações finais

Diante de todo o exposto, percebe-se que o Direito de Família passou por importantes transformações ao longo do tempo, deixando de possuir uma visão exclusivamente patrimonial para adotar uma perspectiva mais voltada à proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais. A família contemporânea passou a ser compreendida como um espaço de afeto, respeito, proteção e desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, exigindo uma atuação mais sensível do Direito diante das novas demandas sociais.

Nesse contexto, os direitos humanos possuem papel fundamental na interpretação e aplicação das normas familiares, especialmente na proteção dos grupos em situação de vulnerabilidade. A proteção da mulher por meio da Lei Maria da Penha, a valorização da autonomia da pessoa idosa e os avanços promovidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência demonstram a preocupação do ordenamento jurídico em garantir maior igualdade, inclusão e proteção dentro das relações familiares.

Além disso, verifica-se que a atuação do Estado, do Poder Judiciário e do Ministério Público é essencial para assegurar a efetividade desses direitos, principalmente diante de situações de violência, negligência e exclusão social. Mais do que aplicar a lei de maneira formal, torna-se necessário interpretar o Direito de Família à luz dos princípios constitucionais e das necessidades sociais atuais.

Assim, conclui-se que o Direito de Família contemporâneo deve estar constantemente alinhado aos direitos humanos e à proteção da dignidade da pessoa humana, buscando construir relações familiares mais igualitárias, inclusivas e compatíveis com os valores constitucionais presentes na sociedade atual.

Referências

BONIFÁCIO, Artur Corte. SILVA, Aurélia Carla Queiroga Da. **Repercussão da dignidade da pessoa humana e os desafios da concretização dos princípios estruturantes do direito de família contemporâneo**. DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA - ANO 6, Nº19, P.160-187,ABR./JUN.2012. Disponível em: https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/317/553. Acesso em 14 maio 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 maio 2026.

MATTEI, Maria Clara. **Os direitos humanos e o papel do Ministério Público na realização do controle de convencionalidade no Direito brasileiro.** Boletim Científico ESMPU, Brasília, ano 21 – n. 58, jan./jun. 2022. p. 283. Disponível em: https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/download/422/437/1074. Acesso em 15 maio 2026.

NASRI, Fabio. **O envelhecimento populacional no Brasil The aging population in Brazil. Demografi a e epidemiologia do envelhecimento**. Einstein. 2008; 6 (Supl 1):S4-S6. Disponivel em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/46617649/envelhecimento_popu-libre.pdf?1466347327=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDemografi_a_e_epidemiologia_do_envelheci.pdf&Expires=1778791598&Signature=YhwSE5xnkWzIRo5cunB0IRhK6ngch0Kv~28J2Bi-mvJAbQUGP~xLS9gdraqqCoRUAw7lwab0TkvnJXhCMDpXAFR4YSMDNAyAAyGNrPtKWr4Q2jj~DAHphdtfL-oKyb-Z~soD9YuZ9RbBfm3t2z7DPlUsIqXfDMw7jBFMRCMdAwVF~IrP-WjuQ6T35eYB5gq5kn535I09q1I29bBUT4Xza0CpcZwOoDcdLmZqLhpwCfy4bxbYrakC5RVhuD5seG81wVTB0JceNrqvE-E6yZxrN7QALD7lfxbjS9dfwhhPxo2UMdwv5ujKvSGnk1ZVK5Klg7MZTvp0Tbpfp9M58QVS2Q__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 14 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher "Convenção de Belém do Pará" (1994). Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencaobelem1994.pdf. Acesso em: 21 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf Acesso em: 21 maio 2026.

SCHMALTZ, Suelene Gomes de Castro. SILVA, Agamenon Gomes da. SOUZA, Ivo Oliveira Coelho de. REIS, Moizes Bento dos. VASCONCELOS, Patrícia Nobre de. **DIREITO E SEGURANÇA JURÍDICA: UMA ANÁLISE DO FENÔMENO SOCIAL**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 11, n.10, out. 2025.ISSN: 2675-3375. Disponível em https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21592/13383. Acesso em 22 maio 2026.

DISCURSO, CRÍTICA E ENSINO DE REDAÇÃO: UM DIAGNÓSTICO DAS DIFICULDADES NA PROVA DO ENEM

Tanara Lemes Schiefelbein
Antonio Escandiel de Souza
Ketlin Tainá Brondolt da Costa
Regiane Aparecida da Fontoura Martins Nascimento

Resumo: Esta investigação foi baseada em análise de dados bibliográficos e documentais com o objetivo de identificar as principais dificuldades de escrita dos alunos nas redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dessa forma, optou-se por análise das cinco competências que devem ser seguidas para que o texto dissertativo argumentativo produzido pelos envolvidos obtenha nota mil. Sendo assim, os principais obstáculos encontrados pelos alunos são a falta de exatidão e detalhe, encadeamento lógico e consistência de ideias, a escassez de bagagem cultural e a ausência de um pensamento crítico bem desenvolvido. De modo que, a Análise do Discurso Crítico (ADC) ao tratar a linguagem como prática social, possibilita um diagnóstico dos textos ponderando as circunstâncias, as quais o texto foi escrito. Tal abordagem favorece o entendimento de diferentes possibilidades linguísticas dos alunos, refinando a proficiência comunicativa. A relevância desta pesquisa apoia-se no mérito de métodos complementares, a partir do encorajamento à leitura e avaliação por outros especialistas da mesma área, somado a análise da maneira que as temáticas das redações induzem a produção escrita dos candidatos. O estudo evidenciou como o debate mais aprofundado pode envolver diferentes opiniões, tornando-se elementar para a elaboração de um texto dissertativo argumentativo, onde o repertório obrigatório solicitado pelo exame, não obstante procure a inclusão, pode fortalecer a injustiça social. Sendo assim as a Análise Crítica do Discurso (ADC) é um instrumento significativo e imprescindível para a formação de leitores e escritores críticos, pois são capazes de se posicionar a respeito de interação social e refletir criticamente e consciente nos seus textos.

Palavras-chave: Análise do Discurso Crítico. ENEM. Ensino de Redação.

Considerações Iniciais

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mais especificamente a prova de redação, é desafiador para os estudantes em virtude de que exige várias habilidades, como a capacidade de dominar a forma padrão da língua portuguesa somado a um repertório sociocultural amplo e diversificado aliados a um potencial de argumentação crítica e consciente. Ainda assim, a preparação para o exame, frequentemente, foca em modelos prontos ou fórmulas, negligenciando o processo que todo estudante deveria passar para desenvolver um pensamento crítico autêntico, o que no desenrolar

das ações favoreceriam uma escrita genuína.

Este trabalho, baseado na Análise Crítica do Discurso (ACD), busca investigar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos do Ensino Médio na redação do ENEM. Para isso, será analisada a complexidade do texto dissertativo-argumentativo, detalhando as cinco competências avaliadas e debatendo como a exigência de repertório pode, ironicamente, fortalecer desigualdades sociais. Além disso, a pesquisa propõe a ACD como uma ferramenta valiosa para o ensino de redação, capaz de formar não apenas redatores, mas leitores e escritores críticos que compreendem a linguagem como uma prática social e podem se posicionar de forma mais consciente em seus textos. Por fim, serão apresentadas estratégias pedagógicas complementares, como o estímulo à leitura e a revisão por pares, para promover uma aprendizagem mais significativa e completa.

O Ensino de Redação e as Dificuldades na Escrita

A escrita de redações no Ensino Médio é essencial para o desenvolvimento acadêmico, principalmente por causa de exames importantes como o ENEM. Contudo, a produção de textos dissertativo-argumentativos eficazes, continua sendo um desafio para muitos estudantes, algo que reflete as condições históricas, sociais e culturais que influenciam a educação.

As dificuldades dos alunos não se limitam à técnica de escrita, também incluem a organização das ideias, a construção de argumentos e a falta de repertório cultural, o que prejudica a produção de um texto mais coerente e reflexivo. Uma das maiores dificuldades é a estruturação do texto, ou seja, a organização lógica e coesa das ideias. Segundo Koch (2006), a escrita vai além da gramática, envolvendo a organização das ideias e a construção de um raciocínio lógico, competências que requerem prática regular e uma orientação pedagógica adequada.

A construção de argumentos sólidos é um grande desafio para os estudantes, à medida que para obter resultados positivos, é preciso ir além do verniz, elaborando uma tese justificando com evidências consistentes e um raciocínio sólido. A falta de leitura e de atividades que estimulem o pensamento crítico dificulta a habilidade de argumentar e aprofundar a análise. Como resultado, muitos alunos se limitam a apresentar informações de forma rasa, sem aprofundar a análise. Essa dificuldade é mais acentuada em contextos sociais vulneráveis, onde o acesso à formação literária e a debates críticos é limitado.

Ao ensinar redação o professor tem a responsabilidade de entender as necessidades dos

alunos, bem como, o desafio de ir além do processo de identificar e corrigir erros de grafia em um texto, buscando novas abordagens, as quais promovam a escrita criativa sempre relacionada ao pensamento crítico. Atuando como incentivador de leituras e mediador no sentido de promover a escrita autônoma e posicionada.

Corrêa (2004) salienta a natureza heterogênea da escrita, evidenciando a necessidade de entender o texto escrito pelos alunos como uma abordagem interativa, contrariando o processo de construção acabado. Seus resultados presumem que no afinco de criar seus textos para exames, os escritores empenham-se para se adequar às normas institucionalizadas ou o que se supõe para a sua escrita conforme (CORRÊA, 2004, p. 61).

O aluno ao produzir texto no contexto escolar, procura adequar a sua redação ao "código institucionalizado", em outras palavras, projetam o repertório baseados na expectativa da escola e do professor. Ademais, examinando as práticas do cotidiano escolar, em específico as produções textuais, Leal sugerem esse processo de pensamento a pouco traçado por Corrêa:

> Assim, o que é dito pelos aprendizes encontra-se sustentado no que imaginam que os professores pensam deles, no que acreditam que os professores pensam sobre o assunto, no que imaginam que a escola deseja que eles digam e deles espera obter, nos efeitos que buscam alcançar escrevendo de determinada forma, dentre outros fatores (LEAL, 2005, p. 61).

Fundamentado nos autores Correa, Leal e Signorini, a base teórica do estudo argumenta que a escrita do aluno não deve ser vista como um produto isolado, mas sim como um processo dialógico. Dessa forma, quando os alunos produzem seus textos para provas externas como enem e ou vestibulares, projetam a sua escrita de acordo com um "código institucionalizado", em outras palavras, de forma que vá ao encontro do que foi ensinado nas escolas com seus professores. Em contrapartida, a Escola ao "escolarizar", os gêneros textuais, frequentemente oas produções se tornam artificiais e procedimentais, condicionando a escrita a algo desvinculado das práticas sociais. Reforçando a ideia de uma única língua, deixando de lado a capacidade individual que cada um tem a patir da diversidade que cada um carrega. No entanto, mesmo que o aluno siga um modelo unificado, seus textos são híbridos, ao passo que refletem diferentes linguagens, as quais transitam dentro e fora da escola.

A redação é um gênero discursivo em constante tensão e conflito, porque ela dialoga entre o

modelo procedimental e outras linguagens sociais, tornando-se uma arena discursiva, enquanto o estilo do aluno e a escrita manifestam a presença de várias vozes, ou discursos sociais e ideológicos· Em suma, a escrita do aluno é um campo de disputa entre as exigências da norma escolar e a riqueza do plurilinguismo social, evidenciando que mesmo em um contexto formal, a linguagem é sempre permeada por diversas vozes e usos.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a Redação Dissertativo-Argumentativa

Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2025) o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído em 1998 para avaliar o desempenho dos alunos ao final da educação básica. A partir de 2009, ele se tornou a principal forma de ingresso no ensino superior, sendo utilizado no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), no Programa Universidade para Todos (ProUni) e em universidades portuguesas de acordo com o Inep.

As notas do Enem também permitem acesso a programas de financiamento estudantil, como o Fies (Fundo de financiamento estudantil), e servem para gerar indicadores educacionais. Sendo assim qualquer pessoa que já terminou ou está terminando o ensino médio pode fazer a prova e aqueles que ainda não concluíram a etapa podem participar como "treineiros" para autoavaliação (Brasil 2025).

De acordo com o inep, o exame é aplicado em dois dias, composto por 180 questões objetivas divididas em quatro áreas do conhecimento e uma redação, a qual exige um texto dissertativo-argumentativo, onde os participantes são avaliados a partir de uma situação-problema.

A prova de redação exige do candidato a produção de um texto dissertativo argumentativo, conforme a norma padrão da língua portuguesa, sobre um tema de ordem social, científico, cultural ou político. Os aspectos a ser avaliados são todos relacionados as incompetências, as quais estima-se que foram desenvolvidas durante o percurso da sua formação básica. A redação depreende-se que o aluno defenda um ponto de vista, baseado em argumentos consistentes a respeito do tema apresentado, ademais, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Com esse propósito, a seleção, a organização e a relação de forma conexa dos argumentos são imprescindíveis para defesa do ponto de vista. A proposta de intervenção social deverá ser apresentada no desenvolvimento do texto, de maneira clara e detalhada, lendo em consideração o respeito aos direitos humanos. Já que essa determinação está na Matriz de Referência da redação do

Enem.

A redação do Enem supera a missão de uma simples avaliação, evidenciando o destaque como a única prova de produção textual em uma totalidade de 180 questões objetivas, atribuindo-lhe como posição de ônus e um compromisso sem igual, distintos das demais áreas do conhecimento. que avaliam a capacidade de selecionar a resposta correta entre opções pré-definidas. Na qual a redação impõem ao estudante a construção de um texto inteiro, partindo do zero, utilizando sua capacidade dialética, organização a forma como as ideias são arranjadas ou colocadas em ordem e domínio da norma-padrão da língua portuguesa. A suma importância da redação para definição do resultado final do exame, elevando a uma posição de destaque, dado que a pontuação que pode chegar a 1000 pontos, e podendo influenciar radicalmente o resultado geral do candidato, fornecendo constantemente condições essenciais na aprovação ou reprovação em cursos de alta procura. Essa peculiaridade se torna uma condição de "porta de entrada" para a universidade, confirmando o bom desenvolvimento da preparação do estudante (Inep. 2025).

Sendo assim, o gênero dissertativo-argumentativo, devido a sua competência de ser um divisor de águas na jornada acadêmica dos participantes, revelando um papel fundamental e estratégico no universo do Enem. Sua relevância não se limita à avaliação, mas se expandi a esfera da pressão pedagógica e social, fundamentando na atenção total de professores e alunos em sua evolução.

As redações de anos anteriores que obtiveram nota 1000 servem como referencial, onde constatou-se que houve uma redução na quantidade de textos com essa pontuação a cada edição da prova, revelando alguns elementos que acarretam essa transição como maior rigidez por parte dos corretores na avaliação, sendo que as mudanças nos critérios se devem a discrepância de notas entre os avaliadores e a ascenção de destaque midiático dos resultados que os candidatos obtiveram. Conforme bem salienta Bertucci (2021), enquanto em 2013 foram 481, em 2015 houve a redução desse número para 104 e, em 2019, apenas 53 redações obtiveram pontuação máxima no Enem. De acordo com Felpi (2023), na edição de 2022, 32 participantes obtiveram nota mil;[2] dessas redações, o autor conseguiu reunir 27 para compor sua obra Cartilha redação a mil 5.0.

A redações foram analisadas conforme o artigo produzido por Ademir Juvêncio da Silva, pautada por uma pesquisa descritiva e interpretativa em função da necessidade da observação e reflexão acerca dos fenômenos presentes nos documentos analisados, elencando argumentos em

aportes conceituais habilitados a determinar as investigações feitas sobre essa pesquisa relativa aos gêneros textuais envolvidos para elaborar repertório sociocultural em redações nota mil no Enem, edição de 2022. Desse modo, com a propriedade da Cartilha Redação 5.0, resultou-se à leitura dos textos, a fim de analisar o repertório de cada parágrafo conforme o repertório sociocultural fértil, compreendendo-se a Cartilha do Enem 2023.

A Análise Crítica do Discurso (Acd) como Ferramenta de Análise e Ensino

A Análise do Crítica do Discurso (ACD) é uma sistemática, a qual estuda o discurso a fim de entender a realidade social, dessa forma, modificá-la. Entende-se esse tipo de abordagem baseada em uma visão realista, que deduz um contexto estratificado estando o pesquisador restrito.(Gouveia, 2013, p. 1060).

A concepção se diferencia a partir de uma distinção entre discurso (no singular) e discursos (no plural). A linguagem é entendido como uma prática social ampla, na qual a linguagem se manifesta através de ideologias e relações de poder. Já os discursos são os elementos ou as formas mais individualizadas dessa prática.(Fairclough, 2003, p. 15).

Para a pesquisa, a ACD emprega a ideia de instruções do discurso, que se fragmentação em três concepções: apresenta (disposições), expressivo (métodos de simbolizar) e concebível (procedimento). Esses instrumentos admitem que o cientista analise o contexto linguístico e suas ligações com o sistema social, com o propósito final de sugerir transformações para a sociedade. (Fairclough 2003).

O ato de ensinar vai além da simples exposição do conteúdo, e sim consiste em adequar uma metodologia que permita ao aluno organizar seu próprio conhecimento. De que forma se desenrola essa construção, essencialmente, recorrendo ao estudo conduzido pelo professor, à medida que é determinante perceber o comportamento do docente frente ao método,“em relação ao ato de pesquisar e ao modo como o aluno se percebe nesse processo de construção” (FRISON, 2002, p.144), compreendendo de que forma ocorre a pesquisa no cotidiano da sala de aula.

Segundo Serafini a Escola não está empenhada em ensinar redação partindo de pesquisas apropriadas de técnicas de base, visto que requer um trabalho complexo de seleção de informações, e as pesquisas acabam sendo inúteis, devido a desinteresse de alunos e falta de condições para os

professores. Dessa forma a autora orienta que a viabilidade da pesquisa deve ser feita de maneira simplificada.(2003, p.195). Dessa forma, a participação do professor como sujeito que participa de todo o processo passa a ser uma referência ao aluno, que vai contemplá-lo como orientador que caminha ao seu lado, dando a possibilidade-lhe tornar-se um leitor crítico.

De acordo com Frison, uma parte significativa do processo crítico do discurso decorre da motivação de ambas as parte do processo possibilitando ao aluno, incluir-se ou não como cidadão na vida social da comunidade em que vive, e não se limitar ao mero ensino do conteúdo, à instrução ou treinamento do aluno para desenvolver os requisitos pretendidos por qualquer instituição educacional (2002, p. 146).

A pesquisa é concebida como uma técnica metodológica imprescindível para a prática de ensino, pois possibilita o senso crítico e a capacidade de intervir na realidade, além de aperfeiçoar as habilidades de leitura e escrita. Embora seja uma alternativa para uma educação emancipadora, não é um processo fácil, podendo causar questionamentos.

> é salutar quando reforça no aluno o desejo de aprender, de buscar as respostas, de ir às fontes, visando ao reforço da argumentação. É, neste sentido, que o diálogo deve ser entendido, não como um pingue-pongue de palavras sem sentidos, mas como uma troca de interpretações elaboradas (ALMEIDA, 2002, p. 250)

A construção da autonomia do aluno é um processo contínuo de elaboração do próprio conhecimento, em que ele se torna o agente principal. Esse processo é impulsionado pelo questionamento, que pode surgir da curiosidade do estudante ou ser estimulado pelo professor através de discussões e trabalhos em grupo.

Práticas Pedagógicas Complementares para a Redação

A escrita de textual deve ter um objetivo e uma finalidade clara para o estudante, o qual tem a necessidade de perceber a escrita como uma imprescindível, relacionada a uma condição sócio-histórica, não somente como mais uma incumbência escolar para aprovação.Uma vez determinado a intenção do texto, e a próxima etapa é considerar o interlocutor, ou seja, a pessoa com quem o autor irá dialogar. Segundo Bakhtin (2006), esse "outro" pode ser visto em perspectivas que variam entre o verdadeiro, o virtual e o superior.

A prática pedagógica da escrita deve levar em conta três tipos de interlocutores. O interlocutor

real é o professor, que atua como mediador durante todo o processo de escrita. O interlocutor virtual é o leitor que o aluno idealiza ao produzir o texto. Por fim, o interlocutor superior representa instituições que impõem padrões e regras, como em um vestibular, influenciando o modo como o aluno escreve.

Para que a escrita seja verdadeiramente eficaz, a ação pedagógica deve priorizar a interlocução e o acesso do aluno a diferentes gêneros e suportes de texto (como cartolinas, jornais ou telas). Quanto maior o contato e a interação com diferentes linguagens e contextos sociais, mais o aluno será capaz de compreender, analisar e produzir textos, exercitando sua capacidade crítica e refletindo sobre o uso da linguagem oral e escrita em diversas situações.

Considerações Finais

Essa pesquisa abordou uma visão crítica a respeito da produção textual exigida na prova de avaliação do ENEM, destacando que os obstáculos que fazem os alunos se frustrarem, ultrapassam questões normativas da língua padrão (regras gramaticais), ademais apresentam uma interconexão de fatores, os quais resultam em produções textuais deficientes. A análise evidenciou que a escrita discente é um complexo ambiente em choque, onde o rigor normativo da língua padrão é obrigatório. Haja visto que a prova de redação do ENEM, diverge com a fartura e a heterogeneidade de pontos de vista coletivo, conforme a bagagem que o aluno carrega ao longo da sua jornada de formação acadêmica. Gouveia (2013) e Fairclough (2003)

A premissa de um repertório sociocultural exclusivo sugere, incoerentemente, o fortalecimento das desigualdades, já que favorece aqueles com acesso a conhecimentos específicos. A Análise Crítica do Discurso (ACD) se revela de modo que passa a ser um instrumento indispensável e inovadora, à medida que a linguagem for abordada como uma prática social e não como um produto dissociado (GOUVEIA, 2013). Diante disso, Fairclough, reforça que a ACD possibilita que a escola e os professores percebam efetivamente as carências dos estudantes diante das produções de texto insuficientes para que tenha êxito nas avaliações que venha realizar .

Essa abordagem crítica excede uma correção trivial de desacordos, o que pode gerar encorajamento da capacidade de questionar, analisar e julgar informações de forma lógica e fundamentada, segundo Frison (2006). Diante disso, Almeida entende que a pesquisa vai muito além de um meio para se obter informações para chegar a um objetivo, ademais, colabora com um processo

sucessivo, o qual habilita o aluno a contestar e se posicionar de forma sensata no mundo.

Portanto, a modalidade de redação que o ENEM exige em suas provas anuais, podendo ser encarada como um preceito, bem como uma possibilidade para aperfeiçoar habilidades imprescindíveis como a formação de leitores e escritores críticos. Corrêa critica argumenta do quanto é basilar que a maneira de como é ensinado redação, seja desvinculado de padrões definidos e modelos engessados, enfatizando métodos pedagógicos para encorajar a curiosidade, a pesquisa e a comunicação. Em contrapartida, Bakhtin, ao abraçar uma perspectiva mais abrangente, que admite o texto como um campo procedente de argumentação, a educação pode, indubitavelmente, emancipar os alunos, propiciando-os não somente para um exame, contudo para exercer a cidadania e capacitado a refletir e emitir opinião diante de uma situação real.

Referências

ALMEIDA, Sandra Regina de. O diálogo no processo de ensino-aprendizagem. In: STEFANO, Leizy Regina Fracasso. **Representações de professores e alunos sobre a pesquisa escolar: a leitura crítica, a escrita autônoma e a formação do conhecimento**. Iniciação Científica CESUMAR, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 71-83, jun. 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERTUCCI, Patrícia. **A redação nota mil no Enem.** São Paulo: Editora do Brasil, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). 2025.** Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem.
Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação do Enem: cartilha do participante.** Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/a-redacao-do-enem-cartilha-do-a-participante. Acesso em: 30 ago. 2025.

CORRÊA, Luiz. **O discurso pedagógico da redação escolar.** In: MENEZES, Cláudia. (Org.). Gêneros textuais e ensino. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 57-76.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

FELPI, P. **Cartilha redação a mil** 5.0. [S. l.: s. n.], 2023.

FRISON, Leizy Regina Fracasso. **Representações de professores e alunos sobre a pesquisa escolar: a leitura crítica, a escrita autônoma e a formação do conhecimento.** Iniciação Científica CESUMAR, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 71-83, jun. 2006.

GOUVEIA, Cristiane N. **Análise do Discurso Crítica: uma introdução**. In: MORAES, Antonio Henrique Coutelo de; BELTRÃO, Márcio Evaristo (Org.)**. Discurso, crítica e (auto)emancipação: uma homenagem à professora Solange Barros**. São Paulo: Editora Pipa, 2021. p. 1059-1070.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEAL, Telma Ferraz. **A escrita escolar: um processo dialógico.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 30, p. 57-76, set./dez. 2005.

MORAES, Antonio Henrique Coutelo de; BELTRÃO, Márcio Evaristo (Org.). **Discurso, crítica e (auto)emancipação: uma homenagem à professora Solange Barros**. São Paulo: Editora Pipa, 2021.

SALES, Patrícia Machado; CUNHA, Fátima Cristina Duarte Ferreira. A**nálise do discurso: um caminho para aprimorar a redação no ensino médio.** Revista Diálogos Interdisciplinares, Campo Grande, MS, v. 1, n. 17, p. [s.p.], 2025. DOI: 10.55028/gepfip.v1i17.22850. Disponível em: https://doi.org/10.55028/gepfip.v1i17.22850. Acesso em: 30 ago. 2025.

SERAFINI, Patrícia. **O processo de pesquisa na sala de aula.** In: MORAES, Antonio Henrique Coutelo de; BELTRÃO, Márcio Evaristo (Org.). Discurso, crítica e (auto)emancipação: uma homenagem à professora Solange Barros. São Paulo: Editora Pipa, 2021. p. 191-205.

SILVA, Ademir Juvêncio da. **Gêneros textuais mobilizados para o repertório sociocultural produtivo em redações do Enem 2022.** Linha D'Água, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 313-328, jul.-set. 2024. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v37i3p313-328. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v37i3p313-328. Acesso em: 31 ago. 2025.

STEFANO, Leizy Regina Fracasso. **Representações de professores e alunos sobre a pesquisa escolar: a leitura crítica, a escrita autônoma e a formação do conhecimento.** Iniciação Científica CESUMAR, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 71-83, jun. 2006.

WILSON, Victoria. **A redação no vestibular: um gênero híbrido**. Linguagem & Ensino, Pelotas, v. 15,

n. 1, p. 87-112, jan./jun. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.15210/rle.v15i1.15411. Acesso em: 22 ago. 2025.

A CRIANÇA COMO SUJEITO DO DISCURSO: UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DE NORMAN FAIRCLOUGH

Ketlin Tainá Rodrigues Brondolt
Regiane Aparecida da Fontoura Martins do Nascimento
Vanessa Steigleder Neubauer

Considerações iniciais

Historicamente, a infância foi concebida sob uma perspectiva tutelar, marcada pela invisibilidade da voz infantil e pela negação de sua capacidade de participação ativa nos processos sociais. Essa visão consolidou práticas adultocêntricas que, por muito tempo, determinaram o modo como as crianças eram percebidas e representadas nos discursos institucionais, familiares e educacionais.

Dessa forma, este ensaio centra-se na compreensão da criança como sujeito do discurso, tomando como base teórica a Análise de Discurso Crítica (ADC) tal como formulada por Norman Fairclough, a partir da seguinte reflexão: de que maneira a criança se constitui como sujeito do discurso e quais mecanismos discursivos contribuem para a manutenção ou a ruptura de seu silenciamento? Trata-se de discutir como o poder, a linguagem e as relações sociais se entrelaçam na construção das identidades infantis e na possibilidade de expressão autônoma das crianças em diferentes contextos.

Ao promover uma leitura crítica sobre a infância, desloca-se a criança do lugar de objeto de fala para reconhecê-la como participante ativa na produção de sentidos, problematizando os discursos que legitimam ou negam a voz infantil, contribui-se para a consolidação de práticas sociais e educacionais mais democráticas, nas quais a escuta da criança é entendida como componente da construção coletiva do conhecimento e da cidadania.

Quanto à metodologia, trata-se uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, em que o percurso consiste na revisão teórica de obras de referência da Análise de Discurso Crítica, sobretudo Fairclough (2001) e da Sociologia da Infância, articulando os conceitos de discurso, poder, ideologia e hegemonia às práticas sociais e educativas que envolvem as crianças.

Resultados e discussões

A compreensão da criança como sujeito social e histórico resulta de longos processos de transformação cultural e teórica, Ariès (2011), em seu estudo clássico sobre a história social da infância, demonstra que a noção moderna de infância é uma construção recente. Nas sociedades tradicionais, a criança era percebida como um adulto em miniatura, inserida precocemente no mundo do trabalho e das responsabilidades; a ausência de distinção simbólica entre infância e maturidade revelava a inexistência de um estatuto próprio para essa fase da vida.

Essa visão implicou o surgimento de discursos normativos, centrados no controle e na orientação do desenvolvimento infantil, ao mesmo tempo em que a criança foi reconhecida como ser em formação, foi submetida à tutela de instituições como a escola e a família. Ariès (2011) aponta que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a infância se tornou campo privilegiado de intervenção social, regulado por práticas educativas e jurídicas. Nesse contexto, a voz da criança passou a ser mediada, interpretada e, muitas vezes, silenciada.

No entanto, nas últimas décadas, observou-se um movimento de transformação desse cenário, em que a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) constituiu marco jurídico e simbólico no reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Sarmento (2005) argumenta que esse documento impulsionou novas práticas voltadas à escuta e à participação infantil e a infância, antes objeto de proteção, passou a ser reconhecida também como agência de cidadania, em campos como a educação, a cultura e a pesquisa.

Com a modernidade, a infância passou a ser compreendida como período singular, merecedor de cuidados, proteção e investimento educacional, Corsaro (2011) e Sarmento (2005) reforçam que esse processo representou não apenas uma mudança nas práticas sociais, mas também na forma como a criança é discursivamente construída. O discurso moderno instituiu a infância como tempo de formação e dependência, delimitando fronteiras simbólicas entre adultos e crianças, progressivamente moldadas por valores morais, pedagógicos e científicos.

No entanto, a emergência da Sociologia da Infância, nas últimas décadas, trouxe novas perspectivas, assim, Sarmento (2005) destaca que as crianças passaram a participar ativamente da vida social, construindo significados e práticas próprias em suas interações cotidianas. Corsaro (2011), com o conceito de reprodução interpretativa, mostra que as crianças reinterpretam as práticas adultas e criam culturas próprias, dessa forma, a infância deixa de ser apenas um estágio biológico e

passa a ser entendida como categoria social e cultural, o que cria condições para indagar sobre a criança também como sujeito do discurso.

Nesse sentido, a Análise de Discurso Crítica, na formulação de Fairclough (2001), oferece um aparato teórico potente para examinar como a linguagem participa da construção da infância. O autor define o discurso como prática social, isto é, como modo de ação historicamente situado que, ao mesmo tempo em que é determinado por estruturas sociais, age sobre elas, produzindo e reproduzindo relações de poder, a linguagem, nessa perspectiva, não é apenas meio de comunicação, mas instrumento de legitimação ideológica e terreno de disputa.

O modelo tridimensional de Fairclough (2001) articula três planos indissociáveis de qualquer evento discursivo: o texto, a prática discursiva e a prática social. No primeiro plano examinam-se as escolhas linguísticas; no segundo, os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, incluindo a intertextualidade e a interdiscursividade; no terceiro, as relações entre o discurso e as estruturas de poder e ideologia. Aplicado à infância, esse modelo permite indagar não só o que se diz sobre a criança, mas como esses dizeres circulam e a que projetos sociais servem.

Dois conceitos são especialmente produtivos para este ensaio. O primeiro é o de ordem do discurso, que designa o conjunto estruturado de gêneros e discursos disponíveis em um domínio social, a escola, a família, o direito, e que regula quem pode dizer o quê, em que posição e com que autoridade. O segundo é o de naturalização: Fairclough (2001) mostra que os discursos de poder tendem a apresentar como natural e evidente aquilo que é, na verdade, construído e contingente.

No discurso social, a criança é frequentemente representada como ser vulnerável e dependente. Essa representação, aparentemente benevolente, opera o que Fairclough (2001) chama de naturalização das hierarquias: a criança aparece como alguém a ser guiado, protegido e disciplinado, em vez de reconhecido como interlocutor legítimo, e a força do mecanismo está justamente em fazer essa posição parecer evidente, subtraindo-a da discussão.

No domínio educacional, essa lógica se expressa de modo mais nítido; as práticas pedagógicas com frequência reproduzem a assimetria entre professor e aluno, privilegiando a autoridade do adulto, Sarmento (2005) argumenta que o adultocentrismo escolar se manifesta na imposição de regras, conteúdos e valores que ignoram a experiência e a expressão das crianças, em termos faircloughianos, a ordem do discurso escolar regula as posições de fala disponíveis, determinando quem detém legitimidade para ser ouvido.

A invisibilidade da voz infantil nas instituições reflete, assim, uma distribuição desigual da palavra e é aqui que a contribuição pontual de Orlandi (1942) sobre o silêncio se mostra fértil: quando as crianças não são ouvidas, o silêncio não é vazio, mas efeito de uma interdição. Em ambientes escolares, essa invisibilidade se manifesta quando as falas infantis são traduzidas, reinterpretadas ou descartadas pelos educadores, um controle sobre o discurso que, longe de ser neutro, sustenta uma hierarquia simbólica e restringe a autonomia da criança.

A ADC permite ler esse processo como luta hegemônica, para Fairclough (2001), todo discurso é campo de disputa, de modo que as representações da criança também o são: enquanto alguns discursos reforçam a tutela e a dependência, outros promovem a autonomia e a escuta e identificar essas tensões é condição para compreender como o protagonismo infantil se consolida, ou é impedido, nas práticas sociais. O protagonismo, nesse sentido, não é concessão dos adultos, mas processo de conquista, em que as crianças negociam sentidos e lugares, como mostram Sarmento (2005) e Corsaro (2011).

Na educação, emergem experiências pedagógicas que tomam a fala e a escuta da criança como elementos centrais do processo de ensino-aprendizagem. Tais práticas rompem com o modelo transmissivo e buscam uma relação dialógica, em consonância com Bakhtin (2003), para quem o sentido emerge da interação entre sujeitos historicamente situados, enquanto Vygotsky (2007) reforça que o desenvolvimento depende da interação e da mediação simbólica; reconhecer a fala infantil é, portanto, reconhecer o papel ativo da criança na construção do conhecimento e quando a linguagem da criança é valorizada, o processo educativo torna-se mais inclusivo e significativo.

As crianças, ademais, encontram formas de expressar ideias, desejos e insatisfações mesmo em contextos de silenciamento, seja no jogo, na brincadeira, no humor e na linguagem simbólica. Reconhecer essas expressões é reconhecer a complexidade da subjetividade infantil e os modos pelos quais o poder, operando na linguagem, pode também ser subvertido, a escuta da criança configura-se, então, como prática de reconhecimento: ouvir a criança é romper com a naturalização de sua subalternidade e permitir que novas vozes e sentidos circulem.

Considerações finais

Este ensaio discutiu a constituição da criança como sujeito do discurso, sustentando que a Análise de Discurso Crítica de Fairclough é referencial fértil para compreender como as relações de

poder e os processos discursivos moldam a subjetividade infantil. O modelo tridimensional, a noção de ordem do discurso, a crítica à naturalização e o vínculo entre discurso e hegemonia permitiram ler o silenciamento e o protagonismo não como dados naturais, mas como efeitos de disputas discursivas historicamente situadas.

Ao longo da reflexão, destacou-se a necessidade de romper com as práticas adultocêntricas que historicamente restringiram a voz da criança e o recurso pontual a Orlandi, devidamente situado como aproximação entre tradições distintas, contribuiu para pensar o silêncio como significação. Reconhecer a criança como produtora de sentidos e participante ativa das interações discursivas implica valorizar sua escuta e promover ambientes que legitimem sua fala. Como desdobramento, sugere-se que pesquisas futuras submetam materialidades concretas, como interações em sala, documentos curriculares, discursos midiáticos, ao dispositivo analítico aqui discutido, convertendo a reflexão teórica em análise empírica. A escuta da criança configura-se, assim, como prática ética e política, indispensável ao fortalecimento da cidadania e à construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da UnB, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova York: ONU, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli**. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Editora Unicamp, 1942.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Sociologia da infância: correntes e confluências.** Porto: Edições Afrontamento, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HISTÓRIAS QUE A HISTÓRIA CONTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ROMANCE HISTÓRICO *O CONTINENTE II*

Júlia Pavani Padilha[11]
Joice Nara Rosa Silva[12]
Carla Rosane da Silva Tavares Alves[13]

Considerações Iniciais

Este resumo expandido tem por objetivo expor alguns dos resultados preliminares alcançados no projeto (PIBIC/CNPq-UNICRUZ), intitulado: "Ficção & História nos caminhos d'*O Continente II*", bem como oportunizar a análise comparada entre Literatura e História, enquanto tessituras que possuem propósitos diferentes, mas que se entrecruzam na explicitação da realidade em um contexto sociocultural, a partir do romance histórico *O Continente II*, do escritor cruz-altense Érico Veríssimo, recorrendo-se aos fundamentos da linguagem, na perspectiva de Bakhtin (2016) e da Análise de Discurso Crítica (ADC), conforme Fairclough (2001). Neste texto, a abordagem centra-se mais especificamente nos pressupostos bakhtinianos, além dos fundamentos específicos de cada área, com uma pesquisa de abordagem qualitativa pelos procedimentos bibliográfico, hermenêutico e estudo de caso.

Resultados e Discussões

A obra *O Continente*, em seu vol. II, inicia-se no ano de 1850 e apresenta uma história que não é contada por um único narrador. Predomina, assim, um narrador onisciente, apresentado em terceira pessoa, que aborda os pensamentos, sentimentos e ações dos personagens. Assim, logo no início da história, verifica-se a presença do Dr. Nepomuceno Garcia de Mascarenhas, juiz de direito

[11] Acadêmica do 10º semestre do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Bolsista de iniciação científica do projeto Pibic-CNPq/Unicruz. Pesquisadora discente do Gepelc da Unicruz. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: padilha.julia@hotmail.com.
[12] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Unicruz – Universidade de Cruz Alta. Pesquisadora discente do Gepelc da Unicruz. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: joicergs@yahoo.com.br.
[13] Doutora em Letras pela UFRGS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta - Unicruz. Rio Grande do Sul, Brasil. Primeira Líder do Gepelc da Unicruz. Orientadora do projeto Pibic-CNPq/Unicruz. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br.

que se mudou para a Vila de Santa Fé (local onde o enredo da história se desenvolve) e ali fixou residência com sua esposa. Além disso, tal personagem adquire destaque ao escrever e publicar o primeiro Almanaque de Santa Fé, uma espécie de jornal que narrava diversos aspectos relacionados à localização, história e cultura do município, conforme expõe Veríssimo (2013, p. 315):

> [...] E, como prova de estima e gratidão à vila e seus habitantes, organizou e mandou publicar por conta própria, numa tipografia de Porto Alegre, o primeiro Almanaque de Santa Fé, que apareceu em janeiro de 1853, com informações sobre a topografia, a geologia, a fauna e a flora do município, além dum calendário completo, com conselhos aos agricultores e horticultores, bem como páginas amenas e instrutivas de literatura e humorismo, charadas, logogrifos, enigmas pitorescos, etc.

Assim, tal contexto apresentado de forma inicial, pode ser observado ao longo de toda a obra, de modo a permitir que o leitor conheça distintos elementos que encontrará ao longo da leitura e proporciona, tanto a criação de identidade visual, constituída por meio da literatura que é gerada pela imaginação, como também a conexão que une a história à vida real, efetivando o que Bakhtin (2006, p.34) afirma ao dizer que: "A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social"

A obra apresenta recortes magníficos que permitem que o leitor, seja ele de qualquer nacionalidade, conheça aspectos íntimos das guerras que marcaram o povoado de Santa Fé, como a Revolução Federalista, retratada diretamente no contexto da família Terra Cambará e a Guerra do Paraguai, mencionada ao longo da sequência, evidenciando contextos de lutas e de violências que se reproduziram ao longo de diversas gerações:

> [...] Era raro passar uma geração que não visse pelo menos uma guerra ou uma revolução. E como eram primitivas aquelas guerras em que brasileiros e castelhanos se engalfinhavam — primitivas na estratégia e nos armamentos. Mas nem por isso eram menos brutais e cruéis que as guerras europeias. Winter ouvia sempre contar histórias de entreveros, de cargas de lança, de atos de coragem e desprendimento mas também de crueldades e traições. Em muitos casos os soldados lutavam descalços e armados de lanças de pau; eram mal alimentados e raramente ou nunca recebiam seu soldo. Poucos sabiam ao certo por que lutavam, mas havia na Província a tradição de "pelear com os castelhanos", e seus homens encaravam as invasões como uma fatalidade, como um ato de Deus [...] (VERÍSSIMO, 2013, p. 347).

Há ainda, uma abordagem histórica que contempla a cultura tradicionalista gaúcha, incluindo sua marca de escravidão. Verifica-se também a realidade que era vivenciada pelas mulheres, a

centralidade da voz feminina na construção da memória histórica por meio de Bibiana Terra, cuja rememoração, estruturada em flashbacks na velhice, configura-se como um enunciado situado, atravessado por múltiplas vozes e temporalidades, conforme a perspectiva bakhtiniana. Ao deslocar o foco das grandes batalhas para o cotidiano, a obra inscreve a experiência feminina como espaço de resistência e produção de sentidos, revelando mulheres como Bibiana e Ana Terra não apenas como testemunhas, mas como agentes históricas.

Sob a ótica da Análise de Discurso Crítica, essa representação evidencia práticas discursivas que tencionam narrativas hegemônicas centradas no protagonismo masculino, ao mesmo tempo em que (re)constroem identidades e reposicionam o feminino como força estruturante na tessitura social e histórica.

Fato evidenciado logo no primeiro capítulo, intitulado: “A Teiniaguá”, no qual se verifica uma narrativa que mistura o místico com o real, utilizando a figura de Luzia como elemento central desse encontro, pois a personagem é associada à lenda da Teiniaguá, do folclore indígena, que narra a história de uma jovem bruxa transformada em lagartixa pelo diabo. Essa referência simbólica permite ao autor criar uma linguagem metafórica para representar Luzia como uma “força da natureza”, uma mulher sedutora, misteriosa e ameaçadora aos valores tradicionais da sociedade. Luzia surge, assim, como uma personagem que questiona a ordem social estabelecida. Psicologicamente complexa, apresenta conflitos internos e um comportamento que desafia as normas patriarcais. Sua presença confronta diretamente a educação e a formação de Bibiana, que representa a mulher moldada pelos costumes rígidos e pela moral conservadora, enquanto Bibiana aceita e reproduz esses valores, Luzia rompe com eles, tornando-se uma figura vista como transgressora.

Considerações Finais

A análise desenvolvida evidencia que *O Continente II* se configura como um espaço privilegiado de entrecruzamento entre Literatura e História, no qual a narrativa literária não apenas representa o passado, mas o ressignifica a partir de múltiplas vozes e perspectivas. Nesse processo, a linguagem assume papel central como prática social, conforme apontam Bakhtin (2016) e Fairclough (2001), permitindo compreender como sentidos são produzidos, disputados e reconfigurados no interior do discurso.

Destaca-se, nesse contexto, a centralidade da experiência feminina, especialmente por meio da personagem Bibiana Terra, cuja narrativa revela formas de resistência, memória e continuidade histórica. Ao deslocar o foco das grandes batalhas para o cotidiano, a obra evidencia que as mulheres, ainda que frequentemente silenciadas pelas narrativas hegemônicas, constituem-se como sujeitos fundamentais na sustentação da vida social e na construção da História.

Assim, conclui-se que a articulação entre Literatura e História, mediada pela análise discursiva, amplia as possibilidades de leitura e interpretação do real, evidenciando que ambas as áreas, embora distintas em seus métodos, convergem na produção de sentidos sobre a experiência humana. Dessa forma, a pesquisa reafirma a relevância de abordagens interdisciplinares, ao mesmo tempo em que contribui para o reconhecimento da Literatura como um campo potente de reflexão crítica sobre a sociedade, a memória e as relações de poder.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento**: O continente. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LINGUAGEM, PODER E POLÍTICA

O ÍNDICE DE FUNCIONALIDADE BRASILEIRO E O MODELO BIOPSICOSSOCIAL NA POLÍTICA DE ACESSO AO DIREITO À APOSENTADORIA POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Julia Batista Braucks[14]
Dieli de Lima Vargas[15]
Roana Funke Goularte[16]
João Guilherme Hofmeister Correa[17]

Considerações iniciais

No Brasil, é a Lei Complementar n° 142/2013 regulamenta a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição para pessoas com deficiência e fixa critérios de avaliação baseados no modelo biopsicossocial. Esse modelo considera aspectos físicos, sociais e psicológicos no preenchimento do instrumento Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr). Nesse sentido, o problema de pesquisa levantado no presente trabalho é: o IFBr, enquanto instrumento de classificação do grau de funcionalidade, é eficaz para garantir o acesso à aposentadoria da pessoa com deficiência?

Diante disso, busca-se analisar o IFBr e sua aplicação no procedimento de concessão da aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência, investigando se esse instrumento proporciona uma análise adequada no que concerne à concessão do benefício previdenciário, dentro dos ditames dos princípios constitucionais da dignidade humana e da inclusão social. Desse modo, o presente estudo visa contribuir para o debate sobre a efetividade do procedimento de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição das pessoas, nos ditames da legislação brasileira, que é voltada à seguridade social das pessoas com deficiência. Para isso, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada na revisão bibliográfica.

Ainda, ressalta-se que a hipótese é de que, apesar de eleito o modelo biopsicossocial, é necessário que os seus operadores saibam utilizar adequadamente o instrumento IFB, de modo que não haja prejuízo quanto à classificação da deficiência e, consequentemente, no acesso ao benefício previdenciário.

[14]Doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail: juliabatistabraucksfreitas@gmail.com
[15]Bacharel em Direito. Universidade de Cruz Alta. E-mail:
[16]Doutora em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail: rgoularte@unicruz.edu.br
[17]Bacharel em Educação Física. Universidade de Cruz Alta. E-mail: joaoguilherme.hoff@gmail.com

Resultados e discussões

A Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência foi aprovada pelo Parlamento Brasileiro e incluída pela Emenda Constitucional 45/2004, tornando-se o primeiro instrumento normativo internacional de direitos humanos incorporado ao ordenamento jurídico com status de emenda constitucional. Diante desse acréscimo ao texto constitucional, o Congresso Nacional editou a Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, que regulamenta a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (BARROS, 2016). Com isso, surge o modelo biomédico, que é utilizado como uma das maneiras para conceituar a deficiência, voltado para a funcionalidade dos organismos e em como o desequilíbrio funcional causa determinadas limitações e incapacidades (BAMPI et al., 2010; LEITE, 2017).

Posteriormente, com a finalidade de ampliar esse entendimento, surgiu o modelo social que buscou observar os reflexos da deficiência no contexto social em que o indivíduo esteja inserido. Esse modelo vai ao encontro dos ditames da Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência que deposita sobre a sociedade a responsabilidade de adaptar-se e de exercitar condutas ativas através de ações afirmativas que visem a concretude das garantias estabelecidas em lei (LEITE; LACERDA, 2018; SANTOS, 2016). Por fim, surge o modelo biopsicossocial, que absorve os modelos anteriores e considera, em só instrumento, a condição física, social e psicológica (NUBILA, 2010). Esse modelo foi corroborado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n° 13.146/2015), que considera a pessoa com deficiência a partir da integralização desses três fatores, que podem "obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015, s.p). Desse modo, nota-se que essa disposição normativa pretende garantir acesso aos direitos.

Na aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência em Regime Geral de Previdência Social, a perícia deve ser realizada conforme estabelece a Portaria Interministerial AGU/MPS/MF/SEDH/MP nº 1/2014. Na esfera administrativa, essa avaliação é feita nas Agências de Previdência Social vinculadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para fins de concessão do benefício, a perícia deve determinar se a condição apresentada pelo segurado atende ao critério de deficiência descrito no artigo 2º da Lei Complementar nº 142/2013, que considera pessoa com deficiência aquela que possui impedimentos de longo prazo (por mais de dois anos) de natureza

física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, cujos obstáculos possam "obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015, s.p).

Além disso, o §1º da mesma lei define que a avaliação da deficiência deve seguir o modelo biopsicossocial, sendo conduzida por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. Nesse contexto, foi desenvolvido o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr), criado pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Inicialmente, esse instrumento foi concebido para medir aspectos relacionados à funcionalidade e incapacidade de indivíduos, especialmente em situações de trabalho e reabilitação. Posteriormente, o IFBr foi adaptado para atender às demandas de políticas públicas específicas, recebendo o nome de IFBr-A, modelo que vem sendo aplicado desde fevereiro de 2014.

Quanto aos aspectos metodológicos do IFBr, o instrumento é composto de 7 passos, sendo eles: 1) Atividades e participações da Classificação Internacional da Funcionalidade (CIF), ou seja, 41 atividades desenvolvidas e que podem ser subdivididas em Sensorial, Comunicação, Mobilidade, Cuidados Pessoais, Vida Doméstica, Educação, Trabalho e Vida Econômica, Socialização e Vida Comunitária; 2) Pontuação que definirá o nível da independência para cada atividade de acordo com o Modelo de Independência Funcional (MIF), em que as pontuações possíveis são 25, 50, 75 e 100, considerando a dependência de terceiros; 3) Constatação dos obstáculos externos conforme os fatores externos definidos pela CIF; 4) Elaboração da folha de identificação do avaliado, da deficiência e modelo da deficiência; 5) Histórico clínico e social, onde a primeira será preenchida pelo perito médico e a segunda pelo serviço social; 6) Elaboração da Matriz do IFBr composta por uma planilha em que consta a pontuação por atividade, os obstáculos externos e a somatória dos pontos; e 7) Classificação do grau da Deficiência em Leve, Moderada e Grave (MACHADO, 2024).

Nesse sentido, a pontuação é obtida com base na avaliação do nível de independência que o periciado desempenha em cada atividade apontada pelo IFBr, ou seja, quanto maior a autonomia de realização, maior será a pontuação obtida. Para alcançar o resultado, devem ser realizadas duas perícias e a pontuação obtida em uma será somada a outra para a pontuação final que definirá se o periciado tem pontuação suficiente para ter seu benefício concedido. Sendo, portanto, essencial entender como é realizada cada atividade, quais os obstáculos e quais adaptações são relevantes para a aferição dos pontos. Desse modo Derenevitz (2024, p. 34-35) afirma que:

> Os avaliadores precisam compreender como o indivíduo realiza cada atividade descrita no instrumento, assim como as barreiras, as alterações do corpo, todo o escopo da atividade em todas as etapas da vida do indivíduo, se a pessoa com deficiência não possui acesso a produtos e tecnologia, o que traz graves restrições de participação social, se o ambiente natural e físico não fornecem acessibilidade, privacidade e/ou salubridade, se inexiste apoio ou relacionamentos necessários em todas as etapas da atividade, se vivencia situações preconceituosas, discriminatórias ou negligentes, que constituem barreiras para o seu desenvolvimento, se não dispõe de atendimento da rede de serviço, sistemas e políticas garantidas de proteção social pela distância, ou inexistência ou indisponibilidade.

Por fim, é utilizado o método Fuzzy, que "objetiva balancear e qualificar a pontuação introduzindo elementos qualitativos na avaliação quantitativa da MIF, levando em consideração os pontos e maior vulnerabilidade" (MACHADO, 2024, p. 58), em determinado domínio. São três os grupos de pessoas com deficiência considerados em maior vulnerabilidade: Auditiva, Intelectual/Cognitiva/Mental, Motora e Visual, respectivamente. Assim, para aplicação desse método, é preciso compreender a deficiência constatada como predominante, pois haverá um impacto sobre a pontuação do domínio que corresponde a ela.

O método Fuzzy é aplicado nas seguintes situações: Quando forem atribuídos 25 ou 50 pontos em um dos domínios sensíveis do tipo de deficiência predominante; Quando todas as pontuações atribuídas em um dos domínios sensíveis do tipo de deficiência predominante for de 75 pontos; Quando a resposta for positiva para uma questão emblemática da deficiência específica e; Quando o periciado não tiver acesso ao auxílio de terceiros, se necessário. Ainda, a aplicação do método Fuzzy tem formulário próprio e deve ser preenchido pelos peritos (MACHADO, 2024).

Esse instrumento possui 4 formulários que devem ser preenchidos: o primeiro formulário será o de identificação com os dados do periciado e dos peritos (médico e social), o segundo tratará sobre as funções corporais e sobre o histórico médico e social do periciado, o terceiro versará acerca da aplicação do instrumento e suas 41 atividades que se dividem em sete domínios - preenchido pelo perito médico e o perito social- e, por fim, o quarto formulário que diz respeito ao método Fuzzy, também preenchido por ambos os peritos (DERENEVITZ, 2024). Frente ao exposto, ainda cabe compreender qual é o impacto da aplicação do IFBr enquanto instrumento de classificação do grau de funcionalidade na concessão de aposentadorias por tempo de contribuição da pessoa com deficiência.

Considerações finais

O modelo biopsicossocial representa um avanço significativo para os direitos das pessoas com deficiência, considerando a busca histórica por igualdade material e inserção social. Desse modo, quando há inovação nas leis e nos métodos de concessão de benefícios previdenciários, consequentemente, há maior acesso às garantias dessa parcela da população. Em especial, quando se tem um requisito de concessão que vincula o tempo de contribuição à gravidade da doença do trabalhador e para isso um instrumento de análise da capacidade laboral foi necessário.

Assim, o Índice de Funcionalidade brasileiro (IFBr) é um instrumento técnico que considera as barreiras enfrentadas diariamente pelos trabalhadores com deficiência, sendo elas físicas, psicológicas e sociais. Tal instrumento tem em seu fundamento o modelo biopsicossocial, ou seja, representa um avanço no que tange ao modelo biomédico que considerava apenas os aspectos biológicos da deficiência. Entretanto, foi possível verificar que a efetividade do IFBr está diretamente ligada à qualificação de seus operadores no momento da avaliação, pois, para aplicar o referido instrumento, é necessário um conhecimento técnico suficientemente aprofundado dos critérios de pontuação relacionados aos domínios, do impacto da deficiência na vida do periciado e, ainda, como é feita a somatória de pontos, que poderá reduzir o critério de tempo de contribuição, a depender da classificação final da deficiência como grave, moderada e leve.

Assim, se os operadores do IFBr não estiverem devidamente preparados, há o risco de avaliações imprecisas que podem comprometer o acesso ao direito dos segurados à aposentadoria. Portanto, conclui-se que, embora o IFBr seja um instrumento eficaz dentro da proposta biopsicossocial, sua efetividade está condicionada à correta instrumentalização por parte dos peritos médicos e assistentes sociais.

Referências

BRASIL. Advocacia-Geral da União; Ministério da Previdência Social; Ministério da Fazenda; Secretaria de Direitos Humanos; Ministério do Planejamento. **Portaria Interministerial AGU/MPS/MF/SEDH/MP, de 2014**. Diário Oficial da União, Brasília, 2014. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=265085. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar n. 142, de 08 de maio de 2013**. Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp142.htm. Acesso em: 14 dez. 2024.

DERENEVITZ, Janaína. **A perícia da pessoa com deficiência**. O instrumento IF-BrA. São Paulo: Editora LuJur, 2024.

LEITE, Livia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos**. Psicologia USP, v. 29, n. 3, p. 432-441, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-65642018109

MACHADO, Priscila. **Manual prático da aposentadoria da pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora LuJur, 2024.

NUBILA, Heloisa Beltrão Vieira de. **Uma introdução à CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 35, n. 121, p. 122-123, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000100013.

OS EFEITOS DO DIVORCIO NO COTIDIANO DOS FILHOS SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA JURÍDICA

Emanuelle Rodrigues Pereira[18]
Rafaela Masserschmidt de Souza Sena[19]
Roana Funke Goularte [20]

Considerações iniciais

O presente trabalho pretende avaliar como a Psicologia Jurídica compreende o divórcio, o comportamento humano e a maneira impacta nas decisões judiciais. Trata-se de um tema que apresenta importante relevância diante do contexto atual, visto que o divórcio vem se tornando cada vez mais frequente. Sendo um fenômeno doloroso que exige, não somente um processo externo da decretação do divórcio, como também o processo interno, da superação e luto, o qual atinge os cônjuges e principalmente os menores fruto da relação. A Psicologia Jurídica pode auxiliar os envolvidos a enfrentar os problemas decorrentes da separação, contextualizar os fenômenos jurídicos e trazer maior norte as decisões tomadas pela Justiça em prol da dignidade e cidadania. O artigo foi construído tendo por problema de pesquisa a seguinte pergunta: Em que medida o divórcio como processo Psicojurídico influência nas decisões judiciais? Como hipótese inicial, afirma-se que as famílias as quais passam pela ruptura, sofrem um impacto significativo, principalmente os filhos que também enfrentam os conflitos familiares e as consequências decorrentes do divórcio. A partir desse viés, a Psicologia Jurídica, colocada a serviço do Direito pode contribuir para tornar a Justiça mais sensível e eficaz, assim como evitar a judicialização de fatos passíveis de serem resolvidos na instância de mediação.

Como objetivo geral, o texto busca avaliar a influência da Psicologia Jurídica nas decisões judiciais quanto ao divórcio. Para dar concretude ao objetivo geral, os objetivos específicos, que se refletem na sua estrutura, são: Compreender a relação entre o Direito, a Psicologia e o Processo jurídico de divórcio acerca do comportamento humano; e Verificar os possíveis efeitos, para as crianças, em decorrência a separação dos pais. Para atingir os objetivos propostos, o método de

[18]Graduanda em Direito. Universidade de Cruz Alta. E-mail: erodrigueess@hotmail.com
[19]Graduanda em Direito. Universidade de Cruz Alta. E-mail: rafaelasouzasena4555@gmail.com
[20]Doutora em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail: rgoularte@unicruz.edu.br

pesquisa empregado foi o hipotético-dedutivo, mediante o emprego de técnica de pesquisa bibliográfica e documental, através de livros e artigos acadêmicos.

Resultados e Discussão

O Direito e a Psicologia abordam o comportamento humano de maneiras diferentes e, a partir da união destas áreas é que surge a psicologia jurídica. Enquanto uma proposta prático-teórica que "prioriza a compreensão dos indivíduos em relação aos seus comportamentos e a forma como eles agem e atuam perante a justiça". Desse modo, "a psicologia e o direito interagem de maneira complementar e humanitária" (FREITAS et al, 2024, p. 35).

Assim, psicologia, por si só, pode ser definida como "o estudo científico do comportamento e dos processos mentais", sendo que o comportamento é o que caracteriza as ações humanas (caminhar, falar, escrever, etc.), enquanto os processos mentais são experiências internas (sentimentos, lembranças, desejos, etc.) de cada indivíduo (TEIXEIRA, 2012, p. 27).

A psicologia jurídica, uma das frações que compõem a psicologia, é tida como o "estudo do comportamento das pessoas e dos grupos enquanto têm a necessidade de desenvolver-se dentro de ambientes regulados juridicamente" (TEIXEIRA, 2012, p. 32). Desse modo, ela se apresenta a partir de três grandes caminhos que formam o método psicojurídico:

> 1) A psicologia do direito: cujo objetivo seria explicar a essência do fenômeno jurídico, isto é, a fundamentação psicológica do direito, uma vez que todo o direito está repleto de conteúdos psicológicos. Essa tarefa de investigação psicológica do direito recebeu a denominação de psicologismo jurídico, representada basicamente pela escola do realismo americano e escandinavo, e apresenta-se como uma formulação eminentemente teórica até o momento não suficientemente investigada.
> 2) A psicologia no direito: que estudaria a estrutura das normas jurídicas enquanto estímulos vetores das condutas humanas. As normas jurídicas destinam-se a produzir ou evitar determinadas condutas e, nesse sentido, carregam inúmeros conceitos de natureza psicológica. Nesse aspecto, a psicologia no direito é uma disciplina aplicada e prática.
> 3) A psicologia para o direito: a psicologia verdadeiramente como ciência auxiliar ao direito, colocada ao lado da medicina legal, da engenharia legal, da economia, da contabilidade, da antropologia, da sociologia e da filosofia, dentre outras. É a psicologia convocada a iluminar os fins do direito (TEIXEIRA, 2012, p. 32-33).

O divórcio, por sua vez, enquanto processo jurídico, pondera todos os fatos, que serão analisados da maneira que forem apresentados. Ocorre que, dependendo do grau de disfuncionalidade

familiar[21], ao longo do processo de divórcio são exigidas constantes intervenções judiciais e novas demandas para adequar a realidade (STERNBERG, 2000).

Essa situação, implica em um processo psicológico, ou seja, conjunto de sentimentos e comportamentos a fim de resolver o conflito entre duas (ou mais) pessoas. O processo psicológico básico é tido como um conjunto de ações comportamentais que ocorrem com o objetivo de levar o indivíduo a perceber o ambiente em que ele está inserido, sendo dividido em oito processos psicológicos básicos (percepção, sensação, atenção, pensamento e linguagem, motivação, emoção, memória e aprendizagem e inteligência), que geram impactos diferentes nas concepções de mundo e realidade (STERNBERG, 2000).

Os processos jurídicos e psicológicos não são necessariamente paralelos, mas inter-relacionam-se. Como é o caso de um processo de divórcio, que inicia como uma crise conjugal, motiva a ruptura do relacionamento e desenvolve uma demanda judicial (amigável ou litigiosa) capaz de estender suas consequências aos filhos. Desse modo, o sistema jurídico e os procedimentos psicológicos deveriam explicitar as técnicas de *push-pull* e delimitar o que contribui para a solução do processo psicojurídico e o que serve apenas para tornar os processos jurídicos lentos e tormentosos, o que aumenta as dificuldades de elaboração do processo emocional (TRINDADE, 2012).

De acordo com Almeida et al (2000, p. 32), "O bem-estar emocional das crianças e sua adaptação social são os mais afetados pela experiência do divórcio". Nesse sentido, entende-se que o divórcio é um acontecimento que acarreta mudanças e gera estresse nos relacionamentos e dinâmicas familiares, as quais, consequentemente, interferem nos modos das crianças e podem alterar as etapas normais de seu desenvolvimento (TEIXEIRA, 2012).

A separação dos pais pode trazer diversos efeitos sobre as crianças, pois esse evento pode ser traumático, trazendo sensações intensas de abandono, impotência, ansiedade e culpa, bem como problemas escolares fruto do desinteresse ou desmotivação, que impactam no rendimento nas aulas. Assim, é necessário que os pais observem o comportamento dos filhos, pois o relacionamento problemático e a perda de contato com a criança podem agravar a situação e prejudicar o progresso

[21] As famílias tidas como disfuncionais, são caracterizadas como aquelas em que "comumente os membros priorizam seus interesses individuais e, em situações de crise, culpam seus próprios familiares". Já as famílias funcionais são "regidas por laços de carinho e de responsabilidade e baseiam-se em respeito e compreensão" (VIREIRA, TEIXEIRA, KISSULA, 2024, p. 664).

de desenvolvimento da criança. As condutas regressivas e antissociais persistentes devem ser avaliadas com cuidado, pois são indicadores que o evento traumático do processo de divórcio não está sendo bem-elaborado pela criança (LEITE, 2015).

Para que o psicólogo atue nas Varas de Família, exige-se que o mesmo tenha conhecimento jurídico da legislação, pois somente o conhecimento de seu campo, desconexo dos critérios jurídicos usados para nortear as decisões do juiz, não é suficiente. Desse modo, a Psicologia Jurídica colocada a serviço dos fins do Direito, pode criar instrumentos específicos capazes de identificar os fatores de dissociação entre o processo jurídico e o processo psicológico de divórcio; auxiliar os cônjuges e os menores a enfrentar as incertezas e problemas decorrentes da separação; promover valores humanos, como dignidade e cidadania; além do dever de acompanhar as mudanças e evitar a banalização do processo judicial (GONÇALVES, BRANDÃO, 2011).

Considerações finais

A presente pesquisa evidenciou como a Psicologia Jurídica compreende o divórcio e do comportamento humano. Ao abordar a relação entre o Direito, a Psicologia e o processo jurídico de divórcio, bem como o comportamento humano, percebe-se que eles se inter-relacionam. Também foi possível observar os possíveis efeitos do divórcio nas crianças, como condutas regressivas, problemas escolares e sentimentos negativos.

Em resposta ao problema de pesquisa, tem-se que o divórcio, sob a perspectiva de processo psicojurídico, impacta nas decisões judiciais. Visto que a Psicologia Jurídica, enquanto ramo do conhecimento que vincula a psicologia e o exercício do Direito, pode auxiliar de várias formas os indivíduos envolvidos no processo do divórcio, facilitando e garantindo maior êxito nas decisões judiciais.

Entende-se, portanto, as famílias que passam pela ruptura, sofrem um impacto significativo, principalmente os filhos que enfrentam os conflitos familiares e as consequências decorrentes do divórcio. Nesse ponto, a Psicologia Jurídica, pode contribuir para tornar a Justiça mais sensível e eficaz, assim como evitar a judicialização de fatos passíveis de serem resolvidos na instância de mediação.

Referências

ALMEIDA, C. G. *et al*. Pais separados e filhos: análise funcional das dificuldades de relacionamento. **Revista Estudos de Psicologia,** Campinas, v. 17, n. 1, p. 31-43, jan/abr, 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-166X2000000100003

FREITAS, G. N. *et al*. Integrando a psicologia ao direito: uma revisão integrativa das contribuições e aplicações interdisciplinares. **Revista de Direito & Desenvolvimento da Unicatólica**, Quixadá, v. 7, n. 1, p. 34-48, jan/jun, 2024. Disponível em: https://publicacoes.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rdd/pt_BR/article/view/1115/1047 Acesso em: 28 mai. 2026.

GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO E. P. **Psicologia Jurídica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

GRACIOLI, S. M. A.; PALUMBO, L. P. A importância da psicologia jurídica e a aplicação do laudo psicológico como motivação de decisões judiciais no direito de família brasileiro. **Revista Brazilian Journal of Development,** Curitiba, v. 6, n. 11, p. 88590-88615, nov., 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n11-327

SILVA, A. D. R.; SILVA, F. G. F; NETO, N. N. **Divorcio dos pais e os impactos na educação dos filhos**. 2021. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em Pedagogia, Centro Universitário UNA, Betim, 2021. Disponível em: https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/f66f4b75-bee7-455d-b253-05d23b74c103/content Acesso em: 28 mai. 2026.

STERNBERG, R. **Psicologia Cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TRINDADE, J. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

VIREIRA, M. C. O; TEIXEIRA, N. S. B.; KISSULA, J. C. A criança e o sintoma: um espelho da disfuncionalidade da relação familiar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 1-15, nov, 2024. DOI: doi.org/10.51891/rease.v10i11.17064

REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS: PARTICIPAÇÃO SOCIAL, CIDADANIA E CONTROLE DEMOCRÁTICO NO PÓS-1988

Greice Lopes Cezar[22]
Mara Andrea Kai Bellini [23]
Solange Beatriz Billig Garces[24]
Domingos Benedetti Rodrigues[25]

Resumo: O presente artigo analisa o processo de redemocratização brasileira e a institucionalização dos Conselhos Municipais após a Constituição Federal de 1988, destacando a ampliação da participação popular na gestão pública. O objetivo é compreender como a redemocratização fortaleceu mecanismos de participação social e consolidou os Conselhos como instrumentos de democratização e controle social das políticas públicas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem democracia, participação social e gestão pública. Os resultados evidenciam que a mobilização da sociedade civil foi fundamental para a consolidação da democracia participativa no Brasil. Nesse contexto, os Conselhos Municipais passaram a atuar na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas. Contudo, persistem desafios relacionados ao clientelismo, às desigualdades sociais e à efetividade da participação popular. Portanto, os Conselhos representam importantes avanços democráticos no período pós-redemocratização brasileira de 1988.

Palavras-chave: Redemocratização. Participação social. Conselhos Municipais. Controle social. Democracia participativa

Considerações iniciais

O processo de redemocratização brasileira, consolidado a partir de 1988, representou uma profunda transformação política, social e institucional no país. Após mais de vinte anos de regime autoritário instaurado pelo Golpe Militar de 1964, a sociedade brasileira passou a reivindicar a reconstrução das liberdades democráticas, a ampliação da participação política e a garantia de direitos

[22] Doutoranda do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Mestra em Praticas Socioculturais e Desenvolvimento Social Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ).Licenciada em Pedagogia pela UNICRUZ. E-mail: greicelopes15@gmail.com
[23] Doutoranda do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Mestra em Praticas Socioculturais e Desenvolvimento Social Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Licenciada em Letras pela UNICRUZ. E-mail: marabellini2024@hotmail.com
[24] Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). sgarces@unicruz.edu.br
[25]Doutor em Educação nas Ciências - Direito pela UNIJUI. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Linha 01 do Programa. domingos@unicruz.edu.br

sociais historicamente limitados pelo modelo autoritário. Nesse contexto, a redemocratização não se restringiu apenas à substituição de regimes políticos, mas constituiu um amplo processo de reorganização das relações entre Estado e sociedade civil, redefinindo os mecanismos de cidadania, participação popular e controle democrático positivados na Constituição de 1988.

A mobilização da sociedade civil organizada desempenhou papel fundamental nesse processo histórico. Movimentos sociais, organizações sindicais, associações comunitárias, entidades estudantis, movimentos populares e organizações de defesa dos direitos humanos passaram a reivindicar maior participação nas decisões públicas e a denunciar as desigualdades sociais e as violações de direitos promovidas durante o regime militar. Essas mobilizações contribuíram significativamente para o fortalecimento da democracia participativa e para a construção de novos espaços institucionais de diálogo entre poder público e sociedade civil.

É nesse cenário que a Constituição Federal de 1988 ampliou mecanismos institucionais de participação popular e controle social na administração pública. A denominada Constituição Cidadã ampliou direitos sociais, fortaleceu a descentralização político-administrativa e criou mecanismos institucionais voltados à participação e ao controle social das políticas públicas. Entre esses mecanismos, destacam-se os Conselhos Municipais, que passaram a atuar como importantes instrumentos de democratização da gestão pública e fortalecimento da cidadania.

Os Conselhos Municipais consolidam-se e ampliam-se institucionalmente após a Constituição de 1988, como espaços públicos de participação social voltados à formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas locais, especialmente nas áreas da saúde, assistência social, educação e garantia de direitos.

Tais mecanismos representam importantes avanços no fortalecimento da democracia participativa, ao ampliarem a presença da sociedade civil nos processos decisórios e contribuírem para a construção de uma gestão pública mais democrática e transparente. Contudo, apesar dos avanços proporcionados pela institucionalização desses espaços participativos, ainda persistem desafios relacionados à efetividade da participação social, às desigualdades estruturais e às permanências de práticas clientelistas e autoritárias historicamente presentes na sociedade brasileira.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de redemocratização brasileira e sua relação com a institucionalização dos Conselhos Municipais com a promulgação da Constituição Federal de 1988, destacando, assim, a importância desses mecanismos

para a consolidação da democracia participativa e do controle social sobre as políticas públicas. Busca-se compreender de que forma a ampliação da participação popular contribuiu para a construção de novos espaços democráticos de deliberação e exercício da cidadania no Brasil pós-redemocratização.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em autores que discutem democracia, participação social, descentralização administrativa e gestão pública no Brasil, além da análise de legislações relacionadas à institucionalização dos Conselhos Municipais.

Por fim, o artigo encontra-se estruturado em três seções principais. Inicialmente, aborda-se o processo de redemocratização brasileira e o papel da sociedade civil na reconstrução democrática do país. Em seguida, discute-se a Constituição Federal de 1988 e a consolidação dos mecanismos de participação social. Por último, analisa-se o processo de institucionalização dos Conselhos Municipais, seus avanços, limites e contribuições para o fortalecimento da democracia participativa e do controle social no Brasil

O processo de redemocratização brasileira

O processo de transição do regime autoritário instaurado após o Golpe Militar de 1964 para a redemocratização brasileira constituiu-se como um fenômeno histórico complexo, marcado por disputas políticas, pressões sociais e profundas transformações institucionais. Mais do que uma simples substituição de regimes, a passagem da ditadura para a democracia representou a reconfiguração das relações entre Estado e sociedade civil, redefinindo os mecanismos de participação política, exercício da cidadania e garantia de direitos. O regime militar, consolidado a partir da deposição do então Presidente João Goulart, estruturou-se sob forte centralização do poder, restrição das liberdades civis, censura à imprensa, perseguição política e supressão de direitos fundamentais, especialmente após a decretação do Ato Institucional nº 5 em 1968, considerado o período de maior endurecimento autoritário no Brasil (BETHELL, 2008).

Entretanto, a partir da década de 1970, sobretudo após a crise econômica, começaram a emergir fissuras no regime autoritário. A desaceleração econômica, o aumento da inflação, o crescimento das desigualdades sociais e o desgaste político das Forças Armadas contribuíram para o fortalecimento de movimentos de oposição e para a ampliação das críticas ao modelo autoritário.

Nesse contexto, a abertura política promovida de forma lenta, gradual e segura pelo governo do general Ernesto Geisel buscava controlar a transição democrática sem romper completamente com as estruturas de poder estabelecidas durante a ditadura. Contudo, embora conduzida institucionalmente pelo próprio regime, a redemocratização brasileira foi fortemente impulsionada pela mobilização da sociedade civil organizada (SKIDMORE, 1988).

Durante as décadas de 1970 e 1980, diferentes atores sociais passaram a desempenhar papel central na luta pela ampliação das liberdades democráticas e pela reconstrução do espaço público. Movimentos sociais urbanos, organizações sindicais, associações comunitárias, movimentos populares, entidades estudantis, setores progressistas da Igreja Católica - especialmente vinculados à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base - além de intelectuais e organizações de defesa dos direitos humanos, passaram a denunciar as violações promovidas pelo regime e a reivindicar participação política e justiça social (GOHN, 2000).

Conforme o autor tais mobilizações não se restringiam apenas à contestação do autoritarismo estatal, mas também questionavam as profundas desigualdades estruturais da sociedade brasileira, historicamente marcadas pela exclusão econômica, social e política de amplos segmentos da população.

Nesse cenário, a campanha das Diretas Já, ocorrida entre 1983 e 1984, tornou-se um dos maiores símbolos da mobilização popular pela redemocratização. A campanha articulou diferentes setores sociais e políticos em torno da reivindicação por eleições diretas para a Presidência da República, Governadores e Prefeitos, evidenciando, assim, o crescente descontentamento popular com a permanência do regime militar. Embora a Emenda Dante de Oliveira não tenha sido aprovada pelo Congresso Nacional, o movimento teve importância decisiva no enfraquecimento político da ditadura e no fortalecimento da consciência democrática da sociedade brasileira (GOHN, 2000). Então, a mobilização popular demonstrava, naquele momento, que a democratização não seria apenas resultado de acordos institucionais entre as elites políticas, mas também fruto da pressão exercida pelas ruas e pelos movimentos sociais.

A Constituição Federal de 1988 e a consolidação democrática

É importante ressaltar, que os movimentos sociais culminaram com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, responsável pela elaboração da Constituição Federal de

1988. Conhecida como Constituição Cidadã, expressão popularizada por Ulysses Guimarães, a Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na consolidação democrática brasileira (ZAMBAM, 2019).”A nova Lei Maior representou um marco histórico na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Conforme Zambam (2019), a Constituição incorporou diversas reivindicações oriundas da sociedade civil organizada, ampliando significativamente os direitos sociais, civis e políticos, além de reconhecer mecanismos institucionais de participação popular e controle social. Entre esses mecanismos destacam-se os conselhos gestores de políticas públicas, as conferências nacionais, a descentralização administrativa e a ampliação da autonomia dos entes federativos, especialmente dos municípios

Além disso, a Constituição de 1988 estabeleceu novos paradigmas para as políticas públicas brasileiras ao reconhecer direitos universais, especialmente, nas áreas da saúde, assistência social, educação e seguridade social. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, expressa a incorporação de demandas históricas dos movimentos sanitários e populares que defendiam a saúde como direito de cidadania e dever do Estado (BRASIL, 1988). Dessa forma, a redemocratização brasileira passou a articular, não apenas a reconstrução das instituições políticas, mas também a ampliação das bases sociais da cidadania e da inclusão social.

Nesse sentido, a transição democrática brasileira não pode ser compreendida unicamente como uma mudança formal de regime político. Trata-se de um processo histórico mais amplo, marcado pela reconstrução das instituições democráticas, pela ampliação dos direitos sociais e pela redefinição do papel da sociedade civil na esfera pública. A redemocratização consolidou novas formas de participação política e fortaleceu mecanismos de controle democrático sobre o Estado, ainda que marcada por permanências, contradições e limites herdados da própria estrutura autoritária anterior (ZAMBAM, 2019).

Assim, a democracia brasileira emergiu como resultado de intensas disputas sociais e políticas da sociedade, fundamentando um novo modelo de governança baseado na cidadania, na participação popular e na busca pela efetivação dos direitos sociais, caracterizando-se em princípios fundamentais para a efetivação do Estado Democrático de Direito.

A institucionalização dos Conselhos Municipais no Brasil Pós-1988

Na presente temática será ressaltada a importância dos Conselhos Municipais no Brasil, como alguns institutos de efetivação da democracia participativa previstos no artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Segundo Borges (2017), as transformações promovidas pela atual Constituição Federal não se limitaram à descentralização político-administrativa e ao fortalecimento dos municípios enquanto espaços de cidadania. O novo modelo democrático instituído pela Constituição também possibilitou a criação de mecanismos formais de participação social, consolidando uma nova relação entre Estado e sociedade civil. Nesse contexto, os Conselhos Municipais surgem como importantes instrumentos de democratização da gestão pública e efetivação do controle social.

A partir da Constituição de 1988, a participação popular passou a ser reconhecida como princípio fundamental da administração pública e elemento indispensável para a consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 1988). Assim, a institucionalização dos Conselhos Municipais ocorreu de forma articulada ao processo de redemocratização do país, à descentralização das políticas públicas e à ampliação da autonomia dos municípios. Conforme destaca RÜCKERT (2005), a Constituição Federal estabeleceu um novo pacto social entre Estado e sociedade civil, fortalecendo os espaços locais de decisão política e ampliando os mecanismos de participação social.

Segundo Borges (2015), com a transferência de responsabilidades administrativas para os municípios, tornou-se necessária a criação de espaços institucionais que promovessem o diálogo entre governo e sociedade civil. Então, os Conselhos Municipais passaram a integrar a estrutura da gestão pública local, garantindo maior participação da população na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, assistência social, educação e garantia de direitos.

A descentralização político-administrativa consolidou o município como espaço privilegiado da cidadania e da participação política. Ainda, segundo o autor antes mencionado, os municípios passaram a assumir papel estratégico na implementação das políticas públicas e na organização das demandas sociais locais.

Posteriormente, legislações específicas contribuíram para consolidar juridicamente os mecanismos participativos instituídos pela Constituição Federal. Um dos principais marcos regulatórios nesse processo foi a Lei nº 8.142/1990, responsável por regulamentar a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). A referida legislação determinou a

obrigatoriedade da existência dos Conselhos de Saúde em todas as esferas de governo, consolidando-os como instâncias permanentes e deliberativas de participação e controle social (BRASIL, 1990).

Além da política de saúde, outras áreas passaram a adotar estruturas semelhantes de participação institucionalizada, fortalecendo a presença dos Conselhos Municipais na gestão das políticas públicas. Conforme aponta Cortes (2011), a participação social passou, inclusive, a constituir requisito para o repasse de recursos federais aos estados e municípios, fortalecendo a institucionalização dos Conselhos e consolidando-os como mecanismos formais de gestão democrática e fiscalização financeira.

A partir dessas normativas, os municípios passaram a criar seus próprios Conselhos por meio de legislações específicas, responsáveis por definir sua composição, competências, funcionamento e formas de representação da sociedade civil e do poder público. Em geral, esses espaços assumiram caráter paritário, buscando garantir equilíbrio entre os diferentes segmentos sociais nos processos decisórios e ampliar a participação cidadã.

Segundo Nunes (2022), esse processo deu origem a uma ampla "institucionalidade participativa", composta por Conselhos, Conferências, Audiências Públicas e experiências de Orçamento Participativo. Esses mecanismos contribuíram para o fortalecimento da democracia participativa no período pós-redemocratização brasileira, consolidando espaços permanentes de diálogo entre Estado e sociedade civil. Nesse contexto, os Conselhos Municipais passaram a desempenhar papel relevante na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados pela institucionalização dos Conselhos Municipais, diversos autores apontam limites e desafios relacionados à efetividade desses mecanismos participativos. Souza (2024) destaca que, os processos participativos ainda enfrentam obstáculos estruturais ligados ao clientelismo, ao autoritarismo e às desigualdades sociais historicamente presentes na sociedade brasileira. Assim, a existência formal dos Conselhos não garante, por si só, participação efetiva nem democratização das decisões públicas.

Por fim, a institucionalização dos Conselhos Municipais após a Constituição Federal de 1988 pode ser compreendida como uma das principais inovações democráticas do período pós-redemocratização. Tais mecanismos ampliaram a participação da sociedade civil na gestão pública e fortaleceram o controle social sobre as políticas públicas locais, consolidando novos espaços de diálogo, deliberação e exercício da cidadania.

Considerações finais

O processo de redemocratização brasileira constituiu-se como um marco histórico fundamental na reconstrução das instituições democráticas e na redefinição das relações entre Estado e sociedade civil. Mais do que a superação formal do regime autoritário instaurado após o Golpe Militar de 1964, a transição democrática representou a ampliação dos direitos sociais, políticos e civis, além da consolidação de novos mecanismos de participação popular e controle social. Nesse contexto, o Congresso Constituinte, atuou de forma precisa ao positivar na Constituição Federal de 1988 os princípios democráticos voltados à descentralização das políticas públicas, ao fortalecimento da cidadania e à ampliação da participação da sociedade civil nos processos públicos decisórios.

O estudo analisou a relação entre a redemocratização brasileira e a institucionalização dos Conselhos Municipais no período pós-1988, compreendendo tais espaços como importantes instrumentos de democratização da gestão pública. A partir da análise realizada, verificou-se que os Conselhos Municipais emergiram como mecanismos formais de participação social, possibilitando maior aproximação entre governo e sociedade civil na formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação dos resultados das políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, assistência social, educação e na garantia de direitos.

Observou-se, ainda, que a descentralização político-administrativa promovida pela Constituição Federal fortaleceu os municípios enquanto espaços estratégicos de cidadania e participação política. Nesse sentido, os Conselhos Municipais passaram a integrar uma ampla institucionalidade participativa, composta também por conferências, audiências públicas e outras formas de gestão democrática, consolidando novos espaços de diálogo e deliberação coletiva como vetores para o próprio estado.

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados pela institucionalização desses mecanismos participativos, persistem desafios relacionados à efetividade da participação social e ao fortalecimento do controle democrático. Aspectos como o clientelismo, as desigualdades sociais, a baixa participação popular e as permanências de práticas autoritárias ainda limitam, em muitos contextos, o pleno funcionamento dos Conselhos Municipais enquanto instrumentos efetivos de democratização das decisões públicas.

Dessa forma, conclui-se que os Conselhos Municipais representam uma das principais inovações democráticas do período pós-redemocratização brasileira, contribuindo para a ampliação da cidadania, da participação popular e do controle social sobre as políticas públicas locais. Contudo, a consolidação de uma democracia verdadeiramente participativa depende do fortalecimento contínuo desses espaços, da ampliação do acesso da população aos processos decisórios e da construção de uma cultura política comprometida com os princípios democráticos e com a efetivação dos direitos sociais, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito como preceitua o artigo 1º da Constituição Brasileira de 1988.

Referências

BETHELL, Leslie; CASTRO, Celso. **A política no Brasil sob o regime militar, 1964–1985**. In: BETHELL, Leslie (org.). A História de Cambridge da América Latina. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 165-230. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/books/abs/cambridge-history-of-latin-america/politics-in-brazil-under-military-rule-19641985/ECD7D22EC9A2D10301F515929C38EE14 Acesso em: 3 maio 2026.

BORGES, S. S. **Democracia e participação social, um problema geográfico? A contribuição de Conselhos Municipais para a democratização do poder e do espaço**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 21, n. 3, p. 8-24, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/25524 . Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm Acesso em: 24 maio 2026.

CORTES, Soraya Vargas. As diferentes instituições participativas existentes nos municípios brasileiros. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p. 137-149. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro_efetividade.pdf?utm_source Acesso em: 24 maio 2026.

DE SOUZA, Renata. **Consequências do desmonte da Política Nacional de Participação Social no Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDRAF**). Campos Neutrais -

Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, v. 6, n. 3, p. 70-98, 2024. Disponível em: https://periodicos.furg.br/cn/article/view/17047 . Acesso em: 25 maio 2026.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000. Disponível em https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194 UEL. Acesso em: 3 maio 2026.

NUNES, Guilherme de Sá; RESENDE, Paulo Edgar R**. Métodos de avaliação da efetividade de instituições participativas: um balanço do debate**. Revista Agenda Política, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 128-154, 2022. Disponível em: https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/439 . Acesso em: 26 maio 2026.

RÜCKERT, Aldomar **A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 17, p. 79-94, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **The politics of military rule in Brazil, 1964–1985.** New York: Oxford University Press, 1988. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3338773?origin=crossref&seq=1 Acesso em: 1 maio 2026.

ZAMBAM, Neuro José; BORBA, Julian. **Democracia e razão pública na Constituição Federal de 1988.** Problemata, João Pessoa, v. 10, n. 3, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.7443/problemata.v10i3.49180. Acesso em: 3 maio 2026.

KARL MARX E O MATERIALISMO HISTÓRICO: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Claudio Everaldo dos Santos[26]
Solange Beatriz Billig Garces[27]

Resumo: Este artigo analisa as contribuições de Marx e do materialismo histórico para a compreensão das práticas socioculturais e do desenvolvimento social. Contextualiza-se a trajetória intelectual de Marx a partir das transformações econômicas, sociais e políticas decorrentes da Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo, destacando a influência da filosofia alemã na formação de seu pensamento. Após, discute-se o materialismo histórico como fundamento teórico-metodológico para a análise crítica da realidade social e das práticas voltadas à emancipação humana. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos. Os resultados evidenciam que o pensamento de Marx está profundamente vinculado às contradições históricas de seu tempo e que o materialismo histórico se constitui como crítica às concepções metafísicas da realidade, compreendendo as ideias e instituições como produtos das relações sociais concretas. Conclui-se que práticas socioculturais emancipadoras exigem reflexão crítica, consciência social e compromisso com a transformação da realidade.

Palavras-Chave: Karl Marx. Materialismo. História. Práticas Socioculturais. Desenvolvimento social.

Introdução

Na primeira seção, busca-se contextualizar, minimamente, a condição de Karl Marx no que se refere ao momento em que o autor se insere na sociedade alemã, o que ocorre sob a influência dos valores da Revolução Francesa. Observam-se as circunstâncias históricas — o incipiente capitalismo, a Revolução Industrial, suas nuances e a questão da filosofia alemã. Tem-se, pois, o homem que se faz sociólogo, filósofo e/ou economista como um homem entre homens, sendo essa abordagem necessária para a reflexão sobre o materialismo histórico.

Apreende-se que a tomada da Bastilha impulsionou os ideais e os anseios de liberdade de jovens revolucionários e movimentos políticos em diversas partes do mundo, alcançando inclusive as colônias. No Brasil, a Proclamação da República foi influenciada por valores de liberdade, igualdade

[26] Doutorando e Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Bolsista CAPES pela Universidade de Cruz Alta, UNICRUZ. Graduado em Serviço Social pela UNIJUÌ, Pós Graduado em Gestão Pública pelo IFF, Campus Panambi, Assistente Social no município de Ijuí/RS. E-mail:claudioxt188@yahoo.com.br
[27] Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta- UNICRUZ. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br.

e cidadania. Embora tenha se constituído, inicialmente, como uma República da Espada, representou uma ruptura com a ordem monárquica e hereditária de acesso e manutenção do poder. Com a revolução burguesa, tem-se, em seguida, a Revolução Industrial, que será objeto de análise de Marx mediante suas contradições. Contradições que implicam no dinamismo da vida social. Não há, em Marx, desejo de retornar ao sistema feudal, mesmo tecendo críticas ao que define como atraso alemão frente ao desenvolvimento industrial Inglês. O materialismo de Marx rejeita, sem negociações, a metafisica e os ideólogos, a quem refere, ironicamente, como os "construtores da história". Filósofos cuja filosofia desce do céu para a terra. Marx inverte essa lógica e afirma que a realidade é o demiurgo das ideias.

Na segunda seção, tem-se o materialismo histórico mediante a possibilidade de constituir-se em referencial teórico/metodológico para o Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Materialismo que implica em produção da vida material "[...] refere-se o materialismo histórico à esfera conjunta dos conhecimentos que diz respeito a historicidade [...]" (Marcuse, 1968, p. 58). O objeto determina o método em razão dos processos em seus movimentos, mediante a pretensão de alcançar o campo de tensões e contradições presentes nas determinações da vida social. Dessa forma, a produção teórica e a prática sociocultural constituem um mesmo movimento de apreensão e exposição do real, com potencial transformador.

Caminho Metodológico

Para realizar este estudo, utilizou-se da metodologia bibliográfica, com uma abordagem qualitativa e análise crítico-dialética. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002, p. 44), "[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]". Assim, esta pesquisa estabelece relação dialógica com estudiosos da corrente marxista. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas [...] (Gil, 2002, p. 44).

O método de estudo é o dialético-crítico, conforme a teoria marxista, entendendo-se como um proceder crítico-reflexivo de apreensão e exposição do movimento do real. Considera-se, no entanto, que não se alcança a completude desse movimento diante do dinamismo histórico, "uma vez que a realidade é mais rica que qualquer discurso construído sobre ela" (Minayo, 2008, p. 25)

Destarte, a questão que nos impinge a principiar esta investigação, mesmo considerando as limitações deste espaço, é compreender o percurso histórico de desenvolvimento, em Marx e Engels, do materialismo enquanto método de pesquisa e intervenção na questão social.

Quanto à epistemologia, a metodologia refere-se ao método dialético-crítico da teoria marxista, uma vez que assinala o dinamismo histórico ao aferir que a vida é devir e, como tal, constitui-se na realização gradual e contínua das aspirações humanas. Com o método, busca-se, na bibliografia, categorias de análise que melhor representem o contexto social e histórico vivido por Marx e Engels. O lugar de onde se olha para a história está, pois, assentado sobre as correntes progressistas e marxistas.

Karl Marx: um homem entre homens

Com o método dialético crítico, constata-se que é histórica a riqueza sociocultural e econômica produzida pela humanidade. Historicidade que, sendo fonte de riquezas, é também de onde emanam as mazelas sociais. Constitui-se, assim, a produção da vida material em acontecimentos que atendem às aspirações e realizações dos seres humanos, e, por esse meio, à produção de subjetividades.

Destarte, para se orientar sobre a perspectiva do materialismo histórico na forma consagrada por Marx e Engels, é necessário, mesmo que minimamente, contextualizá-los, pois tem-se que Karl Marx é efeito e que as causas estão no contexto social/histórico por ele vivido. "[...] A fundamental situação marxista pode vir a ser interpretada 'corretamente' se alcançada sua localização histórica e o sentido nela apreendido. Esta possibilidade se baseia no modo de ser da existência humana histórica" (Marcuse, 1968, p. 59). Karl Marx e Friedrich Engels são tomados, neste artigo, como homens entre homens, "sujeito e objeto na história" (Marcuse,1968, p.64).

O movimento dialético em Marx e Engels é de negação e superação. Assim, inserem-se na história sob os ideais da Revolução Francesa, questionam a relação entre Estado e Igreja, trabalhadores e capitalistas, bem como os economistas, filósofos e historiadores seus contemporâneos ou que os tenham precedido. Fazem-no olhando para historicidade e para o contexto social que vivenciam. O marxismo "[...] vive na indestrutível unidade de teoria e prática, ciência e fato, e cada pesquisa marxista precisa guardar essa unidade como o mais alto fio condutor (Marcuse, 1968, p. 57). São os acontecimentos no vir a ser, fundamento ontológico do ser social, que revelam as verdades

marxistas. “As verdades do marxismo não são apenas verdades do conhecimento, e sim do acontecer [...]” (Marcuse, 1968, p. 58).

Em 14 de julho de 1789, com a tomada da Bastilha e a Declaração dos Direitos do Homem, os princípios de igualdade, liberdade, fraternidade e direito à propriedade ganham consistência ao eclodir a Revolução Francesa. A execução de Luís XVI e a proclamação da República (1793) vêm a preencher os corações de jovens anarquistas e idealistas no mundo todo. O voto universal e o fim da escravização são esperança de tempos melhores para intelectuais e demais trabalhadores. Nesse contexto, 29 anos depois, em 1818, nasce Karl Marx, que se insere de forma crítico-reflexiva em um mundo em ebulição. Monarquia em crise, luta pelo fim da escravização e Revolução Industrial compõem o cenário.

Quanto à colônia Brasil, em 1822 declara sua independência, e em 1824 sua primeira constituição, estabelecendo os quatro poderes – Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Assim, estabelece, também, as bases para o fim da escravização, em 1888, e para a Proclamação da República, em 1889. Assim, estabelece, também, as bases para o fim da escravização, em 1888, e para a Proclamação da República, em 1889. A República Federativa do Brasil também impulsionada pelos ventos da Revolução Francesa.

A *res publica* inicia seu processo de assumir e conduzir os rumos da sociedade, questionando-se a hereditariedade do poder. A população quer alcançar o bem comum. Para este exercício, criou-se o Parlamento, onde a população escolhe seus representantes, que deverão zelar pelo bem-comum. “República, que significa literalmente coisa comum” (Heller, 2021, p. 119), inicia, porém, sem público, como República da Espada de Marechal Deodoro da Fonseca e, em seguida, de Floriano Peixoto, mas, ainda assim, uma república e, com ela, mediante o fim do Império, as possibilidades para o desenvolvimento de uma nova nação. Nesse contexto, em 13 de maio de 1888, mediante pressão externa, deu-se a abolição da escravização. Não há iniciativas quanto a políticas públicas, reforma agraria ou qualquer outro incentivo a esta população, que é alijada das possibilidades de desenvolvimento. Os negros escravizados somados aos originários remanescentes e aos mestiços, dão visibilidade à questão social.

Quanto à questão social, na forma apreendida pelo Serviço Social no Brasil, poderá surgir na “[...] desintegração da estrutura feudal em função do amadurecimento de suas próprias contradições internas”, conforme Martinelli (2006, p. 31), diante do surgimento do capitalismo mercantilista nos

séculos XIV e XV, e/ou acentuando-se no século XIX com o processo de industrialização, conforme Robert Castel (2017, p. 11), que caracteriza a questão social a partir da desagregação da sociedade salarial. Questão social que se tem, no Serviço Social, como o fenômeno singular, efeito do conflito entre capital e trabalho. Nesta relação, tem-se os detentores dos meios de produção dispondo do capital e a classe trabalhadora que, sem capital, vende suas capacidades de trabalho ao capitalista.

Na Inglaterra, a Revolução Industrial está como o apogeu do desenvolvimento, as máquinas substituem os homens, reorganizando a vida social de modo a atender as demandas do modelo fabril de produção. "Engels, a quem se atribui a origem da expressão Revolução Industrial, considerou que ela teve para a Inglaterra 'a mesma importância que a revolução política teve para França e a filosófica para a Alemanha'" (Martinelli,2006, p.35).

A indústria com seu maquinário, altera todas as formas de ser em sociedade ao estabelecer a divisão socio e técnica do trabalho, uma vez que "[...] cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho" (Marx; Engel, 2007, p. 89).

No final do século XVIII e início do XIX, os detentores dos meios de produção exploram a capacidade de trabalho dos desprovidos daqueles meios; acumulam-se riquezas e as mais variadas formas de misérias: acúmulo de mão de obra no entorno das fábricas, jornadas de trabalho extenuantes e a captação, também, de mulheres e criança para a indústria. Mediante a Revolução industrial, conforme Martinelli (2006, p. 36):

> [...] consumou-se a ruptura que estava instaurando-se no processo de trabalho desde a dinastia Tudor, quando o camponês foi separado da terra, alijado dos meios de produção. Agora, ao final do sec. XVIII, ele se via substituído pela máquina, que já não dependia de sua energia para se mover, separado de sua força de trabalho, pois somente ela, tornada mercadoria, interessava aos donos do capital. Assim, a revolução industrial, que se iniciou na Inglaterra no final do sec. XVIII e que ao longo da primeira metade do sec. XIX se irradiou por toda a Europa Ocidental e através dos fluxos migratórios atingiu também os Estados Unidos, não significa apenas o momento das grandes invenções que vieram a revolucionar as técnicas e o processo de produção. Significa o momento crucial de surgimento e ascensão do capitalismo industrial.

O modo de produção capitalista é o núcleo de onde emerge a crítica marxista, o que faz em relação ao sistema feudal. Não se observam experimentos relacionados ao comunismo, que surge nos estudos de Marx e Engels, principalmente, como possibilidade para a classe trabalhadora. Os estudiosos tratam do incipiente sistema capitalista, pois vivem nele.

Na Alemanha, Marx percebe o atraso e o conservadorismo em relação, principalmente, à França e à Inglaterra industrializada.

> Marx como os demais intelectuais de sua geração, estava condenado a conviver com uma realidade social retrógada: enquanto os demais países da Europa viviam os novos tempos inaugurados pela Revolução Francesa de 1789 e pela modernização capitalista, a Alemanha permanecia estagnada no feudalismo e sofrendo o despotismo de uma monarquia que impunha uma feroz censura à imprensa e proibia o debate político (Marx, 2010, p. 8-9).

Todavia, sua crítica, quanto à Alemanha, centra-se nas questões de ordem filosófica. No título da obra *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas,* Marx e Engels declaram guerra ao pensamento puramente abstrato. A uma filosofia que desce do céu para a terra, de filósofos que se percebem como os construtores da história. "[...] esses grandes fabricantes da história 'tem o poder em suas mãos', pois eles 'extraem' o poder de si mesmos e da crítica (portanto, novamente de si mesmos) [...]" (Marx; Engels, 2007, p. 110).

Marx ironiza o que define como movimento da razão pura. Um movimento dialético de aceitação e negação, mas que ensimesmado não busca a verdade no contexto sociohistorico e, sim, busca formas de introjetar suas verdades na sociedade.

Ocorre que à crise socioeconômica alemã provoca o despertar filosófico, o que está como um refúgio para aqueles que não conseguiam fazer política. Marx, no entanto, vai criticar essa postura mediante a ilusão que observa nos filósofos, de que acreditavam mudar o mundo ou, pelo menos, apreendê-lo, sem dele extrair o conhecimento necessário. Marx, por sua vez, quer banhar-se de realidade, compreender o mundo em seus acontecimentos, saber sobre as contradições, dali extrair suas ideias e transformá-lo.

> Falamos, acima, sobre a concepção alemã da história. Aqui em são Max[28], encontramos um brilhante exemplo disso. A ideia especulativa, a representação abstrata, é feita a força motriz da história e, desse modo, a história é transformada em mera história da filosofia. Mas mesmo esta última não é deforma alguma concebida tal como realmente acontece de acordo com as forças existentes, e muito menos tal como se desenvolveu a partir das influencias das relações

[28] Dessa forma Marx e Engels se referem ao Filósofo Max Stirner autor de "O único e sua propriedade", 1844 - Johann Kaspar Schmidt, 1806-1856. Outro filósofo alvo em "A Ideologia Alemã" é São Bruno, Bruno Bauer, 1809-1882, autor de "A questão Judaica". Marx e Engels criticam a postura messiânicas desses e outros filósofos do período.

> históricas reais [*realen*], mas sim como foi concebida e descrita pelos novos filósofos alemães, Hegel e Feuerbach em particular (Marx e Engels, 2007, p. 134)

O fragmento que segue, extraído do manifesto comunista, exemplifica o modo de ser e agir de Marx, no que refere sua produção teórica.

> O descobrimento da América, a circum-navegação de África, criara um novo terreno para a burguesia ascendente. O mercado das índias orientais e da China, a colonização da América, o intercambio [austausch] com as colônias, a multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação, à indústria, um surto nunca até então conhecido, e, com ela, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desmoronamento (Marx; Engels, 1997, p. 30).

Marx (1818 – 1883) foi, então, um estudioso, fundador e militante nas organizações da classe trabalhadora. Produziu textos jornalísticos, participou de organizações dos trabalhadores, denunciou a precariedade nos espaços de trabalho, a fragilidades dos vínculos empregatícios e todas as formas de exploração. Estudou Direito e Filosofia nas universidades de Bonn e de Berlim. Morou em Paris e em Bruxelas, na Bélgica, "[...] onde desenvolveu intensa atividade política, juntamente com Engels, na Sociedade dos Operários Alemães de Bruxelas, já de perfil marcadamente comunista. Os dois lançaram, em 1848, o célebre Manifesto do Partido Comunista (Marx;Engels, 2007, p. 9).

Em sua interversão política, Marx expressa o que percebe como interesses da classe trabalhadora. Tendo a realidade como demiurgo das ideias, construiu uma teoria social, sendo seu objeto de análise e intervenção a sociedade burguesa. Conforme Marx, é na passagem do modelo feudal para o capitalismo que as relações sociais são transformadas. O que era ciência, invenção, arte, fé passa a ser comércio. "A burguesia despiu da sua aparência sagrada todas as actividades até aqui veneráveis e consideradas com pia reverência. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela" (Marx; Engels, 1997, p.32). Sobre o comunismo e a ameaça instituída refere Marx: "O comunismo já é reconhecido por todos os poderes europeus como um poder[29]" (Marx; Engels, 1997, p.34).

Karl Marx, Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) são considerados os fundadores da sociologia, em seus fundamentos teóricos e metodológicos. Quanto a Marx detém-se, então, no contexto social tendo como ponto de partida o modo de produção capitalista o que o faz em

[29] A presente tradução do Manifesto do Partido Comunista foi feita a partir do texto da edição alemã de 1890, preparada por Friedrich Engels, publicada nas Marx/Engels Werke (doravante MEW), Berlim, Dietz Verlag, 1974, vol. 4, pp. 459-493. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm

relação crítica dialética de superação a outros estudiosos em um esforço de apreensão do movimento do real. Seu trabalho apresenta estudos da área da Filosofia, da Sociologia e da Economia. Todavia, Marx, assim como Durkheim e Weber, não estiveram sujeitos às grades curriculares, como se observa hoje, o que lhes permitiu navegar por História, Filosofia e Economia e, assim, fazer germinar a Sociologia. "[...] soma a essa formação elementos de experiência concreta de reflexão-ação na vida política de seu tempo" (Zacarias, 2025, p. 3).

Afere-se que Marx desenvolveu práticas socioculturais de modo a provocar reflexão quanto à relação de classe e no que se refere à exploração capitalista, mas de forma objetiva, tendo no horizonte a intenção de transformar as relações sociais. "[...] dessa forma, Marx demonstra que a ação concreta não se separa da teoria" (Zacarias, 2025, p. 3).

Não há separação entre teoria e prática e não há momentos distintos, pois o ato de pesquisar, momento de produção de conhecimento, e o de interferir constituem um acontecimento simultâneo que surge com a análise crítica no movimento histórico. O conhecimento teórico em Marx é a "reprodução ideal do movimento real do objeto do conhecimento".[30]

Interfere, pois, nas relações sociais desde o momento em que observa/vive a/na realidade, quando as questões e teses surgem e são colocadas aos sujeitos sociais. Assim, reconhece o dinamismo histórico e a necessidade de um método que acompanhe o movimento do real. Acompanhar o movimento do real, nesta perspectiva, é estar inserido na teia de relações sociais como produto e produtor da vida social

> A realidade, em sua imediaticidade, não pode ser apreendida em sua essência: para superar essa limitação, é necessário recorrer a um método científico que acompanhe seu movimento e suas múltiplas determinações. O método dialético permite apropriar-se dos diferentes aspectos dos fenômenos que compõem a realidade, analisando condições materiais, contextos históricos, expressões humanas e contradições internas (Zacarias, 2025, p. 4).

O método dialético-crítico tem-se como instrumento teórico de investigação para interpretação e sistematização do conhecimento e é, também, e na mesma importância, instrumento para atuar nas mediações práticas, de modo a intervir no contexto social. Configura-se o método como materialista, uma vez que emerge da realidade sócio-histórica e a ela retorna de forma crítica e

[30] Introdução ao Método de Marx, com José Paulo Netto PPGPS/SER/UnB. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=o+metodo+dial%C3%A9tico%2C+jose+paulo+neto

transformadora. O método em Marx "[...] não é um simples instrumento de investigação neutra, mas um processo inseparável da teoria revolucionária e da perspectiva transformadora da realidade" (Zacarias, 2025, p. 2).

Para a apreensão desta categoria, materialidade, é importante saber que se posiciona como o oposto da metafísica, uma vez que tem na matéria o ponto de partida para investigar e o contexto a transformar. Em Marx, "[...] com a 'vida material' reproduz-se também a 'ideal': 'A produção das ideias, das representações, da consciência, está de início imediatamente implicada na atividade material e na relação material dos homens'" (Marcuse, 1968, p. 62). Dos homens para os homens, em Marx não há o que explicar mediante elementos místicos; trata-se do oposto: estes elementos estão como constructo social na materialidade histórica.

> Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu sobre à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados representados, para, a partir daí chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seus processos de vida real, expondo-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeças dos homens são sublimações necessárias de seus processos de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafisica ou qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privados aqui da aparência de autonomia que até então possuíam. Não tem história nem desenvolvimento; mas os homens ao desenvolverem sua produção e seu intercambio matérias transformam, também, com essa sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 2007, p. 94)

Desde a juventude - aos 19 anos, em carta ao seu pai -, conforme assinala Giannotti (2000), Marx percebe a necessidade de afastar-se do que é sobrenatural, percebe que a realidade é o demiurgo das ideias e busca, nas relações sociais, as causas e os efeitos da desigualdade social. "[...] Liberando-me do idealismo que eu tinha nutrido de elementos ficthianos e kantianos, passei a procurar a ideia na própria realidade [...]" (Giannotti, 2000, p.21).

Este ato radical em Marx "[...] reivindica a realidade da existência humana" (Marcuse, 1968, p.61). Existência humana que, em sua essência, é trabalho, consciência, universalidade, sociabilidade e liberdade (Heller, 2021), e cuja história é a "[...] explicitação da essência humana [...]" (Heller, 2021, p. 15). Marx olha para a terra e nela percebe as relações, a materialidade, que produzem a/na vida em sociedade.

O Materialismo Histórico e as Práticas Socioculturais

O Materialismo Histórico, crítico e dialético, ao afirmar que "[...] o primeiro ato histórico é a produção da própria vida material" (Marx; Engels, 1932, p. 145/238 apud Marcuse, 1968, p. 64), é um método de análise que se insere no objeto de pesquisa "[...] refere-se o materialismo histórico à esfera conjunta dos conhecimentos, que diz respeito à historicidade: a estrutura e mobilidade do acontecer ligam-se ao ser[...]" (Marcuse, 1968, p. 58).

O objeto determina o método em razão dos processos em seus movimentos, mediante a pretensão de alcançar o campo de tensões e contradições nas determinações da vida social, em busca do concreto que está na reprodução mental do que na história acontece. "O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, também da percepção e da representação" (Ianni, 1984, p. 63). O pensamento resulta dos acontecimentos e das necessidades que levam à engenhosidade do ser humano "[...] é a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta" (Ianni, 1984, p. 63).

Na lógica marxista é o homem em suas práticas socioculturais quem cria seus mitos, tabus, as fábulas e todos os fantasmas que povoam a realidade de sua existência. "[...] Enquanto histórica, é a existência humana a "sucessão das gerações" (Marx;Engels, 1932, p 254 apud Marcuse, 1968, p. 65). Nesta relação de interdependência o homem se forja e forja o mundo a sua volta. Em sua dialética sobre Ser e Tempo em Heidegger, Marcuse (1968, p. 70) refere:

> [...] do 'ser-no-mundo', anuncia-se a existência enquanto ser-com. A base desse ser-com-no-mundo já é sempre o mundo aquele que eu compartilho com os outros. O mundo do ser situado é 'mundo-com'. O ser-com alguém. Destes outros, a partir deste 'mundo-com', recebe a existência quotidiana a sua determinação.

Na teia de relações, configuram-se as determinações sociais quando o homem, entre homens, herdeiro do que é socialmente produzido, faz sua história – existência histórica - em condições pré-determinadas, apreende-se, dando rumos significados à existência histórica. Conforme Marcuse (1968, p. 63):

> [...] a existência humana se realiza essencialmente na história e através da história se vê determinado. Isto é, o autor do ato radical precisa ter existência histórica e seu campo de ação precisar ser a história, sua direção e meta precisam vir da própria história e rumar à existência histórica. Para determinar a possibilidade concreta do ato radical, precisa a situação histórica, na qual ela deve vir a ser efetuada, ser conhecida. Além disto surge necessário que a estrutura da historicidade, em geral, e as básicas condições da sua existência histórica, sejam esclarecidas.

Na materialidade histórica, o modo de produção capitalista torna, no entanto, obscura a realidade, de modo que compreender os entraveis para o desenvolvimento do indivíduo no contexto social torna-se tarefa complexa na medida do desenvolvimento do capital. O produto do trabalho é um objeto estranho no qual o trabalhador não se reconhece. O homem coisificado frente ao produto personificado.

> A alienação do trabalhador, no seu produto, não significa apenas que seu trabalho se torna um objeto, que vem a ser uma existência externa, e sim que, existe fora dele, independente, estranho a ele, de modo a transformar-se num poder auto suficiente diante dele, pois a vida, o que ele tem a perder em favor do objeto, antagonizou lhe inamistosamente e estranhamente (Marcuse, 1968, p. 114).

Os ditames do capital tornam estranha a realidade, momento em que já não é possível ao indivíduo manter sua autonomia. Conforme Faleiros (2011, p. 63), autonomia, implica em "[...] poder viver para si no controle das próprias forças e de acordo com as próprias referencias". No materialismo histórico, no entanto, mesmo diante do estranhamento, não há passividade, e o fenômeno da alienação implica em rebeldia e resistência. Implica na luta dos contrários. "[...] luta que, antes de ser sentida pelos dois lados, entendida, apreciada, compreendida, confessada e proclamada em voz alta, apenas se manifesta previamente em conflitos parciais e momentâneos, em fatos subversivos" (Marx; Engels, 2007, p.112).

Descontentamentos, desassossegos que implicam em materialidade na diligente história social, não se tratando de opor o bom ao mal, mas da constante construção da vida a partir das condições por ela engendradas. Conforme advertem Marx e Engels (2007, p. 104):

> A partir do momento em que o processo do movimento dialético se reduz ao simples processo de opor o bom e o mau, de colocar problemas que tendem a eliminar o mau e a apresentar uma categoria como antídoto à outra, as categorias deixam de ter espontaneidade; a ideia já não funciona; já não tem vida em si mesma. Já não se põe nem se decompõe categorias. A sucessão das categorias tornou-se uma espécie de sobreposição. A dialética já não é o movimento da razão absoluta. Já não há dialética, há quando muito moral pura e simples.

O movimento dialético, conforme Marx, implica, na unidade dos contrários, em superação, expondo o contraditório de modo a tornar inteligível as estratégias para manutenção dos vetores positivos que trabalham para implicam em desigualdades sociais e/ou na reprodução da vida social. Quanto à negatividade, é a categoria do movimento. É no processo de conhecimento, consciência e negação que se move a história. Pontes (1997, p. 74) refere: "[...] negatividade é por excelência a categoria do movimento. Sem negatividade seria inconcebível qualquer noção de movimento, de mudança e especialmente de superação."

Práticas socioculturais que se requerem transformadoras terão no materialismo a filosofia que busca alcançar as nuances, superando, assim, a simplificação, que é moralista, mediante a noção de opor o bom e o mau. As ações sob o viés dessa corrente não tratam, pois, de alguma forma de caridade - o que atende mais a exploração capitalista e à moral, na medida em que alcança o mínimo necessário à garantia de subsistência para o trabalhador, de modo a acomodá-lo na situação - porquanto as questões fundamentais passam despercebidas. A "libertação" é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercambio [...] (Marx; Engels, 2007, p. 29). Essas reflexões mediante o materialismo histórico são fundamentais, uma vez que enfrentam a questão da alienação provocada pelas contradições do sistema. Alienação necessária à exploração e manutenção das desigualdades sociais.

As circunstâncias da vida são herdadas de modo a condicionarem o desenvolvimento do homem, riquezas ou pobrezas de ordem material ou cultural. Circunstâncias com as quais os homens se deparam e, a partir delas, se constituem. Nessa lógica, práticas socioculturais nas quais o fim último é a aquisição de algum bem ou que pretendam suprimir uma demanda imediata atribuem, costumeiramente, as mazelas sociais e coisas sobrenaturais aos efeitos responsabilizando o sujeito mediante a herança recebida. "[...] as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias" (Marx; Engels, 2007, p. 43). Projetos de ordem social, sob o viés do materialismo histórico, estimulam a reflexão sobre as circunstâncias.

Espaços de reflexão - além dos projetos sociais e outras práticas interventivas que costumam ser desenvolvidas por acadêmicos e outros - são as instâncias de controle social. Conselhos municipais, conferências, portais de transparência e outros equipamentos de participação democrática, mediante o materialismo histórico, estão como meio de influenciar as circunstâncias da vida social. Constituem materialidade histórica, uma vez que reconhecem que há um acontecimento

que é o jogo do controle social e, com ele, os rumos da sociedade sendo determinado. "[...] As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força *espiritual* dominante" (Marx; Engels, 2007, p. 42). Dominar, mediante a força contraria, é viver em acordo com as próprias forças e referência, de modo a condicionar os rumos da sociedade.

Assim como a velha Questão Social se renova, apresentando formas contemporâneas e, ainda, novas manifestações o controle social e as práticas socioculturais que objetivam a transformação social sob o manto do materialismo histórico terão de estar atentas às múltiplas determinações na dinâmica social, suas contradições e intercâmbios. E a síntese destas determinações fazer chegar aos envolvidos na ação prática, não sujeita à crítica e à antítese.

O referencial empírico observa que os espaços onde associações, ONGs, sindicatos, partidos políticos e mesmo iniciativas universitárias se dispõem à intervenção social, comumente, estão condicionados por práticas de caridade e espiritualidade, mesmo quando o discurso de emancipação está presente. Com Marx (2010, p. 31) todavia se apreende:

> A crítica da religião desengana o homem, para que ele pense, aja, crie sua realidade como homem desenganado que alcançou a razão, para que ele se mova ao redor de si mesmo e de seu sol verdadeiro. A religião não é se não um sol ilusório, que orbita ao redor do homem enquanto ele não orbita ao redor de si mesmo.

Questão social, na forma contemporânea, se observa na "[...] banalização da vida humana, na violência escondida, no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços da vida social [...]" (Iamamoto, 2010, p.144-145) Questão social que eclode, também, do movimento das organizações socias, luta das mulheres contra os valores do patriarcado, luta da população negra contra o racismo, luta da comunidade LGBTQIAPN+ etc., que, ao ecoarem na sociedade, e provocam mudanças de direção ao desafiar o poder.

Considerações finais

Como considerações finais, é possível dizer que Marx é efeito e que as causas estão nas circunstâncias históricas por ele vividas, tanto no que se refere à produção da vida material, que produz também a vida espiritual e/ou filosófica, quanto, em específico, ao modo de produção

capitalista. As causas estão no modo de produção capitalista, fundamentalmente assentado no paradigma da exploração para acúmulo.

O ponto de partida é o fenômeno – modo de produção, acúmulo, miséria, exploração... –, sendo que o aparente revela. É a manifestação factual, mas, se revela algo, como o formato de uma laranja, a essência daquilo que se convencionou dizer laranja está na afluência das partes. Não fosse assim, bastaria olhar à distância para saber sobre o suco, o bagaço, cálcio, ferro e magnésio em suas propriedades, que é rica em vitamina C etc. Para saber, é necessário investigar, deter-se sobre suas propriedades.

Marx não fez relação entre o Estado capitalista e o comunista; isso não havia no período. Estuda o Estado capitalista, pois vive nele e o faz em relação ao sistema feudal. O comunismo aparece como possibilidade frente, então, às mazelas sociais. O termo marxista não seria empregado por Marx, uma vez que engessa o processo singular de negação e superação no movimento do real. Não há espaço para dogmas em Marx e Engels, uma vez que estão dispostos à antítese. O materialismo distancia-se, determinantemente, de correntes filosóficas metafísicas e de outros filósofos que percebem as ideias como produtoras da realidade. O materialismo inverte essa lógica, olha para a vida vivida em sociedade e dali extrai seu conhecimento com objetivo de intervenção.

As práticas socioculturais sob orientação da corrente materialista deverão ater-se ao contexto social, de modo a propiciar esclarecimento no que se refere às mazelas sociais, estimulando a autonomia e, a partir dela, a produção da vida social. Assim, estima-se as práticas socioculturais possam e devam constituir-se em movimento crítico-político de reflexão sob o viés do materialismo histórico e com o objetivo final de valorização e ampliação da autonomia dos sujeitos.

Referências

CASTEL, Robert. **Desigualdade e a questão social**. 4. ed. São Paulo: Educ, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em serviço social.* 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GIANOTTI, José Arthur. Marx: além do marxismo. Porto Alegre, RS: L&PM 2ª Ed. 2009

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de Pesquisa**. 4ª ed, São Paulo, Atlas, 2002.

IANNI, Octavio.**Marx Sociologia.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCUSE, Herbert. **Materialismo histórico e existência**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes *Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Marx, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Editora Avante, 2ª Ed. 1997
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.

ZACARIAS, Inez Rocha. **Método em Marx:** os fundamentos do método dialético-crítico. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 1-12, jan./dez. 2025. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS NORMATIVOS E DAS BARREIRAS ESTRUTURAIS À PARTICIPAÇÃO FEMININA

Barbara Daiane Krammer Gartner[31]

Resumo: O presente trabalho busca analisar a violência política de gênero como uma barreira estrutural que dificulta a participação feminina nos espaços de poder e decisão, levando em consideração fatores históricos e culturais, o patriarcado, a falta de representatividade e a desigualdade de gênero. A participação das mulheres na política aparece de forma desigual quando comparada a participação dos homens, e é possível essa conclusão quando analisados os dados apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE Mulheres, 2022), que evidenciam essa desproporcionalidade. Ademais, a pesquisa também destaca a importância da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 14.192/2021 na proteção dos direitos políticos das mulheres. A partir da análise de dados estatísticos e estudos sobre o tema, podemos concluir que somente a criação de leis não é suficiente, são necessárias políticas públicas, incentivo à participação feminina e mudanças culturais para garantir uma democracia mais inclusiva e representativa.

Palavras-chave: Mulheres. Política. Representatividade. Legislação.

Considerações iniciais

A participação feminina na política brasileira, embora tenha avançado nas últimas décadas, ainda se mostra significativamente inferior à masculina, refletindo desigualdades estruturais historicamente consolidadas. Compreende-se que a participação da mulher no meio político é essencial para que haja representatividade e uma democracia pluralista, que reconheça a diversidade de ideias, grupos, e garanta que o poder não se centralize nas mãos de um único grupo.

Os obstáculos apresentados para que haja essa democracia pluralista são muitos, entre eles, podemos citar a violência política de gênero, que se caracteriza pela discriminação, intimidação e difamação em desfavor das mulheres em ambientes políticos, tema objeto desta pesquisa.

Buscar formas de barrar a participação feminina em espaços políticos, por meio de ataques físicos e/ou psicológicos, objetivando restringir ou anular que estas exerçam seus direitos na vida pública, vai além de um problema estrutural, caracteriza-se como crime, pois existem avanços na

[31] Advogada, pós-graduada em Direito Público- FAVENI- Educacional, pós-graduanda em Direito das Mulheres- I9 Educação. E-mail: barbaragartner33@gmail.com:

legislação que visam garantir às mulheres participação nesses espaços que antes eram inacessíveis para a classe feminina.

Como exemplo desses avanços, podemos destacar que no ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5°, inciso I [32], estabelece a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres. Ademais, a Lei nº 14.192/2021 apresenta uma evolução no sentido de estabelecer normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, garantindo os direitos de participação política da mulher, vedando a discriminação e a desigualdade de tratamento em virtude de sexo ou de raça, e ainda, no seu Art. 3º caracterizou a violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos das mulheres.

Entretanto, embora haja esses avanços na legislação, ainda assim identificamos problemas estruturais como o patriarcado, desigualdade de gênero, falta de representatividade feminina em espaços de poder e decisão, falta de políticas públicas inclusivas, falta de incentivo para grupos historicamente discriminados. Assim, percebemos que, embora haja avanços legislativos, estes não conseguiram acompanhar, na mesma medida, as transformações sociais capazes de garantir sua efetividade, revelando a insuficiência da norma frente às desigualdades estruturais ainda existentes

Desenvolvimento

A ocupação feminina nos cargos políticos é minoria em relação à ocupação masculina. Podemos chegar a essa conclusão se analisarmos os dados apresentados pela Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na página TSE Mulheres, criada no ano de 2022, que apresentou uma visão geral da atuação das mulheres na política, e por meio de dados estatísticos, levantados no período de 2016 a 2022, mostraram que, embora as mulheres sejam maioria e representem 53% do número total do eleitorado brasileiro, são apenas 34% em proporção ao número de candidaturas inscritas representando menos da metade do número total de candidaturas, e o mais preocupante ainda é que apenas 17% dessas mulheres são eleitas. Veja o

[32] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

gráfico apresentado abaixo (gráfico 01):

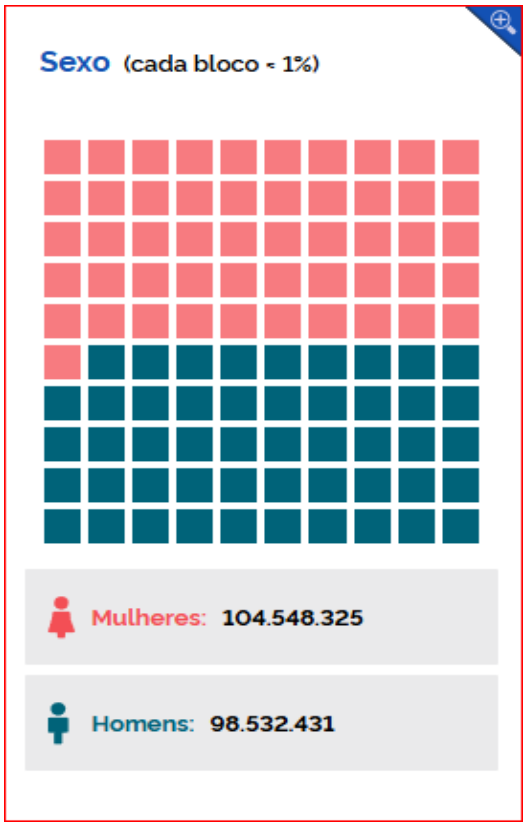


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE Mulheres, 2022)- https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/

Esses dados assustam e preocupam ainda mais, quando analisamos na tabela acima os índices das mulheres reeleitas, que são aquelas que encararam de forma corajosa o meio político, foram eleitas mesmo sendo minoria em um grupo que já é desproporcional ao número do eleitorado total e das candidatas e eleitas, podemos perceber que apenas 14% são reeleitas e seguem nos mandatos eletivos e continuam suas trajetórias políticas, comparado a 86% do número de reeleições que são em favor dos homens. Dados estes que nos fazem refletir sobre o que está faltando, incentivo? Representatividade? Capacitação?

Para agregar a pesquisa, podemos analisar os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico 2022, que aponta que, no Brasil, a população q brasileira é composta por 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens, o que, respectivamente, corresponde a 51,5% e 48,5% da população residente no país. Assim, podemos visualizar que o número de mulheres é, aproximadamente, 6.015.894 a mais que o número de homens no

Brasil. Vejamos o gráfico abaixo (gráfico 02):



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico 2022.

Esses dados apresentados, tanto no gráfico 01 como no gráfico 02, nos mostram que existe algo errado em relação à participação feminina na política, pois, quando se tem dados que mostram que as mulheres são maioria quantitativa em relação aos homens, mas são minoria em relação ao número de candidatos (as) eleitos (as), percebe-se que existe um problema estrutural, que envolve gênero e principalmente, falta de incentivo na participação da vida pública.

Houveram avanços na legislação brasileira, como, por exemplo, a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, no seu Art. 5°, inciso I [33], trouxe no seu texto que homens e

[33] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

mulheres são iguais em direitos e obrigações. Isso significa que possuem os mesmos direitos e as mesmas obrigações, mas não garante que tenham, de fato, as oportunidades na mesma proporção, pois a legislação pode trazer a regra, a norma, mas não pode garantir que serão efetivamente cumpridas, seguidas e respeitadas.

Houve também a criação e aprovação da Lei n° 14.192 de agosto de 2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, que no seu texto buscou garantir os direitos de participação política feminina, conceituou violência política, e alterou o caput do art. 15 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), que passou a vigorar acrescido do inciso X[34], tratando da prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.

Embora esses avanços existam, na prática a desproporcionalidade de mulheres em cargos políticos em relação aos homens é extremamente visível quando analisados os dados anteriormente apresentados. Portanto, compreende-se que somente a legislação é insuficiente para garantir a igual participação feminina na vida política, necessário que haja uma educação voltada para conscientização de gênero, políticas públicas que busquem incentivar a participação das mulheres em espaços predominantemente masculinos, e representatividade, pois quando um grupo menos favorecido se sente representado, portas se abrem, nesse sentido destacam Toledo e Jardim (2019. p. 327/328):

> Necessária a reflexão sobre o papel das mulheres e a política brasileira, principalmente quando levamos em consideração nossa sociedade construída sob a cultura do machismo, do patriarcalismo, na qual o homem sempre ocupou a vida pública e a mulhersomente o espaço privado da casa. A atual Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) foi um marco para institucionalizar os direitos humanos no país, sendo considerado uma ruptura com o regime militar e o início da era democrática, bem como trouxe como fundamento do Estado democrático de direito o princípio da dignidade humana igualdade e os direito e garantia fundamentais [...] Embora a Carta Política não seja suficiente para impor a paridade social, jurídica e política do homem e da mulher, em razão da necessidade de quebra de paradigma, desperta a sociedade para participação igualitária da mulher na vida pública no Brasil [...] A igualdade de gênero somente será atingida na política brasileira com efetivas mudanças neste cenário e na própria sociedade, uma vez que o abismo existente entre a quantidade de homens e mulheres nas Casas Legislativas no Brasil é assustadora, em razão da construção histórica da exclusão da participação política das mulheres.

Ainda, é necessário que a cultura do patriarcado seja combatida, que é a cultura que eleva

[34] Art. 15. O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre (...) X - prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.

o homem como chefe da casa e da família, conferindo a ele uma postura de autonomia, liderança e chefia, enquanto confere à mulher uma postura de fragilidade, sensibilidade e subordinação, segundo Balbinotti (2018. p. 256).

> No Brasil Colônia, o que se constata é que o homem é o chefe da casa e da família, é o líder da sociedade conjugal e é ele quem domina a esposa e os filhos, nos mesmos moldes da família romana. Dentro deste contexto, apenas o homem da família possuía direitos e cidadania plena.

Nesse mesmo sentido, destaca Viana e Costa (2024. p. 2831/2832), que também trouxe no seu posicionamento a questão cultural que existe entre o homem e a mulher, onde a mulher é vista como subordinada e submissa as ordens do homem chefe de família, sendo ele o seu pai, quando criança, ou seu marido, quando adulta e casada. Vejamos:

> A sociedade patriarcal implantada no Brasil durante a colonização portuguesa estabeleceu uma cultura de subordinação da mulher ao homem. Nesse modelo familiar, a mulher é vista como um ser submisso às ordens paternas e maritais, sendo dominada pelo pai durante a infância e adolescência e, posteriormente, tornando-se objeto de posse do marido após o casamento.

Assim, por meio de ações estruturais, baseadas na real valorização da participação feminina na política, não somente na busca por candidatas mulheres para suprir cotas partidárias, vamos ter a representação qualitativa que tanto buscamos, com mulheres ocupando cargos políticos e atuando nas pautas da sociedade, sendo ouvidas e finalmente tendo a diversidade de ideias e consequentemente a democracia que pleiteamos.

Considerações finais

Levando em consideração o estudo realizado, bem como a análise dos dados apresentados nos gráficos 01 e 02, que evidenciam que as mulheres são maioria quantitativa em relação aos homens, correspondentes a 51,5% da população residente no país, porém são minorias em proporção ao número de candidaturas inscritas representando apenas 34%, ou seja, menos da metade do número total de candidaturas, e apenas 17% dessas mulheres são eleitas e 14% são reeleitas, podemos verificar a disparidade existente na proporção da participação das mulheres em relação aos homens.

Analisamos que, embora haja mudanças legislativas, como por exemplo a criação e aprovação da Lei n° 14.192 de agosto de 2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, no seu Art. 5°, inciso I, estabelecendo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, estas não são suficientes para garantir de fato que exista igualdade, pois o fato de haver a regra não garante que exista seu efetivo cumprimento.

Assim, podemos concluir que também é preciso investir em políticas públicas de ações afirmativas, fortalecer cotas eleitorais, promover financiamentos adequados nas campanhas, combater a violência política e de gênero e principalmente, realizar uma mobilização de conscientização social que incentive as mulheres a ocuparem seus espaços.

Portanto, para que possamos alterar esse cenário existente, não é necessário apenas aprimorar a norma jurídica, mas também haver uma mudança estrutural na cultura em que vivemos, para que seja assegurada de forma concreta uma democracia pluralista, inclusiva e representativa.

Referências

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da esmesc**, v.25, n.31, p. 239-264 , 2018. Disponível em: https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191/165. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. **Lei n° 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Brasília: Presidência da República . Disponível em; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. **Lei n° 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995**. Dispõe sobre partidos políticos. Brasília: Presidência da República. Disponível em; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm . Acesso em: 20 maio 2026.

JUSTIÇA ELEITORAL- **TSE Mulheres-** disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/. Acesso em 17 maio 2026.

VIANA, Dalila Sena Viana. COSTA, Maria do Socorro Moura. **A cultura do patriarcado no brasil: da violência doméstica ao feminicídio**. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.10. n.05.maio. 2024.ISSN -2675 –3375. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13935/6974 . Acesso em 17 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE- **Panorama da população feminina e masculina**. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 17 Maio 2025.

TOLEDO, Claudia Monsani Queda de. JARDIM, Neymilson Carlos. Rev. Fac. Dir. | Uberlândia, MG | v. 47 | n. 2 | pp. 318-333 | jul./dez. 2019 | ISSN 2178-0498. **A baixa representatividade feminina na política**: obstáculo a ser vencido na democracia brasileira**.** Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/download/45713/28527/222327. Acesso em 25. Maio 2026

PODER, FÉ E VIOLÊNCIA PRESENTES NA OBRA *O CONTINENTE I*: AS TESSITURAS POLÍTICAS, A HEGEMONIA DA IGREJA CATÓLICA E A CONDIÇÃO INDÍGENA

Rogério Garcia Neto[35]
Carla Rosane da Silva Tavares Alves[36]

Considerações iniciais

O presente resumo expandido constitui-se como produto dos avanços teóricos, metodológicos e analíticos desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa PROBIC/FAPERGS/UNICRUZ, intitulado "Literatura & História: um olhar sobre as tessituras em *O Continente I*". O escopo da investigação está presente na investigação das relações interdisciplinares que se estabelecem entre a narrativa ficcional e a construção historiográfica, elegendo como objeto empírico de análise o romance *O Continente I* (1949), tomo inaugural da célebre trilogia **O Tempo e o Vento**, de autoria do escritor cruz-altense Érico Veríssimo. O problema gerador que norteia esta pesquisa reconstrói o questionamento epistemológico sobre de que modo as estruturas de dominação senhorial, regulação moral corporificada pela Igreja Católica e a violência física e jurídica direcionada contra as populações indígenas e subalternizadas são articuladas e representadas de forma discursiva no *corpus* literário da obra. No plano institucional, a investigação materializa o princípio da indissociabilidade entre graduação e pós-graduação na Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). O projeto integra-se à linha de pesquisa "Linguagem, Comunicação e Sociedade" do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Linguagens e Comunicação (GEPELC) do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Frente a essa indagação, o objetivo geral da pesquisa concentra-se em analisar, sob o ponto de vista metodológico da Análise Discurso Crítica (ADC), as intersecções, tensões e confluências entre Literatura e História, no contexto do romance citado. Dessa forma, busca- se compreender de que forma essas tessituras discursivas operam na representação da realidade sociocultural da fronteira sul-

[35] Discente do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Bolsista PROBIC/FAPERGS/UNICRUZ. E-mail:garcianeto549@gmail.com
[36] Doutora em Letras – Literatura Comparada (UFRGS). Docente do Curso de Direito e do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Coordenadora do Projeto PROBIC/FAPERGS/UNICRUZ. E-mail:ctavares@unicruz.edu.br

rio-grandense, com foco manifesto nas relações de poder institucionais e nas práticas de coerção que delimitaram a formação do território gaúcho. Por conseguinte, os objetivos específicos visam investigar o papel discursivo da Igreja Católica como aparelho ideológico de regulamentação por intermédio de um diálogo interdisciplinar com as ciências jurídicas, a representação dos conflitos territoriais e a condição das populações indígenas submetidas à espoliação e ao cativeiro.

Justifica- se este estudo pelo interesse em superar abordagens crítico-literárias de cunho regionalista ou folclórico, as quais tendam a mitificar o nascimento do "gaúcho" e a naturalizar a violência fundiária. Ao encarar o texto literário como um monumento discursivo imbricado em seu tempo, a pesquisa descreve os mecanismos ideológicos subjacentes à transição entre a barbárie colonial e a modernidade republicana. Nesse sentido, é adotado como base metodológica a abordagem qualitativa da pesquisa, amparando-se em procedimentos bibliográficos de natureza documental e na técnica de leitura hermenêutica do *corpus* literário, com enfoque na edição publicada em 2010. Sendo assim, no campo da linguagem e da ideologia, aplicam-se os operadores metodológicos da ADC.

Resultados e discussões

As incursões analíticas promovidas no âmbito do projeto revelam que a organização política ficcionada em *O Continente I* atua como um espelho hiperbólico das engrenagens do patriarcalismo, das oligarquias agrárias e do coronelismo de fronteira (VERÍSSIMO, 2010). Através da saga geracional que se opõe e complementa as famílias Terra e Cambará, o espaço público e o privado fundem-se em uma dinâmica na qual a lei civil confunde-se com o arbítrio dos senhores de terras e de escravos. A análise discursiva aplicada às práticas sociais narradas aponta que a violência não figura somente como um evento episódico ou acidental, mas sim, como uma autêntica linguagem estruturante e institucionalizada, imprescindível para a manutenção das hegemonias políticas e a salvaguarda da honra patriarcal (ZILBERMAN, 2005).

No ambiente doméstico, a violência de gênero é atuante como primeira linha de defesa contra qualquer rompimento na ordem social estipulada. A sujeição da figura feminina e a supressão de sua autonomia jurídica e existencial surgem como pressupostos para a preservação do nome e do patrimônio familiar. Nesse sentido, é evidente a imposição da figura paterna, mimetizando o poder de vida e de óbito que os chefes de clã exerciam sobre seus dependentes no período colonial e

imperial. O recorte, a seguir, mostra o autoritarismo de Maneco Terra, o patriarca da família, quando descobre o envolvimento de Ana Terra e do índio Pedro Missioneiro, resultando na gravidez da filha:

> - Não precisa dizer nada. eu ouvi.
> Foi como se Ana tivesse levado uma bordoada na cabeça. Amoleceram-se-lhes as pernas e braços, o sangue começou a pulsar-lhe nas têmporas e no pescoço com tamanha força que ela ficou estonteada.
> - Maneco…- balbuciou d. Henriqueta. E não pôde dizer mais nada (VERÍSSIMO, 2010 p.139).

Ao lado das armas e da força física controlada pelos estancieiros, a Igreja Católica atuava como a principal instituição de regulação moral e legitimação discursiva. Sendo assim, distanciando-se da limitação da esfera da fé mística, a instituição clerical desenvolve o papel de um aparelho ideológico, operando em perfeita simbiose com as forças políticas locais. A subjetividade dos indivíduos é moldada por meio de um discurso eclesiástico pautado na pedagogia do medo, da culpa e da danação eterna, o qual atua de forma a converter a submissão civil e a aceitação das assimetrias sociais em um imperativo de salvação espiritual (ZILBERMAN, 2005). Dessa maneira, a linguagem religiosa atua, assim, como um verniz normativo que pacifica os conflitos de classe e naturaliza a servidão, conforme se depreende do seguinte fragmento:

> Exatamente! Mesmo envelhecer, morrer e apodrecer são coisas extraordinárias, porque tudo obedece a um grande plano. O corpo humano é matéria e como tal volta à terra de onde saiu, mas a alma é imortal. Tudo faz parte de um milagre chamado vida, nada disso poderia existir se não fosse Deus. Podia? O Padre Lara falava de um Deus terrível, que vigiava os homens dia e noite, anotando num livro negro as suas menores faltas. Para o vigário, a vida era um vale de lágrimas e o mundo um lugar de tentação e pecado, onde o demônio andava à espreita, pronto para carregar as almas que não estivessem sob a guarda da Igreja (VERÍSSIMO, 2010, p. 246).

No que tange à questão indígena, a articulação interdisciplinar entre Literatura, História e Direito produziu reflexões sólidas sobre a minoração estrutural desses povos. O exame incorporado no texto literário com as fontes documentais da legislação colonialista e imperialista sobre a escravidão indígena e o estatuto jurídico das Missões Orientais revelou um sistemático processo de expropriação. Na obra *O Continente I*, os povos nativos oscilam entre a condição de inimigos selvagens, a serem exterminados e a de corpos submetidos à docilização laboral e à catequização forçada (BORDINI, 2005).

Os fundamentos da Análise de Discurso Crítica (ADC) permitem perceber, na obra, que a organização política das oligarquias, sustentada por alianças sanguíneas, gerava o coronelismo fundiário, simultaneamente, a hegemonia religiosa do clero, utilizava a vigilância moral como mecanismo de ação, restando na legitimação das desigualdades sociais e, por fim, a coerção étnica promovida pelo Estado e pelos estancieiros, operava por intermédio da escravidão velada, culminando no silenciamento jurídico e no apagamento da matriz indígena (BORDINI, 2005).

Em síntese, a leitura crítica de *O Continente I* evidencia que a narrativa verissiana ultrapassa os limites da reconstrução histórica regional para problematizar os mecanismos de poder que estruturam a sociedade sul-rio-grandense. A partir da articulação entre patriarcalismo, dominação fundiária, controle religioso e marginalização indígena, o romance revela como determinadas representações foram historicamente legitimadas em detrimento de outras experiências sociais silenciadas. Nesse sentido, a obra configura-se como um espaço de disputa discursiva, no qual memórias, identidades e relações de poder são constantemente tensionadas, permitindo compreender a formação do imaginário regional não como um processo homogêneo, mas como resultado de conflitos, exclusões e negociações simbólicas que atravessam a história do Rio Grande do Sul.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa permitiu compreender que *O Continente I*, de Érico Veríssimo, transcende a dimensão estritamente ficcional ao constituir-se como um espaço privilegiado de representação das relações de poder que marcaram a formação histórica do sul do Brasil. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica, foi possível evidenciar que as estruturas patriarcais, a atuação da Igreja Católica e os mecanismos de dominação dirigidos às populações indígenas são apresentados na narrativa como práticas sociais legitimadas por discursos que naturalizam desigualdades e silenciam grupos subalternizados.

Os resultados demonstraram que a violência, longe de ser retratada como fenômeno isolado, configura-se como elemento estruturante da organização social representada no romance, atuando na manutenção das hierarquias familiares, econômicas e políticas. Da mesma forma, observou-se que o discurso religioso desempenha papel fundamental na legitimação da ordem vigente, contribuindo para a consolidação de valores morais que reforçam relações de submissão e controle social. No que se refere à questão indígena, a investigação revelou a permanência de processos históricos de

apagamento e marginalização, evidenciando como a construção da identidade regional esteve associada à exclusão simbólica e material desses sujeitos.

Dessa forma, conclui-se que a articulação entre Literatura, História e Direito possibilita uma leitura crítica da formação sociocultural gaúcha, permitindo problematizar narrativas tradicionais que tendem a romantizar o passado regional. Assim, o romance de Veríssimo apresenta-se como importante documento cultural para a compreensão das disputas de poder, das lutas de representação e dos processos de construção identitária que continuam a repercutir na sociedade contemporânea, reafirmando a relevância da Literatura como instrumento de reflexão crítica sobre a realidade histórica e social.

Referências

BORDINI, Maria da Glória. **O romance histórico verissiano e a formação da identidade.** Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 45-58, mar. 2005.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**: implicações interdisciplinares**.** Pontes Editores, Campinas p.1-18, 2009.

VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento:** O continente I. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZILBERMAN, Regina. **A saga pampeana de Érico Veríssimo:** história e ficção. Revista de Literatura Comparada, v. 8, n. 2, p. 89-104, 2005.

LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA

MÃOS QUE BRILHAM: UMA PRÁTICA SOCIOCULTURAL QUE DEU CERTO

Daniela Ivana Aimi[37]
Vanessa Steigleder Neubauer2

Resumo: As práticas socioculturais fazem parte das relações da vida em sociedade e as experiências coletivas contribuem para a construção da cidadania e da dignidade humana. Assim, surge a necessidade de dissertar sobre uma ação que repercute em uma pequena cidade gaúcha. O problema gerador da pesquisa constitui-se em: Como o trabalho manual, enquanto ferramenta de expressão cultural, pode ser utilizado para romper o ciclo de isolamento e promover a capacitação, o empoderamento e a geração de renda sustentável para as mães das crianças com deficiência, promovendo o engajamento social e econômico? Objetivou-se promover o empoderamento social e a autonomia das mães de crianças com deficiência, valorizando essa prática como expressão de talento, cultura e fonte sustentável de renda. Como resultados, percebeu-se que a arte como terapia, neste caso específico, contribuiu na melhoria da qualidade de vida e ampliação das relações de afeto entre as mães dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Prática Sociocultural. Arteterapia. Trabalho Manual.

Considerações iniciais

A cidadania é um tema em debate contínuo na sociedade atual, atrelada às relações interativas. Ela deve ser compreendida não apenas em termos de direitos e deveres, mas como a instrumentalização de valores individuais em prol do desenvolvimento e bem-estar coletivo nas relações humanas. Partindo desse princípio, as práticas socioculturais são definidas como as constituições sociais que permitem aos sujeitos conviver e integrar-se plenamente nos seus espaços de vivência.

O problema gerador da pesquisa constitui-se em: Como o trabalho manual, enquanto ferramenta de expressão cultural, pode ser utilizado para romper o ciclo de isolamento e promover a capacitação, o empoderamento e a geração de renda sustentável para as mães das crianças com deficiência, promovendo o engajamento social e econômico?

Este artigo busca promover o empoderamento social e a autonomia das mães de crianças com deficiência, valorizando essa prática como expressão de talento, cultura e fonte sustentável de renda.

[37] UNICRUZ, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Bolsista Capes – Modalidade I. Email: danielaaimi079@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0009-0003-8820
[2] Doutora em Filosofia – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS | Atua como Docente e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6182-3455

O objetivo mostra a experiência de uma prática sociocultural desenvolvida em uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, que constituiu-se numa ação para ressaltar o protagonismo da maternidade atípica.

Constituem-se objetivos específicos: Oferecer um espaço terapêutico e de convivência para as mães, utilizando o trabalho manual como ferramenta para o alívio do estresse e o resgate da autoestima; Capacitar as participantes em técnicas específicas de trabalho manual e artesanato que possuam valor cultural; Dar visibilidade social, o "brilho" ao trabalho e à força das mães, promovendo o reconhecimento do seu potencial criativo e produtivo perante a comunidade.

A metodologia é de cunho qualitativa e de natureza exploratória, sendo pesquisados artigos no Google Acadêmico, além de revistas científicas. O desenvolvimento de oficinas semanais com as mães dos alunos com deficiência de um grupo de apoio contribuiu para aprimoramento da autoestima.

Desenvolvimento

O indivíduo, ao buscar suas vivências em sociedade, está sujeito a constantes transformações oriundas de um processo contínuo de organização social regido por normas e regras coletivas. Nesse contexto, Freud (2010) argumenta que as relações sociais são cruciais para o desenvolvimento das práticas socioculturais, pois elas representam a porta de entrada para a cultura – a manifestação da práxis e das ações humanas no corpo social.

As Práticas Socioculturais residem nas ações, tanto coletivas quanto individuais, que promovem diferentes modalidades de aprendizagem. Essas práticas mobilizam valores, competências, habilidades e memórias, manifestando-se nos modos de ler, comunicar, interpretar e interagir em comunidade, e traduzindo as particularidades da realidade sociocultural de cada sujeito. Se cada um constitui seu espaço na comunidade, num movimento de relações, então a educação para a cidadania implica nas práticas socioculturais. Scheffer et al. (2023, p.4) relata que a "educação para a cidadania implica nas práticas socioculturais, sobretudo, para as relações humanas baseadas na ética e na moral, educação fundamentada nestes valores que norteiem o comportamento dos sujeitos[...]".

Delors (1998) afirma que é fundamental os espaços sociais oferecerem contextos de aprendizagem que privilegiem a interação construtiva, facilitando a descoberta mútua (de si e do outro) e incentivando práticas socioculturais que promovam o aprendizado, ainda afirma que

> Educação é o cimento da construção do desenvolvimento humano sustentável. É preciso elaborar estratégias e programas de educação relacionados com o ambiente que abranjam tanto o ensino escolar como a educação informal, que adotem a perspectiva da educação permanente [...] (Delors, 1998, p. 229).

Com base nessa premissa, o presente trabalho busca estreitar essas relações, potencializando habilidades das mães de crianças e jovens com deficiência, participantes de um grupo de apoio que visa o desenvolvimento de habilidades básicas e currículo funcional. Enquanto aguardam, estreitam relações entre si e fomentam o empreendedorismo, tornando a atividade também uma terapia. Essa prática recebe carinhosamente o nome de "Mãos que Brilham", pois surge numa combinação de ideias positivas e representativas do trabalho e a dura jornada dessas mães. Por um lado, o trabalho manual representa o cuidado e a dedicação aos filhos e a ação busca novas oportunidades, além de bem-estar. Por outro lado, o brilho evoca luz, esperança, superação e força interior diante dos desafios da maternidade atípica. Mãos que Brilham simboliza a ideia de que o trabalho e o esforço dessas mães geram resultados luminosos, seja na beleza de suas produções, no fomento à renda, no empoderamento e na renovação da esperança. Esse nome celebra a capacidade de criar e de transformar a própria vida para melhor, apesar das dificuldades.

Este projeto percebe a arte como possibilidade de integrar os pares por meio do desenvolvimento artístico e oferece uma nova oportunidade de se envolver, melhorando a qualidade de vida, uma vez que a arte tem essa função. Assunção et al. (2020, p. 6) apud Psicólogos, afirmam que "através da arteterapia os pacientes resolvem conflitos psicológicos, melhoram suas habilidades cognitivas e sociais, resolvem problemas comportamentais enquanto desfrutam de uma terapia agradável e minimamente invasiva". O processo criativo atua como um espaço seguro para que emoções negativas sejam trabalhadas, processadas e, por fim, ressignificadas, fomentando a colaboração, a empatia e a comunicação de forma lúdica.

O projeto também trouxe a possibilidade de ampliar a rede de relações, ocupar-se mentalmente, desenvolver habilidades manuais, fomentar o empreendedorismo e mostrar aos filhos que, sutilmente, a vida tem sentido, já que as necessidades que uma criança ou adolescente com deficiência exige são gigantescas. O cuidar solitário da maioria das mães demanda mais do que amor, requer dedicação, renúncia, solidão, o que afeta a saúde física e emocional.

Ao se pensar nessa proposta, percebeu-se que em quase todas as teorias de desenvolvimento, há questões como a socialização e a interação social como base para a saúde mental e o

desenvolvimento. As mães, já fragilizadas pelo contexto familiar, muitas vezes deixam de lado a vida profissional para dedicarem-se exclusivamente à maternidade, o que as fragiliza em função da sobrecarga física e principalmente, emocional. Isso tem refletido na saúde mental, pois a tarefa é uma jornada de inúmeros desafios. Kintope e Borges (2020, p.23) reforçam que

> Quando um membro da família tem uma condição neurológica, a parentela se vê em um círculo de emoções envolvendo principalmente o medo, seja ele medo de não conseguir suprir todas as necessidades do ente querido, do mesmo sofrer preconceito e talvez, quem sabe, nunca conseguir ser independente e "se virar sozinho" [...]

De certa forma isso gera uma pressão sobre as mães e sobre seu bem estar, colocando em xeque a própria identidade. Isso faz com que as mães se dediquem ainda mais à maternidade, motivadas pelo desejo de proteger seus filhos, que veem como indefesos diante da discriminação e do preconceito. Apesar de toda a liberdade que este século nos impõe, os desafios entre a vida profissional e pessoal são incontáveis e sua autoestima pode ser profundamente impactada.

A luta da mãe, seu empenho na "maternidade atípica" e com a ajuda dos órgãos públicos, a possibilidade de superação é enorme. Salvatori (2024, p.28) ainda faz uma referência aos pais, quando alerta que "as demandas adicionais de cuidados se somam ao alto índice de abandono conjugal, a partir do machismo, que minimiza a responsabilidade dos pais e sobrecarrega a responsabilidade das mulheres".

Há que se falar da falta de apoio nas empresas e de políticas de trabalho inflexíveis, que excluem as mães do mercado de trabalho. A ausência de suporte institucional restringe suas opções e impede a conciliação entre carreira e maternidade. O problema é agravado para mães atípicas (de crianças com deficiência), que sofrem discriminação, estigma e falta de compreensão, resultando em injustiça, isolamento e demissões. Ou seja, para as mães resta a retirada do mercado de trabalho e a dedicação aos filhos.

A comunicação entre mulheres com as mesmas condições, impulsiona o empreendedorismo, criando vínculos e estratégias coletivas entre as elas. O desenvolvimento dessa prática sociocultural promove a visibilidade e o convívio das mães atípicas, avançando na construção de uma sociedade mais justa, que efetivamente apoie e valorize o potencial empreendedor desse grupo. Salvatori (2024, p.35) menciona Salvatori (2023) e destaca um dado bem curioso:

> metade das mães atípicas que deixam de trabalhar possuem interesse em empreender, desde que sejam oferecidas condições adequadas para o desenvolvimento de seus negócios. Esse dado não apenas sinaliza uma fonte inexplorada de empreendedoras em potencial, mas também evidencia a necessidade de políticas públicas e iniciativas privadas que promovam o empreendedorismo feminino, especialmente neste segmento.

Partindo de todas essas construções, essa prática que ora é relatada se deu em razão do acolhimento às mães e o avanço da autoestima, o que estimularão em possível empreendedorismo, aumento da rede de conexões entre os pares e realização pessoal.

A Arteterapia é uma alternativa poderosa, pois estimula essa fragilidade maternal, promovendo o bem estar pessoal e coletivo. Isso ocorre devido a transformação do ambiente em um espaço de autoconhecimento e novas perspectivas prazerosas e engajadoras, contribuindo para a compreensão de suas necessidades e habilidades. Ela utiliza a arte como uma poderosa ferramenta de promoção.

A arte está presente na vida há muito tempo, mas voltada ao seu aspecto terapêutico, somente a partir da segunda metade do século XIX, a partir de estudos desenvolvidos na área psiquiátrica, na psicanálise e na psicologia. Freud (1856-1939) foi um pesquisador do assunto, assim como Jung (1875-1961) que, na década de 1920, foi o primeiro a utilizar a expressão artística na prática. “Para ele, a simbolização do inconsciente individual e do coletivo ocorre na arte” (UBAAT, 2024). Utilizava primariamente a arte e a palavra falada como componentes terapêuticos de cura, evidenciando que “a criatividade tem uma função psíquica natural, estruturante” (UBAAT, 2024). A Arteterapia é um processo terapêutico baseado na arte que propicia resultados rápidos. Ela visa estimular o crescimento interior, abrir novas perspectivas e ampliar a consciência do indivíduo sobre sua própria vida e existência, ou seja, propicia “mudanças psíquicas assim como a expansão da consciência, a reconciliação de conflitos emocionais, o autoconhecimento e o desenvolvimento pessoal” (UBAAT, 2024).

A Arteterapia contribuirá cada vez mais para a qualidade de vida, principalmente em tempos de incerteza, auxiliando a trilhar um caminho criativo e rico. A terapia tem como objetivo ajudar as pessoas a se conhecerem melhor, tanto sobre si mesmos quanto sobre os outros ao seu redor. Ela promove a socialização, ajuda a superar obstáculos e oferece atividades que trazem prazer. Com o que foi relatado até agora, foi possível entender o que é a Arteterapia, conhecendo um pouco de suas possibilidades e vantagens e como ela conecta a arte com a terapia.

Tendo em vista a relevância das práticas instituídas no intuito de oferecer conforto, acolhimento, relaxamento e uma possível renda para as famílias, destaca-se a forte influência no papel feminino. Muitos avanços foram observados na sociedade nos últimos anos, evidenciando uma transformação gradual. Araújo (2024, p. 37) destaca que

> a análise dessas dinâmicas revela uma lacuna significativa no que diz respeito ao apoio oferecido às mães de crianças com necessidades especiais. Enquanto lidam com as demandas intensivas de cuidado, muitas vezes enfrentam uma escassez de recursos e suporte adequados tanto dentro do lar quanto na esfera pública.

Quaisquer dinâmicas de socialização que possam ser implementadas nos espaços ocupados por essas mães, influencia diretamente em suas práticas, porque essas vivências permitem compreender suas experiências cotidianas no cuidado, as táticas de enfrentamento às dificuldades e os vínculos afetivos estabelecidos com seus filhos (ARAÚJO, 2024). Por isso, a rede de apoio é super importante e vital para o bem estar. Outras pesquisas já provaram que os encontros coletivos proporcionam uma variação significativa e impactam positivamente àquelas que frequentam, contribuindo para uma compreensão mais ampla e empática das suas necessidades.

Diante da relevância dos encontros coletivos, deve-se destacar também o nível socioeconômico e de escolaridade das participantes. Araújo (2024, p. 73) afirma que, quanto maior a escolaridade, maior é a facilidade de compreensão.

> Mães mais escolarizadas tendem a estar mais bem informadas sobre os direitos de seus filhos e os recursos disponíveis tanto na saúde quanto na educação. Elas conhecem melhor os programas governamentais, os benefícios sociais e as políticas públicas que podem apoiar suas famílias, e sabem como reivindicá-los efetivamente (ARAÚJO, 2024, p.74).

Ao contrário acontece com as mães com nível escolar menor ou inexistente, suas dificuldades ficam bem evidentes e o entendimento acerca dos cuidados do filho ou de si própria são escassos. Elas também enfrentam "um conjunto único de desafios que complicam ainda mais suas experiências diárias no cuidado de crianças" (ARAÚJO, 2024, p. 75). O cenário exige uma reestruturação e ampliação imediata das políticas de inclusão. É fundamental torná-las mais abrangentes e eficazes, fornecendo o suporte e os recursos necessários para o pleno desenvolvimento das crianças e

igualmente crucial é garantir apoio contínuo e adequado às mães, atenuando a carga emocional e prática que enfrentam diariamente.

Ser mãe de uma criança com deficiência é uma experiência desafiadora e multifacetada, marcada por fatores sociais e econômicos complexos. Embora haja direitos e políticas públicas de apoio, sua eficácia é limitada por falhas de implementação e pela desigualdade no acesso (ARAÚJO, 2024, p. 78).

Mãos que Brilham, projeto sociocultural já citado anteriormente, busca minimizar os impactos sociais e emocionais de um grupo de mães na pequena cidade de Colorado/RS, cujos filhos com deficiências diversas reúnem-se semanalmente para realizar atividades de convívio social e desenvolvimento de habilidades funcionais. Enquanto aguardam, as mães participam de um momento de interação, já que no coletivo se efetivam práticas sociais potencializadoras. É ali que acontece a realização de trabalhos manuais, com ênfase no bordado. Analisada sob a ótica sociocultural, acontecem as interações entre as presentes, a terapia grupal, a realização pessoal e a superação, que influenciam diretamente na vida cotidiana.

A escolha pelo bordado deu-se pela preservação da cultura e transmissão das tradições, além de benefícios comprovados, como: melhorar a saúde mental, reduzir o estresse e a ansiedade, estimular concentração e memória, revelar a expressão da identidade dessa comunidade, além de ser uma excelente fonte de renda, capacitando para a geração do trabalho e rendimentos. Bordar à mão é uma atividade relaxante e prazerosa, que estimula também a criatividade, por isso terapêutica. O bordado permite explorar diferentes materiais, cores e técnicas de forma divertida e gratificante, pois o resultado é sempre surpreendente.

Durante esses momentos, há concentração na tarefa, mas há conversas e risadas, que proporcionam uma sensação de satisfação. A repetição dos movimentos permite melhorar a destreza manual e habilidade motora fina, além de auxiliar no desenvolvimento da paciência e determinação. O trabalho com as mãos favorece o esquecimento das preocupações, por isso quando se borda em grupo, há a possibilidade de trocar ideias, receber feedback, aprender e ensinar técnicas, conectando-se ao outro e às raízes, estreitando igualmente laços de amizade e companheirismo.

Há que se destacar a importância da atividade para a economia local, já que a criatividade não tem limites. A exclusividade dos produtos e a sofisticação oferecem a chance de desenvolver mão de obra especializada, presentear e negociar os trabalhos, participando de feiras e eventos que

oportunizem o comércio artesanal, além de contribuir para a caracterização cultural do município, ressignificando os espaços de vida e convivência.

Machado (2023, p. 8) entende a realização de atividades manuais, como ação "para desvelar possibilidades eficazes de promover processos sociais mais efetivos de emancipação do sujeito, de forma que se torne o protagonista de sua própria transformação e da mudança de paradigma de desenvolvimento humano e social necessária destes tempos". Torna-se então, um instrumento importante de intervenção social no grupo, já que um pode aprender com o outro numa constante troca cultural e de vivências que "estimulam o sentimento de pertença e de identidade" (MACHADO, 2023, p. 13).

Por fim, entender que as práticas socioculturais trazem benefícios para seus usuários e que, aliando arte à vida árdua das mães atípicas, há uma perspectiva de transformação da realidade em todos os aspectos: emocional, cultural, financeiro e de networking, através das atividades manuais e terapêuticas.

Considerações finais

Este artigo se propôs a relatar o funcionamento da oficina Mãos que Brilham, onde as mães atípicas realizam trabalhos manuais semanalmente para diferentes fins. A ideia surgiu da necessidade de ocupar o tempo delas, pois esperavam seus filhos nas atividades do grupo de apoio.

O resultado não poderia ser diferente do esperado: mães felizes e satisfeitas, pois o ato de criar é, por natureza, prazeroso e intrinsecamente motivador. O foco no artesanato e no potencial criativo reduz a resistência que possuem com terapias puramente verbais. Tornou-se um poderoso e verdadeiro tratamento para suas mazelas, que utiliza a linguagem universal da arte para acessar o inconsciente, promover o desenvolvimento de habilidades, tornando o processo terapêutico mais acessível, suave e eficaz para o bem-estar integral das mães.

A intervenção trouxe momentos positivos, mostrando que, quando a autoestima das mães é fortalecida, elas se sentem preparadas para lidar com os desafios de criar filhos com diferenças neurológicas. Isso ajuda a criar um ambiente familiar mais saudável e acolhedor. Além disso, uma autoestima forte funciona como uma proteção contra as pressões sociais e as expectativas irreais que muitas mulheres enfrentam durante a maternidade. Por isso, fortalecer a autoestima das mães não é só uma questão pessoal, mas também uma necessidade para toda a sociedade. Quando as mães se

sentem mais confiantes, toda a comunidade se beneficia e cresce junto. A Arteterapia serve como auxílio para mães atípicas que, por meio do bordado, aprimoram suas habilidades e competências ajudando no bem-estar, na comunicação e principalmente no seu autoconhecimento. Os resultados indicam que o ensino do bordado e as atividades em grupo são eficazes para facilitar a inclusão da população em vulnerabilidade, expandindo as redes de apoio. Essa prática gera oportunidades de decisão coletiva e corresponsabilidade entre as participantes. Adicionalmente, ela pode aumentar a renda familiar, fortalecer a cultura local e melhorar o bem-estar maternal.

Referências

ARAÚJO, M. E.F. **As Experiências e os Sentimentos do ser Mãe Atípica**: um estudo sobre as vivências na cidade de Campina Grande. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/36855 Acesso em: 15 nov.2025.

ASSUNÇÃO, M.A.A; MACEDO, M.L; SANTANA, W.V; OSÓRIO, N.B; NETO, L.S.S.

ARTETERAPIA COM VELHOS: O Papel Terapêutico da Arte. **Revista Capim Dourado,** Janeiro – Abril 2020, p. 66-75. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/cc34/c6588943c769247f95ed3ab86b30110d18e8.pdf Acesso em: 02 nov.2025.

BARBOSA, L.; SKEIKA, R.T.; EMILIANO, A.L. Arteterapia na Educação Especial: Um Estudo sobre Produções Científicas. **Pesquisa e Educação: Saberes Construídos na Formação Inicial** [livro eletrônico]. Ponta Grossa: ZH4, 2022, p. 126. DOI 10.51360/zh4.202210-10-p125-141 Acesso em 15 nov.2025.

DELORS, J. (Org). **Educação – um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez,1998.

FREUD, S. **O mal-estar na cultura**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

KINTOPE, Larissa Oro; BORGES, Raphaela de Souza. EMPODERANDO MÃES ATÍPICAS: Um Estudo de Campo sobre a Importância da Autoestima na Maternidade Atípica. **Journal of Media Critiques**, *[S. l.]*, v. 6, n. 18, p. 21–36, 2020. DOI: 10.17349/jmcv6n18-002. Disponível em: https://www.journalmediacritiques.com/index.php/jmc/article/view/28 Acesso em: 14 nov. 2025.

MACHADO, L.M. **Grupos de Bordado como Expressão Artística e suas Contribuições para a Inclusão Social.** Monografia de Especialização, 2023. Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://hdl.handle.net/1843/61549 Acesso em: 15 nov.2025.

SALVATORI, Patricia Carla Goncalves. Tecendo redes de empreendedorismo materno: a importância de redes de apoio para mães atípicas empreendedoras. **Comunicação & Sociedade**, *[S. l.]*, v. 46, n. 46,

p. 26–48, 2025. Disponível em: https://revistas.metodista.br/index.php/comunicacaosociedade/article/view/1617 Acesso em: 14 nov. 2025.

SCHEFFER, D.C.D; LAUXEN, S.L.; GARCÊS,S.B.B; SOUZA,A.E. Reflexões das Práticas Socioculturais para a Cidadania. **Revista Missioneira** | Santo Ângelo, v. 25, n. 2, p. 43-49 - jul./dez. 2023.

UBAAT - UNIÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE ARTETERAPIA – Disponível em: https://www.ubaat.com.br/#home Copyright 2024. Acesso em 15 nov.2025

INFÂNCIA EM RISCO: A ADULTIZAÇÃO E OS LIMITES DA PROTEÇÃO LEGAL NO AMBIENTE VIRTUAL[38]

Pedro Trindade Petersen[39]
Laura Zimmermann de Souza[40]
Bruna Trindade Petersen[41]
Vanessa Steigleder Neubauer[42]

Considerações iniciais

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, consolidou o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, incorporando ao ordenamento jurídico brasileiro a doutrina da proteção integral já prevista na Constituição Federal de 1988. A partir dessa mudança paradigmática, crianças e adolescentes deixaram de ser compreendidos apenas como objetos de tutela para serem reconhecidos como titulares de direitos fundamentais, impondo à família, à sociedade e ao Estado deveres compartilhados de proteção.

Nas últimas décadas, entretanto, o desenvolvimento tecnológico e a expansão das plataformas digitais transformaram significativamente as formas de sociabilidade, comunicação e exposição pública. Nesse cenário, crianças passaram a ocupar espaços centrais na produção de conteúdo digital, muitas vezes por incentivo direto dos próprios responsáveis. O compartilhamento cotidiano de imagens, rotinas e experiências infantis tornou-se prática recorrente nas redes sociais, frequentemente associado à busca por visibilidade, reconhecimento social e monetização.

A crescente exposição de crianças em ambientes virtuais impulsionou debates relacionados ao fenômeno da adultização infantil, entendido como a antecipação de comportamentos, responsabilidades, padrões estéticos e formas de apresentação incompatíveis com o estágio do desenvolvimento infantil, o que se manifesta em conteúdos envolvendo maquiagem excessiva, vestimentas inadequadas à faixa etária, reprodução de comportamentos adultos e exposição contínua da intimidade infantil.

[38] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
[39] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. E-mail: pedro.petersen@hotmail.com.
[40] Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. E-mail: laura.zimmermann2@gmail.com
[41] Graduanda do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. E-mail: brunapetersen1@gmail.com
[42] Doutora em Filosofia (UNISINOS). E-mail: vneubauer@unicruz.edu.br

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: em que medida a adultização infantil promovida ou intensificada pelas redes sociais viola os direitos fundamentais previstos na legislação brasileira e compromete o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes? O objetivo deste estudo consiste em analisar as repercussões jurídicas e psicossociais da adultização infantil no ambiente digital, examinando os limites da exposição infantil à luz do ECA e da proteção integral.

Justifica-se a relevância da pesquisa diante da ampliação dos casos de exposição excessiva de crianças nas redes sociais, bem como da insuficiência de debates jurídicos acerca dos impactos produzidos pela lógica algorítmica e monetizada das plataformas digitais. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, orientada pelo método hipotético-dedutivo, fundamentada em legislação, obras doutrinárias, artigos científicos e estudos interdisciplinares (HENRIQUES; MEDEIROS, 2017).

Resultados e discussões

A adultização infantil pode ser compreendida como a antecipação de experiências e comportamentos próprios da vida adulta durante uma fase marcada pelo desenvolvimento emocional, cognitivo e social. Segundo Michelly Antunes (apud BIERNATH, 2025), o fenômeno representa "quebrar o ciclo da fase da infância dessa criança", comprometendo experiências fundamentais para o amadurecimento saudável.

Historicamente, práticas de adultização estiveram presentes em diferentes contextos sociais, especialmente quando crianças assumiam responsabilidades incompatíveis com sua idade. Contudo, a contemporaneidade atribuiu novas características ao fenômeno, sendo que o avanço das redes sociais ampliou o alcance da exposição infantil, tornando crianças participantes ativas de ecossistemas digitais baseados em engajamento, audiência e monetização.

Nesse contexto, destaca-se o *sharenting*, prática relacionada ao compartilhamento excessivo da vida dos filhos pelos pais ou responsáveis, a qual, embora frequentemente apresentada como demonstração de afeto ou registro cotidiano, tal prática pode ultrapassar limites éticos e jurídicos, principalmente quando a criança passa a ser utilizada como elemento central de produção de conteúdo digital.

Conforme preceitua Postman (2012), a adultização e erotização precoce dizem respeito à

atribuição às crianças de comportamentos, estéticas e valores característicos do universo adulto e, em tal perspectiva, observa-se que filtros digitais, maquiagem, produção estética excessiva e conteúdos sensualizados contribuem para distorções na percepção corporal e na construção identitária.

Os impactos psicológicos decorrentes desse processo são expressivos, cabendo salientar que crianças submetidas a elevados níveis de exposição pública podem desenvolver baixa autoestima, ansiedade, sensação de inadequação e dependência de validação externa. A constante comparação social potencializada pelas redes favorece padrões irreais de beleza e desempenho, comprometendo a formação da autoimagem (POSTMAN, 2012).

Do ponto de vista social, a adultização reduz oportunidades de interação espontânea entre pares, incentiva comportamentos consumistas e interfere diretamente na construção das relações interpessoais. A infância, tradicionalmente associada ao brincar, à experimentação e ao desenvolvimento progressivo da autonomia, passa a ser atravessada por expectativas de performance e produtividade (LIMA; PASSOS JÚNIOR, 2024).

Nesse ínterim, o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 estabelece prioridade absoluta à proteção infantojuvenil, impondo responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado. Paralelamente, o ECA desenvolve mecanismos específicos de proteção, sendo oportuno transladar o artigo 3º do respectivo Estatuto (BRASIL, 1990), o qual dispõe que:

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Cury, Amaral e Silva e Mendez (2002) destacam que a proteção integral rompe com concepções ultrapassadas que compreendiam crianças como objetos de intervenção adulta, reconhecendo-as como sujeitos de direitos. Na mesma direção, Rossato, Lépore e Cunha (2017) ressaltam que a interpretação do Estatuto exige consideração permanente da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, devendo as políticas públicas contemplar essa situação, proporcionando o reequilíbrio existente pela condição de serem pessoas em desenvolvimento, o que deverá ser levado em consideração na interpretação do Estatuto.

Os artigos 17, 18 e 100 do ECA complementam tal proteção ao assegurar respeito à imagem,

identidade, dignidade, intimidade e privacidade, vez que tais dispositivos assumem relevância especial diante da facilidade de replicação e armazenamento permanente dos conteúdos compartilhados de maneira online (BRASIL, 1990). A compreensão interdisciplinar do tema também é fundamental. Vygotsky (1996, p. 156) afirma:

> [...] a experiência da criança e sua influência imediata, documentada na memória, determina diretamente toda a estrutura do pensamento infantil nas primeiras etapas do desenvolvimento. Isso é compreensível do ponto de vista da evolução psíquica: não é o pensamento e particularmente o pensamento abstrato o que está presente no começo do desenvolvimento, mas sim a memória, que constitui seu momento determinante. Não obstante, durante o desenvolvimento da criança, produz-se uma mudança, decisiva, perto da adolescência. As pesquisas sobre a memória durante esta idade mostram que, no final do desenvolvimento infantil, as relações interfuncionais da memória variam radicalmente em sentido oposto: se para a criança pequena pensar é recordar, para o adolescente, recordar é pensar.

Consoante evidencia Vygotsky (1996. p. 156), experiências vividas na infância possuem influência direta sobre a constituição psíquica futura, sendo que a imposição precoce de padrões adultos pode gerar dificuldades emocionais persistentes, interferindo na autonomia, autoestima e formação identitária.

Portanto, a adultização infantil não pode ser interpretada exclusivamente como escolha familiar ou tendência cultural, pois se trata de fenômeno multifatorial que exige respostas jurídicas, educativas e sociais articuladas, considerando os novos desafios impostos pela sociedade digital.

Considerações finais

No contexto da evolução normativa brasileira voltada à proteção da infância e juventude, a promulgação do ECA representou uma transformação substancial ao reconhecer crianças e adolescentes como titulares de direitos e destinatários da proteção integral. Entre as principais inovações promovidas, destacam-se a previsão da prioridade absoluta na concretização desses direitos, o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e a responsabilização dos agentes envolvidos em situações de violação, incluindo os próprios responsáveis legais. Entretanto, apesar da existência de disposições robustas acerca da temática, a materialização dessas garantias ainda exige atuação conjunta e compartilhada entre família, sociedade, Estado e plataformas digitais.

Inserida nesse cenário, a adultização infantil configura um fenômeno social preocupante, capaz de comprometer o desenvolvimento integral das crianças ao antecipar experiências, padrões

estéticos e comportamentos incompatíveis com a infância. As consequências dessa prática repercutem diretamente na formação identitária, na saúde emocional e na possibilidade de vivência plena dessa etapa do desenvolvimento humano. Além disso, sua ocorrência representa violação a direitos fundamentais assegurados pelo ECA e pela Constituição Federal, especialmente aqueles relacionados à imagem, à privacidade, à dignidade e à proteção contra formas de exploração. O enfrentamento dessa problemática demanda respostas articuladas e multidisciplinares, abrangendo não apenas a responsabilização de pais ou responsáveis que promovem exposição excessiva, mas também das plataformas digitais que permitem e, frequentemente, impulsionam esse conteúdo mediante sistemas algorítmicos orientados ao engajamento.

Verifica-se que a adultização infantil nas redes sociais ultrapassa uma abordagem unidimensional, caracterizando-se como um fenômeno complexo, permeado por aspectos jurídicos, psicológicos, sociais e culturais. Nesse contexto, práticas como o *sharenting*, frequentemente associadas à busca por reconhecimento social, visibilidade e monetização, ampliam significativamente os riscos enfrentados pelas crianças, especialmente diante de denúncias relacionadas ao uso de eufemismos para ocultação de conteúdos ilícitos no ambiente virtual.

Dessa forma, torna-se evidente que a efetiva proteção da infância depende não apenas da aplicação rigorosa dos dispositivos legais existentes, mas também da construção de estratégias coordenadas entre família, sociedade, poder público e plataformas digitais, com o propósito de promover um ambiente virtual mais seguro, ético e comprometido com a asseguração dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Referências

BIERNATH, André. **Adultização: por que pular etapas e transformar crianças em pequenos adultos não é saudável**. G1, 15 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2025/08/15/adultizacao-por-que-pular-etapas-e-transformar-criancas-em-pequenos-adultos-nao-e-saudavel.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 28 abr. 2026.

CURY, Munir; AMARAL E SILVA, Antônio Fernando; MENDEZ, Emílio García. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. São Paulo: Malheiros, 2002.

FACUNDO, João Victor. **A superexposição dos filhos menores de idade por lucros: responsabilidade dos pais pelo abuso do poder familiar.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sul, Morrinhos, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/6482>. Acesso em: 28 abr. 2026.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Mateus Borges; PASSOS JÚNIOR, Edy César dos. **A cultura da adultização infantil na era da atualidade: os reflexos no ordenamento jurídico brasileiro**. Jornal de Negócios e Tecnologias (JNT), v. 2, n. 56, p. 333–348, nov. 2024. Disponível em: <https://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/3169>. Acesso em: 28 abr. 2026.

OLIVEIRA, Adriele. **Adultização infantil: causas, impactos e como proteger as crianças.** Educa Mais Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/adultizacao-infantil-causas-impactos-e-como-proteger-as-criancas>. Acesso em: 28 abr. 2026.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da criança e do adolescente: comentado artigo por artigo.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
SOUSA, Antonia Luciana de et al. Influência midiática na adultização e erotização e as implicações no desenvolvimento infantil. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Ateneu, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://uniateneu.edu.br/repositorio/influencia-midiatica-na-adultizacao-e-erotizacao-e-as-implicacoes-no-desenvolvimento-infantil/>. Acesso em: 28 abr. 2026.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CINEMA COMO PRÁTICA EDUCATIVA: A INCLUSÃO DE JOVENS DE BAIXA RENDA NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Naican Costa Escobar
Natalia Hauenstein Eckert

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o papel do cinema como prática educativa voltada à inclusão de jovens de baixa renda no interior do Rio Grande do Sul. A pesquisa analisa obras acadêmicas, documentos oficiais e legislação que abordam o cinema enquanto linguagem educativa e tecnologia social, relacionando-o aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS quatro, oito e dez. Os resultados indicam que a utilização do audiovisual nas escolas e em atividades comunitárias contribui para uma educação mais inclusiva e democrática, ampliando oportunidades de trabalho e reduzindo desigualdades. Conclui-se que programas que promovem a democratização do acesso ao cinema nas escolas podem fortalecer a autoestima e a capacidade criativa dos jovens, aproximando-os da agenda da sustentabilidade.

Palavras-chave: educação audiovisual; cinema; inclusão social; juventudes; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Considerações iniciais

O audiovisual ocupa, na contemporaneidade, um papel fundamental na constituição das formas de comunicação, expressão cultural e formação crítica dos sujeitos. Em contextos marcados pela desigualdade social e pela limitação de acesso às políticas culturais, os cursos de formação audiovisual destinados a jovens de baixa renda tornam-se importantes estratégias de inclusão educacional, cultural e profissional (FREIRE, 1987).

A oferta de formação em audiovisual no interior do Estado do Rio Grande do Sul ainda se apresenta de maneira limitada, especialmente para jovens oriundos de classes populares e contextos de vulnerabilidade social. Grande parte dos cursos profissionalizantes, oficinas especializadas e espaços de produção cinematográfica concentram-se nos grandes centros urbanos, dificultando o acesso de estudantes que vivem em municípios do interior e que, muitas vezes, não possuem condições financeiras para deslocamento, aquisição de equipamentos ou participação em cursos privados. Essa realidade contribui para a manutenção das desigualdades culturais e educacionais, restringindo o acesso de determinados grupos sociais aos processos de criação artística, comunicação e produção cultural (PERUZZO, 2009).

Nesse contexto, o cinema e o audiovisual passam a ser compreendidos não apenas como formas de entretenimento, mas também como instrumentos educativos, sociais e de emancipação humana. A linguagem audiovisual possibilita que os jovens expressem suas vivências, identidades, memórias e problemáticas sociais por meio da criação artística, promovendo processos de pertencimento, autoestima e participação social. Para Freire (1987), a educação deve ser construída a partir da realidade dos sujeitos, permitindo que estes desenvolvam consciência crítica sobre o mundo em que vivem. Assim, o audiovisual pode atuar como prática pedagógica capaz de estimular reflexão, criatividade, autonomia e diálogo coletivo.

Além disso, a formação em cinema e audiovisual pode contribuir diretamente para a ampliação das perspectivas profissionais e culturais de jovens de baixa renda. Em um cenário marcado pelo crescimento das mídias digitais, das redes sociais e das plataformas de streaming, a área audiovisual passou a demandar diferentes profissionais, como roteiristas, operadores de câmera, editores, fotógrafos, produtores e criadores de conteúdo digital. Dessa forma, iniciativas de formação audiovisual podem representar oportunidades concretas de inserção no mercado de trabalho, geração de renda e desenvolvimento social (MARTÍN-BARBERO, 2003).

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial do cinema como ferramenta de inclusão e democratização cultural. Em muitos municípios do interior do Rio Grande do Sul, o acesso ao cinema, às oficinas artísticas e às atividades culturais ainda é reduzido, o que limita o contato dos jovens com experiências formativas ligadas à arte e à comunicação. Ao proporcionar espaços de aprendizagem audiovisual gratuitos e acessíveis, projetos educativos podem fortalecer a diversidade cultural, estimular o protagonismo juvenil e ampliar o direito à cultura, especialmente entre sujeitos historicamente afastados dessas oportunidades (HOOKS, 2013).

Dessa maneira, discutir a formação audiovisual como prática educativa torna-se fundamental para compreender o papel do cinema na promoção da inclusão social, da formação crítica e da valorização das juventudes do interior gaúcho. A presente proposta busca refletir sobre como o acesso ao audiovisual pode transformar trajetórias individuais e coletivas, contribuindo para processos de educação, cidadania e desenvolvimento humano por meio da arte e da cultura. A presente pesquisa discute a relevância de cursos de audiovisual voltados à juventude em situação de vulnerabilidade social, relacionando essa prática ao campo da Linguagem, Educação e Formação Humana e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, especialmente

o ODS quatro , que visa assegurar educação inclusiva e de qualidade; o ODS oito, voltado ao trabalho decente e ao crescimento econômico sustentável; e o ODS dez, que busca reduzir as desigualdades sociais.

O problema gerador da pesquisa parte da seguinte indagação: de que forma a formação audiovisual pode contribuir para os processos educativos, culturais e sociais de jovens de baixa renda no interior do Rio Grande do Sul? O objetivo geral consiste em compreender o audiovisual como prática educativa e ferramenta de transformação social, analisando seus impactos na formação humana, na ampliação das oportunidades profissionais e na inclusão sociocultural de jovens periféricos.

Fundamentação teórica

A fundamentação teórica desta pesquisa ancorou-se na pedagogia crítica de Paulo Freire (1987), que propõe a educação como prática da liberdade, alicerçada no diálogo e na problematização das experiências concretas. Conforme o autor, é por meio da leitura crítica do mundo e da palavra que os sujeitos se reconhecem como protagonistas de suas histórias, sendo a cultura popular um espaço de emancipação política.

Outro aporte relevante é a pedagogia engajada de Bell Hooks (2013), que defende um ensino comprometido com a justiça social, a valorização das vozes marginalizadas e a construção de comunidades de aprendizado afetivas. hooks ressalta que a experiência estética, inclusive a cinematográfica, pode romper com opressões e ampliar a imaginação coletiva.

Do campo da comunicação, Martín-Barbero (2004) contribui com a noção de mediações e enfatiza que os processos de recepção e produção midiática são inseparáveis da vivência cultural dos sujeitos. Ao situar o cinema no âmbito das práticas socioculturais, o autor destaca a possibilidade de ressignificação simbólica a partir da circulação de narrativas locais.

No âmbito dos estudos cinematográficos, Ismail Xavier (2008) argumenta que o discurso cinematográfico opera entre a opacidade e a transparência, possibilitando leituras plurais da realidade e a articulação de identidades coletivas. Assim, a formação audiovisual de jovens de baixa renda dialoga tanto com a emergência de novas subjetividades quanto com a construção da cidadania.

Esse conjunto de referenciais dialoga com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente com os ODS quatro, oito e dez, ao apontar que a educação audiovisual promove aprendizagens significativas, potencializa oportunidades de trabalho e contribui para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Metodologia

Esta pesquisa apresenta caráter qualitativo e descritivo, baseando-se em revisão bibliográfica sobre o uso do cinema como prática educativa e a inclusão de jovens de baixa renda. Para delinear o corpus de análise, realizou-se um levantamento em bases de dados acadêmicas (como SciELO, Google Scholar e periódicos da CAPES), utilizando palavras-chave como “cinema e educação”, “formação audiovisual”, “inclusão social de jovens” e “ODS”. Foram incluídos artigos, livros e documentos oficiais publicados entre 2010 e 2026, além de obras clássicas de referência Freire (1987), Bell Hooks (2013), Martín-Barbero (2004) e Xavier (2008) .

Os critérios de seleção envolveram a pertinência temática, a relevância científica (citações e fator de impacto) e a atualidade das publicações. Após a coleta, procedeu-se à leitura integral e à análise das obras, classificando-as em categorias temáticas: fundamentos pedagógicos, políticas públicas de acesso ao cinema, experiências de formação audiovisual e relações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) quatro, oito e dez. A análise consistiu na identificação de convergências e divergências entre os autores e na síntese crítica dos argumentos, de modo a fundamentar teoricamente a discussão sobre a democratização do acesso ao cinema e sua contribuição para a formação e inclusão de jovens.

Resultados e discussões

A formação audiovisual apresenta-se como uma importante prática sociocultural capaz de ampliar os espaços de participação juvenil e fortalecer processos educativos críticos (MARTÍN-BARBERO,2003). Em muitos municípios do interior do Rio Grande do Sul, jovens de baixa renda enfrentam dificuldades de acesso às artes, à cultura e às tecnologias criativas, o que contribui para a manutenção de desigualdades educacionais e profissionais. Nesse contexto, os cursos de cinema e audiovisual tornam-se ferramentas de inclusão e desenvolvimento humano.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Cruz Alta/RS possui uma população estimada em aproximadamente 60 mil habitantes (IBGE, 2025). Nesse contexto, parcela significativa da juventude encontra-se inserida em realidades marcadas pela vulnerabilidade socioeconômica e pelo acesso limitado a oportunidades culturais e profissionalizantes. A concentração de cursos especializados em grandes centros urbanos dificulta o acesso de jovens de baixa renda do interior às áreas de cinema e audiovisual, ampliando desigualdades educacionais e culturais (BRASIL, 2024).

Freire (1987) compreende a educação como prática de liberdade, baseada no diálogo, na consciência crítica e na valorização das experiências dos sujeitos. A partir dessa perspectiva, o ensino audiovisual ultrapassa a dimensão técnica e transforma-se em uma experiência pedagógica capaz de estimular autonomia, criatividade e leitura crítica da realidade social. O jovem deixa de ser apenas consumidor de imagens e passa a atuar como produtor de narrativas, registrando memórias, identidades e experiências coletivas.

Ao discutir educação e emancipação, Hooks (2013) afirma que o ensino crítico deve possibilitar aos estudantes reconhecerem-se como sujeitos ativos na transformação da sociedade. Nesse sentido, a formação audiovisual permite que jovens periféricos ocupem espaços historicamente restritos às elites culturais, contribuindo para a democratização do acesso ao cinema e à produção cultural.

A relação entre audiovisual e formação humana também pode ser compreendida a partir da dimensão da linguagem. Conforme Xavier (2008), o cinema constitui uma linguagem capaz de produzir sentidos, emoções e interpretações sobre o mundo social. Assim, a aprendizagem cinematográfica desenvolve competências comunicacionais, interpretativas e criativas, fundamentais para a formação integral dos sujeitos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda global criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), os ODS foram elaborados com o objetivo de promover ações voltadas à erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais, proteção ambiental, acesso à educação de qualidade e promoção do desenvolvimento humano sustentável.

A Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas interligadas, direcionadas às dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Conforme a ONU (2015), os ODS propõem que governos, instituições de ensino, organizações sociais e sociedade civil desenvolvam ações capazes de fortalecer a inclusão social, a cidadania e a sustentabilidade em diferentes contextos sociais.

Entre os objetivos relacionados à presente pesquisa destacam-se o Objetivo quatro, o Objetivo oito e o Objetivo dez. O Objetivo quatro busca "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ONU, 2015). Dentro desse objetivo, destaca-se a Meta 4.4, que propõe ampliar o número de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais necessárias para inserção no mercado de trabalho, emprego e empreendedorismo. Além disso, a Meta 4.7 enfatiza a promoção da diversidade cultural, da cidadania e da educação para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo oito refere-se à promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, bem como ao trabalho decente para todos. Segundo a ONU (2015), a Meta 8.6 busca reduzir significativamente o número de jovens sem emprego, educação ou qualificação profissional. Nesse sentido, a formação audiovisual pode contribuir para o desenvolvimento técnico, artístico e profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social, ampliando possibilidades de inserção no campo da economia criativa e das mídias digitais.

Já o Objetivo dez visa reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, promovendo inclusão social, econômica e cultural. A Meta 10.2 propõe empoderar e promover a inclusão de todas as pessoas, independentemente de renda, idade ou condição social (ONU, 2015). Dessa forma, iniciativas de formação audiovisual gratuitas podem atuar como instrumentos de democratização do acesso à cultura, fortalecimento da participação juvenil e valorização das identidades locais.

Diante disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dialogam diretamente com propostas educativas voltadas à formação audiovisual de jovens de baixa renda, especialmente em municípios do interior, onde o acesso às oportunidades culturais e profissionalizantes ainda ocorre de maneira desigual. O cinema, enquanto prática educativa e sociocultural, pode contribuir para processos de inclusão, formação crítica e desenvolvimento humano alinhados aos princípios da Agenda 2030.

Além da dimensão educativa, os cursos de audiovisual dialogam diretamente com o ODS oito, ao possibilitarem a qualificação profissional de jovens para áreas ligadas à economia criativa. A

produção audiovisual contemporânea envolve diferentes funções, como roteiro, direção, fotografia, edição, produção cultural e mídias digitais, criando oportunidades de geração de renda e inserção no mercado de trabalho.

No que se refere ao ODS dez, observa-se que projetos educativos voltados ao audiovisual contribuem para reduzir desigualdades sociais ao ampliar o acesso de jovens periféricos à formação cultural e tecnológica (UNESCO, 2021). Dessa forma, o audiovisual pode ser compreendido como instrumento de inclusão social, permitindo que diferentes sujeitos tenham espaço de fala, representação e participação cultural.A literatura analisada evidencia que jovens de baixa renda enfrentam barreiras históricas de acesso a salas de cinema e equipamentos audiovisuais. Para responder a essa lacuna, autores defendem a implementação de programas públicos que integrem cultura e educação. O documento de proposta do Programa Nacional de Cinema na Escola destaca que o diálogo entre os Ministérios da Cultura e da Educação é crucial para construir políticas que garantam o acesso ao cinema como aliado da aprendizagem, promovendo a inclusão e valorizando a diversidade cultural nas escolas (UNIVERSO PRODUÇÃO, 2024). Esse mesmo documento ressalta que a proposta visa democratizar o acesso ao cinema a todos os alunos, independentemente da origem socioeconômica, em sintonia com a Lei 13.006/2014, que incentiva a inclusão do audiovisual no currículo escolar (UNIVERSO PRODUÇÃO, 2024).

Diversas pesquisas apontam que o cinema funciona como uma poderosa ferramenta pedagógica. Ao ser introduzido nas escolas, estimula a imaginação, promove a empatia e enriquece o repertório cultural dos estudantes (UNIVERSO PRODUÇÃO, 2024). Exibições de filmes e debates subsequentes desenvolvem habilidades críticas e reflexivas, incentivando os jovens a analisar narrativas e contextos históricos e sociais, além de expressar suas próprias ideias. Os estudos também ressaltam que cineclubes e mostras itinerantes são estratégias eficazes para ampliar o acesso a produções brasileiras e latino-americanas e fomentar debates sobre direitos humanos, identidade, memória coletiva e sustentabilidade. Essas experiências comunitárias favorecem a construção de vínculos e a formação de sujeitos críticos, reforçando a importância da educação audiovisual como prática social transformadora (FREIRE, 1987; HOOKS, 2013).

A discussão teórica indica que a educação audiovisual se articula diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: contribui para o ODS quatro ao promover uma educação de qualidade com metodologias participativas; para o ODS oito ao desenvolver competências criativas que podem

ser convertidas em oportunidades de trabalho; e para o ODS dez ao democratizar o acesso à cultura e reduzir desigualdades. Entretanto, os autores advertem que desafios estruturais permanecem, como a falta de investimento público, a insuficiência de equipamentos e a descontinuidade de projetos, reforçando a necessidade de políticas intersetoriais que assegurem a sustentabilidade dessas iniciativas (UNIVERSO PRODUÇÃO, 2024).

Conclusão

A revisão da literatura demonstrou que a articulação entre audiovisual, educação e formação humana contribui para uma educação mais inclusiva e democrática, amplia oportunidades de trabalho e reduz desigualdades sociais. O cinema, entendido como linguagem educativa e tecnologia social, potencializa processos emancipatórios e amplia perspectivas de futuro para jovens em situação de vulnerabilidade. A implementação de políticas públicas que integrem cultura e educação, como o Programa Nacional de Cinema na Escola, é apontada pelos estudos como fundamental para garantir o acesso ao cinema nas escolas, promover a diversidade cultural e alinhar as práticas educativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Assim, conclui-se que investir em educação audiovisual é investir na formação de cidadãos críticos e criativos, sendo indispensável o engajamento continuado de governos, instituições educativas e sociedade civil para a consolidação de uma política nacional de educação audiovisual.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 15 maio 2026.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. São Paulo: Intercom, 2009.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 25 maio 2026.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL ESCOLA. **Artigo científico: o que é, estrutura, como fazer**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

UNIVERSITY OF MINNESOTA LIBRARIES. **Structure of a Research Paper**: IMRAD Format. Disponível em: <https://www.lib.umn.edu/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

UMA BREVE VIAGEM NA LÓGICA ARISTOTÉLICA

Rosita Diamantopoulos [43]
Konstantinos Diamantopoulos Konstantinidis[44]
Patricia Mariotto Mozzaquatro Chicon[45]

Considerações iniciais

A lógica Aristotélica é mais do que uma simples curiosidade, e sua riqueza provê uma forma alternativa de pensar a arte dela derivada, originando considerações críticas e perfeitamente adaptadas à modernidade.

O objetivo deste resumo expandido é explanar sobre a sistemática da lógica aristotélica e esclarecer pontos que diferem da lógica moderna, sempre considerando que Aristóteles era um pensador sinótico que conectava a lógica ao campo filosófico, e não a via como um domínio separado, mas como uma ferramenta de investigação, classificação e avaliação de raciocínios.

Resultados

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2022), desenvolvida a partir da análise de artigos científicos relacionados à lógica aristotélica. Quanto aos objetivos, apresenta caráter exploratório e descritivo, buscando compreender os fundamentos da sistemática lógica proposta por Aristóteles e identificar aspectos que a diferenciam da lógica moderna (GIL, 2019). A abordagem adotada é qualitativa, uma vez que privilegia a interpretação e a análise conceitual dos referenciais teóricos estudados (MINAYO, 2016).

O Organon (όργανων)

O vocabulário da lógica aristotélica é inserido em um extenso sistema, com boas traduções disponíveis, para embasar um método de pensamento cuidadoso conhecido como organon (do grego ferramenta) subdividido, por sua vez, em diversas temáticas que convergem na estrutura argumentativa do silogismo, a diferença entre indução e dedução.

[43] Discente do Curso de Administração. Universidade de Cruz Alta. E-mail: rdp2084@gmail.com
[44] Discente do Curso de Administração. Universidade de Cruz Alta. E-mail: liketinos@gmail.com
[45] Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail:pmozzaquatro@unicruz.edu.br

Categorias (κατηγορίες)

O mundo Aristotélico é composto por substâncias, cada qual com sua individualidade mas interligadas em um todo. Há dois tipos: a substância primária, material e com uma forma, e a secundária, onde os gêneros organizam as substâncias primárias em grandes grupos, englobando todos os conceitos do que existe neste mundo em categorias descritivas e classificatórias.

De palavras a proposições (προτάσεις)

Para Aristóteles, nem todo raciocínio pode ser feito apenas com palavras, como as decisões morais. No entanto, os argumentos são formados por declarações básicas chamadas de proposições, compostas por palavras, compreendendo uma afirmação. Idealmente, a proposição teria o sujeito ou nome, o predicado ou propriedade e o verbo conectivo. Exemplificando, o sujeito pode ser uma substância secundária e o predicado uma característica essencial como "pássaros são emplumados" (GROARCKE, 2022).

As proposições aristotélicas poderiam ser verdadeiras ou falsas, em um modelo engessado, onde verdadeiro corresponderia à maneira que as coisas são, como "aranhas têm oito patas", com uma limitada tolerância para a metafísica, que ele admite, no entanto, enriquecer o conhecimento geral

Tipos de proposições

Aristóteles sugere que todas as proposições devem ser uma afirmação ou uma negação, mas jamais as duas coisas. Igualmente, ele diferencia o necessário do possível ou impossível, a lógica modal o que constitui tema ainda de difícil interpretação (GROARCKE, 2022). Portanto, nos detivemos na lógica não modal ou assertórica, com os argumentos válidos ou dedutivos, finalizados na conclusão, a lógica formal ou dedutiva, separada do que ele determina matéria não lógica ou metafísica.

As proposições podem ser termos particulares, coisas individuais, ou universais, grupos de coisas. O nome Sócrates é um termo particular pois pertence a um único indivíduo; já aranha é um termo universal, pois aplica-se a vários seres. Complementarmente, as proposições são ainda classificadas de acordo com a sua quantidade e qualidade, possibilitando quatro possibilidades lógicas: afirmação universal, negação universal, afirmação particular e negação partícula, não mutuamente exclusivas (GROARCKE, 2022)

Quadrado da oposição

Aristóteles relacionava os diferentes tipos de proposições no quadrado da oposição, um diagrama mnemônico que possibilitava uma subclassificação em contraditórias, ou com verdades opostas, contrárias, onde uma é falsa, subalternas, onde a verdadeira é uma proposição universal e subcontrárias, onde ambas podem ser falsas (LOLA, 2018).

Leis de pensamento

Derivadas da lógica aristotélica clássica por pensadores a partir do século XVIII, incluem três axiomas: o princípio da identidade, o princípio da não contradição e o princípio do terceiro excluído. Respectivamente, elas corresponderiam ao conceito das coisas, à ideia de que proposições corretas não podem afirmar ou negar a mesma coisa e à ideia de que cada proposição pode ser verdadeira ou falsa, nem ambas nem nenhuma das duas.

Silogismo (συλλογισμός)

O silogismo Aristotélico é definido com um discurso (λόγος) onde proposições são pareadas para chegar a uma conclusão, o que era chamado dedução (LOLA, 2018). Em um método exploratório, os silogismos podem ser perfeitos ou imperfeitos, onde os últimos não têm uma conclusão plausível, especialmente por não corresponderem a coisas existentes, visto que Aristóteles acreditava na realidade e, através dela, validava seus silogismos.

Silogismo Indutivo (επαγωγή)

Aristóteles considera a indução como uma forma de raciocínio que começa na percepção sensorial de particulares e termina em uma compreensão que pode ser expressa em uma proposição universal (ou mesmo em um conceito), um entendimento imediato e não um modelo argumentativo (LOLA, 2018). Baseado em conhecimentos biológicos obsoletos, ele defendia certas ideias como animais longevos, pela noção de convertibilidade, serem de sangue puro, o que não é aceito, modernamente. Conduto, a construção revisada deste silogismo fornece uma forma válida, através da técnica da inversão ou conversão, da indução como a conhecemos hoje.

Ciência

Aristóteles desejava construir a lógica como uma linguagem de trabalho para o que ele entendia como ciência, ou seja, a explicação das coisas, em silogismos explicativos com a mesma estrutura formal dos argumentativos, sendo os últimos ilustrações dos primeiros. Por acreditar que o conhecimento era justificado por crenças verdadeiras, suas deduções eram demonstrações científicas, onde a conclusão não pode ter mais autoridade do que as premissas que a ela levaram.

Raciocínio não discursivo

Na lógica Aristotélica, o raciocínio não discursivo precede o discursivo pois fornece seus pontos iniciais, ou seja, o conhecimento necessário para a argumentação. Embora para Aristóteles a ciência seja a única manifestação da inteligência humana, ele inclui a intuição como forma de observação necessária para a formação do saber, análogo a um empirismo, justificado como percepção (GROARCKE, 2022). Posteriormente, ele delineia os passos do desenvolvimento mental, onde a percepção produz a memória que, em combinação com a intuição produz a experiência e esta, por fim, a ciência.

Falácias

Aristóteles pensava que as falácias eram raciocínios não meramente errôneos, mas crípticos. Uma falácia seria uma espécie de raciocínio estratégico incorreto que concedia, ilusoriamente, a solução de um problema, e subdividia-se em duas categorias: aquelas que dependiam da linguagem, as falácias verbais, como a ambiguidade e as independentes desta, as falácias materiais, como as classificações equivocadas.

Raciocínio moral

Embora Aristóteles reconhecesse a moral e tivesse a ética como virtude pessoal, ele não considerava os seus preceitos como definições de caráter. Para ele, um indivíduo que agisse eticamente deveria decidir pelo bem, pelo cumprimento de acordos previamente feitos, pela generosidade, honestidade e mente aberta; em suma, deveria diferenciar-se dos animais por saber a diferença entre o certo e o errado. Essa sabedoria prática nos leva ao seu padrão indutivo, pois depende, criticamente, do que ele considerava intuição, no chamado Método Indutivo Dedutivo da Ética Aristotélica.

Considerações finais

Embora a lógica tenha evoluído significantemente ao passar do tempo e se distanciado, consideravelmente, das bases aristotélicas em diversos pontos, não podemos deixar de afirmar que o pensamento de Aristóteles era excepcional e deveras avançado para a sua época. Portanto, não é difícil compreender por que ele acabou saindo da Grécia e voltando à Macedônia, seu país natal, onde aceitou a missão que, à primeira vista, pode parecer limitada, de professor. Quando consideramos que seu aluno era ninguém menos do que Alexandre Magno, um dos maiores conquistadores do mundo antigo e responsável pela ampla distribuição da língua e cultura gregas que, séculos depois, facilitou a expansão de outra grande corrente de pensamento religioso, o cristianismo, percebemos que a visão deste sábio estava muito além do que seus olhos contemplavam.

Desta forma, mesmo que a ciência tenha sido o motor da sua construção lógica, Aristóteles contribuiu, indireta e diretamente para a base não apenas desta, mas também para o que ele, supostamente, colocava em segundo plano, a metafísica. Certamente, devemos aos seus esforços grande parte do conhecimento atual, não só pelo que escreveu, mas pelo que permitiu acontecer, a expansão helênica, que determinou a escrita em grego de livros do Antigo Testamento (nas Igrejas Cristãs Primitivas) e de todos os livros do Novo Testamento, mesmo não sendo a Teologia o foco principal de seus estudos.

Referências

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GROARKE L. **Aristotle: logic**. St. Francis Xavier University, Canada. 2002. Disponível em https://iep.utm.edu/aristotle-logic/. Acesso em 01/06/2026.

LOLA. **Quadrado de Oposição**. Blog Lola e a Filosofia. 2018. Disponível em https://lolaeafilosofia.blogspot.com/2018/12/quadrado-de-oposicao.html. Acesso em 01/06/2026.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) COMO MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Angélica Hindersmann Rech[46]
Denise Tatiane Girardon dos Santos[47]

Resumo: O presente artigo tem, como temática, Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e direito à educação no Brasil, e objetiva abordar como o direito à educação se materializa na EPT. A pergunta que se pretende responder é: O direito à educação no Brasil se materializa na Educação Profissional e Tecnológica? Quanto à metodologia, utilizou-se o método de pesquisa dedutivo, com abordagem qualitativa, e, como técnicas de pesquisa, a bibliográfica e documental. Concluiu-se que o direito à educação se materializa na EPT. Por fim, como indicações práticas, a presente pesquisa, ao permitir compreender como o direito à educação se materializa na EPT, favorece o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Direito à Educação. Educação Profissional e Tecnológica. Trabalho. Currículo. Ensino.

Considerações iniciais

O direito à educação está consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), é um direito de todos/as e dever do Estado, nos termos do artigo 6º[48]. A CRFB estabelece que a educação, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o que se materializa na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A CRFB estabelece as bases de um sistema educacional que promova a igualdade de oportunidades, a qualidade do ensino e a formação integral das pessoas, e, dentre as modalidades de ensino, previstas na Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), a educação profissional e tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

[46] Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela UNICRUZ Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ahrech@gmail.com
[47] Doutora em Direito (UNISINOS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Direito (UNICRUZ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Direito (URI-SA). E-mail: desantos@unicruz.edu.br
[48] Regida pelos parâmetros estabelecidos no Capítulo III, artigos 205 a 214 da CRFB.

No Brasil, a EPT abarca a formação inicial e continuada, ou qualificação profissional, e está presente na etapa do Ensino Médio com cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes, e no Ensino superior (Graduação e Pós-Graduação). A EPT é oferecida por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), das redes públicas estaduais dos Estados, das redes municipais de educação e pela rede privada.

A EPT promove o ensino voltado à formação integral e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, e a LDB estimula uma visão de formação integral, valorizando o desenvolvimento humano e a formação para o exercício da cidadania, além da preparação para o mundo do trabalho. Assim, a presente investigação visa a abordar como o direito à educação se materializa na EPT (educação profissional e tecnológica).

Para a realização da pesquisa, utilizou-se abordagem qualitativa, e, como técnica de pesquisa, a bibliográfica e documental, a fim de traçar o paralelo histórico e constitucional, bem como, compreender os conceitos elencados, com método de pesquisa dedutivo. A pesquisa trata sobre o histórico da EPT, os conceitos acerca do direito à educação, da relação entre trabalho e educação, bem como, ensino e currículo integrado, imprescindíveis para que o direito à educação se materialize na EPT.

Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Os primeiros indícios do que, hoje, caracterize como as origens da educação profissional surgiram a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas. Ao longo do século XIX foram criadas várias instituições, predominantemente, no âmbito da sociedade civil, voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujas destinatárias eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados (BRASIL, 2019). Assim, a educação profissional no Brasil tem a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista.

Em 1909 foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, considerado um avanço importante no redirecionamento da educação profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria (BRASIL, 2019). As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por transformações políticas, econômicas e educacionais relevantes na sociedade brasileira, com diversas legislações voltadas à

normatização da educação nacional, conhecidas como Leis Orgânicas da Educação Nacional (BRASIL, 2019).

Na década de 1990, com a aprovação da atual LDB que a EPT, modalidade de ensino concebida pelo ensino profissionalizante, estruturou-se no Brasil, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei 11.892/2008[49] (BRASIL, 2008).

No percurso histórico, evidenciou-se a dualidade na educação brasileira: para os/as filhos/as da elite, destina-se um ensino propedêutico para o prosseguimento dos estudos em nível superior; para os/as trabalhares/as, o ensino técnico, para a inserção imediata no mercado de trabalho. A dualidade é base da divisão de classes no sistema capitalista de produção, e foi gerada pela diferenciação entre trabalho manual e estrutural, separando os/as que pensam (planejam) daqueles/as que executam o ofício. A EPT, que surgiu dentro de uma perspectiva assistencialista, mantém as características de inclusão no trabalho e fortalecimento do sistema capitalista de produção (COSTA, 2020).

Do direito à educação

A CRFB prevê, expressamente, nos direitos e garantias fundamentais, o acesso à educação como um direito social (artigo 6º), e, a partir do artigo 205, no Título *Da Ordem Social*, trata de suas especificidades. O artigo 205 prevê que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2026, n.p.), ou seja, trata-se de direito de todos/as e um dever do Estado, que deve efetivá-lo.

Para tanto, o artigo 208 da CRFB indica que tal garantia será atendida mediante a oferta de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, incluindo a pré-escola, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo que "o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo", conforme prevê o parágrafo 1º (BRASIL, 2026, n.p.). Também são assegurados aos/às estudantes, material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, além de ensino noturno regular, possibilitando, que aqueles/as que já tenham idade para trabalhar durante o dia, possam continuar seus estudos à noite (BRASIL, 2026).

[49] Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Ao estar previsto, na CRFB, a natureza de direito fundamental da educação, ele passa a ser um direito objetivo, tornando-se um dever estatal efetivá-lo a todos/as, sendo possível, se necessário, que se judicialize o pedido de cumprimento de tal direito. O acesso à educação e, consequentemente, à escola é de todos/as, e, por decorrência, um ensino pleno e de qualidade, com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, inclusive, com gestão democrática do ensino público (DIMER; TELICHEVESKY, 2024).

Além de definir o caráter indispensável e de direito fundamental da educação, a CRFB também determina como será a divisão das competências, relacionadas ao ensino público do país. No mesmo Capítulo em que estão definidos os princípios do ensino, também prevê, a partir do artigo 211, que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino" (BRASIL, 2026, n.p.).

É nessa direção que reside a orientação cerca das legislações sobre a educação, pois, conforme o inciso XXIV do artigo 22, "compete privativamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional"; já aos Estados e ao Distrito Federal, cabe a implementação da Educação Infantil, dos Ensinos Fundamental, Médio e Superior (BRASIL, 2026, n.p.). O Ensino Fundamental e a Educação Infantil, estão, prioritariamente, ao encargo dos Municípios, sendo que os Estados e o Distrito Federal têm maior atuação em Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Na divisão das competências constitucionais, não consta, expressamente, a quem compete o fornecimento de educação superior gratuita; no entanto, considerando que não há nenhum dos níveis de educação especificados à União, esta deve suprir a falta dos outros Entes, tendo em vista constar sua atribuição como competência comum e residual. Assim, em os Estados e os Municípios voltados à educação básica, a União, por sua competência residual, é a responsável pelo ensino superior (DIMER; TELICHEVESKY, 2024).

Assim, a necessidade de programas governamentais inicia não só no acesso à escola, mas na adoção de medidas que assegurem condições de permanência a todos/as. Em nível de ensino básico, a fim de atingir a igualdade de conhecimento, podem ser realizadas outras medidas sociais de forma paralela à escola, como estudos dirigidos, aulas de reforço e capacitação de professores/as para melhor lidarem com as diferentes situações do/as estudantes. Com a tomada de medidas compensatórias, seria possível atingir a igualdade do aprendizado e dos resultados obtidos pelos/as estudantes, sendo, um deles, o ingresso no ensino superior (DIMER; TELICHEVESKY, 2024).

Compete ao governo federal implementar as medidas necessárias para que o direito à educação seja efetivado, sendo que os programas sociais se mostram os mais adequados à promoção do princípio da igualdade no acesso à educação superior, pois permitem que o/a estudante, além de ingressar no ensino superior, possa permanecer pelo tempo necessário à sua completa formação, com redução da evasão por necessidades econômicas (DIMER; TELICHEVESKY, 2024).

Relação entre o trabalho e a educação

O ano de 2003 inaugurou um período de expansão e reformas na EPT, com discussões de teóricos/as e pesquisadores/as da área sobre a implementação de novas políticas públicas para a EPT, que ficaram marcadas pela defesa de um projeto estratégico com o objetivo de construir a cidadania e melhor inserir os/as jovens e trabalhadores/as na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e, marcadamente, tecnológica (ALVES, 2022).

O que definiu-se de nova direção para a EPT foi o compromisso alicerçado no comprometimento do trabalho como princípio educativo e entendido no contexto cultural, histórico, científico e tecnológico, construído pela sociedade. A proposta foi concebida como um processo de construção social, com fins de qualificar as pessoas em termos científicos e ético-políticos, para entender a tecnologia como produção do ser social, com base nas relações sócio-históricas e culturais de poder (ESCOTT, 2020).

Os Institutos Federas (IF), criados pela Lei N.º 11.892/2008, materializam essa nova política com grande capilaridade no território nacional, configurando-se como uma nova organização acadêmica singular, que rompeu com a reprodução das antigas propostas, ao introduzir a inovação por meio da relação entre o ensino científico e técnico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana (PACHECO, 2015). Esse novo modelo marca a EPT no Brasil, pois agrega a formação acadêmica com a preparação para o trabalho, entendendo-o no sentido histórico, sem deixar de ressaltar o sentido ontológico (SAVIANI, 2007), principalmente, na oferta do Ensino Médio Integrado.

Ao associar o entendimento do trabalho como princípio educativo, a universalização da escola unitária promove o desenvolvimento das potencialidades do/a cidadão/ã, no grau máximo, pois guia o/a educando/a ao pleno desenvolvimento de suas faculdades espirituais e intelectuais (SAVIANI, 1994). A educação para o trabalho visa a potencializar o ser humano na sua integralidade,

de modo que o ensino médio possui um lugar relevante ao cumprir os objetivos de consolidar a educação básica e preparar para a cidadania e o trabalho (ALVES, 2022).

O Ensino Médio Integrado (EMI) é considerado uma possibilidade de superar a dualidade histórica da educação brasileira, marcada pela formação propedêutica e científica para a elite e uma formação técnica para os/as trabalhadores/as pobres/as. Significa uma perspectiva que propõe formar o/a cidadão/ã, antes de formar o/a profissional, capaz de entender seu papel no mundo do trabalho, considerado como prática social. Essas relações acontecem por meio de um determinado processo histórico, de modo que o trabalho, em busca das necessidades materiais e subjetivas proporciona ao ser humano a construção de novos conhecimentos (PACHECO, 2011). Desse modo, o currículo integrado à educação profissional tem na sua base o trabalho como princípio educativo, associando a integração com a ciência e a cultura.

Ensino e currículo integrado

A concepção da educação, promovida por meio do EMI nos IF, busca transformar a relação entre educação e trabalho por meio de uma abordagem educacional baseada nos princípios da formação humana integral. Considerando que o trabalho e a educação são atividades, exclusivamente, humanas, somente o ser humano trabalha e educa, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os seres humanos precisam adaptar a natureza a si mesmos (SAVIANI, 2007). O trabalho surge quando o ser humano transita de coletor para transformador da natureza, em função de suas necessidades (BOESING, 2024).

Nesse sentido, é preciso, por meio da integração curricular, que as categorias trabalho e educação sejam articuladas no EMI, no que o currículo integrado busca uma compreensão abrangente do conhecimento, levando em consideração todas as dimensões que compõem o ser humano, com o objetivo de promover seu desenvolvimento completo (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012). No contexto da EPT, o currículo integrado é uma parte essencial do EMI, que, com uma base unificada de formação geral e profissional, pode proporcionar as condições necessárias para a transição a uma nova realidade educacional (BOESING, 2024).

Destaca-se a contribuição do marxismo e, nele, o método dialético para contemplar a totalidade do pensamento como um desdobramento da produção concreta do mundo. Nesse contexto, a integração curricular no EMI não é concebida como uma ação isolada da realidade, mas como a

manifestação de uma oportunidade para alcançar uma realidade de transformação crítica e social dos/as jovens, pertencentes às classes trabalhadoras. Compreende-se o mundo, os objetos e os processos somente quando estes são criados pelas pessoas, ou seja, na medida em que são os reproduzidos espiritual e intelectualmente (KOSIK, 1986). Essa reprodução espiritual da realidade é concebida como um dos vários modos da relação prático-humana com a realidade, cuja dimensão mais essencial é a criação da realidade humano-social. Sem a possibilidade da criação da realidade humano-social, a reprodução espiritual e intelectual da realidade não seria viável (BOESING, 2024).

A integração, em um sentido filosófico, é uma concepção de formação humana que busca integrar todas as dimensões da vida no processo educativo e visa à formação integral dos sujeitos, quais sejam, o trabalho, a ciência e a cultura (RAMOS, 2014). O trabalho é entendido como uma expressão humana essencial ao ser (sentido ontológico) e como uma atividade econômica (sentido histórico relacionado ao modo de produção); a ciência é entendida como os saberes, produzidos pela humanidade, que possibilita o paradoxal progresso das forças produtivas; e a cultura é entendida como os valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (BOESING, 2024).

No sentido de pensar um EMI que atenda a formação humana integral, é necessário analisar os pressupostos que o originaram. O EMI remonta aos ideais de Gramsci, pensador marxista, que tratou da formação integral, preconizada pela escola unitária, que consiste em proporcionar, aos/às educandos/as, os conhecimentos culturais mais avançados, oriundos da ciência, tecnologia, filosofia e arte, cuja essência está encapsulada nos clássicos de cada campo (SEMERARO, 2021).

Considerações finais

Esta pesquisa visou a compreender como o direito à educação se materializa na EPT, a partir de um breve histórico desta, surgida em uma perspectiva assistencialista, e que mantém as características de inclusão no trabalho e fortalecimento do sistema capitalista de produção. Iniciada a investigação com um panorama da CRFB, dos princípios constitucionais e dos direitos e garantias fundamentais, entre os quais está a educação, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro consagra a educação como direito fundamental, respaldada por legislações que buscam concretizar o acesso à educação, com a LDB.

Na sequência, foi apresentada a relação entre trabalho e educação e, ao associar esses conceitos, percebe-se que a universalização da escola unitária promove o desenvolvimento das

potencialidades das pessoas. A educação para o trabalho tem o objetivo de potencializar o ser humano na sua integralidade, de modo que o currículo, integrado à educação profissional, tem na sua base, o trabalho como princípio educativo, associando a integração com a ciência e a cultura.

Na análise, verificou-se que a legislação sobre o direito à educação é abrangente, desde os direitos constitucionais até a regulamentação mais específica, como a LDB. Também, que o direito à educação é matéria de grande relevância, de competência de todos Entes Federados, cada um em sua especificidade de atuação e financiamento. Nesse ponto, foi analisado o fato de que, não tendo a União competência específica sobre um nível de ensino, deverá atuar de forma residual, em específico para implementar a igualdade de acesso ao ensino superior.

Quanto o direito à educação e a EPT, a educação é um direito fundamental social, nos termos do artigo 6º da CRFB, regida pelos parâmetros estabelecidos nos artigos 205 a 214, bem como, pela LDB. A EPT promove o ensino voltado à formação integral e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país; a LDB estimula uma visão de formação integral, valoriza o desenvolvimento humano e a formação para o exercício da cidadania, além da preparar para o mundo do trabalho. Assim, pode-se afirmar que o direito à educação se materializa na EPT. Por fim, como indicações práticas, a presente pesquisa, ao permitir compreender como o direito à educação se materializa na EPT, favorece o processo de ensino-aprendizagem.

Referências

ALVES, Suelma dos Reis Pereira *et al*. O trabalho na educação profissional e tecnológica e a teoria histórico-cultural. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, p. e02111537757-e02111537757, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/download/37757/31334. Acesso em 31 maio 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 maio 2026.

BRASIL, DOCUMENTO BASE- MEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, Nov(2007) disponível em https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf Acesso em 31 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 01 jun. 2026.

BOESING, Graziane Berte. DUARTE NETO, José Henrique. Integração Curricular na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: uma revisão sistemática de literatura. *In*: **Educação profissional tecnológica**. CASTRO, Paula Almeida, SILVA, Géssika Cecília Carvalho da. Campina Grande: Realize, 2024.

COSTA, Dirno Vilanova Da A. A educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil: da década de 1990 à criação dos institutos federais de educação. **VII CONEDU-Edição Online**. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

DALTRO FILHO, Gildásio de Cerqueira; ALLAIN, Olivier. **Dez estratégias didáticas para a Educação Profissional**. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), 2019. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/569740. Acesso em: 14 maio 2026.

DIMER, Andiara Fernada; TELICHEVESKY, Lucas. **O direito constitucional à igualdade aplicado na educação** *in* Educação Profissional e Tecnológica: dos conhecimentos às práticas pedagógicas. TOEBE, Josué; BOURSCHEID, Jacinta Lourdes Weber; SILVA, Rodrigo Nascimento da; KONTZ, Leonardo Betemps; MONKS, Jander Luis Fernandes. Pelotas: Publicações PROEN, 2024.

ESCOTT, C. M. Educação Profissional e Tecnológica: avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral. **Revista de Educação Pública**, v. 29, p. 1-16. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359655758_Educacao_Profissional_e_Tecnologica_avancos_retrocessos_e_resistencia_na_busca_por_uma_educacao_humana_integral Acesso em 02 jun. 2026.

FONSECA, M. A. R. da.; LIMA, D. da C. B. P. Definições de Educação a Distância na Legislação Brasileira: Imbricações e Consequências. **EaD em Foco**, v. 14, n. 2, e2236, 2024. doi: https://doi.org/10.18264/eadf.v14i2.2236 Acesso em: 31 maio 2026.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, p. 748-759, 2012. https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trab_princ_educativo.pdf Acesso em: 31 maio 2026.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MOZZER, Luciene Domenici. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**: conceitos e estratégias de comunicação. Juiz de Fora: CEAD/UFJF, [2008]. Disponível em: https://www.cead.ufjf.br/wp-content/uploads/2015/05/media_biblioteca_ambientes_virtuais_conceitos.pdf. Acesso em: 14 maio 2026.

PACHECO, Eliezer Moreira (Org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Moderna, 2012.

PACHECO, E. (2015). **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 31 maio 2026.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Moderna; Fundação Santillana, 2011.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. Disponível em: https://ifg.edu.br/attachments/ article/32019/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa% C3%A7%C3%A3oprofissional.pdf Acesso em: 29 maio 2026.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: Ferretti, C.J., Zibas, D. M. L, Madeira, F. R., & Franco, M. L. P. B. (Org.) **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate Multidisciplinar. São Paulo: Vozes, 1994, p. 151-168.

SAVIANI, D. (2007). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, 12(34), 152-180. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 29 maio 2026.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais, educação e escola**: um estudo do caderno 12 do Antonio Gramsci. Tradução do caderno 12 por Maria Margarida Machado. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LINGUAGEM, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Julia Giovana Mera da Silva[50]
Sirlei de Lourdes Lauxen[51]

Resumo: Este artigo aborda o desenvolvimento da identidade em crianças e adolescentes com deficiência, destacando os desafios específicos que enfrentam e as estratégias de promoção para fortalecer sua autoimagem positiva e construção da identidade. O estudo investiga os principais obstáculos encontrados por esses jovens nesse processo, incluindo o impacto do estigma, discriminação e limitações físicas ou cognitivas. Além disso, são discutidas intervenções psicossociais e o papel do apoio familiar no facilitamento de um desenvolvimento saudável. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando-se de uma revisão bibliográfica sistemática da literatura para compreender as experiências, percepções e significados atribuídos ao desenvolvimento da identidade e autoestima nesse grupo populacional. Os objetivos incluem identificar os principais desafios enfrentados, explorar estratégias eficazes de promoção e analisar implicações práticas para políticas e práticas futuras. Este estudo visa contribuir para uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes com deficiência para fomentar intervenções e apoio direcionados a essa população vulnerável.

Palavras-chave: Deficiência. Identidade. Desenvolvimento Humano.

Considerações iniciais

O desenvolvimento da identidade e da autoestima constitui um processo fundamental para a formação integral de crianças e adolescentes, influenciando diretamente sua participação social, autonomia e bem-estar. No caso de crianças e adolescentes com deficiência, esse processo pode ser impactado por fatores como preconceito, discriminação, barreiras físicas e sociais, bem como pela limitação de oportunidades de interação e pertencimento em diferentes espaços sociais. Nesse contexto, a promoção da inclusão escolar torna-se um elemento essencial para o fortalecimento da autoimagem e para a construção de uma identidade positiva.

A proteção e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes com deficiência encontram respaldo em diversos instrumentos normativos nacionais e internacionais, dentre eles a Convenção

[50] Doutoranda e Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta-RS. Email: juliamera3@gmail.com
[51] Professora Titular da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Doutora em Educação pela UFRGS, com Estágio pós-doutoral em Educação pela UFRGS/ULisboa. E-mail: slauxen@unicruz.edu.br.

sobre os Direitos da Criança, adotada pela Resolução nº 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Tais instrumentos reconhecem a necessidade de assegurar condições de igualdade, acessibilidade e participação plena desses sujeitos na sociedade.

Diante dessa realidade, a presente pesquisa busca responder ao seguinte problema: quais são os principais desafios enfrentados por crianças e adolescentes com deficiência no desenvolvimento da identidade e da autoestima no ambiente escolar, e quais estratégias podem contribuir para o fortalecimento desses processos?

O estudo tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento da identidade e da autoestima em crianças e adolescentes com deficiência no ambiente escolar. Como objetivos específicos, pretende identificar os principais desafios enfrentados por esse público, explorar estratégias eficazes de promoção da autoimagem positiva e da construção identitária e analisar implicações práticas para políticas públicas e práticas educacionais inclusivas.

A relevância da pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão acerca dos fatores que influenciam o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes com deficiência, contribuindo para o fortalecimento de práticas inclusivas que promovam sua participação social, autonomia e desenvolvimento humano.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sistemática. A investigação fundamenta-se na análise de produções científicas, legislações e documentos relacionados à temática, buscando compreender as experiências, percepções e significados atribuídos ao desenvolvimento da identidade e da autoestima de crianças e adolescentes com deficiência.

Desenvolvimento

A análise do direito à inclusão e à acessibilidade, sob a perspectiva das crianças com deficiências físicas e sensoriais e à luz da Doutrina da Proteção Integral, requer não apenas um exame histórico das circunstâncias que cercam esses sujeitos de direitos, mas também uma explanação sobre conceitos determinantes para orientar o estudo.

Considerando a definição legal de criança, conforme o artigo 2º da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), compreende-se como criança, para os efeitos da referida lei, a pessoa

até doze anos de idade incompletos. Além disso, a Lei n. 13.257/2016 estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância, definindo esse período como os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança. Reconhece-se que este período é crucial para o desenvolvimento infantil e humano, enfatizando que, independentemente do critério cronológico estabelecido nos ordenamentos jurídicos, o termo "criança" se refere a um sujeito em desenvolvimento, dotado de direitos (VERONESE, 2017).

Partindo da compreensão da criança como sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, torna-se necessário analisar as circunstâncias que podem impactar o exercício desses direitos. Entre elas, destaca-se a deficiência, cuja compreensão ultrapassa aspectos meramente biológicos e exige uma abordagem voltada às barreiras sociais e ambientais que podem restringir a participação plena da criança na vida em sociedade.

Conforme abordado por Aranha (1995), a deficiência é compreendida como uma condição complexa e multideterminada, caracterizada pela limitação ou impedimento da participação do indivíduo na trama de relações que compõem sua existência real concreta. Essa condição pode ser ocasionada por fatores sociais ou arquitetônicos, que dificultam a participação plena da pessoa com deficiência em todos os aspectos de sua vida, prejudicando seu desenvolvimento e sua capacidade de contribuir para uma sociedade mais inclusiva. Destaca-se que quando as características da deficiência são enfatizadas em detrimento da pessoa, isso pode levar à segregação, estigmatização negativa e desvalorização do indivíduo.

Nesse contexto, além da compreensão conceitual da deficiência enquanto fenômeno social e relacional, faz-se necessária a identificação de suas diferentes modalidades, especialmente aquelas que constituem o objeto deste estudo, quais sejam, as deficiências físicas e sensoriais.

No que se refere à deficiência física, o Decreto n. 3.298/1999, em seu artigo 4º, inciso I, conforme alterado pelo Decreto n. 5.296/2004, define pessoa com deficiência física como aquela que apresenta "alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, resultando no comprometimento da função física", o que ocasiona dificuldades na execução de atividades. Quanto à deficiência sensorial, esta é subdividida em deficiência visual, auditiva e na fala.

A compreensão dessas condições torna-se ainda mais relevante quando analisada sob a perspectiva do desenvolvimento infantil. Isso porque as experiências vivenciadas pela criança e sua

interação com o meio desempenham papel fundamental na construção de conhecimentos, habilidades e formas de participação social.

Segundo Piaget e Inhelder (1966;1980), o conhecimento da criança é construído por meio de sua interação com o ambiente, incluindo pessoas, cultura, objetos e o próprio ambiente físico. Nesse processo, a criança desenvolve a capacidade de representar o mundo ao seu redor. Piaget (1966) postulou que os fatores do desenvolvimento intelectual explicam a progressão mental, sendo que cada um desses fatores é essencial para o desenvolvimento intelectual, mas nenhum deles determina sozinho o processo.

A partir dessa concepção construtivista do desenvolvimento, é possível ampliar a análise para a formação das representações sociais construídas pela criança. Nesse sentido, a interação com outras pessoas assume papel central na elaboração do conhecimento sobre o mundo social.

Soares (2012) aduz que, seguindo os princípios da teoria piagetiana, pode-se afirmar que, também no que diz respeito à formação da representação do mundo social, a criança é vista como um agente ativo que constrói não apenas seu conhecimento, mas também a maneira como o organiza. O conhecimento social é assimilado pela criança por meio de suas interações com outras pessoas. É durante essas interações entre crianças e adultos que surgem as oportunidades para a construção desse conhecimento social, ressaltando a importância da ação por parte do sujeito nesse processo.

Considerando que o desenvolvimento cognitivo e social ocorre por meio das interações estabelecidas com o ambiente e com outras pessoas, torna-se evidente a relevância da inclusão das crianças e adolescentes com deficiência em espaços de convivência, aprendizagem e participação social.

A importância da inclusão da criança e adolescente com deficiência é fundamental, considerando que eles são seres em desenvolvimento humano e social, sendo que a interação com o meio é crucial para o desenvolvimento cognitivo e social. Ao incluir crianças com deficiência em ambientes educacionais e sociais, proporcionamos oportunidades significativas para que elas participem ativamente das interações e construam seu conhecimento.

Além disso, a inclusão promove o respeito à diversidade, a valorização das diferenças e o fortalecimento da empatia e da compreensão mútua entre todos os indivíduos envolvidos. Dessa forma, a inclusão beneficia diretamente as crianças e adolescentes com deficiência, enriquece o ambiente social como um todo, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Entre os diversos espaços de socialização existentes, a escola ocupa posição de destaque, uma vez que constitui um ambiente privilegiado para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento das relações interpessoais e o exercício da cidadania.

A escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo dos alunos, assumindo atualmente responsabilidades que antes eram atribuídas exclusivamente à família e às comunidades locais e religiosas. A expectativa social, especialmente por parte dos pais, está principalmente relacionada ao processo de aprendizagem (SOARES, 2004). Diante desse contexto, os profissionais da educação enfrentam o desafio de garantir igualdade de oportunidades de aprendizagem e acessibilidade aos conhecimentos historicamente produzidos para todos os alunos. Cada indivíduo requer suporte para superar suas limitações e construir sua identidade, a fim de exercer sua cidadania.

Entretanto, a consolidação de uma educação voltada à diversidade não ocorreu de forma imediata. Ela é resultado de um longo processo histórico de transformação dos paradigmas educacionais e das concepções sociais acerca da deficiência e da igualdade de oportunidades.

A sociedade passou por diversas mudanças de paradigmas ao longo de sua história, incluindo na área da educação. Os paradigmas, conforme conceituados por Kuhn (2005), são realizações científicas amplamente reconhecidas que por um período fornecem problemas e soluções modelo para uma comunidade praticante de uma ciência. No que diz respeito à educação inclusiva, que busca integrar pessoas com necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem na rede regular de ensino em todos os níveis (MRECH, 1998), o movimento começou a ganhar força a partir de 1990, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia. Nesse evento, as Nações Unidas estabeleceram o compromisso de democratizar a educação, independente das diferenças individuais dos alunos.

Os compromissos assumidos internacionalmente em favor da educação inclusiva influenciaram significativamente a elaboração de normas nacionais destinadas à garantia do direito à educação para pessoas com deficiência, fortalecendo a construção de um sistema educacional mais acessível e igualitário.

A Lei n. 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996, define a educação especial como uma modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com necessidades especiais. A legislação prevê também a oferta de serviços de apoio específico

quando necessário, isso porque, a aprendizagem do aluno não se limita à sala de aula, sendo desenvolvida em todos os momentos em que ele está no ambiente escolar. Quando a escola adota uma proposta inclusiva, mobiliza todos os envolvidos para garantir o sucesso da inclusão. Segundo Tiballi (2003), os princípios orientadores para a escola inclusiva incluem o respeito às diferenças e igualdade de direitos, cooperação, tolerância e solidariedade, participação social e integração afetiva de todos, especialmente dos portadores de necessidades especiais, além da promoção da inclusão pela via da escola, em oposição à exclusão.

Todavia, a efetivação das garantias legais não se limita ao ambiente escolar. A inclusão educacional está diretamente vinculada ao processo mais amplo de inclusão social, uma vez que ambos compartilham o objetivo de assegurar a participação plena das pessoas com deficiência em todos os espaços da vida coletiva.

A integração social e escolar da criança com deficiência é um reflexo de nossa evolução histórica e está intimamente ligada à maneira como a deficiência é percebida em diferentes momentos históricos. A inclusão social implica que todos devem ter a oportunidade de participar plenamente da sociedade em que vivem, sem enfrentar barreiras físicas ou psicológicas causadas por atitudes discriminatórias ou preconceituosas. É essencial respeitar as diversas formas de individualidade, uma vez que a diversidade é uma parte intrínseca da experiência humana. Nesse contexto, a ideia de inclusão surge como um processo criativo impulsionado pela necessidade de reconhecer, valorizar e acomodar as diferenças. Da mesma forma, a inclusão escolar significa que a escola é um espaço para todos, sem exceção, e que as práticas educacionais devem ser adaptadas para abranger a diversidade de atividades e reconhecer o potencial de cada aluno (ARANHA, 1995; SILVA, 2008; FLEURY 2015).

Além de promover o acesso a direitos fundamentais, a inclusão exerce influência direta na construção da identidade dos indivíduos. As experiências de participação, pertencimento e reconhecimento social contribuem significativamente para a maneira como crianças e adolescentes percebem a si mesmos e desenvolvem sua subjetividade.

A análise da formação da identidade da criança ou adolescente com deficiência é abordada dentro do contexto socio-histórico-cultural, especialmente sob a perspectiva de Vygotsky (2001), que argumenta que os seres humanos constroem sua identidade por meio das interações sociais vivenciadas em seu ambiente. Ao participar dessas interações sociais, o indivíduo incorpora essas

experiências, o que influencia a formação de sua identidade e subjetividade. Isso ressalta que a subjetividade não é algo inato, mas sim desenvolvido de forma compartilhada durante o processo de integração social (KASSAR, 2000).

Sob essa perspectiva, a identidade não pode ser compreendida como um atributo estático ou exclusivamente individual. Ao contrário, ela resulta de um processo contínuo de interação com o meio social, sendo constantemente reconstruída ao longo das experiências vividas pelo sujeito.

Todo indivíduo carrega consigo uma bagagem cultural rica, composta por experiências, aprendizados, valores e características que refletem a sociedade em constante evolução. Esse indivíduo está em constante transformação, demonstrando sua incompletude, e a presença dos outros é essencial na construção de sua identidade. Como as interações entre os sujeitos são contínuas e intermináveis, nunca se alcança uma identidade absoluta. No decorrer dessas interações, as mudanças são inevitáveis em cada pessoa, o que pode contribuir para o desenvolvimento da consciência de si e a formação de sua identidade única. Portanto, essa complexa estrutura humana é o resultado de um processo de desenvolvimento intrinsecamente ligado à história e à história social. Essa dinâmica de interação entre os sujeitos, permeada por relações sucessivas e infinitas, evidencia que cada indivíduo é influenciado e moldado pelos outros, resultando em uma constante construção e reconstrução da identidade (VYGOTSKY, 2001; CAMARGO, 2000).

Portanto, compreender a formação da identidade das crianças e adolescentes com deficiência requer uma visão ampla que considere não apenas suas características individuais, mas também o contexto social, histórico e cultural em que estão inseridos. É por meio dessas interações e vivências que esses jovens constroem sua identidade, mostrando que a inclusão e o respeito à diversidade são fundamentais para o desenvolvimento pleno e a autoestima desses indivíduos.

Considerações finais

O desenvolvimento da identidade e da autoestima de crianças e adolescentes com deficiência constitui um processo complexo, influenciado por fatores individuais, familiares, sociais e educacionais. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar que os principais desafios enfrentados por esse público estão relacionados às barreiras físicas, atitudinais e sociais, bem como às experiências de estigmatização, preconceito e exclusão que ainda persistem em diferentes espaços de convivência.

A pesquisa também demonstrou que estratégias voltadas à inclusão efetiva, ao fortalecimento dos vínculos familiares, ao respeito à diversidade e à promoção de ambientes escolares acolhedores contribuem significativamente para a construção de uma autoimagem positiva e para o desenvolvimento saudável da identidade. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental ao possibilitar experiências de participação, pertencimento e valorização das potencialidades de cada estudante.

Além disso, verificou-se que a constituição da identidade ocorre por meio das interações sociais e culturais vivenciadas pelos sujeitos, de modo que práticas inclusivas favorecem não apenas o desenvolvimento individual das crianças e adolescentes com deficiência, mas também a construção de uma sociedade mais democrática e comprometida com os direitos humanos.

Por fim, as reflexões apresentadas evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão, à acessibilidade e à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Recomenda-se que futuras ações educacionais e sociais priorizem a eliminação de barreiras, a formação continuada dos profissionais da educação e a ampliação de estratégias de apoio às famílias, visando promover condições efetivas para o desenvolvimento integral, a autonomia, a autoestima e a participação social desses sujeitos.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 63-70, 1995. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a08.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CAMARGO, Evani Andreatta Amaral. C**oncepções de deficiência mental por pais e profissionais e a constituição da subjetividade da pessoa deficiente**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FLEURY, Lígia. **Cidadania. Educação com Olhar**. 2015. Disponível em: http://educacaolharcomligiafleury.blogspot.com/2015/03/cidadania.html. Acesso em: 15 jan. 2024.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Marcas da história social no discurso de um sujeito: uma contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano XX, n. 50, p. 41-54, abr. 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LEAL MOTA CAPISTRANO, L. O processo de construção da identidade do adolescente com síndrome de Down no atendimento psicopedagógico. **Revista Macambira**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. e041012, 2023. DOI: 10.35642/rm.v4i2.507. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/rm/article/view/507. Acesso em: 19 jan. 2024.

MRECH, Leny Magalhães. O que é educação inclusiva? **Integração**, Brasília, v. 10, n. 20, p. 37-40, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adotada pela Resolução nº 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Nova York: ONU, 1989.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **A psicologia da criança**. 6. ed. São Paulo: Difel, 1980.

SILVA, Kátia Regina Xavier. Expressão da criatividade na prática pedagógica e a luta pela inclusão em educação: tecendo relações. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (org.). **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 48-59.

SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. REICE: **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 2, n. 2, 2004.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. Estratégias de inclusão frente à diversidade social e cultural na escola. In: LISITA, Verbena Moreira Soares de Sousa; SOUZA, Luciana Freire Esteves de Carvalho Póvoa (org.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VERONESE, Josiane Rose Petry. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a construção doutrinária da criança-sujeito. In: OLIVEIRA, Francisco Cardoso; VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Olga Maria Boschi. **Direitos da criança e do adolescente e direitos da juventude**: o olhar da fraternidade. Curitiba: Prismas, 2017. p. 42-56.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LETRAMENTO DIGITAL, SOCIEDADE DE RISCO E SUSTENTABILIDADE DA PESSOA IDOSA

João Antônio da Silva Chicon[52]
Denise Tatiane Girardon dos Santos[53]
Domingos Benedetti Rodrigues[54]
Claudia Maria Prudêncio de Mera[55]

Considerações iniciais

Segundo dados, divulgados em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 28 milhões de idosos/as, o que equivale a 13% da população (IBGE, 2019). Considerando as previsões de que esse percentual deve dobrar na próxima década, urge refletir sobre a integração desse grupo em uma sociedade marcada por transformações tecnológicas e comunicacionais. A tecnologia, atualmente, está inserida em diversas facetas da vida cotidiana. Desde o início da chamada *Revolução*, tarefas como fazer compras, acessar notícias, comunicar-se com familiares, podem ser feitas de forma virtual, com alguns cliques e toques, por celular ou computador (FRANCO; SOUZA, 2015).

Neste sentido, o letramento digital constitui um elemento fundamental para a inclusão social da pessoa idosa na sociedade contemporânea, marcada pela crescente digitalização dos serviços, da comunicação e do acesso à informação. Entretanto, conforme Beck (2011), a chamada *sociedade de risco* é caracterizada pela produção de novos riscos sociais e tecnológicos, que podem ampliar situações de vulnerabilidade para grupos que possuem menor acesso às competências digitais.

Ao analisar o contexto citado, autores como Beck (2011), Castells (2015), bem como, publicações da Organização das Nações Unidas (ONU) (2021), tem-se que o letramento digital contribui para que a pessoa idosa desenvolva autonomia, capacidade crítica e participação ativa na

[52] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail:joaochicon28@gmail.com
[53] Doutora em Direito (UNISINOS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Direito (UNICRUZ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Direito (URI-SA). E-mail: desantos@unicruz.edu.br
[54] Pós-Doutor em Direito (URI-SA). Doutor em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Direito (UNICRUZ). E-mail: domingos@unicruz.edu.br
[55] Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail:cmera@unicruz.edu.br

vida social, reduzindo a exclusão digital e fortalecendo sua sustentabilidade social. O domínio das tecnologias digitais favorece o envelhecimento ativo, a manutenção de vínculos sociais, o acesso a serviços públicos e de saúde e a participação cidadã, aspectos essenciais para a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável da população idosa. Assim, a presente pesquisa visa a investigar como o acesso às tecnologias digitais auxilia idosos na prevenção e gestão de riscos ambientais.

Metodologicamente, trata-se de bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos especializados, com exploratório e descritivo (GIL, 2019), com fins de investigar de que forma o acesso aos recursos tecnológicos pode auxiliar a população idosa a prevenir e gerir riscos ambientais.

Desenvolvimento

Passa-se a apresentar dez pesquisas, relacionadas ao tema, que abordam tecnologias digitais, as quais podem ser utilizadas pela população idosa para a gestão de riscos ambientais. A pesquisa intitulada *Tecnologias Assistivas: Aplicações na Prevenção de Quedas de Idosos* de autoria de Nascimento, Silva e Juchem (2022), apresenta tecnologias assistivas utilizadas para monitorar residências e identificar fatores de risco relacionados a quedas. Sensores, dispositivos inteligentes e sistemas de alerta auxiliam na prevenção de acidentes domésticos, considerados um importante risco ambiental para idosos/as.

A pesquisa *Fatores Ambientais e Risco de Quedas em Idosos: Revisão Sistemática*, de autoria de Oliveira et al. (2014), identifica fatores ambientais presentes em, aproximadamente, 40% das quedas entre idosos/as. O estudo evidencia a importância de adaptações ambientais e tecnologias de monitoramento para identificar obstáculos, iluminação inadequada e outras condições de risco no ambiente domiciliar.

A pesquisa *IoT Technologies for Elderly Health Care: A Systematic Mapping*, de autoria de Gralha et al. (2022), analisa aplicações da *Internet das Coisas* (IoT, sigla em Inglês para *Internet of Things*), voltadas às pessoas idosas. Sensores inteligentes, dispositivos vestíveis e sistemas conectados permitem monitoramento da saúde e do ambiente, detectando situações de risco como quedas, alterações climáticas extremas e emergências domésticas, contribuindo para maior segurança e autonomia.

Por sua vez, a pesquisa de Melo, Correia e Campos (2021), *Idosos e o Uso de Tecnologias Assistivas em Casa*, apresenta uma revisão sistemática que investiga tecnologias assistivas, utilizadas em ambientes domésticos. Os resultados demonstram que sensores, automação residencial e sistemas de monitoramento reduzem riscos ambientais e favorecem a permanência segura do/a idoso/a em sua residência.

A pesquisa intitulada *'Smart Cities' Applications to Facilitate the Mobility of Older Adults*, de Rocha et al. (2021), analisa soluções de cidades inteligentes voltadas à mobilidade da população idosa. Aplicativos de navegação, sensores urbanos e sistemas de informação em tempo real ajudam idosos/as a evitar barreiras ambientais, aumentando a segurança nos deslocamentos urbanos e reduzindo riscos associados à mobilidade.

Já a pesquisa *Assistive Technology and Older Adults in Disasters*, de McSweeney-Feld (2016), examina o papel das tecnologias assistivas durante desastres naturais e emergências. Os resultados mostram que dispositivos digitais e sistemas de comunicação podem auxiliar idosos/as a receber alertas. Na publicação *Investigating Older Adults' Attitudes towards Crisis Informatics Tools*, de Suhaimi et al. (2022),procedeu-se à análise da percepção de idosos/as sobre ferramentas digitais utilizadas em situações de crise, como enchentes, furacões e emergências de saúde pública.

Em *Tecnologias Digitais na Promoção de Saúde em Idosos*, Silva et al. (2024) destacam como tecnologias digitais promovem autonomia e bem-estar dos idosos. Na publicação intitulada *Impacto dos Aplicativos Móveis Voltados para a Saúde e Qualidade de Vida dos Idosos*, Simões et al. (2024) demonstram que aplicativos móveis auxiliam no monitoramento da saúde, localização, comunicação e segurança dos idosos.

Por fim, a pesquisa intitulada *LivingLab PJAIT: Towards Better Urban Participation of Seniors*, de autoria de Kopeć et al. (2017), apresenta uma iniciativa baseada em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para ampliar a participação dos/as idosos/as na vida urbana. A proposta inclui plataformas digitais que os/as auxiliam a identificar problemas ambientais urbanos. A Tabela 1 apresenta um resumo dos trabalhos estudados, objetivos e tecnologias abordadas.

Tabela 1 - Trabalhos estudados, objetivos e tecnologias abordadas.

Autor/a(es/as)	Título	Objetivo	Tecnologias abordadas
Nascimento, Silva e Juchem (2022)	Tecnologias Assistivas: Aplicações na Prevenção de Quedas de Idosos	Analisar o uso de tecnologias assistivas na prevenção de quedas e acidentes domésticos em idosos.	Sensores de movimento, dispositivos de monitoramento, sistemas de alerta e tecnologias assistivas.
Oliveira et al. (2014)	Fatores Ambientais e Risco de Quedas em Idosos: Revisão Sistemática	Identificar fatores ambientais associados às quedas de idosos e estratégias para sua prevenção.	Tecnologias de monitoramento ambiental, sensores de segurança e adaptações domiciliares.
Gralha et al. (2022)	IoT Technologies for Elderly Health Care: A Systematic Mapping	Mapear aplicações da Internet das Coisas voltadas à saúde e segurança dos idosos.	Internet das Coisas (IoT), sensores inteligentes, dispositivos vestíveis (wearables), monitoramento remoto.
Melo, Correia e Campos (2021)	Idosos e o Uso de Tecnologias Assistivas em Casa	Investigar tecnologias assistivas utilizadas no ambiente domiciliar para aumentar a autonomia dos idosos.	Automação residencial, sensores inteligentes, dispositivos de monitoramento e alarmes.
Rocha et al. (2021)	Smart Cities Applications to Facilitate the Mobility of Older Adults	Analisar aplicações de cidades inteligentes que promovem a mobilidade segura dos idosos.	Aplicativos móveis, sistemas de geolocalização, sensores urbanos e plataformas de cidades inteligentes.
McSweeney-Feld (2016)	Assistive Technology and Older Adults in Disasters: Implications for Emergency Management	Avaliar o papel das tecnologias assistivas na proteção dos idosos durante desastres naturais.	Tecnologias assistivas, sistemas de comunicação emergencial, alertas digitais e dispositivos móveis.
Suhaimi et al. (2022)	Investigating Older Adults' Attitudes towards Crisis Informatics Tools	Compreender a percepção dos idosos sobre ferramentas digitais utilizadas em situações de crise e desastres.	Ferramentas de informática para crises, aplicativos de alerta, plataformas digitais de emergência e redes sociais.
Silva et al. (2024)	Tecnologias Digitais na Promoção de Saúde em Idosos	Discutir como as tecnologias digitais contribuem para a saúde, autonomia e qualidade de vida da pessoa idosa.	Aplicativos de saúde, telemonitoramento, dispositivos móveis e plataformas digitais.
Simões et al. (2024)	Impacto dos Aplicativos Móveis Voltados para a Saúde e Qualidade de Vida dos Idosos	Avaliar os benefícios dos aplicativos móveis para a saúde e segurança dos idosos.	Aplicativos móveis, monitoramento remoto, sistemas de localização e comunicação digital.
Kopeć et al. (2017)	LivingLab PJAIT: Towards Better Urban Participation of Seniors	Promover a participação ativa dos idosos em ambientes urbanos por meio das TICs.	Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), plataformas colaborativas, aplicativos urbanos e ferramentas digitais de participação cidadã.

Fonte: Autores/as.

Considerações finais

Os estudos apontam que as tecnologias digitais auxiliam os/as idosos/as na prevenção e gestão de riscos ambientais, principalmente, por meio da IoT, utilizando, por exemplo, sensores inteligentes, dispositivos conectados e monitoramento ambiental; tecnologias assistivas, por meio de alarmes, detectores de queda, sistemas de emergência; aplicativos móveis, como os utilizados na saúde, mobilidade, alertas de risco e comunicação; dispositivos vestíveis, como smartwatches, pulseiras inteligentes e sensores corporais; automação residencial, como casas inteligentes, sensores de presença e monitoramento domiciliar; sistemas de alerta, a exemplo de alertas climáticos, emergenciais e de desastres naturais e, por fim, as TIC e cidades inteligentes, como plataformas digitais, geolocalização e participação cidadã e telemonitoramento, como acompanhamento remoto da saúde e da segurança do/a idoso/a.

Referências

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FRANCO, Juliana Aparecida; SOUZA, Dércia Antunes de. Inclusão digital para pessoas de terceira idade: a importância do acesso a informação. **Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**, 12., 2015, Rio de Janeiro. Rj: Aedb, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRALHA, Silvia Regina et al. IoT technologies for elderly health care: a systematic mapping. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, e49111730453, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.30453.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KOPEĆ, Wojciech et al. LivingLab PJAIT: towards better urban participation of seniors. In: **International Conference on Human System Interactions**. Piscataway: IEEE, 2017. p. 108-114.

MCSWEENEY-FELD, Mary H. Assistive technology and older adults in disasters: implications for emergency management. **Disaster Medicine and Public Health Preparedness**, Cambridge, v. 10, n. 4, p. 499-505, 2016.

MELO, Ana Paula; CORREIA, Walter F.; CAMPOS, Isabela. Idosos e o uso de tecnologias assistivas em casa: revisão sistemática. **Revista Ergodesign & HCI,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2021.

NASCIMENTO, Marcelo de Maio; SILVA, Paloma Sthefane Teles; JUCHEM, Luciano. Tecnologias assistivas: aplicações na prevenção de quedas de idosos. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, Canoas, v. 10, n. 1, 2022. DOI: 10.18316/sdh.v10i1.8492.

OLIVEIRA, Adriana S. et al. Fatores ambientais e risco de quedas em idosos: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 637-645, 2014.

Organização das Nações Unidas. **Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030**. Genebra: ONU/OMS, 2021.

ROCHA, Nelson Pacheco et al. Smart cities' applications to facilitate the mobility of older adults: a systematic review of the literature. **Applied Sciences**, Basel, v. 11, n. 14, p. 6395, 2021. DOI: 10.3390/app11146395.

SILVA, Juliana et al. Tecnologias digitais na promoção da saúde em idosos: uma revisão integrativa. **International Journal of Health Sciences**, v. 4, n. 2, 2024.

SIMÕES, Mariana et al. Impacto dos aplicativos móveis voltados para a saúde e qualidade de vida dos idosos: revisão integrativa. **Revista Envelhecer**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 2024.

SUHAIMI, Nurul Afiqah et al. I**nvestigating older adults' attitudes towards crisis informatics tools**. 2022. Disponível em: arXiv. Preprint.

LETRAMENTO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA

João Antônio da Silva Chicon[56]
Patricia Mariotto Mozzaquatro Chicon[57]
Claudia Maria Prudêncio de Mera[58]

Considerações iniciais

O letramento digital tem se configurado como um importante instrumento para a promoção da inclusão social da pessoa idosa, especialmente em uma sociedade cada vez mais mediada pelas tecnologias digitais (CASTELLS, 2015; KENSKI, 2012; DOLL; MACHADO; CACHIONI, 2016).

A capacidade de acessar, compreender, avaliar e utilizar informações por meio de dispositivos tecnológicos contribui para a ampliação da autonomia, da participação social e do exercício da cidadania da população idosa. Além disso, o domínio das tecnologias digitais possibilita o fortalecimento das relações sociais, o acesso a serviços públicos e de saúde, bem como oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (CASTELLS, 2015; KENSKI, 2012; DOLL; MACHADO; CACHIONI, 2016).

O autor Azevedo (2022), define a exclusão digital dos idosos como parte de um processo mais amplo de exclusão social, no qual a idade avançada se configura como um fator de vulnerabilidade. Conforme o autor citado, o distanciamento entre as gerações, o ritmo acelerado das transformações tecnológicas, a ausência de políticas públicas eficazes e a falta de acessibilidade a equipamentos e capacitação tecnológica são apontados como elementos que contribuem para essa exclusão.

De acordo com Bhattacharjee, Baker e Waycott (2020), diversos obstáculos dificultam a inserção de pessoas idosas no meio digital. Entre eles, destacam-se: as limitações cognitivas e físicas que surgem com o envelhecimento; as constantes mudanças e a complexidade dos recursos tecnológicos; a escassez de ações voltadas ao ensino desse público, somada à crença generalizada de que idosos não têm capacidade para aprender novas tecnologias; a inadequação do material didático disponível, que muitas vezes não é pensado para esse grupo; e a falta de incentivo social, que pode

[56] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail:joaochicon28@gmail.com
[57] Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail:pmozzaquatro@unicruz.edu.br
[58] Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. E-mail:cmera@unicruz.edu.br

desencorajar os idosos a se engajarem no uso das ferramentas digitais. Muitos idosos não possuem familiaridade com os dispositivos digitais, o que os impede de acessar serviços básicos, manter relações sociais mediadas por tecnologia e exercer sua cidadania de forma plena no contexto atual. Essa realidade acentua desigualdades e limita o direito à informação e à participação social.

Neste contexto, esta pesquisa busca apresentar alguns resultados relacionados a uma dissertação de mestrado em andamento, a qual busca analisar o letramento digital como instrumento de inclusão social da pessoa idosa.

Resultados

Esta pesquisa busca apresentar alguns resultados relacionados a uma dissertação de mestrado em andamento, que tem como objetivo analisar o letramento digital como instrumento de inclusão social da pessoa idosa, considerando seus desafios, potencialidades e os impactos dessa prática na promoção da cidadania e da participação ativa na sociedade contemporânea.

O pesquisador mestrando atua como bolsista voluntário no projeto de inclusão digital para a terceira idade. O projeto está sendo desenvolvido de forma prática, por meio da realização de oficinas de letramento digital voltadas à população idosa, com o objetivo de promover sua inclusão social por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação.

Quanto à abordagem, a pesquisa classifica-se como qualitativa e participativa, permitindo a observação e a análise das experiências vivenciadas pelos idosos durante o processo de aprendizagem digital.

As oficinas são ofertadas em parceria com o Curso de Ciência da Computação da Unicruz, que desenvolve o projeto “Inclusão Digital para a Terceira Idade” desde o ano de 2011. As atividades contemplam conteúdos básicos relacionados ao uso de computadores, smartphones, internet, redes sociais e aplicativos de comunicação, como o WhatsApp.

A metodologia das oficinas integra os conhecimentos prévios dos participantes, respeita o ritmo de aprendizagem dos idosos e valoriza a construção coletiva do saber. As atividades são realizadas de forma presencial, em encontros semanais, com duração aproximada de uma hora.

Durante a execução do projeto, estão sendo utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: Observações sistemáticas das oficinas, com registro das interações, dificuldades e progressos dos participantes; Rodas de conversa, visando compreender as percepções dos idosos

sobre sua relação com a tecnologia; Questionários simples e entrevistas breves, destinados à avaliação do impacto do projeto na autonomia digital dos idosos e em sua integração social.

Foi realizada uma análise inicial relacionada aos conhecimentos básicos sobre tecnologias digitais. A seguir, são apresentados os resultados obtidos.

Participaram da pesquisa 13 idosos vinculados às oficinas de letramento digital. Inicialmente, observou-se que 8 participantes já haviam realizado algum curso de informática anteriormente, enquanto 5 informaram nunca ter participado de formações nessa área. Esse resultado demonstra que parte significativa do grupo já teve algum contato prévio com processos de aprendizagem relacionados às tecnologias digitais.

Em relação ao acesso aos dispositivos tecnológicos, verificou-se que o celular é o principal equipamento utilizado pelos participantes, sendo mencionado por 10 idosos. Apenas 3 participantes relataram utilizar computador ou tablet, evidenciando a predominância do smartphone como principal meio de acesso às tecnologias digitais.

Quanto à frequência de uso dos dispositivos, a maioria dos participantes informou utilizá-los diariamente, totalizando 7 respondentes. Outros 3 relataram utilizar os dispositivos raramente, enquanto apenas 1 participante afirmou nunca utilizá-los e o restante não respondeu. Esses dados indicam que as tecnologias digitais já fazem parte da rotina da maior parte dos idosos participantes da pesquisa.

No que se refere às habilidades básicas de utilização dos dispositivos, observou-se que a maioria dos participantes consegue realizar ações simples, como ligar e desligar o aparelho (11 participantes), fazer ligações telefônicas (12 participantes) e enviar mensagens (12 participantes). Entretanto, atividades que exigem maior familiaridade com os recursos digitais apresentaram menor incidência, como abrir aplicativos e realizar encomendas ou compras pela internet.

Em relação ao uso da internet, 7 participantes afirmaram acessá-la de forma autônoma, enquanto 4 relataram utilizá-la com ajuda de terceiros. Apenas 2 participantes informaram nunca ter utilizado a internet. Esses resultados sugerem um nível considerável de inserção digital entre os idosos participantes, embora parte deles ainda necessite de apoio para utilizar os recursos disponíveis.

Quando questionados sobre as finalidades de uso da internet, as respostas mais frequentes foram conversar com familiares e amigos (10 participantes), acompanhar notícias (8 participantes), assistir a vídeos (8 participantes) e acessar redes sociais (6 participantes). Tais resultados evidenciam

que a internet é utilizada principalmente para comunicação, informação e entretenimento. No aspecto relacionado à segurança digital, 7 participantes afirmaram compreender o que é uma senha, enquanto 4 responderam possuir apenas conhecimento parcial sobre o tema e 2 declararam não possuir esse conhecimento. Em relação ao gerenciamento de senhas, 8 participantes afirmaram utilizá-las e guardá-las com cuidado, 4 dependem da ajuda de outras pessoas e 2 não utilizam senhas. Esses dados indicam a necessidade de reforçar ações educativas relacionadas à segurança digital e à proteção de dados pessoais.

Por fim, ao analisar a autonomia dos participantes diante de dificuldades no uso das tecnologias, observou-se que 8 idosos procuram inicialmente resolver os problemas por conta própria e somente depois solicitam ajuda. Outros 5 afirmaram pedir auxílio imediatamente, enquanto apenas 1 participante relatou desistir da tarefa quando encontra dificuldades. Nenhum participante declarou conseguir resolver sozinho todas as situações. Esse resultado demonstra que, embora exista interesse e iniciativa para aprender, ainda há necessidade de acompanhamento e suporte para o desenvolvimento da autonomia digital.

De modo geral, os resultados iniciais apontam que os participantes já possuem algum nível de contato com as tecnologias digitais, especialmente por meio do uso de smartphones e da internet para comunicação. Entretanto, permanecem desafios relacionados à ampliação das competências digitais, à segurança no ambiente virtual e ao fortalecimento da autonomia no uso das tecnologias, aspectos que podem ser trabalhados por meio das oficinas de letramento digital. Os resultados servirão como base para avaliar a efetividade da ação e propor melhorias para futuras edições do projeto.

Considerações finais

Os resultados iniciais da pesquisa evidenciam que os idosos participantes já possuem algum nível de inserção no universo digital, especialmente por meio do uso de smartphones e da internet para comunicação com familiares e amigos, acesso a informações e entretenimento. Observou-se que a maioria dos participantes utiliza dispositivos digitais com frequência e demonstra interesse em ampliar seus conhecimentos tecnológicos, o que constitui um fator favorável para o desenvolvimento das ações de letramento digital.

Por outro lado, os dados também revelam a existência de limitações relacionadas ao domínio de determinadas funcionalidades, à segurança digital e à autonomia no uso das tecnologias. Embora muitos participantes consigam realizar atividades básicas de forma independente, ainda são identificadas dificuldades em tarefas que exigem maior familiaridade com recursos digitais, bem como a necessidade de apoio para a resolução de problemas e para o gerenciamento seguro de informações pessoais.

Nesse contexto, as oficinas de letramento digital mostram-se relevantes como estratégia de inclusão social da pessoa idosa, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais, o fortalecimento da autonomia e a ampliação das possibilidades de participação na sociedade contemporânea. Além disso, a iniciativa favorece a redução das barreiras tecnológicas que podem limitar o acesso a serviços, informações e formas de interação social cada vez mais mediadas pelas tecnologias digitais.

Por meio de uma análise realizada desde o início das atividades, o pesquisador acompanhou cada etapa do processo de ensino desenvolvido com os participantes ingressantes. Nas atividades práticas com os softwares Paint e Word, percebeu que alguns participantes apresentavam dificuldades de interpretação durante as explicações realizadas com o auxílio do datashow. Essa situação despertou atenção, levando o pesquisador a refletir se as dificuldades estavam relacionadas à linguagem utilizada nas explicações ou à compreensão dos conteúdos apresentados. A partir disso, passou a observar cada participante de forma mais atenta, não com o objetivo de julgar, mas de compreender suas necessidades para oferecer um melhor apoio. Durante a análise, notou que cada usuário apresentava dificuldades específicas. Em algumas atividades que envolviam a leitura, a interpretação ou a criação de histórias, muitos participantes demonstravam dificuldades para desenvolver as propostas. Diante dessa realidade, foi necessário adaptar a metodologia utilizada. Passou-se a trabalhar com textos prontos para digitação, com o objetivo de verificar a familiaridade dos participantes com o teclado e com os principais recursos de edição de texto.

Foram abordadas funções como Caps Lock, Shift, Ctrl+C, Ctrl+V, Ctrl+Z, além do uso de pontuação, espaços, formatação de fonte, negrito, itálico e sublinhado. Após a apresentação e prática desses recursos, observou-se que os participantes passaram a interagir com mais facilidade e segurança durante as atividades. No Paint, foram desenvolvidas atividades de desenho como forma de treinamento do uso do mouse. Inicialmente, foi apresentada a área de trabalho do programa,

explicando cada ícone e ferramenta disponível. Durante essas atividades, também eram promovidas conversas sobre diferentes temas, favorecendo momentos de entretenimento, letramento e interação social entre os participantes.

Um aspecto interessante observado foi o espírito colaborativo do grupo. Assim como ocorre em ambientes escolares, alguns participantes que concluíam as atividades com maior rapidez espontaneamente auxiliavam os colegas que apresentavam mais dificuldades, sem que isso fosse solicitado pelos bolsistas. Essa atitude contribuiu para aumentar o entusiasmo e o engajamento nas atividades propostas. Essas ações são desenvolvidas principalmente nas quartas-feiras. Quando novos participantes ingressam no projeto após o início das atividades, são realizadas avaliações diagnósticas para identificar suas necessidades e possibilitar um atendimento diferenciado. Além disso, constantemente perguntou-se aos participantes se estão compreendendo os conteúdos trabalhados e se possuem sugestões para aprimorar as atividades, mantendo sempre uma postura aberta ao diálogo e às contribuições do grupo.

Dessa forma, os resultados obtidos até o momento reforçam a importância de ações educativas voltadas à população idosa, considerando suas necessidades específicas, ritmos de aprendizagem e experiências de vida. Espera-se que a continuidade da pesquisa possibilite aprofundar a compreensão sobre os impactos do letramento digital na inclusão social dos idosos, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento de práticas e políticas voltadas à promoção do envelhecimento ativo e da cidadania digital.

Referências

AZEVEDO, Celiana. Idosos e tecnologias digitais: a relação entre inclusão social e digital no Brasil. **Estudos interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 27, n. 1, 2022.

BHATTACHARJEE, P.; BAKER, S.; WAYCOTT, J. Older adults and their acquisition of digital skills: A review of current research evidence. **32nd Australian Conference on Human-Computer Interaction** (pp. 437-443). 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DOLL, Johannes; MACHADO, Letícia Rocha; CACHIONI, Meire. **Educação e envelhecimento**: desafios e perspectivas na contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2012.

OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Izabel Cristina Vieira Martins
Maicon Christian Martins dos Santos
Rodrigo de Rosso Krug

Considerações Iniciais

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental tem se constituído como um tema relevante no campo educacional, especialmente diante dos desafios enfrentados pelas escolas para garantir um processo de ensino e aprendizagem efetivo e inclusivo. Nesse contexto, o interesse por essa temática também se fortalece a partir da experiência profissional dos autores da presente pesquisa.

Diante disso, surge a questão norteadora deste estudo: quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas e pelos professores no processo de inclusão escolar de alunos com TEA no Ensino Fundamental, e quais possibilidades podem contribuir para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade? E, nesse sentido, objetivou-se neste resumo expandido compreender os desafios e as possibilidades da inclusão escolar de alunos com TEA no Ensino Fundamental, analisando as práticas pedagógicas, os recursos educacionais e o papel da escola na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

A justificativa para a realização desta pesquisa fundamenta-se na crescente demanda por práticas educacionais inclusivas no Ensino Fundamental, especialmente no que se refere ao atendimento de alunos com TEA. A inclusão escolar desses estudantes ainda representa um desafio significativo para muitas instituições de ensino, exigindo reflexões constantes sobre as práticas pedagógicas, a formação docente, os recursos disponíveis e a organização do trabalho escolar.

Métodos

Esta pesquisa caracterizou-se como uma revisão de escopo que se remeteu a busca de produções científicas produções científicas publicadas em revistas e repositórios, abrangendo artigos

publicados no período de 2022 a 2026, disponíveis no Portal de Periódicos CAPES, no Google Acadêmico e na SciELO.

A busca bibliográfica foi realizada por meio de textos escritos em língua portuguesa, de acesso livre, que apresentassem relação direta com a temática desta pesquisa, contemplando os desafios, as dificuldades, os recursos e as estratégias utilizadas pelos docentes no processo de inclusão, ensino e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se os seguintes descritores: "transtorno do espectro autista" AND "desafios" AND "inclusão escolar".

Resultados e discussões

Foram encontrados quinze no Google Acadêmico e dez na SciELO entre 2022 e 2026. Após leitura do título e resumo foram selecionados dez textos para leitura na íntegra. E, depois da leitura final, foram selecionados três textos para comporem o escopo do artigo.

Neste sentido, a partir da análise bibliográfica realizada observou-se que a inclusão escolar de alunos com TEA no Ensino Fundamental ainda se configura como um processo em construção, marcado por avanços importantes, mas também por inúmeros desafios. Entre os principais desafios identificados, destacam-se:

a) Muitos docentes ainda apresentam **pouca familiaridade** com as características e as necessidades específicas dos alunos com autismo (AMBROSIM; AMBROSIM, 2024).
b) Em muitos contextos escolares, o **currículo ainda não é planejado de maneira a contemplar as necessidades educacionais dos estudantes com autismo** (AMBROSIM ; AMBROSIM, 2024).
c) As escolas públicas, em muitos casos, ainda enfrentam **limitações de recursos e de infraestrutura** para oferecer um atendimento adequado às necessidades dos estudantes com autismo (AMBROSIM ; AMBROSIM, 2024).
d) São identificadas fragilidades, entre elas a **necessidade de aprimorar as matrizes curriculares na formação de futuros professores nas instituições formadoras**, com foco mais consistente na educação inclusiva (ANDRETTI ; LÜBECK, 2025, p.11).

e) Percebe-se **“um hiato” entre as políticas de inclusão e sua efetiva aplicação no cotidiano das salas de aula,** evidenciando a necessidade de uma formação docente mais aprofundada sobre o autismo (GONÇALVES et al., 2024).

f) “Muitos professores relatam sentir-se **despreparados para enfrentar os desafios específicos** apresentados pelos alunos com TEA, indicando uma lacuna significativa na formação docente (GONÇALVES et al., 2024, p.2).

g) As dificuldades na comunicação, na interação social e a presença de comportamentos repetitivos ou estereotipados, característicos do TEA, exigem **estratégias pedagógicas individualizadas e específicas** (GONÇALVES et al., 2024, p.2).

h) Há a necessidade de uma **formação que articule os conhecimentos teóricos sobre o TEA com a aplicação de estratégias práticas de ensino** (GONÇALVES et al., 2024, p.2).

Por outro lado, os autores apontam que foram evidenciadas possibilidades significativas para o fortalecimento da inclusão, como o uso de metodologias ativas, uso de tecnologias assistivas e recursos digitais, a flexibilização curricular, o trabalho colaborativo entre professores regentes e profissionais de apoio, além da atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), Planejamento do Plano de Ensino Individualizado (PEI) realizado em conjunto com o professor, o profissional de apoio e a família, considerando as necessidades específicas de cada aluno, ambiente escolar acolhedor e sensível às necessidades sensoriais dos alunos com autismo, comunicação efetiva com as famílias, avaliação contínua e a adaptação das práticas pedagógicas.

Dessa forma, compreende-se que a inclusão não se limita ao acesso do aluno à escola regular, mas envolve a garantia de sua permanência, participação e aprendizagem, exigindo mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais no contexto escolar.

Considerações Finais

Conclui-se que a inclusão escolar de alunos com TEA no Ensino Fundamental é um processo complexo que demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, bem como o fortalecimento de políticas públicas e investimentos em formação docente e recursos pedagógicos adequados.

Embora existam avanços importantes na legislação e nas práticas educacionais inclusivas, ainda há desafios significativos a serem superados para garantir uma educação verdadeiramente

inclusiva e de qualidade. Nesse sentido, torna-se fundamental que as escolas ampliem suas práticas pedagógicas, valorizem o trabalho interdisciplinar e promovam um ambiente que respeite as diferenças e potencialize as capacidades de cada estudante.

Por fim, ressalta-se que a experiência profissional como psicopedagoga em um núcleo de apoio educacional evidencia a necessidade constante de reflexão e aprimoramento das práticas inclusivas, reforçando a importância de estudos que contribuam para a construção de uma escola mais democrática, acessível e humanizada para todos.

Referências

AMBROSIM, I.; AMBROSIM, L. Autismo na Escola Pública: Desafios e Oportunidades. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 1-19, 2024. ISSN: 2965-6672. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/generate/pdf_zenodo/pub_10815609.pdf>. Acesso em 16/05/2026.

ANDRETTI, Alessandro José E LÜBECK, Marcos. Material Instrucional para Inclusão de Alunos com Autismo: uma revisão integrativa sobre o ensino de matemática. **Encontro Paranaense de Educação Matemática Inclusiva**, Cascavel PR, out. 2025. Disponível em: <https://sbemparana.com/eventos/index.php/epemi/article/view/85.Acesso em: 16/058/2026.

GONÇALVES, Luciana Marinho Soares *et al*. A Formação de Professores para a Inclusão de Alunos Com Autismo: desafios e Oportunidades. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, *[S. l.]*, v. 10, n. 10, p. 4484–4500, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i10.16430.Disponível em:<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16430>. Acesso em: 16 maio. 2026.

GEROTRANSCENDÊNCIA FEMININA, ESPIRITUALIDADE E ENVELHECIMENTO: CONSTRUÇÃO DE SENTIDO, IDENTIDADE E QUALIDADE DE VIDA NA VELHICE

Terezinha Marcia dos Santos Quevedo[59]
Solange Beatriz Billig Garces[60]

Resumo: O envelhecimento feminino é um processo multidimensional marcado por transformações biológicas, sociais, emocionais e existenciais. Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre gerotranscendência, espiritualidade e envelhecimento feminino, compreendendo suas contribuições para a qualidade de vida e a ressignificação da velhice. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, realizada a partir da análise de artigos científicos disponíveis nas bases SciELO, CAPES e Google Acadêmico. Os resultados indicam que a espiritualidade constitui importante recurso de fortalecimento emocional, promoção da resiliência e atribuição de sentido à existência. Associada à teoria da gerotranscendência, favorece processos de amadurecimento, interiorização e reconstrução identitária, possibilitando uma vivência mais positiva da velhice. Conclui-se que a integração entre espiritualidade e gerotranscendência contribui para um envelhecimento feminino mais significativo, digno e humanizado, fortalecendo a autonomia, o pertencimento e a valorização da trajetória de vida das mulheres idosas.

Palavras-chave: Gerotranscendência; Espiritualidade; Envelhecimento feminino; Qualidade de vida.

Considerações iniciais

Depois dos 60 anos, muitas mulheres passam por uma transformação interior profunda. A vida, anteriormente marcada por trabalho, produtividade, responsabilidades familiares, reconhecimento social e conquistas materiais, começa gradativamente a adquirir novos significados. O foco deixa de estar centrado apenas no acúmulo e na performance, direcionando-se para a busca de sentido, paz interior, legado, pertencimento e essencialidade.

Essa mudança pode ser compreendida a partir da teoria da gerotranscendência, desenvolvida por Lars Tornstam, que entende o envelhecimento como um processo de amadurecimento existencial e espiritual. A gerotranscendência constitui uma teoria adaptativa do envelhecimento que propõe

[59] Pedagoga. Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social-UNICRUZ. Taxista CAPES. Estudante pesquisadora do GIEEH/UNICRUZ E-mail: tere.squevedo@gmail.com
[60] Dr.ª em Ciências Sociais ; Docente Permanente do PPGPSDS /UNICRUZ; Lider do GIEEH – Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano- UNICRUZ/CNPq; Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UNICRUZ. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br

transformações na maneira como a pessoa idosa percebe a si mesma, os outros e a própria vida, manifestando-se nas dimensões espiritual, existencial e relacional (TORNSTAM, 2005).

Nesse processo, ocorre maior conexão com o universo, com as gerações passadas e com a própria trajetória de vida, além do fortalecimento da identidade pessoal e do amadurecimento emocional. As relações sociais tendem a tornar-se mais seletivas, privilegiando vínculos significativos e emocionalmente satisfatórios, enquanto aumentam as oportunidades para reflexão sobre a própria história de vida e para a busca de sentido na experiência do envelhecimento (NERI, 2013). Experiências marcantes, perdas, crenças religiosas e acontecimentos difíceis podem favorecer processos de adaptação, ressignificação da existência e desenvolvimento psicológico na velhice, contribuindo para maior maturidade emocional e bem-estar subjetivo (NERI, 2001; NERI, 2013).

Nessa perspectiva, envelhecer não significa apenas perder, mas também refinar afetos, pensamentos, escolhas e formas de perceber o mundo. Muitas mulheres tornam-se mais conscientes de seus limites, mais tolerantes consigo mesmas e mais abertas à espiritualidade e às experiências profundas da existência. Assim, o valor da vida deixa de estar exclusivamente no fazer ou no possuir e passa a estar no ser.

A teoria da gerotranscendência rompe com visões estereotipadas da velhice associadas exclusivamente à dependência, perdas e isolamento. Segundo Tornstam (2005), trata-se de “uma mudança natural em direção a uma visão mais cósmica e transcendente da vida”. No caso das mulheres, esse processo pode adquirir características específicas, em razão de trajetórias marcadas por desigualdades de gênero, papéis de cuidado e exigências sociais historicamente impostas.

A gerotranscendência feminina manifesta-se quando mulheres idosas passam a ressignificar suas experiências, reconhecendo suas histórias de vida, fortalecendo a autoestima e priorizando relações mais profundas e significativas. Muitas deixam de buscar validação social baseada em padrões estéticos ou papéis tradicionais e passam a investir em autoconhecimento, convivência comunitária, espiritualidade e participação social.

Nesse contexto, Simone de Beauvoir (1990) afirma que “o envelhecimento revela a forma como a sociedade valoriza ou exclui seus sujeitos”, especialmente as mulheres, historicamente invisibilizadas na velhice. A gerotranscendência feminina pode, portanto, ser compreendida também como um movimento de emancipação e liberdade interior, no qual mulheres idosas retomam estudos,

participam de grupos sociais, religiosos e culturais e compartilham saberes construídos ao longo da vida.

No Brasil, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, considera-se idosa a pessoa com 60 anos ou mais (BRASIL, 2003; 2022). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, com base no Censo Demográfico de 2022, indicam que a população idosa brasileira ultrapassa 32 milhões de pessoas, sendo aproximadamente 17,8 milhões mulheres, evidenciando o fenômeno da feminização do envelhecimento (IBGE, 2022).

Nesse cenário, a espiritualidade assume papel central. Diferentemente da religiosidade institucionalizada, a espiritualidade relaciona-se à busca de sentido, propósito e conexão com algo transcendente, favorecendo acolhimento emocional, esperança e fortalecimento interior (WHELAN-GALES *et al*., 2009). Embora espiritualidade e gerotranscendência sejam conceitos relacionados, possuem significados distintos. A espiritualidade pode estar presente em qualquer etapa da vida, enquanto a gerotranscendência refere-se a uma transformação existencial característica do envelhecimento.

A espiritualidade pode favorecer o desenvolvimento da gerotranscendência, pois ambas envolvem interiorização, reflexão sobre a existência, aceitação da finitude e construção de sentido. Contudo, a gerotranscendência vai além da prática religiosa, envolvendo mudanças na percepção do tempo, dos relacionamentos, da identidade e da própria existência.

Diante disso, levantou-se como problema para esta pesquisa: De que forma a espiritualidade contribui para a construção de sentido, identidade e qualidade de vida no processo de envelhecimento feminino, considerando as especificidades da gerotranscendência? Assim, este estudo busca compreender o papel da espiritualidade na vida de mulheres idosas, considerando sua influência na construção de sentido, fortalecimento emocional e qualidade de vida, bem como sua relação com a gerotranscendência no enfrentamento das transformações inerentes à velhice.

Quanto a metodologia da pesquisa trata-se de um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica, fundamentado em produções científicas relacionadas à espiritualidade, envelhecimento feminino, qualidade de vida, resiliência e gerotranscendência. A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de artigos científicos publicados em bases de dados como SciELO, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores: “espiritualidade”, “envelhecimento”, “mulher idosa”, “qualidade de vida”, “resiliência” e

“gerotranscendência”. Os critérios de inclusão envolveram artigos completos, publicados em língua portuguesa, disponíveis na íntegra e relacionados à espiritualidade como fator de proteção, bem-estar emocional, ressignificação da velhice e desenvolvimento da gerotranscendência no envelhecimento feminino.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa, buscando identificar categorias temáticas relacionadas à espiritualidade, qualidade de vida, resiliência e gerotranscendência no contexto do envelhecimento feminino. A partir da análise do material selecionado, foram organizadas reflexões acerca da relação entre espiritualidade, envelhecimento e gerotranscendência, enfatizando como essas dimensões podem contribuir para o fortalecimento emocional, adaptação às mudanças inerentes à velhice e promoção de um envelhecimento mais digno, saudável, resiliente e significativo.

Referencial Teórico

O envelhecimento não é um processo exclusivamente biológico, mas também social e culturalmente construído. No caso das mulheres, essa experiência é marcada por desigualdades históricas que influenciam suas trajetórias de vida, especialmente no que se refere ao trabalho, ao cuidado e às relações de poder. Ao longo da história, as mulheres foram socialmente designadas ao papel de cuidadoras, o que impacta diretamente suas experiências na velhice. Essa construção social contribui para a naturalização de desigualdades e para a invisibilização das especificidades do envelhecimento feminino. Conforme Beauvoir (1990), a velhice não pode ser compreendida separadamente das condições sociais que moldam a existência dos sujeitos.

Diante desse cenário, a espiritualidade emerge como um importante recurso de enfrentamento e fortalecimento emocional. Compreendida como a busca de sentido, propósito e conexão com dimensões que transcendem a experiência imediata, a espiritualidade pode contribuir para que mulheres idosas atribuam novos significados às vivências acumuladas ao longo da vida. Nesse contexto, favorece a aceitação das mudanças decorrentes do envelhecimento e o enfrentamento das adversidades com maior equilíbrio e reflexão sobre a própria existência (BEAUVOIR, 1990).

No envelhecimento feminino, a espiritualidade pode favorecer a reconstrução da identidade, especialmente em um momento da vida marcado por perdas, mudanças de papéis e, muitas vezes,

pela solidão. Estudos de Neri (2013) indicam que fatores subjetivos, como bem-estar psicológico, propósito de vida e suporte social, contribuem significativamente para um envelhecimento bem-sucedido.

A espiritualidade fortalece a resiliência ao possibilitar que as mulheres atribuam novos significados às suas vivências, reconhecendo a velhice não como um período de declínio, mas como uma etapa de sabedoria, introspecção, crescimento interior e desenvolvimento da gerotranscendência. Nessa perspectiva, o envelhecimento deixa de ser compreendido apenas pelas perdas físicas e limitações funcionais, passando a representar um processo de amadurecimento existencial, no qual a mulher amplia sua percepção sobre a vida, sobre si mesma e sobre suas relações com o mundo, com os outros e com o sagrado.

Conforme afirma Tornstam (2005), a gerotranscendência caracteriza-se por maior reflexão existencial e busca de sentido na velhice, processo no qual a espiritualidade favorece a aceitação e a ressignificação da vida. A fé e a espiritualidade auxiliam na continuidade da vida ao preencherem dimensões existenciais e promoverem esperança diante das limitações impostas pelo envelhecimento. Associada à gerotranscendência, a espiritualidade favorece um movimento de interiorização e ressignificação da existência, contribuindo para que as mulheres idosas desenvolvam maior serenidade diante das adversidades, menor apego a valores materialistas e maior valorização de aspectos essenciais da vida, como vínculos afetivos, contemplação, sentido e pertencimento.

Nesse contexto, a espiritualidade contribui para o desenvolvimento da resiliência, entendida como a capacidade de enfrentar adversidades e reconstruir significados diante das dificuldades. Ao possibilitar uma releitura da própria história e a valorização das experiências acumuladas ao longo da vida, a espiritualidade favorece um envelhecimento mais digno, ativo e pleno, no qual a mulher se reconhece como sujeito de sua trajetória e protagonista de novas formas de pertencimento, sentido e transcendência.

O envelhecimento não é um processo exclusivamente biológico, mas também social e culturalmente construído. No caso das mulheres, essa experiência é marcada por desigualdades históricas que influenciam suas trajetórias de vida, especialmente no que se refere ao trabalho, ao cuidado e às relações de poder. Ao longo da história, as mulheres foram socialmente designadas ao papel de cuidadoras, o que impacta diretamente suas experiências na velhice. Essa construção social

contribui para a naturalização de desigualdades e para a invisibilização das especificidades do envelhecimento feminino.

Nesse cenário, a espiritualidade e a gerotranscendência assumem um papel significativo, pois permitem que as mulheres reinterpretarem suas experiências para além das imposições sociais e dos padrões produtivistas da sociedade contemporânea. A gerotranscendência, teoria desenvolvida por Lars Tornstam, propõe que, na velhice, ocorre uma mudança de perspectiva caracterizada por maior conexão com dimensões existenciais, espirituais e contemplativas da vida. Assim, muitas mulheres passam a valorizar menos o reconhecimento externo e mais o autoconhecimento, a paz interior e a construção de sentido.

A espiritualidade remete a uma questão universal relacionada ao significado e ao propósito da vida. Ela representa uma reflexão sobre a existência humana e sobre a maneira como o indivíduo se posiciona diante da vida e de suas transformações. Para Gall *et al.* (2011), a conexão com Deus ou com um poder superior constitui um componente central da espiritualidade, estando profundamente relacionada ao eu e à forma como o indivíduo compreende suas experiências. Nessa perspectiva, a espiritualidade não apenas orienta valores e crenças, mas também influencia a maneira como os acontecimentos são interpretados e ressignificados ao longo do ciclo vital.

Biolchi *et al*. (2014) reforçam que a fé e a espiritualidade são dimensões essenciais, pois contribuem para preencher lacunas existenciais, auxiliando na construção de sentido e na continuidade da vida. No contexto da gerotranscendência, essa busca por significado favorece um olhar mais ampliado sobre a existência, permitindo que a mulher idosa reconheça a velhice como um tempo de maturidade, contemplação e crescimento interior.

No envelhecimento feminino, essa dimensão assume um papel ainda mais significativo. As mulheres idosas, ao vivenciarem mudanças físicas, emocionais e sociais, encontram na espiritualidade um importante suporte para lidar com tais transformações. Estudos indicam que o envelhecer pode ser percebido como uma graça divina, um momento de maior aproximação espiritual e de reverência ao sagrado, favorecendo uma vivência mais serena e significativa da velhice. Esse processo aproxima-se da gerotranscendência ao estimular reflexões existenciais, maior aceitação da finitude e uma compreensão mais profunda sobre a própria trajetória de vida.

O papel da espiritualidade na velhice feminina configura-se, portanto, como um recurso de enfrentamento que favorece o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida. Para muitas mulheres,

historicamente marcadas por papéis de cuidado e dedicação ao outro, a espiritualidade possibilita um movimento de interiorização, fortalecimento emocional e reconexão consigo mesmas. Dessa forma, contribui não apenas para a aceitação das limitações e perdas inerentes ao envelhecimento, mas também para a construção de relações familiares e sociais mais harmoniosas, funcionando como suporte diante das adversidades e promovendo um envelhecer mais digno, resiliente, pleno de significado e marcado pela transcendência do eu.

A espiritualidade tem sido reconhecida como um fator relevante no processo de envelhecimento. Estudos apontam que, à medida que os indivíduos envelhecem, há uma tendência de maior aproximação com questões existenciais e espirituais. Segundo Pais-Ribeiro (2022), "os níveis de espiritualidade aumentam" no contexto do envelhecimento, especialmente diante da proximidade com a finitude da vida. Além disso, a espiritualidade pode ser compreendida como uma dimensão que transcende a religiosidade institucional, estando relacionada à busca de sentido, propósito, conexão e desenvolvimento interior, aspectos profundamente relacionados à experiência da gerotranscendência.

A espiritualidade pode ser compreendida como uma busca pessoal por respostas relacionadas ao sentido da vida, às experiências existenciais e à relação com o sagrado ou com aquilo que transcende a dimensão material da existência. Essa busca pode ou não estar vinculada a práticas religiosas ou à participação em comunidades religiosas, estando relacionada, sobretudo, à necessidade humana de encontrar propósito, significado e conexão ao longo da vida.

No contexto do envelhecimento, a espiritualidade assume um papel relevante ao favorecer processos de reflexão interior, aceitação e desenvolvimento da gerotranscendência. À medida que envelhecem, muitas pessoas passam a voltar-se menos para questões materiais e produtivistas e mais para aspectos ligados ao sentido da existência, à contemplação, às relações afetivas e à transcendência do eu. Assim, a espiritualidade contribui para que a velhice seja vivenciada não apenas como uma etapa marcada por perdas, mas também como um período de amadurecimento emocional, crescimento interior e ressignificação da vida.

Estudos indicam que a espiritualidade atua como fator protetivo, contribuindo para o bem-estar emocional, psicológico e social. De acordo com Silva-Ferreira *et al*. (2022), a espiritualidade pode ser considerada "um mecanismo […] que propicia influências positivas na qualidade de vida" das pessoas idosas. Além disso, pesquisas apontam uma associação significativa entre espiritualidade

e bem-estar psicológico, reforçando seu papel na promoção de um envelhecimento saudável e mais significativo.

Nesse sentido, a espiritualidade também se relaciona à resiliência, permitindo que o indivíduo enfrente as perdas, limitações e transformações inerentes ao envelhecimento com maior serenidade e equilíbrio emocional. Ao favorecer uma releitura da própria trajetória e a valorização das experiências acumuladas ao longo da vida, a espiritualidade possibilita que a pessoa idosa desenvolva novos significados para sua existência, fortalecendo sentimentos de pertencimento, esperança e continuidade.

A literatura destaca ainda que a espiritualidade pode ser entendida como um importante recurso de adaptação às mudanças do envelhecimento, contribuindo para a manutenção da qualidade de vida. Associada à gerotranscendência, ela favorece um movimento de interiorização e expansão da consciência, no qual a mulher passa a compreender a velhice como um tempo de sabedoria, contemplação, reconciliação consigo mesma e busca de sentido para a vida.

Considerações finais

O presente estudo evidenciou que a espiritualidade constitui elemento essencial no processo de envelhecimento feminino, contribuindo significativamente para a qualidade de vida, o bem-estar, a resiliência e a construção de sentido na velhice.

Associada à gerotranscendência, a espiritualidade favorece movimentos de interiorização e amadurecimento existencial, permitindo que as mulheres idosas compreendam essa etapa da vida não apenas como período de perdas, mas também como tempo de sabedoria, contemplação, autoconhecimento e crescimento interior.

Os resultados apontam que a espiritualidade desempenha papel fundamental na ressignificação das experiências, no fortalecimento dos vínculos afetivos e no enfrentamento das adversidades inerentes ao envelhecimento. Nesse contexto, a gerotranscendência contribui para mudanças de perspectiva diante da vida, nas quais valores relacionados ao acúmulo, produtividade e reconhecimento social cedem espaço à busca por sentido, paz interior, pertencimento e transcendência do eu.

Observa-se ainda que mulheres idosas apresentam maior participação em práticas religiosas e espirituais, aspecto relacionado tanto à socialização de gênero quanto à busca por acolhimento

emocional e fortalecimento subjetivo. A espiritualidade mostra-se, assim, importante recurso de enfrentamento, promovendo esperança, equilíbrio emocional e adaptação às mudanças físicas, sociais e emocionais decorrentes da velhice.

A espiritualidade também contribui para a reconstrução da identidade feminina na velhice, favorecendo a valorização das experiências acumuladas ao longo da vida e fortalecendo autonomia, protagonismo e pertencimento existencial. Destaca-se, ainda, a necessidade de políticas públicas e práticas sociais que reconheçam a espiritualidade e a gerotranscendência como dimensões fundamentais do cuidado integral à pessoa idosa, promovendo ações voltadas ao bem-estar emocional, à saúde mental e à qualidade de vida.

Conclui-se que o envelhecimento feminino, quando associado à espiritualidade e ao desenvolvimento da gerotranscendência, pode ser vivenciado de forma mais significativa, ativa, resiliente e humanizada. A velhice passa, assim, a ser compreendida como etapa de expansão da consciência, reconstrução de sentidos e valorização da existência, na qual a mulher idosa se reconhece como sujeito de sua trajetória e protagonista de novas formas de viver, sentir e transcender.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BIOLCHI, Cláudia da Silva; PORTELLA, Marilene Rodrigues; COLUSSI, Eliane Lúcia. Vida e velhice aos 100 anos de idade: percepções na fala dos idosos. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 583-598, 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2022.

FRUMI, Cristiane; CELICH, Kátia Lilian Sedrez. O olhar do idoso frente ao envelhecimento e à morte. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 3, n. 2, p. 92-100, jul./dez. 2006.

GALL, Terry Lynn; MALETTE, Judith; GUIRGUIS-YOUNGER, Manal. Spirituality and religiousness: a diversity of definitions. **Journal of Spirituality in Mental Health**, v. 13, n. 3, p. 158-181, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

NERI, Anita Liberalesso. **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papirus, 2001.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2013.

PAIS-RIBEIRO, José. Espiritualidade e experiência de fim de vida. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 23, n. 1, p. 120-130, 2022. DOI: 10.15309/22psd230112.

SILVA-FERREIRA, Thais da; FERREIRA-COSTA, Jeniffer; BARTHOLOMEU, Daniel; MONTIEL, José Maria. Implicações e contingências da espiritualidade e religiosidade na velhice bem-sucedida. **Estudos de Religião**, v. 36, n. 2, p. 101-125, 2022. DOI: 10.15603/2176-0985/er.v36n2p101-125

TORNSTAM, Lars. **Gerotranscendence**: a developmental theory of positive aging. New York: Springer Publishing Company, 2005.

O BRINCAR E A RESSIGNIFICAÇÃO DAS RUAS COMO ESPAÇOS DE INFÂNCIA E CONVIVÊNCIA

Tatiane Marchesan
Carla Rosane da Silva Tavares Alves
Luciana de Lurdes de Oliveira da Silva

Considerações iniciais

No cenário atual da sociedade, o brincar é amplamente reconhecido como uma prática pedagógica e humana indispensável para o desenvolvimento pleno da criança. Muito além de uma atividade de passatempo, a brincadeira atua como o eixo estruturante das interações sociais, da construção de habilidades motoras, cognitivas, emocionais e da própria identidade, desempenhando um papel essencial na formação integral dos indivíduos. No conjunto de leis que protegem a infância, no Brasil, o direito ao lúdico é assegurado como prioridade absoluta. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8.069/1990, preconizam o brincar, o esporte e o lazer como direitos fundamentais civis pertencentes à dignidade da infância (BRASIL, 1988, 1990).

No cotidiano e na organização da Educação Infantil, essa centralidade ganha contornos mandatórios. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009, estabelecem em seu artigo 9º que as interações e o brincar são os eixos estruturantes das práticas pedagógicas, nesta etapa, determinando que as propostas curriculares garantam experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo, por meio da ludicidade (BRASIL, 2009). Essa premissa é reafirmada e atualizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que elege o brincar como um dos seis Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil. Segundo o documento nacional:

> Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), de modo a ampliar e diversificar seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências corporais, expressivas, cognitivas, sociais e emocionais" (BRASIL, 2018, p. 37).

Portanto, os documentos que norteiam a prática na Educação Infantil são unânimes ao afirmar a importância essencial do brincar para as crianças. Eles concordam que negligenciar o espaço lúdico

significa privar a criança de seu pleno desenvolvimento e de sua cidadania, fazendo-se necessária à criação de tempos e territórios que garantam essa vivência tanto dentro quanto fora das instituições escolares.

Diante desse cenário, torna-se essencial que as instituições de Educação Infantil valorizem e centralizem o brincar como um eixo fundamental no desenvolvimento dos sujeitos infantis. Essa valorização ganha destaque especial no mês de maio, por meio da Semana Mundial do Brincar; mobilização que levou toda a rede municipal de Panambi-RS a ser desafiada a estimular a ludicidade, transformando as ruas em territórios potentes para que as crianças pudessem brincar e vivenciar a liberdade. Sob essa perspectiva, a escola assume o papel de articuladora comunitária, o que nos leva à seguinte problemática que norteou este trabalho: como transformar as ruas, que historicamente se constituíam como territórios legítimos da infância, em espaços seguros que oportunizem o brincar livre e o resgate de brincadeiras tradicionais junto às famílias e às comunidades escolares?

A partir desse contexto, este trabalho propõe-se a analisar as possibilidades de transformação das ruas urbanas em territórios lúdicos e potentes para o brincar livre e o resgate de brincadeiras tradicionais, a partir das ações desenvolvidas pela rede municipal de Educação Infantil de Panambi-RS durante a Semana Mundial do Brincar.

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e cunho descritivo. Como destacam Gil e Silva (2015), o relato de experiência descritivo permite sistematizar e compartilhar reflexões sobre uma prática vivida, evidenciando as potencialidades e desafios encontrados em determinada intervenção social e pedagógica.

Resultados e discussões

Para Vygotsky (1998), o brincar possui natureza social e simbólica, constituindo-se como um espaço privilegiado de aprendizagem e desenvolvimento. Ao participar de brincadeiras, a criança não apenas imita o que observa, mas recria situações do cotidiano e as ressignifica, internalizando regras, valores e papéis sociais. Nessa dinâmica, ela desenvolve funções mentais superiores, como atenção, memória e imaginação e alcança níveis mais complexos de pensamento e comportamento.

De modo complementar, Piaget (1971) entende o brincar como uma forma de assimilação ativa da realidade, em que a criança organiza o mundo a partir de suas próprias estruturas cognitivas.

O jogo, para ele, é expressão da inteligência em ação: ao repetir, imitar e transformar experiências, a criança constrói esquemas mentais, exercita a lógica e desenvolve sua afetividade.

Já Winnicott (1975) aborda o brincar, sob uma perspectiva emocional e subjetiva. Para ele, a brincadeira é um espaço potencial, intermediário entre a realidade interna e o mundo externo, no qual a criança experimenta segurança, liberdade e autenticidade.

Kishimoto (2011) amplia esse olhar ao afirmar que o brincar é uma linguagem da infância, uma forma de comunicação, socialização e aprendizagem. A autora destaca que a ludicidade deve ser compreendida como um instrumento pedagógico potente, capaz de integrar o prazer de brincar às práticas educativas. Com o avanço das tecnologias digitais, a cultura da infância vem sendo gradativamente ressignificada.

Conforme observa Bauman (2001), vivemos em uma “modernidade líquida”, marcada pela fluidez, pela velocidade e pela efemeridade das relações. Esses traços da sociedade contemporânea refletem-se nas experiências infantis, cada vez mais mediadas por telas e dispositivos que, embora proporcionem estímulos visuais e informacionais, reduzem o contato físico e a convivência real.

Postman (2002) aprofunda essa reflexão ao afirmar que a infância, na era tecnológica, está sendo “encurtada”. As fronteiras entre o mundo infantil e o mundo adulto tornam-se difusas, e as crianças passam a consumir conteúdos, linguagens e comportamentos, antes restritos aos adultos.

Diante disso, as instituições de Educação Infantil desempenham, hoje, um papel crucial na valorização de práticas que estimulam a brincadeira no cotidiano dos sujeitos infantis. Sob essa ótica, como ressalta Kishimoto (2011), o brincar na escola exige intencionalidade pedagógica; ou seja, cabe ao professor planejar contextos, tempos e espaços desafiadores que transformem a ação lúdica espontânea em ricas oportunidades de mediação e desenvolvimento integral.

Nesse contexto, apresenta-se o relato de uma prática desenvolvida no município de Panambi, que envolveu todas as escolas municipais de Educação Infantil. Organizadas de acordo com a proximidade geográfica, as instituições uniram-se para realizar o fechamento de algumas ruas da cidade, promovendo um evento especial intitulado 'Rua do Brincar'. As famílias foram convidadas a prestigiar e participar ativamente da ação, que oportunizou vivências lúdicas tradicionais como amarelinha, pular corda, carrinho de rolimã, perna de pau, circuitos motores e momentos musicais. Realizada na manhã do dia 23 de maio, a iniciativa desafiou as temperaturas geladas da estação,

consagrando-se como um momento repleto de afeto, calor humano e profundo significado pedagógico.

Essa dinâmica vai ao encontro do que Jacobs (2011) sinalizava ao afirmar que a segurança e a vivacidade das cidades dependem diretamente da presença de pessoas nas calçadas, sendo os jogos infantis de rua o principal termômetro de uma comunidade saudável. Portanto, quando as vias públicas de Panambi-RS foram, temporariamente, fechadas e devolvidas aos cidadãos, elas se transformaram nesses espaços seguros de lazer e convivência.

Ocupar a cidade com diversão e afeto configura-se, assim, como uma estratégia vital para que as crianças explorem suas potencialidades, corram e vivam a infância com alegria, fortalecendo vínculos intergeracionais, combatendo o isolamento tecnológico e resgatando a linguagem universal do brincar (TONUCCI, 2021).

Considerações finais

A experiência da "Rua do Brincar" em Panambi-RS demonstra que a transformação das vias urbanas em territórios lúdicos vai muito além do lazer: configura-se como um ato pedagógico e político de garantia dos direitos da infância. Ao desafiar as barreiras do clima e do confinamento digital, a iniciativa comprovou que a rua, quando ressignificada pela intencionalidade da escola, volta a ser um espaço seguro de liberdade, imaginação e cultura.

Conclui-se que o sucesso da ação residiu na mobilização coletiva e no engajamento das famílias, evidenciando que o resgate das brincadeiras tradicionais fortalece os vínculos comunitários e intergeracionais. Assim, as instituições de Educação Infantil reafirmam seu papel essencial de articuladoras sociais, provando que é possível devolver a cidade às crianças e manter viva a linguagem universal do brincar.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a Proteção Integral à Criança e ao Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GIL, Antonio Carlos; SILVA, Sergio P. **O relato de experiência como metodologia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Grafia, 2002.

TONUCCI, Francesco. **Quando as crianças dizem: basta!**. Coimbra: Almedina, 2021.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

INTEGRAÇÃO ENTRE SABERES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: DESAFIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

Maicon Christian Martins dos Santos
Izabel Cristina Vieira Martins
Claudia Maria Prudêncio de Mera
Denise Tatiane Girardon dos Santos
Domingos Benedetti Rodrigues

Considerações Iniciais

A Amazônia possui um território vasto, com extensão de, aproximadamente, 6,7 milhões de km² (IBGE, 2026), e de relevância ambiental, cultural e econômica global. Entretanto, desde o processo e colonização, no século XVI, foi, amplamente, explorada, sobretudo, com extração de madeira, e, atualmente, um dos desafios contemporâneos da Amazônia reside em conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, que assegure justiça social e respeito aos conhecimentos tradicionais das comunidades locais.

A principal referência histórica sobre o desenvolvimento sustentável da Região foi o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), lançado em 2004 e, ao longo dos anos, reformulado e revisado, com o principal objetivo de combater as causas do desmatamento ilegal e fomentar atividades sustentáveis. O crescimento das atividades econômicas, aliado à expansão tecnológica, desafia os cuidados de atenção à saúde das populações locais, ante o défice de políticas integradas, que considerem a sustentabilidade ambiental e social da grandes e pequenas cidades. Nesse contexto, a pergunta de pesquisa que se pretende responder é: em que medida as políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento econômico da Amazônia de forma sustentável e inclusiva?

O objetivo é analisar como as políticas públicas podem contribuir, juntamente, com a iniciativa privada e os saberes tradicionais das comunidades, para que a Região da Amazônia se desenvolva, economicamente, sem prejuízos ao seu ecossistema, considerando uma abordagem integrada e um desenvolvimento inclusivo, sustentável e justo. Destaca-se que muitas comunidades carecem de políticas de desenvolvimento social, fator preponderante para a preservação das culturas,

tradições e práticas, e sem as quais permanecem em condição de vulnerabilidade frente à iniciativa privada e aos interesses econômicos.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracterizou-se como documental e qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de estudos de casos, publicados em periódicos científicos de alto impacto. Foram selecionados artigos que abordam experiências de manejo sustentável, certificações de produtos amazônicos e conselhos de governança territorial, bem como, dados acerca de estudos realizados. A análise seguiu abordagem sistemática, categorizando informações em temas relacionados à sustentabilidade econômica, justiça socioambiental e inclusão social.

Resultados e discussões

A integração entre políticas públicas, iniciativas privadas e conhecimentos tradicionais possui um contexto complexo, e sua interação apresenta efeitos positivos, mas, também, enfrenta desafios estruturais, tendo em vista a destruição ambiental dos biomas e ecossistemas, essenciais à vida humana. O manejo sustentável dos recursos naturais consolidou-se, sobretudo, a partir da década de 1970, com os estudos científicos sobre impactos negativos da exploração desenfreada dos recursos naturais, e a decorrente necessidade de criação de estratégias para tal exploração sem gerar impacto significativos aos saberes tradicionais das comunidades indígenas e ribeirinhas, e sem degradar o meio ambiente, pois, para Souza *et al.* (2022, p. 45), "[...] o reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais resultam não apenas em preservação ambiental, mas também em fortalecimento da identidade cultural das comunidades".

A discussão sobre sustentabilidade e preservação ambiental exige a abordagem da preservação das tradições e práticas socioculturais dos povos amazônicos, muitos de existência milenar, com vasto conhecimento, repassado de modo intergeracional. Menciona-se, também, o fortalecimento da governança local para a promoção da justiça socioambiental, pelas de políticas públicas participativas, por meio das quais as comunidades possam participar das decisões sobre o uso do território, com aumento da transparência e a redução de conflitos (SOUSA *et al.*, 2022).

Nesse contexto, os conselhos de gestão territorial, compostos por representantes do governo, dos setores privados e dos povos tradicionais têm capacidade de promover maior equidade e evitar

decisões excludentes, o que pode resultar em aprimoramento de práticas de desenvolvimento sustentável (GOMES; PEREIRA, 2023).

Da mesma forma, é imprescindível a geração de renda e inclusão social, atreladas ao desenvolvimento econômico sustentável, como são as iniciativas privadas alinhadas às práticas sustentáveis, como certificação de produtos amazônicos (castanha, açaí, óleos vegetais), associadas à capacitação técnica, que permitem às comunidades participarem da economia sem perder autonomia e identidade cultural. Lima (2021, p. 112) destaca que "[...] a inclusão de pequenos produtores no mercado formal fortalece a economia local e incentiva a preservação ambiental, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável", pois, pela inserção, as comunidades podem promover suas identidades, propagar suas culturas, com interações sociais a despeito do isolamento social.

Com a finalidade de proteger a Floresta Amazônica, ações de controle e fiscalização são iniciativas já comprovadas como eficientes, pois, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (2021), o controle via satélite, sobre o espaço da Amazônia, representou a redução de 27,8 mil m² de desmatamento, em 2004, para 4,6 mil em 2012, período histórico com destaque na desaceleração, de mais de 80%. Contudo, não é possível cogitar desenvolvimento sustentável, atrelado ao crescimento econômico, sem a preservação da saúde dos/as habitantes da Amazônia, atores sociais, muitas vezes, desprestigiados pelas políticas de assistência social. Por sua vez, o crescimento da participação do setor privado na atenção à saúde contribui para aprofundar a concentração de serviços, de média e alta complexidade, nos grandes centros, ou seja, nas maiores cidades amazônicas, o que aprofunda as limitações de acesso aos cuidados de saúde, a carência estrutural da rede física e a resolutividade do cuidado, em especial, devido aos desafios da fixação de profissionais de saúde, sobretudo, de médicos/as (VIANA, 2019).

Nesse cenário, é necessário que o poder público aprimore mecanismos legais que tornem efetiva a participação das comunidades e da responsabilidade corporativa, tanto pública, quanto privada, sem exclusão. Projetos bem-sucedidos de desenvolvimento econômico sustentável e preservação dos ecossistemas são emergentes e alcançam sinergia entre proteção ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico e cuidados à saúde (VIANA, 2019), o que pode indicar uma Amazônia inclusiva e sustentável, sem exclusão social, sobretudo, das populações regionais.

Considerações Finais

Conclui-se que há um défice de políticas públicas voltadas à Amazônia, de abordagem holística, e de investimentos na promoção e efetivação de cuidados, com articulação integrada à iniciativa privada e aos povos tradicionais, destacadamente, em virtude de seus saberes tradicionais. A atuação do Estado é necessária em virtude da vulnerabilidade socioeconômica das populações regionais, e para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável na Amazônia, estas que demandam políticas de Estado.

Para haver um crescimento econômico compatível com as realidades, encontradas na Amazônia, no que se refere à preservação ambiental e a inclusão social, são necessárias políticas participativas, e ações governamentais com foco em iniciativas privadas sustentáveis, que não desrespeitem o capital cultural, humano e social, destacadamente, o conhecimento ancestral das comunidades dos povos originários, como fator de desenvolvimento inclusivo, que respeite a diversidade cultural e promova a justiça socioambiental.

Referências

AMAZONIA 2030. **Políticas Públicas para Proteção da Floresta Amazônica**: O que Funciona e Como Melhorar? Disponível em: https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/07/REL-AMZ2030-Protecao-Florestal-3.pdf. Acesso em: 24 maio. 2026

GOMES, R.; PEREIRA, L. Governança territorial e justiça socioambiental na Amazônia. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, n. 2, p. 34-58, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Territórios**. 2026. Disponível em: https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html. Acesso em: 01 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite** (PRODES – Amazônia). 2021. Disponível em: bit.ly/3wSIJft. Acesso em: 24 maio. 2026

LIMA, A. Inclusão social e certificação de produtos amazônicos: impactos na economia local. **Revista de Economia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 9, n. 1, p. 101-120, 2021.

SOUZA, F.; OLIVEIRA, M.; CARVALHO, P. Saberes tradicionais e manejo florestal sustentável na Amazônia. **Journal of Environmental Management**, v. 310, p. 44-59, 2022.

VIANA, ALd'A, Iozzi FL. Enfrentando desigualdades na saúde: impasses e dilemas do processo de regionalização no Brasil. **Cad Saúde Pública** 2019; 35 Suppl 2:e00022519

LINGUAGEM, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AMBIENTE CONSTRUÍDO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO: FUNDAMENTOS PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA E CIDADÃ

Thiago Siqueira de Andrade[61]
Domingos Benedetti Rodrigues[62]
Denise Tatiane Girardon dos Santos[63]
Vanessa Steigleder Neubauer[64]

Considerações iniciais

Na atualidade, o meio ambiente não pode ser compreendido, apenas, como cenário externo à vida humana, mas como dimensão vinculada às condições de existência, e o debate exige a articulação entre políticas ambientais e socioambientalismo. A educação ambiental, nesse sentido, pode constituir uma prática formativa voltada à leitura crítica da realidade, à participação social e à defesa do bem comum, pelo que se aproxima de uma perspectiva socioambiental e cidadã, orientada à formação de pessoas aptas ao convívio coletivo.

Nesse cenário, o problema que se pretende responder é: como a articulação entre educação ambiental e socioambientalismo pode contribuir para a formação crítica e cidadã diante das questões socioambientais contemporâneas? O objetivo geral consiste em analisar a relação entre educação ambiental e socioambientalismo, com ênfase em suas contribuições para a formação crítica e cidadã. O estudo justifica-se na importância da educação ambiental como ferramenta de conscientização e formação cidadã, haja vista ser fator primordial à preservação ambiental.

Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, a partir do método dedutivo; a técnica de pesquisa preponderante é a bibliográfica, a partir de autores/as referências na área, como Leff (2012), Santilli e (2005) e Rodrigues (2017).

Desenvolvimento

A educação ambiental tem, como uma de suas vertentes, a sociopolítica, perspectiva chamada de *educação ambiental crítica*, ou seja, considera a relação entre a educação ambiental e o

[61] Mestrando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. UNICRUZ. Cruz Alta, RS. Email: siqueira.eb@gmail.com
[62] Doutor com Pós-Dotourado em Direito. URI. Santo Ângelo, Rs. UNICRUZ. E-mail: domingos@unicruz.edu.br
[63] Doutora em Direito (UNISINOS), São Leopoldo, RS. UNICRUZ. Email: desantos@unicruz.edu.br
[64] Doutora em Filosofia. UNISINOS. São Leopoldo, RS. UNICRUZ. Email: vneubauer@unicruz.edu.br

socioambientalismo, a ecologia política, a teoria crítica e o pensamento complexo, diferenciando-se das abordagens conservacionistas por interpretar os problemas ambientais como fenômenos atravessados por relações históricas, sociais, econômicas, culturais e políticas (LIMA, 2009).

Tal ampliação conceitual, no Brasil, respalda-se na Lei Nº. 9.795/1999[65], que define a educação ambiental como "[...] um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal" (Brasil, 1999, n.p.). A legislação especializada é elemento importante para que a educação ambiental, formal e informal, articule conhecimentos, participação e responsabilidade pública, ou seja, constitua-se como ato político orientado à transformação social (JACOBI, 2003).

A formação ambiental, portanto, não se limita à racionalidade científica isolada, mas exige articulação entre diferentes formas de conhecimento, pois, quando a escola a promove, segundo Rodrigues (2017, p. 136), "[...] conhecendo a sua realidade aliada com a tradição, ela procura desenvolver as práticas educacionais centradas no conhecimento científico, nos conhecimentos do senso comum e nos estudos humanísticos, a fim de construir novas relações dos humanos com o meio ambiente". A educação ambiental fortalece-se com o reconhecimento da complexidade do conhecimento social e das relações entre sociedade e natureza, que exige uma racionalidade ambiental fundada na interdisciplinaridade, na complexidade e no diálogo de saberes (LEFF, 2011).

Assim, os fundamentos da educação ambiental crítica consistem em superar práticas limitadas à transmissão de informações, ou o entendimento de que a crise ambiental é natural, ou, ainda, questão de conscientização. Ao evidenciar determinações históricas e sociais dos problemas ecológicos, afirma a educação ambiental como prática política de formação, voltada à participação, à cidadania e à transformação das relações sociais com a natureza (LEFF, 2011).

Por sua vez, o socioambientalismo decorre do entendimento de que as políticas públicas ambientais devem ser integradas pelas comunidades locais, conhecedoras de práticas de manejo ambiental, pelo que, conforme Santilli (2005, p. 34), parte da concepção de que "[...] um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental [...] como também a sustentabilidade social [...]". A abordagem de *desenvolvimento*, preconizada pelo

[65] Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

socioambientalismo, deve considerar a diversidade cultural e a ampla participação social e democrática na gestão ambiental.

Assim, o socioambientalismo enfrenta a percepção antropocêntrica, pela qual o ambiente se trata de realidade separada da vida humana, compreendendo-o como inseparável das relações econômicas, políticas, culturais e territoriais. A dimensão socioambiental, no Estado de Direito, decorre do reconhecimento do meio ambiente, ecologicamente, equilibrado como direito humano e fundamental diante da crise contemporânea (KALIL, FERREIRA, 2017), como prevê o artigo 227[66] da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB).

No socioambientalismo, o ambiente é espaço de interdependência, conflito e produção histórica das relações entre natureza, cultura e vida coletiva. No Brasil, essa compreensão desenvolve-se em contexto de desigualdades sociais e pluralidade cultural, complexidade definidora, inclusive, das políticas públicas ambientais presentes e futuras. Nesse sentido, a temática socioambiental vincula-se, diretamente, ao chamado *esverdeamento do direito*, proposto pelo jurista português Vasco Pereira da Silva (2002, p. 30), que propõe que o antropocentrismo ecológico "[...] rejeita uma qualquer visão meramente instrumentalizadora, economicista ou utilitária da Natureza, ao considerar não apenas que o ambiente deve ser tutelado pelo Direito, como também que tal preservação é uma condição da realização da dignidade da pessoa humana".

Assim, o socioambientalismo interpreta a realidade pela interdependência entre processos ambientais e vida coletiva, alcançando direito, políticas públicas e participação social, sem separação rígida entre defesa do meio ambiente e defesa da sociedade, pois a proteção ambiental envolve qualidade de vida, informação, reconhecimento de comunidades, bens culturais e democratização decisória.

Ante às questões socioambientais contemporâneas, a formação crítica e cidadã qualificada demanda uma educação ambiental articulada ao socioambientalismo, com compreensão adequada sobre a importância do meio ambiente na sociedade. Os problemas ambientais decorrem, sobremaneira, do antropocentrismo, com a exploração demasiada da natureza visando ao lucro e ao poder, situação que a crise climática atual evidencia como insustentável, sendo, o exercício da

[66] Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

cidadania, uma das formas de enfrentamento e tentativa de evitar maior degradação ambiental. Demanda, pois, leitura crítica da realidade, participação social, responsabilidade coletiva e capacidade de reconhecer as desigualdades que atravessam os conflitos socioambientais, exercício capaz de resultar em prática educativa articulada à cidadania e à sustentabilidade, orientada à ampliação de espaços de participação plural (JACOBI, 2003).

Dessa forma, a formação crítica e cidadã expõe causas políticas, econômicas e sociais da degradação, é capaz de identificar interesses em disputa e de fomentar a participação efetiva, das pessoas, em processos de decisão que envolvem o bem comum. O acesso à informação amplo e qualitativo, bem como, a transparência na administração dos problemas ambientais urbanos, podem contribuir para a abertura de espaços de democracia participativa e participação plural no enfrentamento da crise socioambiental (JACOBI, 2003). Da mesma forma, a defesa da qualidade ambiental é valor inseparável do exercício da cidadania (GRUBBA, PELLENZ, 2024).

A vertente crítica da educação ambiental tem a capacidade de contextualizar e politizar o debate ambiental, evidenciando as relações sociais, os modelos de desenvolvimento e as desigualdades que estruturam a injustiça socioambiental, conceituada por Ribeiro (2017, p. 161), como “[...] a expressão da desigualdade social na apropriação do ambiente e de seus recursos. Ela é um instrumento analítico que remete à gênese da produção de mercadorias pelo sistema hegemônico e serve para conhecer o acesso desigual às vantagens e desvantagens que ele engendra”.

A articulação entre educação ambiental crítica e socioambientalismo contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender o ambiente como parte da vida coletiva, reconhecer a necessidade da preservação, exercer e garantir direitos, participar da vida pública de forma democrática, proteger a diversidade cultural e enfrentar as desigualdades, enquanto atos de defesa do meio ambiente.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou a relação entre educação ambiental e socioambientalismo, com ênfase em suas contribuições para a formação crítica e cidadã, a partir de conceitos elementares, como educação ambiental crítica, esverdeamento do direito e justiça ambiental. Entende-se que tal articulação amplia a compreensão dos problemas ambientais, pois os interpreta como fenômenos históricos, atravessados por dimensões sociais, históricas, culturais, políticas e econômicas.

A educação ambiental crítica constitui-se como vertente político-pedagógica que, em articulação com o socioambientalismo, alavanca a educação para uma abordagem vinculada à cidadania, à justiça ambiental, à participação social e ao bem comum. Dessa forma, contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender as questões socioambientais, em sua dimensão coletiva, e de participar de ações voltadas à defesa das condições de vida em sociedade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

GRUBBA, Leilane Serratine; PELLENZ, Mayara. **Educação ambiental no Brasil e reflexões sobre a Lei n. 9.795/1999**. Interações, Campo Grande, MS, v. 25, n. 2, e2523818, abr./jun. 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.20435/inter.v25i2.3818. Acesso em: 12 maio 2026.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0100 15742003000100008. Acesso em: 12 maio 2026.

KALIL, Ana Paula Maciel Costa; FERREIRA, Heline Sivini. **A Dimensão Socioambiental do Estado de Direito**. Revista Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 329-359, jan./abr. 2017. Disponível em: http:// www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1010. Acesso em: 11 maio 2026.

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2012. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/en/article/view/3515. Acesso em: 11 maio 2026.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/tSMJ3V4NLmxYZZtmK8zpt9r/?lang=pt. Acesso em: 12 maio 2026.

RIBEIRO, Wagner Costa. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. **Estudos avançados**, v. 31, n. 89, p. 147-165, 2017.

RODRIGUES, Domingos Benedetti. **Educação ambiental, republicanismo e o paradigma do Estado de Direito do Ambiente**. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2017.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis; Instituto Socioambiental; Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SILVA, Vasco Pereira da. **Verde cor de direito**: lições de direito do ambiente. 2002.

CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS: UMA ANÁLISE DO ODS 12 EM UM MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO SUL

Luana Santos Ribeiro[67]
Henrique Antônio Hentges[68]
Claudia Maria Prudêncio de Mera[69]
Domingos Benedetti Rodrigues[70]

Resumo: O consumo e a produção responsáveis representam desafios centrais para o desenvolvimento sustentável, exigindo equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social. Nesse contexto, o estudo analisa como o município de Boa Vista do Cadeado - RS tem avançado no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12). A pesquisa possui abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em estudo de caso, utilizando entrevistas semiestruturadas, análise bibliográfica e documental. Os resultados demonstram que o município apresenta alinhamento significativo às metas do ODS 12 por meio de legislações e ações sustentáveis. A Lei nº 751/2014 regulamenta a gestão de resíduos sólidos, enquanto o Decreto nº 1.272/2025 incentiva práticas sustentáveis com descontos na taxa de coleta de resíduos. Além disso, programas educativos, hortas escolares, investimentos em energia limpa e apoio à agricultura familiar reforçam a conscientização ambiental e a participação comunitária na promoção da sustentabilidade local.

Palavras-chave: Consumo e Produção Responsáveis. ODS 12; Resíduos Sólidos.

Considerações iniciais

O consumo e a produção responsáveis constituem um dos maiores desafios do desenvolvimento sustentável na atualidade, assumindo papel central no enfrentamento do aquecimento global (MARQUES; ATZ, 2022). Os autores ressaltam que, no cenário pós-pandemia, marcado tanto pelo agravamento da crise climática, quanto pela necessidade de substituir combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis, torna-se urgente a transformação dos padrões de produção e consumo em práticas ambientalmente adequadas. Nesse contexto, o consumo

[67]Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta- Unicruz. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. lsribeiro@unicruz.edu.br.
[68]Mestrando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta- Unicruz. Graduado em História pela Universidade de Cruz Alta- UNICRUZ. henrique.hentges@yahoo.com.br.
[69]Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Docente na Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. cmera@unicruz.edu.br.
[70]Doutor em Educação nas Ciências - Direito pela UNIJUI. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. domingos@unicruz.edu.br.

sustentável consolida-se como tema central nos debates sociais e jurídicos, exigindo a adoção de políticas públicas eficazes e de legislações progressistas que viabilizem sua implementação.

Nessa perspectiva, os municípios assumem papel estratégico ao adotar políticas públicas, programas educativos e ações voltadas à redução de resíduos, à utilização eficiente de recursos naturais e à conscientização da população sobre práticas sustentáveis. A relevância da temática amplia-se diante da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que estabelece metas globais para erradicação da pobreza, proteção ambiental e promoção de sociedades inclusivas e sustentáveis (ONU, 2015). Neste contexto, o Objetivo Sustentável 12 (ODS 12) assegura padrões de produção e consumo sustentáveis, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e a redução da geração de resíduos e poluição.

A problemática do estudo concentra-se na seguinte questão: como o município de Boa Vista do Cadeado - RS tem avançado no cumprimento do Objetivo Sustentável 12 (ODS 12) - Consumo e Produção Responsáveis? O objetivo geral é identificar as políticas, ações e resultados do município quanto ao cumprimento do ODS 12, analisando como as iniciativas locais se alinham às metas globais estabelecidas pela Agenda 2030.

A pesquisa decorre da necessidade de compreender de que forma o município, lócus da pesquisa, implementa políticas e programas que promovam a sustentabilidade, identificando estratégias concretas, como legislações municipais, programas educativos e iniciativas de coleta seletiva, que contribuem para o cumprimento das metas do ODS 12.

Além disso, o estudo permite gerar conhecimento aplicado aos gestores públicos, educadores, organizações sociais e cidadãos, evidenciando a experiências de sucesso que podem servir de referência para outras localidades, bem a reflexão sobre o papel das políticas públicas e da participação comunitária na promoção do desenvolvimento sustentável.

Quanto à metodologia, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, fundamentada no estudo de caso do município de Boa Vista do Cadeado. Para isso, realizaram-se, em setembro de 2025, entrevistas semiestruturadas com representantes do Poder Executivo Municipal, entre eles o Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda e a Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, objetivando obter informações detalhadas sobre a implementação de políticas, programas e projetos voltados ao ODS 12. Complementarmente, realizou-se análise bibliográfica e documental, considerando legislações municipais e federais,

permitindo, assim, uma compreensão aprofundada das ações, resultados e desafios relacionados à gestão de consumo e produção sustentáveis no município.

O estudo está estruturado em três sessões. A primeira concentra-se na abordagem da Agenda 2030, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com ênfase no ODS 12 e o papel das Administrações Públicas Municipais na efetivação do ODS. A segunda sessão trata especificamente da atuação do munícipio, quanto às ações desenvolvidas para alcançar as metas do ODS 12. E, finaliza com as considerações sobre os resultados do município, quanto ao cumprimento do ODS 12.

Desenvolvimento

A agenda 2030 é um plano de ação global aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova Iorque. O documento foi resultado de um acordo histórico firmado por cento e noventa e três (193) países membros da ONU, que assumiram o compromisso de programar políticas e estratégias capazes de promover uma forma de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável (ONU, 2015).

A agenda é composta por dezessete (17) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme a figura 1, e 169 metas, que abrangem as dimensões social, econômica, ambiental e institucional do desenvolvimento (ONU, 2015). Tais objetivos foram elaborados como continuidade e ampliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), vigentes entre 2000 e 2015, incorporando de maneira mais abrangente desafios globais como mudanças climáticas, desigualdade social, padrões de consumo e produção, degradação ambiental, inovação tecnológica e governança.

Figura 1- Objetivos de desenvolvimento sustentável



Fonte: ONU, 2015.

Os países se comprometeram a alcançar os ODS até 2030, adotando medidas de curto, médio e longo prazo em seus territórios. O lema central da Agenda, “não deixar ninguém para trás”, reforça a necessidade de inclusão social e da redução das desigualdades entre nações, regiões e populações. Além disso, destaca-se o papel da cooperação internacional, das parcerias público-privadas e do engajamento da sociedade civil na busca por soluções inovadoras e sustentáveis (ONU, 2015).

O plano atua como um guia para governos, empresas, sociedade civil e cidadãos para construir um futuro sustentável. Dessa forma, ressalta-se que o plano tem como propósito erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover prosperidade e paz de forma universal, por meio de ações integradas que abrangem as dimensões social, ambiental e econômica, reafirmando o compromisso de que ninguém seja deixado para trás (ONU, 2015). Dentre essas ações, destaca-se o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 que se relaciona ao consumo e produção responsáveis.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12) está diretamente relacionado à promoção de padrões de consumo e produção responsáveis, visando garantir que o desenvolvimento econômico ocorra de maneira sustentável, sem comprometer os recursos naturais e a qualidade de vida das futuras gerações. Esse objetivo enfatiza a necessidade de aperfeiçoar o uso dos recursos, reduzir o desperdício e minimizar os impactos ambientais associados à produção e ao consumo, integrando aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Figura 2- Objetivos de desenvolvimento sustentável 12



Fonte: ONU, 2015.

Para alcançar o ODS 12, foram estabelecidas diversas metas específicas, que orientam ações em nível global, regional e local, conforme segue:

> 12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.
> 12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
> 12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
> 12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
> 12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
> 12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
> 12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
> 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
> 12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
> 12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
> 12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas (ONU, 2015).

O ODS 12 busca garantir padrões de produção e consumo sustentáveis por meio da gestão eficiente dos recursos, da redução do desperdício e da geração de resíduos, do manejo seguro de químicos e do incentivo a práticas empresariais e compras públicas responsáveis. Também prevê a conscientização da população, o fortalecimento científico e tecnológico dos países em desenvolvimento, a promoção do turismo sustentável e a eliminação de subsídios prejudiciais aos combustíveis fósseis. Em síntese, trata-se de um compromisso global voltado a equilibrar o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e o bem-estar social, no qual os municípios desempenham papel fundamental na implementação das ações necessárias ao alcance dos objetivos da Agenda 2030.

Dessa forma, Peretti, Bernardy e Machado (2024) destacam que a adesão dos municípios aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é essencial para o alcance das metas globais e para

o fortalecimento das políticas locais. Além disso, contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, a preservação dos recursos naturais e a construção de cidades mais justas e resilientes.

No Brasil, as legislações relacionadas ao ODS 12 abrangem a Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme prevê a Lei nº 12.305 de 2010 e a Lei de nº 14.133 de 2021 sobre licitações e contratos administrativos. Importa ressaltar que, a Lei Federal nº 12.305 de 2010 define resíduos sólidos como:

> [...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (Lei 12.305/2010, artigo 3º, inciso XVI).

Além disso, essa legislação estabelece um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações voltadas à gestão integrada e ao manejo ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, podendo ser implementados pelo Governo Federal de forma isolada ou em cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios e iniciativa privada. Entre os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, destacam-se a promoção do desenvolvimento sustentável e a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e a sociedade em geral. Seus objetivos concentram-se na proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, na reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como no incentivo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

Por sua vez, a Lei nº 14.133 de 2021 menciona que, as licitações de obras e serviços de engenharia devem, em especial, observar as normas referentes à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas atividades contratadas. Assim, os municípios, por meio das Prefeituras, exercem papel fundamental nesse processo, cabendo-lhes a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Além disso, compete aos órgãos públicos assegurar o cumprimento das exigências estabelecidas pelas legislações.

Nesta perspectiva, a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos compromissos da Agenda 2030, não possui caráter legalmente obrigatório para as prefeituras municipais (PERETTI; BERNARDY; MACHADO, 2024). Contudo, os autores ressaltam a

relevância dessa pauta ser incorporada à gestão local, pois é no âmbito municipal que as políticas e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável se materializam.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) foi criado com a proposta de incentivar mudanças reais na gestão pública municipal. A ideia é apoiar prefeitos e prefeitas na tomada de decisões, oferecendo referências e metas baseadas em indicadores, além de facilitar o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto local. Para isso, o índice apresenta tanto resultados específicos para cada um dos 17 ODS quanto uma visão geral, permitindo entender com mais clareza os avanços e os desafios dos municípios brasileiros em relação à Agenda 2030 (IDSC-BR, 2026).

Para medir esse desempenho, o IDSC-BR utiliza uma pontuação que varia de 0 a 100, sendo 100 o resultado ideal. Na prática, quanto mais próximo desse valor, melhor está o município. Já a diferença até 100 mostra o quanto ainda precisa ser avançado. Outro ponto importante é que todos os municípios são avaliados com base nos mesmos indicadores, o que garante comparações mais justas e consistentes a partir do ranking (IDSC-BR, 2026).

Desenvolvido pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), dentro do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), o IDSC-BR também busca oferecer suporte prático para que os municípios enfrentem esse desafio. Assim, além de permitir que cada cidade avalie seu próprio desempenho em relação aos objetivos da ONU, o índice possibilita análises mais amplas, que vão além dos limites de cada município e ajudam a compreender melhor o desenvolvimento sustentável no país (IDSC-BR, 2026).

Entre os 5.570 municípios brasileiros avaliados, Boa Vista do Cadeado ocupa a 137ª posição no ranking nacional e o 9º lugar no estado do Rio Grande do Sul. O município alcançou uma pontuação geral de 60,50, o que o enquadra no nível de Desenvolvimento Sustentável Alto, faixa que vai de 60 a 79,99 pontos. Destaca-se, em especial, o desempenho no ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, no qual o município atingiu um nível de Desenvolvimento Sustentável Muito Alto, correspondente às pontuações entre 80 e 100 (IDSC-BR, 2026).

Sendo assim, o IDSC-BR oferece uma visão integrada da realidade das cidades brasileiras em relação aos ODS. Mais do que um instrumento de análise, ele funciona como um incentivo para que os municípios avancem no cumprimento da Agenda 2030, aproximando-se de uma das principais agendas globais de desenvolvimento sustentável. Com essa ferramenta, o Brasil consegue

acompanhar, de forma abrangente, o desempenho de suas cidades nesse compromisso internacional (IDSC-BR, 2026).

A pesquisa fundamenta-se em um estudo de caso com abordagem qualitativa e caráter exploratório. Para a coleta de dados, foram realizadas, em setembro de 2025, entrevistas semiestruturadas com o Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda, bem como com a Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município de Boa Vista do Cadeado - RS. Complementarmente, realizou-se análise bibliográfica da Lei Municipal nº 751, de 2014, e do Decreto Municipal nº 1.272, de 2025, como subsídio teórico para a investigação.

A Lei nº 751 de 2014 do Município de Boa Vista do Cadeado, em consonância com a Lei Federal nº 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e estabelece a obrigatoriedade de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, dispõe sobre a gestão, o transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos no município.

A legislação local define que o solo e o subsolo municipais somente podem ser utilizados para armazenamento, acumulação ou disposição final de resíduos sólidos em aterros sanitários tecnicamente adequados, observando as normas de licenciamento ambiental, o que contribui para a eficiência no uso de recursos naturais, atendendo à meta 12.2 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12. A lei proíbe práticas de disposição inadequadas, como lançamento de rejeitos a céu aberto, queima sem autorização ou uso dos resíduos para alimentação animal, garantindo o manejo ambientalmente correto de produtos químicos e resíduos, conforme previsto na meta 12.4.

Além disso, a exigência de que os geradores de resíduos elaborem seus respectivos Planos de Gestão Integrada de Resíduos, com publicação e divulgação pela Prefeitura, incentiva a redução da geração de resíduos desde a fonte, promovendo, assim, o cumprimento da meta 12.5. O município ainda prevê a possibilidade de criação de consórcios públicos e parcerias público-privadas para a gestão de resíduos, assim como a aplicação de parte da taxa de coleta domiciliar em estações de transferência e aterros sanitários, incentivando práticas sustentáveis nas instituições públicas e contribuindo para o alcance das metas 12.6 e 12.7.

A participação da população, por meio de audiências públicas para definição de áreas de aterros, juntamente com a divulgação dos planos de gestão de resíduos, promove a educação e conscientização sobre consumo responsável, alinhando-se à meta 12.8. Dessa forma, a lei municipal articula instrumentos de planejamento, controle e educação ambiental que reforçam o compromisso

de Boa Vista do Cadeado com padrões sustentáveis de consumo e produção, integrando aspectos técnicos, sociais e ambientais na gestão de resíduos sólidos.

O Decreto nº 1.272 de 2025 do município de Boa Vista do Cadeado estabelece diretrizes para a cobrança da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS) e cria mecanismos de incentivo à participação da população em programas de conscientização ambiental. Ao relacionar esse decreto com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12) da Agenda 2030, observa-se um alinhamento claro entre a legislação municipal e as metas globais voltadas à promoção do consumo e produção sustentáveis, à gestão eficiente de recursos naturais e à redução do impacto ambiental.

A cobrança da TCRS, proporcional à metragem do imóvel, conecta-se à meta 12.2 do ODS 12, que busca assegurar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, ao adotar critérios de justiça ambiental vinculados ao potencial de geração de resíduos. A previsão de isenção da taxa para famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadúnico), que realizam compostagem e coleta seletiva dialoga diretamente com a meta 12.5, estimulando a redução da geração de resíduos, o reaproveitamento e a reciclagem de materiais, fortalecendo práticas sustentáveis no âmbito doméstico.

A implementação do Programa de Conscientização Ambiental e de Destinação de Resíduos Sólidos, que inclui eventos, audiências públicas e atividades educativas, reforça a meta 12.8, ao garantir informação e conscientização da população sobre estilos de vida sustentáveis e a responsabilidade ambiental individual e coletiva. Em complemento, o Projeto Recicle Bem e o incentivo à compostagem atendem às metas 12.3 e 12.5, ao reduzir o desperdício de alimentos, promover a compostagem e aumentar a quantidade de materiais recicláveis encaminhados adequadamente, contribuindo para a economia circular e a diminuição do impacto sobre aterros sanitários.

Um dos destaques do decreto é o sistema de pontuação que gera descontos na TCRS, que funciona da seguinte forma:

> a)participação em eventos, audiências públicas e momentos de conscientização: 100 pontos por evento; b) participação no Projeto Recicle Bem:1 ponto por cada unidade de resíduo reciclável entregue nos ecopontos do município, monitorado por aplicativo ou meio digital; 3) participação mensal no Projeto de Compostagem: 100 pontos por mês.”

Sendo assim, a cada 100 pontos acumulados, o contribuinte recebe 5% de desconto sobre o valor anual da TCRS, podendo acumular até 1.000 pontos, o que equivale a um desconto máximo de 50% por exercício financeiro. A pontuação não resgatada em um ano pode ser acumulada para os exercícios seguintes, incentivando a continuidade das práticas sustentáveis ao longo do tempo. Esse sistema associa de forma direta o comportamento ambientalmente responsável a benefícios econômicos, reforçando a meta 12.4, que orienta o manejo ambientalmente adequado de resíduos.

Então, o Decreto nº 1.272 representa um instrumento estratégico de governança ambiental local, promovendo políticas integradas de tributação, conscientização, incentivo à participação popular e adoção de tecnologias sustentáveis, fortalecendo o município de Boa Vista do Cadeado na execução do ODS 12 da Agenda 2030.

Além disso, por meio da entrevista com o Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda, foi possível identificar que o município tem investido na adoção de tecnologias de energia limpa, destacando-se a instalação de placas solares em espaços públicos e em locais estratégicos da cidade. Essa ação contribui diretamente para a meta 12.2 do ODS 12, ao reduzir o consumo de energia proveniente de fontes não renováveis, aumentar a eficiência energética e incentivar o uso de recursos renováveis na operação dos serviços municipais. Simultaneamente, a iniciativa se relaciona à meta 12.7, na medida em que promove práticas de sustentabilidade dentro dos setores públicos, fortalecendo a incorporação de políticas ambientais responsáveis na gestão municipal.

O programa “Recicle bem, faça o bem!”, implantado também nas escolas municipais de Boa Vista do Cadeado, busca conscientizar os alunos sobre a reciclagem e a separação correta dos resíduos, estimulando hábitos sustentáveis desde a educação básica. Conforme, relatado pela Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, os estudantes entregam embalagens recicláveis em máquinas coletoras eletrônicas, conhecidas como ecopontos, e recebem brindes sustentáveis, como exemplo, uniformes produzidos com fio de PET reciclado, como forma de incentivo à participação.

O sistema utiliza uma plataforma digital para registrar a quantidade de materiais inseridos, gerando pontuação individual para cada aluno, promovendo acompanhamento do desempenho e engajamento contínuo. Além de reduzir o desperdício de recursos naturais, água, energia e matéria-prima, o programa integra educação ambiental à prática da reciclagem, formando cidadãos conscientes e responsáveis. Essa iniciativa está diretamente alinhada ao ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis, especialmente às metas: 12.3: reduzir significativamente a geração de

resíduos por prevenção, reciclagem e reuso; 12.4: promover o manejo ambientalmente adequado de produtos e resíduos e, 12.8: assegurar que todos tenham informação e conscientização para estilos de vida sustentáveis.

Dessa forma, o programa contribui para a formação de uma cultura de consumo e produção sustentável desde a educação básica. Além disso, fortalece práticas ambientais responsáveis e estimula a participação ativa da comunidade escolar.

Existe ainda, conforme informações obtidas por meio de entrevista com a Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a prática de construção de hortas escolares em algumas escolas do município. Essa iniciativa se relaciona diretamente com a meta 12.8 do ODS 12, que busca assegurar, até 2030, que as pessoas em todos os lugares tenham informação e conscientização relevantes para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

Ao envolver estudantes no processo de cultivo, cuidado e consumo de alimentos produzidos de forma sustentável, a prática contribui para a formação de cidadãos conscientes sobre os impactos ambientais de suas escolhas de consumo e para a disseminação de valores ligados à sustentabilidade. Assim, as hortas escolares assumem um papel pedagógico e social, articulando educação ambiental e práticas sustentáveis no cotidiano escolar, em consonância com os princípios da Agenda 2030.

Figura 3- professores e alunos com alimentos colhidos da horta escolar



Fonte: Autora (2024).

A aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, mediante relato da Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para a merenda escolar em Boa Vista do Cadeado constitui uma ação alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12), especialmente à meta 12.7, que orienta a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis. Essa iniciativa fortalece a economia local, valoriza o trabalho dos produtores rurais do município e contribui para a diversificação e qualidade nutricional da alimentação escolar. Além disso, ao priorizar alimentos frescos e de produção regional, reduz-se a dependência de produtos industrializados e o impacto ambiental decorrente de longos transportes, estimulando práticas de consumo responsável e sustentável.

Complementarmente, segundo informações obtidas por meio de entrevista com o Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda, o município incentiva a realização de eventos voltados à promoção da agricultura familiar, criando espaços de divulgação, comercialização e fortalecimento das práticas sustentáveis no meio rural. Sendo assim, a política de aquisição de alimentos, aliada ao incentivo a eventos de valorização da produção local, revela-se como um instrumento estratégico de promoção do desenvolvimento sustentável, unindo segurança alimentar, educação e fortalecimento da economia regional.

Considerando as ações descritas, o quadro 1 apresenta uma análise comparativa entre as diretrizes estabelecidas pelo ODS 12 e as práticas implementadas pelo município de Boa Vista do Cadeado.

Quadro 1- Implementação do ODS 12 em Boa Vista do Cadeado

ODS 12	**Ações em Boa Vista do Cadeado**
Meta 12.2: Assegurar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.	Uso de aterros sanitários licenciados; cobrança da TCRS proporcional à geração de resíduos; instalação de placas solares em espaços públicos; incentivo ao uso de energia limpa.
Meta 12.3: Reduzir significativamente a geração de resíduos por prevenção, reciclagem e reuso.	Programa “Recicle Bem e Faça o Bem!”, coleta de recicláveis em escolas, incentivo à compostagem; redução do desperdício de alimentos e encaminhamento adequado de materiais recicláveis.
Meta 12.4: Promover o manejo ambientalmente adequado de produtos químicos e resíduos.	Proibição de disposição inadequada de resíduos (queima, rejeitos a céu aberto, alimentação animal); sistema de pontuação com desconto na TCRS para práticas ambientalmente corretas.

Meta 12.5: Reduzir a geração de resíduos desde a fonte.	Exigência de Planos de Gestão Integrada de Resíduos para geradores; incentivo à compostagem e reciclagem; isenção da TCRS para famílias que realizam compostagem e coleta seletiva.
Meta 12.6: Incentivar práticas sustentáveis nas empresas e instituições públicas.	Criação de consórcios públicos e parcerias público-privadas; aplicação de taxa de coleta em estações de transferência e aterros; adoção de tecnologias sustentáveis nos serviços municipais.
Meta 12.7: Promover práticas de compras públicas sustentáveis.	Aquisição de alimentos da agricultura familiar para merenda escolar; incentivo à economia local e fortalecimento de produtores rurais; redução do transporte de alimentos industrializados.
Meta 12.8: Garantir informação e conscientização para estilos de vida sustentáveis.	Educação ambiental nas escolas (hortas escolares, "Programa Recicle Bem, Faça o bem"); eventos e audiências públicas; plataforma digital de monitoramento e pontuação de participação; conscientização da população sobre consumo responsável.

Fonte: Autora (2025).

A análise comparativa evidencia que, o município de Boa Vista do Cadeado tem alinhado suas políticas e práticas à Agenda 2030, em especial ao ODS 12, promovendo consumo e produção sustentáveis. As ações implementadas, que vão desde a gestão adequada de resíduos sólidos e incentivo à compostagem até a educação ambiental nas escolas e a aquisição de alimentos da agricultura familiar, demonstram um compromisso integrado com a eficiência no uso de recursos naturais, a redução de impactos ambientais e a conscientização da população. Por isso, a experiência local exemplifica como instrumentos legais, programas de incentivo e participação comunitária, podem convergir para a efetivação de metas globais, fortalecendo a sustentabilidade municipal e, ao mesmo tempo, promover a formação de uma cultura ambientalmente responsável.

Considerações finais

Após a realização presente pesquisa, entendeu-se que, o município de Boa Vista do Cadeado evidencia alinhamento consistente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 da Agenda 2030 por meio da implementação de políticas e programas voltados ao consumo e produção sustentáveis. A Lei nº 751/2014, em consonância com a Lei Federal nº 12.305/2010, estabelece normas para a gestão, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos no município,

proibindo práticas inadequadas, como o descarte a céu aberto ou a queima irregular, e exigindo a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos. O Decreto nº 1.272/2025, ao vincular descontos na TCRS à adoção de práticas ambientais, incentiva a população a reduzir resíduos e adotar hábitos responsáveis. Somado a isso, investimentos em energia limpa e programas de conscientização fortalecem a integração entre gestão pública e sustentabilidade.

Outras iniciativas também reforçam esse compromisso, como o programa "Recicle bem, faça o bem!", a construção de hortas escolares e a compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda. Além de valorizar produtores locais, o município incentiva eventos para promover a agricultura familiar, fortalecendo a economia regional. Essas ações, voltadas especialmente às metas 12.2, 12.3, 12.4, 12.5, 12.6, 12.7 e 12.8 demonstram que políticas regulatórias, educação ambiental e participação comunitária são fundamentais para atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 previstos na Agenda 2030.

Referências

PERETTI, Fernanda Mara; BERNARDY, Rógis Juarez; MACHADO, Nelson Santos. Análise da aderência aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em municípios de Santa Catarina, com vistas ao cumprimento da agenda 2030 da ONU. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**, Vol. 14, pp. 278-299, 2024.

BOA VISTA DO CADEADO, **Decreto n. 1.272, de 10 de março de 2025**. Estabelece os valores da taxa de coleta de resíduos sólidos - "TCRS" para o exercício 2025, os índices e as pontuações necessárias para obtenção de descontos por participação na Política de Conscientização Ambiental e de Destinação de Resíduos Sólidos para o ano de 2026 e dá outras providências.

BOA VISTA DO CADEADO, **Lei nº 751, de 20 de maio de 2014**. Dispõe sobre a Política Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em: <https://boavistadocadeado.rs.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL, ***L*ei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 03 set. 2025.

BRASIL, **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. IDSC-BR. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/introduction/>. Acesso em: 04 mai. 2026.

MARQUES, Claudia Lima; ATZ, Ana Paula. A efetivação das metas do objetivo de desenvolvimento sustentável - ods 12 no Brasil: pela aprovação do PL 3514/2015 de um consumo

digital e sustentável. **Revista dos Tribunais online**, Vol. 107, pp. 195-233, 2022. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/artigo-efetivacao-metas-objetivos-desenvolvimento-sustentavel.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **ODS e agenda 2030**. Disponível em: <https://unsdg.un.org/2030-agenda>. Acesso em: 10 set. 2025.

ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA DE ACORDO COM O NOVO PLANO NACIONAL

Vaneza Lima dos Santos
Claudia Maria Prudencio de Mera
Vanessa de Campos Junges

Considerações iniciais

Este estudo aborda a existência dos planos municipais de cultura e a necessidade de que estes estejam em conformidade com o novo Plano Nacional de Cultura, atualizado ao final do ano de 2025. A relevância deste tema reside no fato de que os municípios necessitam manter seus planos atualizados para permanecerem aptos à captação de recursos federais, bem como para desenvolver de forma mais eficiente suas propostas e políticas públicas voltadas ao setor cultural em âmbito municipal.

Nesse contexto, compreende-se que os Planos Municipais de Cultura constituem instrumentos fundamentais para o planejamento, organização e fortalecimento das ações culturais locais, permitindo maior continuidade administrativa, participação social e alinhamento entre as diretrizes municipais e nacionais de cultura. Além disso, a atualização desses documentos torna-se indispensável diante das novas demandas culturais contemporâneas, das transformações sociais e da necessidade de adequação às diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Cultura.

O problema deste estudo surge a partir da seguinte questão: como os municípios podem adequar seus Planos Municipais de Cultura às diretrizes estabelecidas pelo novo Plano Nacional de Cultura atualizado em 2025, garantindo acesso aos recursos federais e maior efetividade nas políticas culturais locais?

Diante desse cenário, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a importância da atualização dos Planos Municipais de Cultura enquanto instrumentos estratégicos de gestão pública cultural, especialmente no que se refere à articulação entre os entes federativos, à democratização do acesso à cultura e ao fortalecimento das políticas culturais municipais. Busca-se, ainda, contribuir para gestores públicos, secretarias municipais de cultura, conselhos de cultura e pesquisadores da área, oferecendo reflexões acerca dos desafios e possibilidades relacionados à adequação dos municípios às novas diretrizes nacionais.

Para guiar esta investigação, estabeleceu-se como objetivo geral analisar a necessidade de atualização dos Planos Municipais de Cultura em consonância com o novo Plano Nacional de Cultura de 2025. De forma específica, o trabalho busca: 1) compreender a função dos Planos Municipais de Cultura no fortalecimento das políticas públicas culturais; 2) identificar as principais alterações e diretrizes propostas pelo novo Plano Nacional de Cultura; e 3) discutir os desafios enfrentados pelos municípios na atualização de seus instrumentos de planejamento cultural.

Quanto ao método, à metodologia adotada, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada e exploratória, com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, utilizou-se revisão bibliográfica e análise documental de legislações, normativas e documentos oficiais relacionados ao Sistema Nacional de Cultura e aos Planos Municipais de Cultura, enquanto a análise dos resultados foi pautada na análise de conteúdo e interpretação crítica dos documentos estudados.

Resultados e discussões

Os resultados preliminares desta pesquisa evidenciam que a atualização dos Planos Municipais de Cultura passou a ocupar posição estratégica no contexto da gestão pública cultural brasileira após a reformulação do Plano Nacional de Cultura 2025–2035. A nova configuração das políticas culturais nacionais evidencia a necessidade de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura por meio da integração entre União, estados e municípios, exigindo que os entes municipais adequem seus instrumentos normativos e administrativos às diretrizes contemporâneas estabelecidas pelo Ministério da Cultura.

Nesse sentido, observa-se que os municípios que possuem planos atualizados tendem a apresentar maior capacidade de organização institucional, planejamento de ações culturais e acesso aos mecanismos de financiamento público federal destinados à cultura (BRASIL, 2025).

Analisar o novo Plano Nacional de Cultura amplia significativamente a compreensão da cultura enquanto direito social, superando perspectivas restritas ao entretenimento ou à realização de eventos culturais isolados. O documento passa a reconhecer a cultura como elemento estruturante da cidadania, da diversidade cultural, da memória social e do desenvolvimento humano e territorial. Dessa forma, a atualização dos Planos Municipais de Cultura torna-se fundamental para que as políticas públicas locais consigam contemplar questões relacionadas à inclusão cultural,

democratização do acesso aos bens culturais, valorização das culturas populares e fortalecimento das identidades locais e regionais (CHAUÍ, 2021).

Outro aspecto observado refere-se à importância dos Planos Municipais de Cultura como instrumentos de continuidade administrativa. Historicamente, muitas políticas culturais municipais sofrem descontinuidade em decorrência das mudanças de gestão pública, ocasionando interrupção de projetos, fragilidade institucional e ausência de planejamento de longo prazo. A existência de um plano cultural estruturado permite maior estabilidade das políticas públicas culturais, garantindo que ações estratégicas permaneçam em desenvolvimento independentemente das alternâncias político-partidárias. Assim, os planos culturais configuram-se como instrumentos de gestão democrática e planejamento permanente da cultura municipal (ROCHA, 2023).

Os resultados também indicam que municípios com sistemas culturais estruturados tendem a apresentar maior participação social nos processos decisórios relacionados à cultura. Conselhos municipais de cultura, conferências culturais e consultas públicas aparecem como mecanismos fundamentais para a construção coletiva dos planos culturais, promovendo maior diálogo entre poder público, artistas, produtores culturais e sociedade civil. Essa participação social fortalece a legitimidade das políticas culturais e contribui para que as ações desenvolvidas estejam mais próximas das necessidades e especificidades culturais de cada território (CHAUÍ, 2021).

Além disso, verificou-se que a atualização dos Planos Municipais de Cultura está diretamente associada à possibilidade de captação de recursos provenientes de programas federais de incentivo e financiamento cultural. A consolidação de políticas como a Política Nacional Aldir Blanc e outros mecanismos de fomento exige dos municípios maior organização institucional, planejamento técnico e adequação às normativas nacionais. Nesse contexto, municípios que não possuem seus planos atualizados podem enfrentar dificuldades no acesso a recursos financeiros, reduzindo sua capacidade de investimento em ações culturais permanentes (BRASIL, 2025).

As discussões também apontam que as desigualdades regionais constituem um dos principais desafios para a implementação efetiva das políticas culturais municipais no Brasil. Enquanto alguns municípios apresentam secretarias estruturadas, equipes técnicas capacitadas e sistemas municipais consolidados, outros ainda enfrentam limitações relacionadas à ausência de profissionais especializados, escassez orçamentária e fragilidade administrativa. Tais diferenças impactam diretamente na capacidade de elaboração, atualização e execução dos Planos Municipais de Cultura,

evidenciando a necessidade de maior suporte técnico e institucional por parte dos governos estaduais e federal (ROCHA, 2023).

Outro ponto relevante identificado na pesquisa refere-se à ampliação das discussões sobre diversidade cultural e perspectivas descoloniais presentes no novo Plano Nacional de Cultura. Observa-se crescente valorização das culturas tradicionais, indígenas, afro-brasileiras, periféricas e populares, reconhecendo a pluralidade cultural brasileira como elemento central das políticas públicas contemporâneas. Nessa perspectiva, os municípios assumem papel fundamental na preservação das identidades culturais locais e no reconhecimento das múltiplas formas de produção cultural existentes nos territórios brasileiros, rompendo com visões centralizadoras e homogêneas da cultura nacional (CANCLINI, 2019).

Percebe-se ainda que a territorialização das políticas culturais constitui importante avanço presente nas novas diretrizes nacionais. O reconhecimento das especificidades culturais locais permite que os municípios construam políticas públicas mais próximas das realidades sociais, econômicas e culturais de suas populações. Dessa forma, os Planos Municipais de Cultura passam a atuar não apenas como instrumentos burocráticos de adequação legal, mas como mecanismos estratégicos de desenvolvimento cultural, fortalecimento comunitário e promoção da cidadania cultural (TURINO, 2010).

Ademais, os resultados revelam que a cultura possui papel relevante no desenvolvimento sustentável dos municípios, especialmente no fortalecimento da economia criativa, turismo cultural, preservação patrimonial e geração de renda para trabalhadores da cultura. A atualização dos Planos Municipais de Cultura permite maior integração entre cultura, educação, turismo, desenvolvimento social e sustentabilidade, favorecendo políticas intersetoriais capazes de promover desenvolvimento humano e inclusão social por meio da cultura (CANCLINI, 2019).

Por fim, compreende-se que a atualização dos Planos Municipais de Cultura representa não apenas uma exigência administrativa vinculada ao Sistema Nacional de Cultura, mas sobretudo uma oportunidade de fortalecimento democrático, valorização das identidades culturais locais e consolidação da cultura enquanto direito fundamental. Assim, torna-se indispensável que os municípios ampliem os debates participativos e promovam processos coletivos de construção de seus planos culturais, garantindo maior efetividade das políticas públicas culturais no cenário contemporâneo brasileiro (CHAUÍ, 2021).

Desta forma, atualizar os Planos Municipais de Cultura é uma oportunidade histórica de fortalecimento democrático e consolidação da cultura como direito fundamental. Para que isso se concretize, é imprescindível superar as diferenças regionais por meio do pacto federativo e garantir processos de construção coletivos, participativos e transparentes.

Considerações finais

A atualização dos Planos Municipais de Cultura representa elemento essencial para o fortalecimento das políticas públicas culturais no Brasil contemporâneo. A adequação desses instrumentos ao novo Plano Nacional de Cultura 2025–2035 possibilita maior integração entre os entes federativos, fortalecimento da gestão cultural municipal e ampliação do acesso aos recursos destinados ao setor cultural.

A pesquisa evidenciou que os planos culturais municipais constituem importantes mecanismos de planejamento, participação social e continuidade administrativa, contribuindo para a consolidação do Sistema Nacional de Cultura. Entretanto, também foram identificados desafios relacionados à estrutura técnica, à participação popular e à capacidade administrativa dos municípios para implementar as novas diretrizes nacionais.

Dessa forma, entende-se que a efetivação das políticas culturais depende não apenas da existência formal dos planos, mas principalmente da construção coletiva, democrática e participativa desses instrumentos, garantindo que as especificidades culturais locais sejam contempladas nas políticas públicas. Além disso, destaca-se a importância da cultura enquanto direito social, elemento de cidadania e mecanismo de desenvolvimento humano e territorial.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões acerca da gestão cultural municipal e da necessidade de fortalecimento das políticas públicas culturais no contexto brasileiro contemporâneo, especialmente diante das transformações propostas pelo novo Plano Nacional de Cultura e dos desafios relacionados à democratização do acesso à cultura no país.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <planalto.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <planalto.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2026

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura 2025–2035**. Brasília: Ministério da Cultura, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/plano-nacional-de-cultura-2025-2035. Acesso em: 20 mai. 2026

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

ROCHA, Renata. **Políticas culturais, disputas políticas e o desenvolvimento do campo cultural no Brasil**. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 48, n. 1, e41530, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/41530>. Acesso em: 20 mai. 2026.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

REFLEXÕES ACERCA DA UBERIZAÇÃO DO TRABALHO SOB A PERSPECTIVA DE ANTUNES

Everton Silva Silveira[71]
Vanessa de Campos Junges[72]
Vaneza Lima dos Santos [73]
Ranice Pozzer[74]

Considerações iniciais

Este estudo aborda o avanço das tecnologias digitais e a expansão da chamada Indústria 4.0 que têm provocado profundas transformações no mundo do trabalho contemporâneo e que acontecem a partir do desenvolvimento de plataformas digitais, da automação industrial, da inteligência artificial e do uso crescente de algoritmos. Com o avanço da tecnologia, novas formas de organização produtiva vêm sendo implementadas pelas grandes corporações globais.

A relevância deste tema é abordada no texto de Ricardo Antunes, intitulado "*Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0"*, que apresenta uma análise crítica sobre os impactos sociais e econômicos dessas mudanças, especialmente no que se refere à precarização do trabalho, ao crescimento da informalidade e à ampliação da exploração da classe trabalhadora. De acordo com Teixeira, Lemos e Fuzyama (2021), os processos de flexibilização das relações de trabalho têm ampliado as condições de precarização laboral, especialmente em razão da instabilidade e da insegurança que caracterizam as formas contemporâneas de emprego.

Diante disso, compreende-se que a Indústria 4.0 representa uma nova etapa do capitalismo global, marcada pela intensificação dos processos de automação, digitalização e robotização das atividades produtivas, onde os processos produtivos tornam-se cada vez mais informatizados e dependentes de sistemas digitais capazes de supervisionar continuamente o trabalho humano. (ANTUNES, 2020).

[71] Mestrando do Programa de Pós graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Universidade de Cruz Alta. E-mail: evertonsilveira90@hotmail.com
[72] Doutora em Administração – PPGA/UFSM. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Administração. E-mail: vjunges@unicruz.edu.br
[73] Doutoranda do Programa de Pós graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Universidade de Cruz Alta. E-mail: vanezalima2030@gmail.com
[74] Professora do Departamento de Ciências Administrativas da UFSM. E-mail: ranice.pozzer@ufsm.br

Outro aspecto destacado pelo autor é que essas transformações atingem não apenas a indústria, mas também os setores de serviços, comércio, transporte, educação, bancos e agroindústria e que a expansão das tecnologias digitais altera profundamente as relações de trabalho ao promover formas mais flexíveis e instáveis de contratação. De acordo com Antunes (2019), a diversificação das formas de trabalho, muitas vezes associada à intensificação da exploração da força de trabalho e à privatização de diversos serviços, contribuiu para a formação de um cenário em que os indivíduos passaram a buscar novas alternativas de inserção ocupacional, o que gerou aumento de inserção profissional em serviços caracterizados pela informalidade, aparente autonomia e temporalidade.

Nesse cenário, cresce a utilização de aplicativos e plataformas digitais que apresentam os trabalhadores como "empreendedores" ou "prestadores de serviços", embora permaneçam submetidos às exigências das empresas e dos algoritmos que controlam suas atividades. (ANTUNES, 2020). Barros, Pujol e De Araújo (2023) evidenciam que o controle do tempo e os ritmos impostos pelas organizações, aliados às tecnologias de gestão e produção, ampliam as jornadas de trabalho e intensificam as demandas sobre os trabalhadores. É o fenômeno da uberização do trabalho. De acordo com Antunes (2020, p. 19), "a uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas". Em outras palavras, as empresas deixam de reconhecer vínculos empregatícios formais e transferem aos trabalhadores todos os custos e riscos da atividade laboral. Sob essa ótica, Teixeira, Lemos e Fuzyama (2021) argumentam que a precarização do trabalho decorre das próprias dinâmicas de mercado, que intensificam situações de vulnerabilidade e conduzem muitos profissionais a contextos de exclusão e marginalização social e econômica. Motoristas de aplicativos, entregadores e prestadores de serviços digitais utilizam seus próprios veículos, celulares e equipamentos de trabalho, ao mesmo tempo em que arcam com despesas relacionadas à manutenção, combustível, alimentação e segurança.

Além disso, os trabalhadores submetidos à uberização permanecem constantemente disponíveis para atender às demandas das plataformas digitais, sem garantia de remuneração fixa ou direitos trabalhistas. Antunes (2020) apresenta como exemplo o chamado "zero hour contract", modelo difundido inicialmente no Reino Unido, no qual os trabalhadores ficam à disposição das empresas aguardando chamadas por aplicativos ou smartphones. Antunes (2020) explica que os trabalhadores "ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram

esperando". Tal dinâmica amplia a insegurança econômica e intensifica a precarização das relações laborais. (ANTUNES, 2020).

Essa lógica também está presente em empresas como Uber, iFood e Amazon, que utilizam algoritmos para controlar o desempenho dos trabalhadores. O autor afirma que os motoristas e entregadores podem ser punidos ou até desligados das plataformas caso recusem corridas ou não atinjam metas determinadas pelos sistemas digitais. (ANTUNES, 2020).

Diante desse cenário, a pesquisa justifica-se pela necessidade de debater e analisar que apesar de serem apresentados como trabalhadores autônomos, esses indivíduos permanecem subordinados às regras impostas pelas empresas, caracterizando uma relação de exploração semelhante ao trabalho assalariado tradicional.

Resultados e discussões

Os dados analisados revelam que o crescimento do trabalho intermitente e informal não constitui um fenômeno isolado, mas sim uma estratégia central de reorganização do capitalismo contemporâneo. Essa dinâmica ganhou escala a partir da fusão entre a expansão das tecnologias digitais e a dominância do capital financeiro. (ANTUNES, 2020).

Sob essa ótica, a flexibilização das relações trabalhistas desidrata os mecanismos tradicionais de seguridade social, transformando o emprego em uma atividade marcada pela instabilidade e pela transitoriedade. Como aponta Antunes (2020, p. 20): "A terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram, então, partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global".

Essa pragmática corporativa transfere os riscos do negócio diretamente para o trabalhador. O resultado imediato desse processo é a perda da estabilidade e o esvaziamento da proteção social. A face mais visível dessa precarização manifesta-se na extensão desmedida das jornadas de trabalho e na intensificação da exploração laboral. (ANTUNES, 2020).

Evidenciou-se que os profissionais vinculados a plataformas digitais cumprem rotinas exaustivas, frequentemente superior a dez ou doze horas diárias, com o único objetivo de garantir o recebimento de uma renda mínima de subsistência. Esse cotidiano é agravado pela ausência total de

garantias institucionais básicas, tais como: férias remuneradas, descanso semanal descansado, acesso à previdência social, assistência trabalhista e jurídica. (ANTUNES, 2020).

Conforme sintetiza Antunes (2020), o desprovimento desses direitos básicos atesta o enfraquecimento histórico das conquistas civilizatórias que os trabalhadores consolidaram ao longo do século XX. Desta forma, os impactos da chamada Indústria 4.0 sobre o mercado de trabalho contemporâneo podem ser compreendidos pela reatualização do conceito marxista de "trabalho morto". A automação e a digitalização dos processos produtivos passam a atuar diretamente na substituição da força humana. (ANTUNES, 2020).

A introdução de robôs, sistemas baseados em inteligência artificial e plataformas digitais assume funções antes executadas por indivíduos, reduzindo progressivamente os postos de trabalho formais e expandindo o desemprego estrutural, embora o desenvolvimento tecnológico possibilite a abertura de novas frentes de trabalho em setores específicos, a tendência dominante aponta para a degradação generalizada das ocupações, ademais, os poucos empregos gerados nessa nova esteira exigem elevadíssima qualificação técnica. Esse gargalo educacional atua como um filtro excludente, aprofundando as desigualdades sociais e econômicas pré-existentes. (ANTUNES, 2020).

Esse cenário de hiperconexão culmina no fenômeno caracterizado como "escravidão digital" (ANTUNES, 2020, p. 31). O avanço das tecnologias de informação e comunicação rompeu a fronteira clássica que separava o tempo dedicado ao labor do tempo de vida pessoal. Com a massificação do *home office*, do teletrabalho e do gerenciamento por algoritmos, o trabalhador é impelido a permanecer permanentemente conectado. O ato de responder mensagens, cumprir metas e atender demandas patronais a qualquer hora do dia ou da noite consolida uma rotina de disponibilidade total e ininterrupta ao capital. (ANTUNES, 2020).

Outro catalizador e acelerador das precarizações aqui discutidas, foi o contexto Pandêmico que se configurou como um “laboratório da uberização”, pois diante do desemprego em massa e da perda de renda, milhões de cidadãos recorreram ao setor informal e aos aplicativos de entrega e transporte como mecanismos de sobrevivência emergencial. O ambiente de crise foi instrumentalizado pelas empresas para acelerar a transição digital, massificar o teletrabalho e cortar custos fixos de operação (ANTUNES, 2020).

Por fim, as medidas sanitárias de isolamento social impuseram barreiras severas às formas coletivas de mobilização e à organização sindical. O esvaziamento das ruas dificultou a articulação

de greves e protestos, enfraquecendo a resistência política da classe trabalhadora no momento de maior vulnerabilidade. No cenário brasileiro, a conjunção entre a crise sanitária e as reformas desregulamentadoras aprofundou a informalidade e o desemprego. Os resultados práticos dessa dinâmica foram o agravamento da desigualdade social e a exposição de contingentes massivos de trabalhadores a uma condição de extrema vulnerabilidade econômica.

Considerações finais

O presente estudo permitiu compreender de forma aprofundada como as transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela Indústria 4.0 e pela dominância do capital financeiro, reconfiguraram as relações laborais contemporâneas. Conclui-se que o crescimento do trabalho intermitente e da informalidade não é um fenômeno passageiro ou marginal, mas sim uma estratégia estrutural e deliberada de reorganização do capitalismo global. A flexibilização das leis trabalhistas converteu a instabilidade, a terceirização e a ausência de proteção social na nova regra do mercado corporativo.

Evidenciou-se que a inserção da tecnologia e da automação sob a lógica da Indústria 4.0 atua diretamente na ampliação do "trabalho morto", resultando na substituição progressiva da força humana por sistemas inteligentes e robôs. Longe de democratizar as oportunidades, esse avanço tecnológico aprofunda o desemprego estrutural e a degradação das ocupações. Os novos postos de trabalho gerados exigem uma qualificação técnica elevadíssima que o sistema educacional e socioeconômico não universaliza, criando um filtro excludente que agrava as desigualdades sociais e econômicas já existentes.

Outro ponto crucial evidenciado na pesquisa diz respeito à perda de limites na rotina do trabalhador moderno, culminando na chamada "escravidão digital". Ferramentas de comunicação, *home office* e o gerenciamento algorítmico dissolveram as barreiras entre o tempo de trabalho e o tempo de vida pessoal. O profissional é impelido a uma disponibilidade total e ininterrupta, cumprindo jornadas exaustivas sem qualquer contrapartida de direitos civilizatórios básicos, como férias remuneradas, descanso semanal ou previdência social.

Por fim, o cenário recente revelou que a pandemia da Covid-19 funcionou como um laboratório prático para a consolidação e aceleração definitiva desse modelo uberizado. As empresas se aproveitaram da crise de subsistência de milhões de trabalhadores para cortar custos e massificar

a precarização em nome da sobrevivência emergencial. No contexto brasileiro, esse processo foi duplamente agravado pela coincidência com as reformas desregulamentadoras e pelo enfraquecimento das bases sindicais, fragilizadas pelo isolamento social.

Diante desse cenário alarmante de extrema vulnerabilidade econômica, as agendas futuras de pesquisa e de políticas públicas devem se concentrar urgentemente na formulação de novos marcos regulatórios que protejam o trabalhador de plataforma. É imperativo reconstruir redes de proteção social capazes de fazer frente à voracidade do capitalismo digital, garantindo que o progresso tecnológico não se traduza na barbárie social e no esvaziamento total dos direitos conquistados no século XX.

Referências

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R.(Orgs.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV:** trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROS, C. R.; PUJOL, A.; DE ARAÚJO, J. N. G. Experiências de precarização do trabalho na América Latina: migração e empreendedorismo como apostas para o futuro. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 26, 2023.

TEIXEIRA, R.; DA COSTA LEMOS, A. H.; FUZYAMA, C. K. Precarização do trabalho e carreiras: panorama da produção acadêmica sobre a temática. **Caderno de Administração**, v. 29, n. 2, p. 141-163, 2021.

ANÁLISE MICROCLIMÁTICA DE ÁREAS VERDES URBANAS: ESTUDO DE TEMPERATURA E CONFORTO TÉRMICO NA PRAÇA GENERAL FIRMINO DE PAULA EM CRUZ ALTA/RS

Rafaela Basso Lima[75]
Evelyn Jordana dos Santos Sampaio[76]
Natalia Hauenstein Eckert[77]

Resumo: Este estudo analisa a influência das áreas verdes urbanas no microclima da Praça General Firmino de Paula, em Cruz Alta/RS, com foco nas condições de conforto térmico. Foram realizadas medições de temperatura, umidade relativa do ar e iluminância em quatro pontos com diferentes características de revestimento e cobertura vegetal, durante o inverno de 2024. Os dados de campo foram complementados por informações climáticas da plataforma WeatherSpark. Os resultados indicaram que as áreas vegetadas apresentaram temperaturas mais amenas e maiores índices de umidade em comparação às superfícies pavimentadas. O passeio em concreto registrou a maior temperatura média ao sol (28,53 °C), enquanto os locais com cobertura vegetal e presença de água apresentaram melhores condições microclimáticas. A contribuição das áreas verdes na redução do aquecimento urbano e na melhoria do conforto térmico, reforçando sua importância para a sustentabilidade e a qualidade ambiental dos espaços públicos urbanos.

Palavras-chave: microclima urbano; conforto térmico; arborização urbana; áreas verdes.

Considerações iniciais

O crescimento urbano e a substituição de superfícies naturais por materiais impermeáveis têm provocado alterações significativas no microclima das cidades, influenciando diretamente a temperatura do ar, a umidade relativa e as condições de conforto térmico da população. Nesse contexto, as áreas verdes urbanas desempenham papel fundamental na mitigação dos efeitos das ilhas de calor, promovendo sombreamento, redução das temperaturas superficiais e melhoria das condições ambientais (Oke, 1987; Lombardo, 1985).

Segundo Oke (1987), a vegetação urbana atua como reguladora do microclima por meio da evapotranspiração e do bloqueio da radiação solar direta, contribuindo para ambientes mais confortáveis termicamente. Da mesma forma, Nucci (2008) destaca que praças e parques urbanos

[75] Resumo biográfico. Afiliação Institucional. E-mail: rafaela.basso@sou.unicruz.edu.br
[76] Resumo biográfico. Afiliação Institucional. E-mail: evelyn.sampaio@sou.unicruz.edu.br
[77] Resumo biográfico. Afiliação Institucional. E-mail: eckert@unicruz.edu.br

representam importantes espaços de equilíbrio ambiental, especialmente em centros urbanos de médio porte.

No município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, a Praça General Firmino de Paula constitui um dos principais espaços públicos da área central, concentrando circulação de pedestres, atividades de lazer e permanência. Assim, compreender a influência dos diferentes revestimentos e da arborização sobre as variáveis microclimáticas torna-se essencial para subsidiar estratégias de planejamento urbano sustentável.

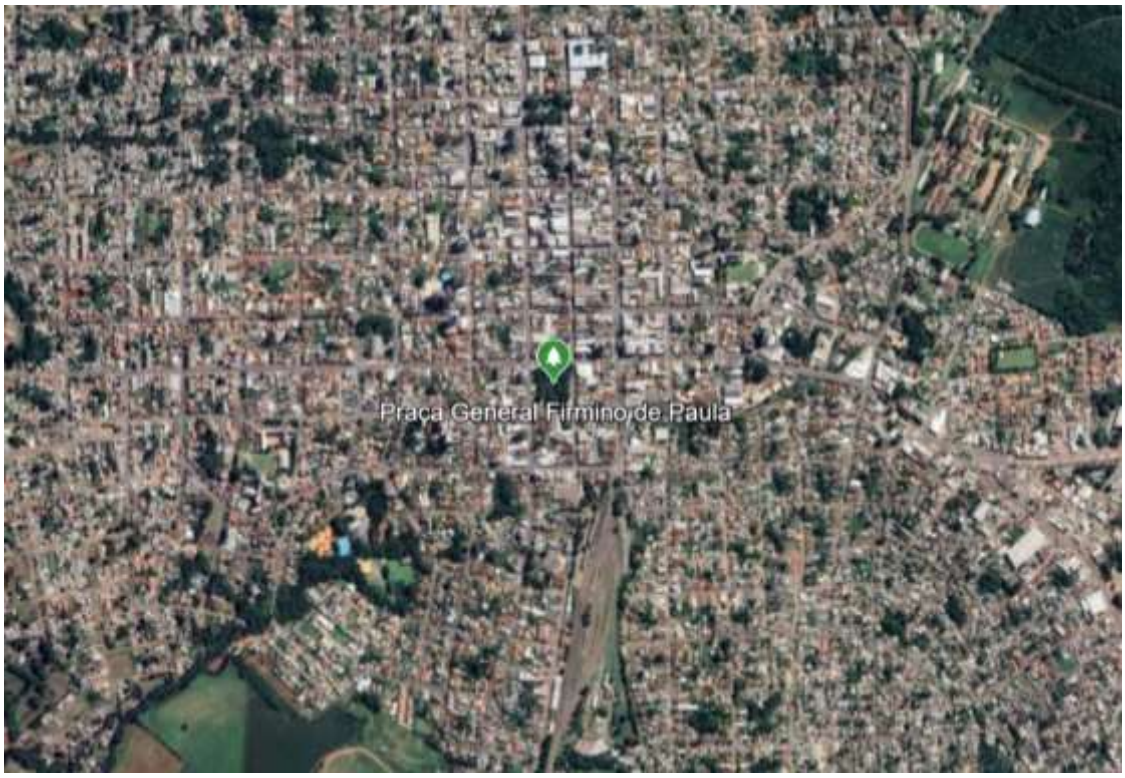
Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar o comportamento microclimático da Praça General Firmino de Paula, avaliando as relações entre temperatura, umidade relativa do ar, luminosidade e cobertura vegetal, a partir de medições de campo realizadas durante o inverno de 2024 e de dados climáticos históricos disponibilizados pela plataforma WeatherSpark (2023).

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida na Praça General Firmino de Paula, localizada na região central do município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, conforme a figura 01. As medições ocorreram no dia 16 de agosto de 2024, durante o período da tarde, entre 15h16min e 16h26min, sob condições típicas de inverno, com velocidade do vento de aproximadamente 1,5m/s. As medições foram realizadas com o auxílio de equipamentos como o termohigroanemômetro e termovisor, sendo apanhado dados a partir de três repetições, com intervalo mínimo de 2 minutos entre as medições. Foram selecionados quatro pontos de análise com características distintas de cobertura do solo e exposição solar:

a. Ponto 01 – Grama;
b. Ponto 02 – Chafariz;
c. Ponto 03 – Passeio em concreto;
d. Ponto 04 – Playground com piso de concreto.

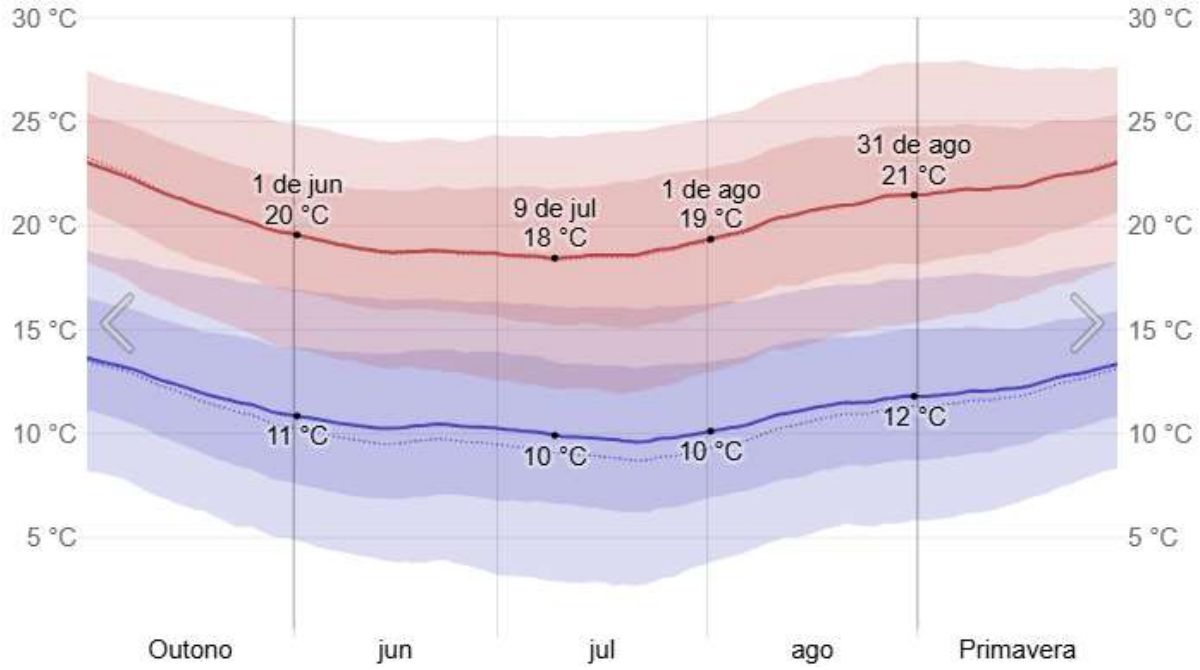
Figura 01: Demarcação dos pontos de medição das áreas escolhidas de Cruz Alta - RS



Fonte: google earth, 2025 (adaptado pelas autoras)

Em cada local foram registradas temperaturas ao sol e à sombra, umidade relativa ao sol e à sombra, além dos níveis de iluminância. Também foi considerada a presença de arborização de grande porte, fator diretamente relacionado ao sombreamento e ao conforto térmico. Como complemento, foram utilizados dados climáticos históricos da plataforma WeatherSpark (Gráfico 1), para caracterizar o comportamento climático de Cruz Alta durante o inverno. Segundo a plataforma, agosto apresenta temperaturas máximas médias entre 19 °C e 21 °C e mínimas entre 10 °C e 12 °C, com aumento gradual da incidência de radiação solar ao longo do mês.

Gráfico 01: Temperaturas mínimas, máximas e médias em Cruz Alta.



Fonte: WeatherSpark, 2023.

Os resultados foram organizados por médias aritméticas e posteriormente comparados entre si, permitindo identificar a influência dos diferentes revestimentos urbanos sobre o microclima local. A partir dessa comparação, foi possível observar como áreas com maior presença de vegetação tendem a apresentar temperaturas mais amenas, enquanto superfícies impermeabilizadas favorecem a retenção e o acúmulo de calor.

Resultado e discussões

Os dados do (Quadro 1) evidenciaram diferenças significativas entre os ambientes analisados, demonstrando a influência direta da vegetação e dos materiais de revestimento nas condições microclimáticas. Os resultados obtidos indicam a relevância dos elementos naturais sobre as variáveis ambientais locais, evidenciando o papel da cobertura vegetal na mitigação dos efeitos decorrentes da urbanização e na qualificação do desempenho ambiental dos espaços urbanos.

Quadro 01: Medição das áreas verdes em Cruz Alta.

Dia: **16/08/2024** Estação: **Inverno** Velocidade do vento: **1.5** Rajada do Vento:

Tipo revestimento	Horário	Temp. sol (C°)	Temp. sombra (C°)	Horário	Umidade sol (KPa)	Umidade sombra (KPa)	Horário	Lux sol (LM/m)	Lux sombra (LM/m)	Porte Arbor. P	M	G	PRAÇA GENERAL FIRMINO DE PAULA
Ponto 01 Grama	15:16	27	22,8	15:22	63,2	51.6	15:28	13521	8671			X	
	15:18	25,1	22,1	15:24	62,8	53,6	15:30	15190	6469				
	15:20	26,3	23,2	15:26	54,8	57,9	15:32	20024	6555				
MÉDIA		**26,13**	**22,7**		**60,26**	**54,36**		**11685**	**7231**				
Ponto 02 Chafariz	15:34	26,2	23,6	15:40	46,2	47,7	15:46	8624	6465			X	
	15:36	26,3	22,5	15:42	46,3	47,8	15:48	8025	6045				
	15:38	26,1	22,7	15:44	46,9	47,8	15:50	8871	5540				
MÉDIA		**26,2**	**22,93**		**46,46**	**47,76**		**8056**	**6016**				
Ponto 03 Concreto Passeio	15:52	29	23	15:58	46,3	46,7	16,04	29716	6703			X	
	15:54	28,6	23,5	16:00	45,2	48.3	16,06	29125	9420				
	15:56	28	25,7	16:02	45,6	47	16:08	33900	10115				
MÉDIA		**28,53**	**24,06**		**45,7**	**47,33**		**30913**	**8746**				
Ponto 04 Concreto Playground	16:10	25,7	23	16:16	46.5	46,7	16:22	25484	7619			X	
	16:12	26,1	23,7	16:18	46,8	47,3	16:24	25679	8366				
	16:14	25,7	23,1	16:20	45,1	46,6	16:26	21576	7863				
MÉDIA		**25,83**	**69,8**		**46,13**	**46,86**		**24246**	**7949**				

Fonte: Autoras.

O Ponto 01 (grama) apresentou temperatura média ao sol de 26,13 °C e temperatura média à sombra de 22,70 °C. A diferença de aproximadamente 3,43 °C demonstra a eficiência do sombreamento proporcionado pelas árvores presentes no local. Além disso, a umidade relativa média à sombra (54,36%) foi superior à registrada em áreas pavimentadas, indicando condições mais favoráveis ao conforto térmico.

No Ponto 02 (chafariz), as temperaturas médias foram de 26,20 °C ao sol e 22,93 °C à sombra. A presença da água contribuiu para a estabilidade de temperaturas mais amenas, resultado semelhante ao observado por Gartland (2010), que destaca a importância dos elementos hídricos na redução do aquecimento urbano por meio do resfriamento evaporativo.

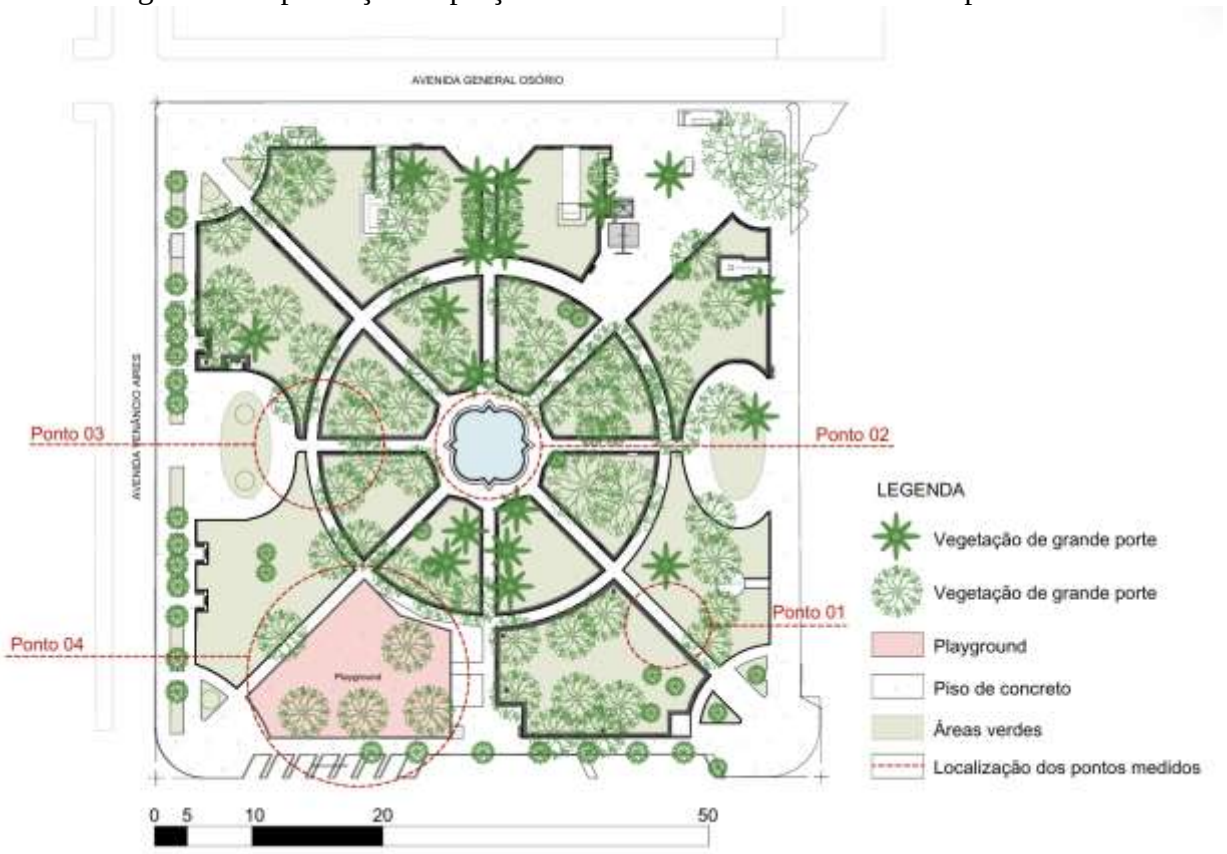
O Ponto 03 (passeio em concreto) registrou a maior temperatura média ao sol, alcançando 28,53 °C. Também apresentou os maiores índices de luminosidade, com média de 30.913 lux. Esses resultados demonstram a elevada capacidade de absorção e reemissão de calor dos materiais cimentícios, fenômeno amplamente associado à formação das ilhas de calor urbanas (Gartland, 2010).

Mesmo apresentando arborização de grande porte nas proximidades, a superfície pavimentada favoreceu o aumento da temperatura superficial.

Situação semelhante foi observada no Ponto 04 (playground em concreto), cuja temperatura média ao sol foi de 25,83 °C. Apesar da influência do sombreamento arbóreo, a superfície impermeável manteve temperaturas superiores às encontradas nas áreas vegetadas.

Comparando os resultados obtidos com as médias históricas de agosto para Cruz Alta, observa-se que as temperaturas registradas durante a campanha de campo (Figura 2) ficaram acima da média climatológica do período, que varia entre 19 °C e 21 °C para as máximas diárias. Tal comportamento pode estar associado à incidência direta de radiação solar durante o horário das medições e às características específicas do microclima urbano local (Weatherspark, 2023).

Figura 2 - Implantação da praça General Firmino de Paula com os pontos medidos



Fonte: Autoras.

Outro aspecto relevante refere-se à arborização. Todos os pontos avaliados possuíam árvores de grande porte, porém os locais com cobertura vegetal predominante apresentaram melhor

desempenho térmico quando comparados às superfícies pavimentadas. Esse resultado confirma a importância das árvores urbanas na redução das temperaturas e no aumento da umidade relativa do ar, conforme demonstrado por Grey e Deneke (1986) e Oke (1987). De forma geral, os dados indicam que a combinação entre vegetação arbórea, gramados e elementos hídricos contribui significativamente para a melhoria das condições microclimáticas da praça, favorecendo o conforto térmico dos usuários.

Considerações finais

A análise microclimática da Praça General Firmino de Paula evidenciou a influência direta dos diferentes tipos de revestimento e da arborização sobre as condições térmicas do ambiente urbano. As áreas vegetadas e próximas ao chafariz apresentaram temperaturas mais amenas e maior umidade relativa do ar, enquanto os espaços pavimentados em concreto registraram temperaturas mais elevadas e maior incidência de radiação solar.

Os resultados confirmam a relevância das áreas verdes urbanas como instrumentos de qualificação ambiental, contribuindo para a redução dos efeitos das ilhas de calor e para a promoção do conforto térmico da população. Além disso, reforçam a necessidade de preservar e ampliar a arborização urbana, bem como incorporar soluções baseadas na natureza no planejamento das cidades. Dessa forma, conclui-se que a Praça General Firmino de Paula desempenha importante função ambiental no contexto urbano de Cruz Alta, constituindo um espaço estratégico para a melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade urbana.

Agradecimentos

Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul FAPERGS pelo ao auxílio recebido via EDITAL 10/2020 para viabilização da presente pesquisa.

Referências

GARTLAND, Lisa. **Ilhas de Calor**: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

GREY, Gene W.; DENEKE, Frederick J. **Urban Forestry**. New York: John Wiley & Sons, 1986.

LOMBARDO, Magda Adelaide. **Ilha de Calor nas Metrópoles**: o exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**. Curitiba: O Autor, 2008.

OKE, Timothy R. **Boundary Layer Climates**. 2. ed. London: Routledge, 1987.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Princípios Bioclimáticos para o Desenho Urbano**. São Paulo: ProEditores, 2001.

WEATHERSPARK. **Condições meteorológicas características de Cruz Alta/RS**. Disponível em: WeatherSpark Brasil. Acesso em: 02 jun. 2026.

SOCIEDADE DE RISCO E OS CONFLITOS EM TORNO DOS SABERES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Thiago Bottecchia da Silva[78]
Domingos Benedetti Rodrigues[79]
Denise Tatiane Girardon dos Santos[80]
Patricia Mariotto Mozzaquatro Chicon[81]

Considerações iniciais

A relação entre sociedade e meio ambiente constitui uma das questões centrais contemporâneas, pois a Modernidade ampliou a capacidade humana de transformar a natureza, produzir riquezas e desenvolver tecnologias, do que decorreu a intensificação dos riscos ambientais, desigualdades sociais e conflitos em torno do uso dos bens naturais. Nesse contexto, os problemas ambientais estão atrelados a escolhas econômicas, políticas e culturais que distribuem benefícios e prejuízos de forma desigual (REIGOTA, 1995; BECK, 2015).

Este trabalho visa a analisar os conflitos, envolvendo conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, em especial, no contexto amazônico, a partir da colonialidade do saber, da teoria da sociedade de risco e dos limites das políticas públicas ambientais brasileiras. A discussão parte do entendimento de que os conhecimentos dos povos indígenas, das comunidades ribeirinhas, extrativistas e agricultores/as tradicionais são expressões de modos de vida, territorialidades, identidades coletivas e formas próprias de relação com a natureza (WEDIG, 2021).

O problema de pesquisa que se pretende responder é: de que modo a lógica de mercantilização dos conhecimentos tradicionais, no contexto da sociedade de risco, evidencia conflitos socioambientais, a manutenção da colonialidade do saber e os limites da proteção jurídica ambiental brasileira?

[78] Tenente Coronel do Exército (Academia Militar das Agulhas Negras- AMAN, 2003), Curso de Operações na Selva (Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS, 2006), Curso de Piloto de Combate (Centro de Instrução Aviação do Exército – CIAvEx, 2010), Curso de Psicopedagogia Escolar (Centro de Estudos de Pessoal / Forte Duque de Caxias – CEP/FDC, 2024). Atualmente, Chefe da Divisão de Ensino da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas. E-mail: thiagobottecchia@gmail.com
[79] Doutor com Pós-Dotourado em Direito. URI. Santo Ângelo, Rs. UNICRUZ. E-mail: domingos@unicruz.edu.br
[80] Doutora em Direito. UNISINOS. São Leopoldo, RS. UNICRUZ. Email: desantos@unicruz.edu.br
[81] Doutora em Modelagem Matemática. UNIJUI. Ijui, RS. UNICRUZ. Email: pmozzaquatro@unicruz.edu.br

O objetivo geral consiste em analisar os conflitos envolvendo os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, relacionando-os à colonialidade do saber, à sociedade de risco e aos limites da Lei Nº 13.123/2015[82], conhecida como Lei da Biodiversidade. De forma específica, apresentar os conhecimentos tradicionais como expressões culturais e territoriais, discutir a Amazônia como espaço de biodiversidade, conflitos e riscos socioambientais, examinar a proteção jurídica brasileira e refletir sobre o papel da educação ambiental crítica na valorização de diferentes formas de conhecimento.

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de superar interpretações reducionistas sobre o meio ambiente, reconhecendo que a crise ecológica, também, é uma crise social, ética, política e epistemológica. Na Amazônia, essa problemática torna-se mais evidente, pois a riqueza biológica convive com pressões relacionadas ao desmatamento, ao garimpo ilegal, à expansão agropecuária, à bioprospecção e à apropriação de saberes tradicionais. Nesse sentido, discutir sociedade de risco e meio ambiente permite compreender que os riscos, decorrentes do modelo de desenvolvimento moderno, atingem toda a sociedade, mas recaem, com maior intensidade, sobre populações, historicamente, vulnerabilizadas (BECK, 2015; ACSELRAD, 2017).

Resultados e discussões

Os conhecimentos tradicionais constituem-se na experiência coletiva, na observação da natureza, nas práticas de cultivo, cura, alimentação, espiritualidade, manejo de recursos naturais e transmissão intergeracional. Por isso, quando uma comunidade afirma que *conhecimento tradicional não se vende*, expressa uma defesa de sua forma de vida, e não, apenas, uma recusa econômica (WEDIG, 2021).

Considerando o histórico de invasão e colonização do Brasil, tem-se que, após a independência nacional, perdurou a colonialidade, definida por Quijano (2009, p. 73) como "[...] um dos elementos constitutivos e específicos de um padrão mundial de poder capitalista" , em que um grupo se situa ao centro e, a partir de uma classificação racial/étnica, impõe-se aos demais grupos

[82] Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea *j* do Artigo 8, a alínea *c* do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

"[...] como pedra angular daquele padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social". Especificamente, a colonialidade do saber manifesta-se quando a ciência moderna é tratada como única forma legítima de conhecimento, enquanto os saberes indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses são desqualificados como crenças, costumes ou práticas inferiores, hierarquização que resulta em violência simbólica e política, pois lhes nega o reconhecimento de sua contribuição histórica para a conservação da biodiversidade e de suas práticas sustentáveis (SANTOS, 2005; WEDIG, 2021).

Tal processo pode ser compreendido como *epistemicídio*, isto é, a destruição, silenciamento ou desvalorização de determinados modos de conhecer, pois, conforme Santos (2007, p. 29), "a primeira forma de produção de inexistência, de ausência, é a ignorância", que desqualifica todo e qualquer saber que não esteja sob o jugo da ciência europeia. O conhecimento tradicional, muitas vezes, ignorado, quando reivindicado pelas próprias comunidades, é valorizado se puder ser transformado em produto, patente, tecnologia, cosmético, medicamento ou ativo econômico. Assim, o saber deixa de ser reconhecido como parte de um modo de vida e passa a ser tratado como insumo de mercado.

A Amazônia constitui um território estratégico para a discussão sobre sociedade de risco e meio ambiente, sobretudo, pela dimensão local, que envolve biodiversidade, regulação climática, ciclo das águas, culturas tradicionais, segurança alimentar e equilíbrio ecológico. A Amazônia Legal ocupa cerca de 58,9% do território brasileiro, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2024), e reúne grande diversidade biológica e cultural.

Na perspectiva de Beck (2015), a sociedade de risco é marcada pela produção social de ameaças, decorrentes do próprio processo de modernização. Diferente dos perigos naturais, os riscos contemporâneos são decorrentes de decisões humanas, sistemas técnicos, interesses econômicos e políticas de desenvolvimento. O desmatamento, a contaminação por mercúrio, a perda de biodiversidade e a apropriação de conhecimentos tradicionais são exemplos de riscos, produzidos socialmente.

Embora os riscos ambientais possam alcançar toda a sociedade, distribuem-se de forma desigual, pois atingem, diretamente, populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas e agricultores/as tradicionais tendem a sofrer primeiro e com maior intensidade os efeitos da degradação ambiental.

Esse quadro revela a existência de injustiça ambiental, pois os grupos que menos contribuíram para a crise ecológica, frequentemente, são os que mais suportam seus impactos (ACSELRAD, 2017).

Na Amazônia, segundo o sistema Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (PRODES/INPE) estimou, para o período de agosto de 2023 a julho de 2024, uma taxa de desmatamento de 6.288 km² na Amazônia Legal (INPE, 2025). Embora o número represente redução em relação ao período anterior, a permanência das áreas desmatadas revela que a pressão sobre a floresta continua significativa. Além disso, a contaminação por mercúrio, em áreas afetadas pelo garimpo ilegal, como no território Yanomami, demonstra que os riscos ambientais também se transformam em riscos à saúde, à alimentação, à infância, à cultura e à continuidade dos modos de vida tradicionais (BBC NEWS BRASIL, 2023; FIOCRUZ, 2023). Da mesma forma, a exploração de plantas, sementes, óleos, frutos e práticas de manejo tradicional integra esse cenário. Espécies como andiroba, copaíba, castanha e açaí possuem valor econômico crescente, mas nem sempre os benefícios chegam de forma justa às comunidades que, historicamente, preservaram e utilizaram esses recursos, o que fragiliza o vínculo entre comunidade, território e natureza.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB) estabelece, no artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988. n.p.). Ou seja, o Brasil compreende o meio ambiente como bem de uso comum, e condição essencial à qualidade de vida, o que inclui a proteção da biodiversidade e dos povos que mantêm relações históricas com os territórios.

No campo específico dos conhecimentos tradicionais, associados ao patrimônio genético, a Lei Nº 13.123/2015, que regulamenta o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, bem como a repartição de benefícios decorrentes de sua exploração econômica, é um marco legal relevante, pois reconhece, juridicamente, a existência desses conhecimentos e estabelece mecanismos de controle e compensação (BRASIL, 2015). Entretanto, apresenta limites, sobretudo, ao organizar a proteção dos conhecimentos tradicionais a partir da lógica do acesso, do cadastro, da regularização e da repartição de benefícios, pelo que há o risco de reduzir saberes coletivos, espirituais, territoriais e culturais a categorias econômicas. Da mesma forma, a dificuldade de assegurar o consentimento, efetivamente, livre, prévio e informado, especialmente,

quando há assimetrias de poder entre empresas, instituições de pesquisa, Estado e comunidades. A formalização jurídica, quando não acompanhada de participação real, fiscalização adequada e valorização cultural, pode legitimar novas formas de apropriação, com impactos concretos nas relações sociais locais/regionais (BESUNSAN, 2017).

Nesse ponto, a discussão sobre sociedade de risco contribui para apontar o descompasso entre os mecanismos jurídicos tradicionais e a complexidade dos riscos, produzidos pela Modernidade. O dano ambiental pode ser difuso, cumulativo e de longo prazo; a apropriação de conhecimento pode ocorrer de modo indireto; e os impactos culturais podem não ser facilmente mensuráveis (BECK, 2015). Portanto, a proteção dos conhecimentos tradicionais exige políticas públicas integradas, fiscalização, participação comunitária e reconhecimento da pluralidade epistemológica.

Diante dos conflitos mencionados, a educação ambiental apresenta-se como instrumento capaz de contribuir para uma consciência crítica sobre as relações entre sociedade, natureza, economia, política e cultura. A educação ambiental crítica permite compreender que a degradação da floresta, a contaminação dos rios e a apropriação de saberes tradicionais não são fatos isolados, mas expressões de um modelo de desenvolvimento que precisa ser problematizado (REIGOTA, 1995; RUSCHEINSKY, 2012). A educação pode contribuir para romper com a colonialidade do saber, na medida em que reconhece os diferentes grupos sociais e seus conhecimentos legítimos sobre o mundo, com fins de superação da perspectiva de que, apenas, uma forma de conhecimento é válida. Como propõe Santos (2005), é necessário construir diálogos entre saberes, respeitando a diversidade epistemológica e as experiências históricas dos povos.

A ética do cuidado, proposta por Boff (1999), também contribui para tal reflexão, ao propor que cuidar do meio ambiente implica cuidar da vida humana e não humana, das comunidades, dos territórios e das futuras gerações. Essa perspectiva permite deslocar a relação com a natureza de uma lógica de exploração para uma lógica de responsabilidade, reciprocidade e respeito. Assim, no contexto da sociedade de risco, educar para o meio ambiente é ensinar responsabilidade social, justiça ambiental e defesa da vida.

Considerações Finais

A análise demonstra que os conhecimentos tradicionais constituem dimensões culturais, territoriais, históricas e identitárias dos povos e comunidades tradicionais; bem como, que a

articulação entre a colonialidade do saber e a sociedade de risco aponta para uma crise ambiental resultante, também, da desvalorização de modos de vida e formas de conhecimento que, historicamente, contribuíram para a conservação da biodiversidade. Na Amazônia, os riscos, produzidos pela expansão econômica, desmatamento, garimpo ilegal e bioprospecção atingem, de forma desigual, as populações vulnerabilizadas, revelando processos de injustiça ambiental.

Embora a Lei N.º 13.123/2015 represente avanço ao regulamentar o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, sua aplicação ainda apresenta fragilidades, destacadamente, na repartição justa de benefícios, na incorporação da participação efetiva das comunidades, no respeito ao consentimento livre, prévio e informado, na fiscalização e no reconhecimento da pluralidade de saberes.

Conclui-se que a valorização dos conhecimentos tradicionais é condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável, e que a educação ambiental crítica é um dos instrumentos indispensáveis para atingir tal objetivo, com a formação de sujeitos capazes de compreender os riscos socioambientais, respeitar diferentes formas de conhecimento e defender uma relação mais equilibrada entre sociedade e natureza.

Referências

BBC NEWS BRASIL. **Crise Yanomami expõe impacto do garimpo ilegal**. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese. Acesso em: 16 abr. 2026.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco mundial**: em busca da segurança perdida. Córdoba: Leya, 2015.

BESUNSAN, Nurit. À guisa de conclusão: a lei 13.123/2015 como um espelho do tempo e da erosão de direitos. Da biodiversidade. *In*: MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; PORRO, Noemi Miyasaka; SILVA, Liana Amin Lima da (Org.). **A "nova" Lei N.º 13.123/2015 no velho marco legal da biodiversidade**: Entre Retrocessos e Violações de Direitos Socioambientais. São Paulo: Instituto O direito por um Planeta Verde, 2017.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano - compaixão pela Terra. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético. Brasília, DF, 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Impactos do garimpo ilegal na saúde indígena Yanomami**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.fiocruz.br. Acesso em: 16 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da extração vegetal e da silvicultura 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 16 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal**. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: 14 jul. 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Biodiversidade brasileira: dados gerais**.Brasília, 2023. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br. Acesso em: 16 abr. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia**. 2025. Disponível em: https://data.inpe.br/biomasbr/. Acesso em: 14 jul. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Lisboa: Almedina, 2009. p. 73-117.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEDIG, Jussara C. **“Conhecimento não se vende”**: colonialidade e o embate de perspectivas sobre os conhecimentos tradicionais. 2021.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF). **Amazon biodiversity overview**. Gland, 2023. Disponível em: https://www.worldwildlife.org. Acesso em: 16 abr. 2026.

LINGUAGEM, TEORIA CRÍTICA E ESTUDOS CULTURAIS E DESCOLONIAIS

A VELHICE COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA DA COLONIALIDADE EM *O ÚLTIMO AZUL*

Bruna Laís da Veiga Kazmirczuk[83]
Mara Andréa Kai Bellini[84]
Terezinha Márcia dos Santos Quevedo[85]
Solange Beatriz Billig Garces[86]

Resumo: O presente artigo analisa o filme *O Último Azul* em suas relações entre velhice e colonialidade. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza hermenêutico-interpretativa, baseada na análise crítica da narrativa cinematográfica. Parte-se da compreensão de que a velhice constitui uma etapa biológica e cronológica da vida, mas também uma experiência socialmente construída, atravessada por relações de poder, desigualdades e disputas de sentido. A narrativa apresenta uma sociedade que, sob o discurso de cuidado e proteção, impõe o deslocamento compulsório de pessoas idosas para colônias habitacionais, revelando práticas de controle, tutela e apagamento social dos corpos envelhecidos. A partir da trajetória da personagem Tereza, busca-se compreender como a resistência à institucionalização compulsória permite uma leitura contra hegemônica do envelhecer, questionando concepções associadas à dependência e à improdutividade. Conclui-se que a obra denuncia formas contemporâneas de administração da velhice e reafirma o envelhecimento como experiência de autonomia, liberdade, desejo e produção de sentidos.

Palavras-chave: velhice; colonialidade; hermenêutica; resistência; cinema.

Considerações Iniciais

O envelhecimento populacional representa uma das mais significativas transformações demográficas do século XXI, mobilizando debates acadêmicos e políticos acerca das condições sociais, culturais e institucionais que influenciam a experiência da velhice e o lugar das pessoas idosas na sociedade. Embora o aumento da expectativa de vida represente uma das mais importantes conquistas da modernidade, a velhice continua sendo atravessada por processos de exclusão, invisibilização e estigmatização. Em uma sociedade fortemente orientada pelos princípios da produtividade, da eficiência e do desempenho, o valor social dos indivíduos tende a ser associado à

[83] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Bolsista Capes Prosuc. E-mail kazmirczukbruna@gmail.com.
[84] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Bolsista Capes Prosuc. E-mail. marabellini2024@hotmail.com
[85]Mestranda do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Taxista Capes Prosuc. E-mail. Tere.squevedo@gmail.com
[86]Doutora em Ciências Sociais. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br

sua capacidade de produzir, consumir e responder às demandas do mercado. Nesse contexto, as pessoas idosas são frequentemente percebidas a partir de uma lógica utilitarista que reduz sua relevância social à funcionalidade econômica, desconsiderando suas trajetórias, saberes e formas de participação na vida coletiva. Como consequência, a velhice passa a ser frequentemente representada como sinônimo de fragilidade, dependência e declínio, contribuindo para a reprodução de estereótipos que limitam seu reconhecimento como etapa legítima de autonomia, produção de sentidos e exercício da cidadania.

A sociedade contemporânea produz interpretações sobre a velhice que definem modos considerados adequados de agir, interagir e ocupar espaços sociais. Dessa forma, o processo de envelhecimento passa a ser submetido a mecanismos de controle, tutela e vigilância, os quais são validados por discursos de cuidado e proteção. Em alguns casos, práticas apresentadas como formas de assistência e de proteção restringem a autonomia das pessoas idosas, silenciando os seus desejos e limitando a sua participação social.

É nesse horizonte de reflexão que se insere o filme *O Último Azul*. A narrativa retrata uma sociedade que administra a velhice por meio de políticas de controle, segregação e institucionalização, produzindo formas sutis, porém profundas, de invisibilização e apagamento social das pessoas idosas. Sob o discurso da proteção, do cuidado e da organização social, o Estado estabelece mecanismos que restringem a autonomia dos indivíduos envelhecidos, transformando-os em objetos de gestão e intervenção.

Ao longo da trama, tornam-se evidentes marcas da colonialidade que operam por meio da classificação hierárquica dos sujeitos segundo critérios de utilidade, produtividade e funcionalidade social. Nessa lógica, as pessoas idosas passam a ser percebidas como economicamente improdutivas, dependentes e socialmente descartáveis, tendo seus projetos de vida, desejos e formas de existência progressivamente deslegitimados. Como consequência, são compelidas a abandonar seus lares, vínculos afetivos e modos de vida para serem encaminhadas à Colônia, espaço instituído pelo governo para concentrar aqueles considerados um peso para suas famílias e para a sociedade.

A Colônia emerge, assim, como uma metáfora dos dispositivos contemporâneos de exclusão que, ao mesmo tempo em que prometem cuidado e proteção, produzem afastamento, silenciamento e perda da autonomia. Nesse sentido, o filme problematiza as formas pelas quais determinadas vidas

são classificadas como menos valiosas ou menos dignas de participação social, revelando as tensões entre velhice, poder, liberdade e resistência.

Ao se opor à passividade, Tereza (personagem do filme) constrói outras possibilidades de existência, sua relação consigo mesma, com o território e com o mundo. Desse modo, a narrativa desloca a velhice do aspecto da decadência e da inutilidade para o campo da experiência, da autonomia e da reinvenção da vida. Diante dessas questões, o presente artigo busca responder ao seguinte questionamento: De que modo o filme *O Último Azul* evidencia processos de colonialidade que incidem sobre a experiência do envelhecer e como a trajetória da personagem Tereza possibilita uma interpretação contra hegemônica da velhice?

Parte-se da hipótese de que o filme evidencia uma racionalidade colonial aplicada à velhice, na medida em que o corpo velho é classificado como improdutivo, deslocado de seu território e submetido a políticas de tutela sob aparência de cuidado. Entretanto, a travessia realizada por Tereza rompe com essa interpretação dominante, possibilitando compreender a velhice como experiência, liberdade e produção de sentidos sobre a própria existência.

Assim, o objetivo deste estudo consiste em analisar de que maneira o filme representa práticas coloniais dirigidas aos corpos envelhecidos, bem como compreender como a experiência vivida pela protagonista produz uma leitura contra hegemônica da velhice. Para isso, a pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza hermenêutico-interpretativa, baseada na análise crítica da narrativa cinematográfica, articulando contribuições teóricas sobre colonialidade e estudos sobre velhice. Desse modo, pretende-se contribuir para a ampliação das reflexões acerca das formas contemporâneas de controle sobre a velhice, bem como para a construção de perspectivas que a reconheçam como experiência plural e significativa.

Velhice, colonialidade e controle dos corpos

A velhice, embora compreendida a partir de marcadores biológicos e cronológicos, constitui também experiência social, histórica e politicamente produzida. A velhice não se apresenta de maneira homogênea, e não pode ser reduzida a uma fase natural de declínio físico, dependência ou improdutividade. O processo de envelhecimento humano é compreendido como experiência heterogênea, atravessada por relações de poder, por desigualdades sociais e por formas históricas de classificação dos corpos. Nesse sentido, pensar o envelhecer a partir da colonialidade permite deslocar

a análise de uma compreensão meramente biomédica da velhice para uma leitura crítica sobre os modos como determinados sujeitos são posicionados socialmente como úteis, descartáveis, produtivos, dependentes ou tuteláveis.

A colonialidade, enquanto permanência das estruturas de dominação para além do colonialismo formal, atua por meio da produção de hierarquias que organizam sujeitos, saberes, corpos e territórios (MELO, 2021). Ainda que geralmente associada às dimensões de raça, classe, gênero e território, essa lógica também pode ser mobilizada para compreender a forma como a idade se converte em critério de ordenação social. Nesse contexto, a velhice passa a ser interpretada como lugar social marcado pela incapacidade, pela perda de centralidade pública e pela redução da autonomia, no sentido em que o corpo idoso, quando não corresponde aos ideais de produtividade, juventude e eficiência, tende a ser deslocado para uma zona de menor reconhecimento social (WOOD, 2025).

Wood (2025), ao propor contribuições para uma gerontologia crítica decolonial, chama atenção para a necessidade de romper com concepções positivistas, biomédicas e eurocêntricas da velhice. Essa perspectiva permite compreender que o envelhecimento deve ser visto como processo situado, heterogêneo e atravessado por múltiplas desigualdades. A velhice vivida em contextos latino-americanos, por exemplo, não se separa das marcas da pobreza, da informalidade laboral, da desigualdade de acesso a serviços públicos, da precariedade das redes de cuidado e das formas históricas de exclusão social. Portanto, não há uma única velhice, mas velhices socialmente produzidas (SILVA; YAZBECK, 2014).

Nesse cenário, a noção de "colonialidade da idade", desenvolvida por Stewart (2025), embora formulada a partir da análise da infância negra e das temporalidades racializadas, oferece uma chave teórica para pensar a idade como dimensão política da colonialidade. O autor propõe compreender a idade além do marcador cronológico, mas como categoria articulada às formações cronopolíticas por meio das quais se produzem possibilidades e limites de existência, crescimento, futuro e ação. Em sua análise, a colonialidade da idade está relacionada à colonialidade do tempo, ao *tempus nullius* e ao paradigma paternalista, evidenciando como a colonialidade também opera na administração dos tempos da vida.

Embora Stewart (2025) concentre sua reflexão na infância negra, sua contribuição permite ampliar a análise para outros momentos do curso da vida, inclusive quando a idade passa a funcionar

como critério de hierarquização, tutela e limitação da autonomia. No caso da velhice, essa leitura possibilita compreender como determinados corpos são deslocados simbolicamente para fora da centralidade social, sobretudo quando deixam de corresponder aos ideais de produtividade e eficiência que orientam as sociedades contemporâneas.

Em *O Último Azul*, essa articulação torna-se visível na política estatal que determina o deslocamento compulsório das pessoas idosas para colônias habitacionais. A idade, nesse contexto ficcional, deixa de ser um dado biográfico e converte-se em critério político-administrativo para definir quem pode permanecer no espaço social comum e quem deve ser removido em nome de uma "proteção".

Essa perspectiva se aproxima das contribuições de Chaouni *et al.* (2021), ao indicarem que os estudos sobre envelhecimento precisam questionar não apenas quem é pesquisado, mas também quem produz conhecimento sobre as pessoas idosas e a partir de quais pressupostos. A colonialidade do saber opera quando a velhice é definida de fora para dentro, por instituições, especialistas, políticas públicas ou discursos científicos que silenciam a experiência concreta dos sujeitos envelhecidos. Assim, Chaouni *et al*. (2021, p. 7) colocam que:

> [...] Colonialidade refere-se a uma força estruturante invisível, arraigada em nossas mentalidades, que molda as estruturas de poder, o conhecimento e as experiências individuais. É a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim da administração colonial (Grosfoguel, 2011). A colonialidade do conhecimento continua a moldá-lo por meio de uma divisão binária de poder entre 'nós' e 'eles', mesmo décadas após o colonialismo direto (tradução nossa).

Quijano (2000), ao formular o conceito de "colonialidade do poder", sustenta que as estruturas constituídas no período colonial não desapareceram com o fim formal do colonialismo, mas continuam organizando diferentes formas de dominação nas esferas política, econômica, social e cultural. Nessa lógica, o racismo opera como eixo estruturante e transversal das relações de poder, atravessando também as hierarquias de classe, gênero e sexualidade em escala global (GROSFOGUEL; OSO; CHRISTOU, 2014). A colonialidade do poder, por sua vez, articula-se à colonialidade do saber, na medida em que privilegia sistemas euro-americanos de conhecimento, frequentemente tomados como racionais, neutros e universais, definindo os modos considerados legítimos de compreender e interpretar o mundo (CHAOUNI *et al*. 2021).

Quando a pessoa idosa é tratada como objeto de cuidado, intervenção ou gestão, sua capacidade de narrar a própria existência é reduzida. Em *O Último Azul*, essa lógica aparece na política estatal que decide, em nome de uma suposta proteção, transferir compulsoriamente as pessoas idosas para colônias habitacionais afastadas. O discurso empregado na história do filme, apresenta a medida como forma de garantir organização, segurança e dignidade à velhice; contudo, ao retirar desses sujeitos a possibilidade de escolha sobre onde viver, com quem permanecer e quais desejos ainda querem realizar, transforma o cuidado em mecanismo de controle.

No contexto latino-americano, onde as velhices são profundamente desiguais. Manes *et al.* (2019), destacam que os processos de envelhecimento estão relacionados à questão social e às políticas públicas, sendo atravessados por desigualdades econômicas, territoriais e institucionais. Em sociedades marcadas por trajetórias laborais precárias, insuficiência de proteção social e acesso desigual a direitos, envelhecer significa enfrentar as consequências acumuladas de uma vida inteira de desigualdades.

Por essa razão, a abordagem baseada em direitos deve ocupar lugar central na formulação de marcos regulatórios e políticas públicas capazes de promover maior igualdade. Essas políticas estruturam mecanismos para além de proteção social, pois podem funcionar como instrumentos de resistência e reivindicação (MANES *et al.*, 2019).

No campo da proteção social, Silva e Yazbek (2014) observam que o reconhecimento jurídico dos direitos das pessoas idosas na América Latina e no Brasil representa uma conquista importante, mas ainda insuficiente quando dissociado das condições concretas de efetivação desses direitos. A proteção social pode significar garantia de dignidade, acesso a serviços, segurança econômica e reconhecimento da cidadania. Contudo, quando orientada por uma lógica tutelar e homogeneizante, também pode produzir controle, infantilização e restrição da autonomia.

A partir desse ponto que *O Último Azul* oferece uma reflexão importante. No filme, a política aparentemente protetiva, destinada a transferir pessoas idosas para colônias habitacionais afastadas, revela uma racionalidade de controle, de modo que os corpos idosos são classificados, separados do convívio social, retirados de seus territórios e submetidos a uma narrativa oficial de cuidado. A velhice deixa de ser compreendida como experiência singular e passa a ser administrada como problema populacional.

A personagem Tereza, mulher de 77 anos, torna-se o ponto de tensão dessa lógica. Ao ser enquadrada pelo Estado como alguém que deve aceitar o deslocamento compulsório, ou seja, ela é reduzida à condição de corpo administrável. O filme, assim, explicita uma forma extrema de ageísmo institucional, na qual a pessoa idosa é afastada do espaço comum não porque deixou de existir, mas porque sua existência passa a ser considerada incompatível com os projetos de produtividade e ordenação social.

A colônia habitacional, nesse sentido, pode ser interpretada como metáfora colonial. Trata-se de um espaço para onde são enviados aqueles considerados excedentes, inconvenientes ou incapazes de permanecer no centro da vida social. A lógica colonial aparece no ato de deslocar, separar, nomear e administrar corpos. Como nos processos coloniais clássicos, há uma autoridade que define quem pertence, quem deve sair, quem pode decidir e quem deve obedecer, a diferença é que, em *O Último Azul*, o critério de segregação é etário.

O cuidado, portanto, aparece no filme de forma ambígua. Sob a superfície de uma política de proteção, manifesta-se uma prática de governo dos corpos. A promessa de segurança encobre a retirada da liberdade, de forma que a ideia de dignidade é mobilizada para justificar o confinamento. A velhice é reconhecida apenas na medida em que pode ser organizada, monitorada e afastada. Desse modo, *O Último Azul* radicaliza a lógica já presente nas sociedades contemporâneas, a tendência de subordinar a vida idosa aos critérios da produtividade, da eficiência e da administração. Ao representar um Estado que transforma pessoas idosas em população removível, o filme evidencia como a colonialidade pode operar sobre o tempo da vida.

Assim, a articulação entre envelhecimento, colonialidade e controle dos corpos permite compreender *O Último Azul* como uma distopia sobre o futuro, e como uma crítica ao presente. O filme expõe, em linguagem alegórica, os riscos de uma sociedade que transforma o envelhecimento em problema de gestão e que confunde cuidado com tutela. Ao fazê-lo, convida a repensar as políticas, os discursos e as práticas sociais dirigidas às pessoas idosas, afirmando que a proteção da velhice somente é emancipatória quando preserva a autonomia, reconhece a pluralidade das experiências e respeita o direito de cada sujeito interpretar e conduzir a própria existência.

A hermenêutica da velhice: quem interpreta o envelhecer?

As pessoas não se relacionam com o mundo de forma neutra, ao contrário, elas atribuem significados às suas vivências, elaboram sentidos para suas trajetórias e constroem interpretações sobre si mesmos e sobre os outros. Nesse processo, aquilo que parece natural ou evidente resulta de construções históricas e culturais que, ao longo do tempo, passam a orientar a forma como os indivíduos percebem a realidade. A velhice insere-se nesse horizonte de interpretação. Mais do que uma etapa cronológica, ela constitui uma experiência produzida por valores culturais, narrativas sociais, e relações de poder.

A partir das contribuições de Gadamer (1999), a hermenêutica possibilita compreender que os significados não existem de forma universal. Isso significa que toda a compreensão está vinculada à historicidade dos sujeitos e aos contextos nos quais estão inseridos. Segundo Gadamer (1999), a compreensão não constitui apenas um procedimento metodológico voltado à interpretação de textos, mas uma dimensão fundamental da própria existência humana, uma vez que os sujeitos atribuem sentidos ao mundo, a partir de sua historicidade e de suas experiências. Dessa forma, compreender o mundo significa compreender-se nele, portanto compreender não é apenas adquirir informações ou conhecimentos, mas faz parte da própria maneira como os seres humanos vivem e constroem suas vidas.

Segundo Bee (1997), as pesquisas na área do envelhecimento têm evidenciado que a velhice não constitui uma experiência homogênea, mas um processo plural e singular, vivenciado de formas distintas por cada indivíduo. As condições de saúde, os contextos sociais, as trajetórias de vida e as oportunidades de acesso a recursos influenciam diretamente a maneira como as pessoas envelhecem. Essa perspectiva permite reconhecer que a velhice não possui um significado único, nem corresponde a uma realidade homogênea, pois aquilo que uma sociedade entende como envelhecer depende dos valores culturais que orientam sua visão sobre o corpo, o tempo, o trabalho e a participação social.

Em diferentes períodos históricos, as pessoas idosas ocuparam posições distintas no interior das comunidades. Em algumas sociedades, a longevidade esteve associada à sabedoria e a autoridade moral. Em outras, a velhice passou a ser relacionada ao declínio, à dependência e à perda do papel social. Os sentidos atribuídos à velhice , portanto, não decorrem unicamente da idade biológica, mas das formas pelas quais cada contexto interpreta essa etapa da vida. Corroborando com o pensamento, Schneider e Irigaray (2008, p. 3):

> As concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias. Na época contemporânea, florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social .

Essa dimensão interpretativa torna-se ainda mais relevante nas sociedades contemporâneas, marcadas pela valorização da juventude, da inovação tecnológica e da produtividade. A centralidade atribuída à capacidade de produzir riqueza e ao desempenho econômico contribui para a construção de uma percepção na qual o valor dos indivíduos tende a ser medido pela sua funcionalidade. Nesse cenário, o envelhecimento é compreendido, a partir da lógica da insuficiência. O olhar social desloca-se daquilo que os sujeitos continuam sendo para aquilo que supostamente deixaram de ser.

Beauvoir (1990) observou que a velhice se constitui como uma condição definida pelos outros, antes mesmo de ser assumida pelo próprio sujeito. Ao analisar a posição social das pessoas idosas, a autora afirma que "o velho é frequentemente designado como tal pelo olhar do outro" (Beauvoir, 1990, p. 354). A luz do pensamento de Beauvoir, Goldenberg (2015, p. 27) ressalta ainda:

> 'Velho é o outro'. Simone de Beauvoir acreditava que a maior parte das vezes os indivíduos de mais idade só se sentem velhos por meio do olhar dos outros, sem ter experimentado grandes transformações interiores ou mesmo exteriores. Velho, para quase todos, é sempre 'o outro'.

Essa constatação revela que o envelhecimento não se limita às transformações corporais, mas envolve um processo de atribuição de significados que é produzido pela sociedade. Portanto, as pessoas envelhecem natural e biologicamente, mas também passam a ocupar uma categoria carregada de expectativas, julgamentos e representações.

Ao longo da modernidade, diferentes campos do conhecimento se empenharam para tentar explicar a velhice. A medicina descreveu os aspectos fisiológicos, a psicologia investigou as implicações subjetivas, as políticas públicas buscaram administrar os desafios demográficos e os sistemas previdenciários passaram a organizar sua relação com o trabalho. Embora fundamentais, essas abordagens nem sempre reconheceram os sujeitos idosos como protagonistas de suas próprias histórias. Em muitos casos, a velhice passou a ser definida por discursos que falam sobre pessoas idosas, porém nunca ouviram as suas experiências.

Para Ricoeur (2010), a identidade humana é constituída pelos indivíduos, uma vez que eles atribuem coerência às suas trajetórias por meio das histórias que contam sobre si mesmos. Nas palavras do autor: "As histórias são narradas e não vividas; a vida é vivida e não narrada" (RICOUER,

2010, p. 197). Portanto, a vida não é apenas vivida, ela é continuamente narrada, reinterpretada e ressignificada. Sob essa perspectiva, envelhecer implica também reelaborar memórias, reorganizar experiências e reconstruir sentidos sobre a própria existência. A acumulação de vivências e memórias amplia as possibilidades de interpretação do mundo e de si mesmo. A velhice deixa de aparecer como ausência de futuro para tornar-se um tempo de aprofundamento da experiência humana.

É justamente essa discussão sobre os sentidos do envelhecer que retrata a narrativa do filme: *O Último Azul*. O filme apresenta uma sociedade que quer definir o significado da velhice. As pessoas idosas são enquadradas em categorias administrativas e políticas reduzindo suas existências a uma condição de dependência e inutilidade. A interpretação antecede a experiência vivida. Antes que possam falar sobre si mesmos, outros já decidiram tudo sobre suas vidas, quem são, onde devem estar e como devem viver.

Entretanto, a trajetória de Tereza desestabiliza esse enquadramento. Ao reivindicar o direito de continuar sonhando, escolhendo seus próprios caminhos e produzindo novos sentidos para sua vida, a personagem rompe com a ideia que associa velhice à passividade. O que está em jogo não é apenas a liberdade de deslocamento, mas a liberdade de significação.

Dessa forma, o filme evidencia que a velhice retrata disputas hermenêuticas, ou seja, diferentes discursos procuram definir o que significa envelhecer, mas essas interpretações não são definitivas e nem incontestáveis. Assim, a experiência de Tereza demonstra que as pessoas idosas permanecem capazes de narrar suas próprias histórias, reinterpretar suas trajetórias e produzir novos sentidos para sua vida. Nessa direção, compreende-se que a velhice não é um destino previamente estabelecido, mas uma experiência, marcada pela possibilidade permanente de compreensão, reinvenção e liberdade.

A pergunta "quem interpreta o envelhecer?" ultrapassa uma questão teórica e assume um caráter político. Disputar os sentidos da velhice significa disputar também o direito de narrar a própria vida. É nesse ponto que a experiência de Tereza se transforma em resistência, ao recusar a interpretação produzida pelas estruturas de poder, a personagem reivindica para si a condição de sujeito de sua própria história. Dessa forma, a velhice deixa de ser um lugar de silenciamento e passa a constituir um espaço de produção de sentidos, memória e autonomia.

Tereza e a travessia como resistência

A hermenêutica em Hans-Georg Gadamer, entende a compreensão como um processo de interpretação da experiência humana, no qual o sujeito constrói significados a partir de sua vivência e de sua relação com o mundo. No filme, a jornada de Tereza ultrapassa a dimensão física da fuga e assume caráter existencial. Sua travessia pelos rios amazônicos representa um movimento de autocompreensão, liberdade e reconstrução identitária. Ao abandonar o destino imposto pelo Estado, a protagonista rompe com a lógica da submissão e passa a reinterpretar sua própria existência fora das estruturas de controle social.

Nessa perspectiva, o silêncio, os deslocamentos e os encontros vividos pela personagem carregam significados simbólicos que revelam questões relacionadas à velhice, ao pertencimento e à dignidade humana. O filme não apresenta respostas prontas ou explicações diretas sobre o sistema político opressor; ao contrário, permite que o espectador interprete os vazios da narrativa e construa sentidos a partir de suas próprias experiências e contextos históricos. A hermenêutica possibilita compreender que a velhice, no filme, não é apresentada apenas como condição biológica, mas como experiência subjetiva e social. Tereza ressignifica sua trajetória ao transformar a fuga em possibilidade de liberdade e reinvenção.

Dessa forma, *O Último Azul* propõe uma reflexão sobre o direito de existir, interpretar e reconstruir a própria vida, mesmo diante das estruturas necropolíticas que tentam silenciar determinados corpos, toda compreensão está ligada à experiência histórica e ao diálogo entre sujeito e realidade. Segundo Gadamer (1999, p. 444): “compreender é sempre interpretar”. A narrativa convida o espectador a interpretar os sentidos da velhice, da liberdade e da exclusão social presentes na trajetória de Tereza. O filme não entrega respostas prontas, mas constrói uma experiência simbólica e subjetiva que exige reflexão e interpretação crítica da realidade social contemporânea.

Nesse contexto, as reflexões de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder contribuem para compreender como determinadas estruturas sociais continuam produzindo hierarquias, exclusões e classificações humanas. Segundo Quijano (2009), a colonialidade mantém padrões de dominação que ultrapassam o período colonial e permanecem presentes nas relações sociais, econômicas e culturais da modernidade. Assim, grupos considerados fora dos padrões de produtividade, juventude e utilidade social tornam-se mais vulneráveis aos processos de marginalização. No filme, essa lógica aparece na forma como os corpos envelhecidos são tratados como descartáveis e afastados do convívio coletivo. A velhice deixa de ser compreendida como etapa legítima da existência humana e

passa a ser vista como problema social. Dessa forma, a obra evidencia relações entre colonialidade e velhice, demonstrando como o poder institucional controla, silencia e exclui sujeitos considerados improdutivos, especialmente mulheres idosas.

No filme *O Último Azul*, a personagem Tereza torna-se símbolo de ruptura dessa lógica. Sua resistência desafia o sistema que tenta controlar seu corpo, sua liberdade e sua existência. Ao recusar o destino imposto, a protagonista reivindica o direito de continuar vivendo plenamente. A exclusão da mulher idosa ocorre de maneira mais intensa devido às estruturas patriarcais presentes na sociedade. Durante grande parte da vida, muitas mulheres são reconhecidas apenas por funções familiares, como maternidade e cuidado doméstico. Quando envelhecem, frequentemente passam a ser vistas como inúteis socialmente. Beauvoir (1990), em sua obra A Velhice, afirma que a sociedade tende a afastar as pessoas idosas dos espaços sociais e simbólicos, produzindo processos de marginalização e silêncio. Para a autora, o envelhecimento não é apenas biológico, mas também político e social.

No filme, Tereza rompe com essa condição ao afirmar sua autonomia. Ela não aceita ser reduzida à condição de corpo descartável nem ser confinada pelo sistema estatal. Sua trajetória demonstra que a velhice pode constituir espaço de liberdade, desejo e resistência. A narrativa desconstrói estereótipos relacionados ao envelhecimento feminino.

A protagonista não aparece como figura frágil ou passiva, mas como sujeito ativo, capaz de questionar normas sociais e lutar pelo direito de decidir sobre sua própria vida. A resistência de Tereza ultrapassa o enfrentamento político direto. Sua travessia pelos rios amazônicos simboliza um processo de ressignificação, no qual a personagem reconstrói sentidos para sua vida fora das imposições sociais. A Amazônia, no filme, representa um espaço simbólico de liberdade e transformação. Historicamente marcada pela exploração colonial, a região surge como território de resistência frente às estruturas de controle e dominação. A viagem da protagonista torna-se também uma jornada interior de reencontro consigo mesma.

Nesse sentido, o filme propõe uma crítica ao etarismo, entendido como preconceito relacionado à idade. A sociedade retratada valoriza apenas corpos jovens e produtivos, excluindo aqueles que não se enquadram nessa lógica. A obra denuncia práticas ageistas e machistas presentes na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que valoriza a dignidade da pessoa idosa.

Tereza, ao resistir, denuncia a violência dessa estrutura social e rompe com a lógica da invisibilidade ao reivindicar autonomia sobre sua própria existência. A narrativa evidencia que a velhice não representa a perda da humanidade, dos desejos ou da capacidade de transformação. O filme contribui para ampliar debates sobre envelhecimento, direitos humanos e reconhecimento social, reafirmando a necessidade de construir uma sociedade que reconheça o valor da vida em todas as fases da existência. Ao longo dessa trajetória, Tereza encontra sujeitos igualmente atravessados pela exclusão e pela marginalidade social. O barqueiro deprimido, o pintor excessivo e a mulher negra idosa que "comprou sua liberdade" representam personagens que vivem às margens das estruturas oficiais de poder. A presença dessa última personagem estabelece importante diálogo com a colonialidade e com a memória histórica da escravidão. A ideia de "comprar a liberdade" remete simbolicamente às cartas de alforria, evidenciando como determinados corpos, especialmente corpos negros, femininos e envelhecidos, continuam submetidos a mecanismos históricos de controle e exclusão.

Dessa forma, o filme articula velhice, raça, gênero e colonialidade em uma narrativa sensível e crítica. A resistência de Tereza não ocorre por meio da violência ou da revolução explícita, mas pela recusa em aceitar o apagamento de sua existência. Seu deslocamento pelos rios torna-se símbolo de liberdade, reexistência e enfrentamento das estruturas que insistem em transformar vidas humanas em corpos descartáveis. Segundo Foucault: "O poder investe na vida" (FOUCAULT, 1988, p. 134). No contexto de *O Último Azul*, essa perspectiva ajuda a compreender como o Estado controla os corpos velhos, definindo quais vidas ainda possuem utilidade social e quais devem ser afastadas do convívio coletivo. A institucionalização obrigatória das pessoas idosas revela práticas de controle, vigilância e exclusão que dialogam diretamente com a colonialidade.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que *O Último Azul* apresenta uma crítica às formas contemporâneas de controle dirigidas aos corpos envelhecidos. A narrativa cinematográfica evidencia uma sociedade em que a velhice é interpretada a partir de critérios de produtividade, eficiência e utilidade social, de modo que as pessoas idosas passam a ser classificadas como sujeitos administráveis, removíveis e tuteláveis. Nesse sentido, o filme ultrapassa a dimensão ficcional e distópica, pois revela tensões presentes na realidade social contemporânea,

inclusive quando práticas apresentadas como cuidado e proteção produzem, na verdade, apagamento, silenciamento e restrição da autonomia.

A partir da articulação entre envelhecimento e colonialidade, observou-se que a idade também pode funcionar como critério de hierarquização social. No filme, a política estatal de transferência compulsória das pessoas idosas para colônias habitacionais demonstra como o poder institucional define quais corpos podem permanecer no espaço comum e quais devem ser deslocados para territórios de invisibilidade. A velhice, nesse contexto, deixa de ser reconhecida como experiência plural, histórica e subjetiva, passando a ser administrada como problema populacional. Assim, a obra evidencia que a colonialidade não se manifesta apenas em dimensões raciais, territoriais ou econômicas, mas também nas formas pelas quais determinados sujeitos são classificados, separados e submetidos a narrativas oficiais de tutela.

Sob a perspectiva hermenêutica, o artigo demonstrou que a velhice é uma experiência de interpretação e disputa de sentidos. A pergunta sobre quem interpreta o envelhecer revela a violência simbólica presente na narrativa: antes que as pessoas idosas possam falar sobre si mesmas, o Estado, a família e as estruturas sociais já definiram quem elas são, onde devem estar e como devem viver. Nesse cenário, a trajetória de Tereza rompe com a interpretação dominante da velhice como passividade, dependência e encerramento. Ao reivindicar o direito de continuar sonhando, deslocando-se e produzindo sentidos para sua própria existência, a personagem afirma a velhice como tempo de autonomia, desejo, memória e reinvenção.

Portanto, a travessia de Tereza pelos rios amazônicos, representa além da fuga física, mas um movimento simbólico de resistência às estruturas que pretendem capturar sua vida. Ao recusar o destino imposto pelo Estado, a protagonista desafia a lógica colonial, ageísta, e patriarcal que transforma corpos idosos, inclusive os corpos femininos envelhecidos, em existências descartáveis. Sua jornada reafirma que envelhecer não significa perder a condição de sujeito, tampouco renunciar ao direito de escolha, pertencimento e liberdade. A narrativa demonstra que a velhice pode constituir espaço de reexistência, elaboração de novos sentidos e enfrentamento das formas sociais de apagamento.

Dessa forma, conclui-se que *O Último Azul* permite pensar a velhice para além das categorias tradicionais de fragilidade, dependência ou proteção abstrata. O filme denuncia os riscos de uma sociedade que confunde cuidado com tutela e dignidade com confinamento, ao mesmo tempo em que

propõe uma leitura contra hegemônica da velhice, fundada na autonomia, na pluralidade das experiências e no direito de narrar a própria vida. A trajetória de Tereza evidencia que a proteção da pessoa idosa somente pode ser considerada emancipatória quando reconhece sua voz, seus desejos, seus vínculos e sua capacidade permanente de interpretar e conduzir a própria existência.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEE, Helen. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BERDAI CHAOUNI, Saloua; CLAEYS, Ann; VAN DEN BROEKE, Jennifer; DE DONDER, Liesbeth. Doing research on the intersection of ethnicity and old age: key insights from decolonial frameworks. **Journal of Aging Studies**, v. 56, art. 100909, 2021. Disponível em: https://researchportal.vub.be/files/76352321. Acesso em: 29 maio 2026.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GROSFOGUEL, Ramón; OSO, Laura; CHRISTOU, Anastasia. Racismo, interseccionalidade e estudos migratórios: enquadrando algumas reflexões teóricas sobre identidades: estudos globais em cultura e poder. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/1070289X.2014.950974. Acesso em: 31 maio 2026.

MANES, Romina S.et al. Vejeces desiguales, cuestión social y políticas públicas en Argentina. **Pensamiento y Acción Interdisciplinaria**, v. 5, n. 1, p. 46-59, 2019. Disponível em: http://enisibib.ucm.cl/index.php/revistapai/article/download/370/347. Acesso em: 29 maio 2026.

MELO, Rebeca Furtado de. Hermenêuticas topológicas, filosofia latinoamericana e pensamento decolonial: a tarefa de descolonizar nosso pensamento. **Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia**, v. 10, n. 2, p. 23-42, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/Ekstasis/article/view/61940/39740. Acesso em: 29 maio 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Nepantla: Views from South**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

RICOEUR, Paul. A vida: uma narrativa em busca de narrador. In: RICOEUR, Paul. **Escritos e conferências 1: em torno da psicanálise**. São Paulo: Edições Loyola, 2010. p. 197-211.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, out./dez. 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013. Acesso em: 31 maio 2026.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e; YAZBEK, Maria Carmelita. Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 17, n. 1, p. 102-110, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/yGpCjdCY8gjG3ZZ5dPpZbTL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 29 maio 2026.

STEWART, Chenjerai Kumanyika. The coloniality of age: navigating the chronopolitics of Black childhood. **The British Journal of Sociology**, 2025. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-4446.13141. Acesso em: 29 maio 2026.

WOOD, Sebastián. Aportes para una gerontología crítica decolonial. **Margen: Revista de Trabajo Social y Ciencias Sociales**, n. 117, 2025. Disponível em: https://www.margen.org/suscri/margen117/Wood-117.pdf. Acesso em: 29 maio 2026.

A ÉTICA PROTESTANTE E O PENSAMENTO CAPITALISTA NO CONTEXTO DE IBIRUBÁ - RS

Henrique Antônio Hentges[87]
Luana Santos Ribeiro[2]
Domingos Benedetti Rodrigues[3]
Vanessa de Campos Junges[88]

Considerações iniciais

Os estudos realizados por Max Weber (1903), em especial o texto sobre a Ética Protestante (2004), nos permite discutir a própria ação de inserção dos germânicos no contexto americano, com destaque para a formação de colônias no Sul do Brasil, como é caso da Colônia General Osório atualmente o município de Ibirubá. Weber argumentou em sua obra, a ética do protestantismo ascético, como o conjunto de vertentes religiosas surgidas na Reforma Protestante que defendem uma vida de extrema disciplina, autocontrole e rejeição aos prazeres mundanos, transformando o trabalho diário em um dever moral e divino. Assim como o calvinismo, impulsionou o capitalismo moderno em Ibirubá (RS), o histórico de colonização de imigrantes, o forte perfil religioso e industrial da região reflete essa mentalidade, onde o trabalho árduo e a disciplina podem ser observados por quem visita o município.

A presente pesquisa produz um resgate da presença da ocupação do território hoje denominado Ibirubá, e a relação de interação que existiu entre indígenas, portugueses e alemães, baseado nas considerações e ideias da Ética Protestante. O objetivo da pesquisa é refletir como a

[87]Mestrando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta- Unicruz. Graduado em História pela Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Especialização em Curso de História e Geografia. Especialização em Educação Especial e Inclusiva-Faculdade de Educação São Luís, FESL, Jaboticabal. henrique.hentges@yahoo.com.br
[2]Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta- Unicruz. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. lsribeiro@unicruz.edu.br.
[3]Doutor em Educação nas Ciências - Direito pela UNIJUI. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Linha 01 do Programa. Integrante do GPJUR domingos@unicruz.edu.br
4 Doutora em Administração – PPGA/UFSM. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Administração. vjunges@unicruz.edu.br
[88]

relação entre tais etnias construiu o pensamento religioso dos alemães no desenvolvimento econômico e social desse município.

A metodologiaO método adotadoa é bibliográfica e exploratória (SOUZA; OLIVEIRA; ALVES, 2021), na interlocução com autores relacionados ao tema da pesquisa e relativos a história do município de Ibirubá.

Resultados e discussões

A presença indígena de fala Jê, denominados de bugres pelos colonos alemães que ocupavam a região antes no processo de chegada dos colonos alemães, geraram conflitos, pois esses lutavam contra o seu desaparecimento, como já empreendiam no processo contra a escravização ou contra a subalternização nas Missões Jesuíticas, entre os sécs. XVI-XVIII (FRANCISCO, 2013). Outro contingente humano subalternizado são os africanos e descendentes, sequestrados e trazidos para região. Esses dois grandes grupos humanos foram caracterizados pela moral cristã, no final do século XIX, como incapazes de evoluir culturalmente, sendo necessária sua mestiçagem ou extinção nas Américas, nas políticas de branqueamento promovidas (WADE, 2018). A perspectiva de alteração dos grupos étnicos no país, envoltas pelas ações de inserção de outros europeus, são bases que convergem na sustentação aos pensamentos de Weber sobre o capitalismo.

A independência política brasileira, de 1822, leva D. Pedro I a promover o ingresso de estrangeiros com duplo objetivo de “angariar soldados para reforçar o exército nacional e colonos para ocupar vazios demográficos notadamente na fronteira sulina” (FLORES, 2004, p. 27), cabe indicar que esses vazios eram ocupados por indígenas, mas que não eram considerados cidadãos do Império, subalternizados naquele contexto político.

Weber (2004) identifica que as subjetivas ações sociais, ilustram os caminhos que são promovidos, neste caso pelos germânicos na região de Ibirubá. O sociólogo ainda, considera que as ações sociais não passam pela racionalidade e se orientam pelo subjetivismo. Para isso chama a atenção com dois exemplos de ação social:

> Ação social afetiva - aquelas ações que fazemos porque cultivamos algum sentimento, positivo ou negativo, em relação às pessoas. Exemplos: presentear em determinadas datas; expressar o afeto tocando ou fazendo declarações. Ação social tradicional - aqui se encaixam os costumes que seguimos por tradição ou hábitos. Exemplos: festas, maneira de cozinhar, vestir-se, etc. (WEBER, 2004, p. 7).

A população germânica que fugia da fome em parte teve que se converter ao catolicismo, muitas vezes até alterando nomes, mas se pensarmos pelo viés de Weber (2004) é possível entender que a ação social afetiva, que mantinha suas ideias protestantes e judeus prévios a chegada a região, mantinham e cultivavam seus sentimentos, positivos em relação ao seu próprio povo, e negativos em relação aos descendentes de indígenas, africanos, mestiços brasileiros e portugueses.

Pela fé, os costumes e a perpetuação da língua marcavam essas ações sociais afetivas. Na perspectiva de engajamento de suas comunidades, mesmo que divididas entre católicos e protestantes perpetuavam suas ações sociais tradicionais associadas a manutenção das formas de viver, nas casas enxaimel, nas comidas, nas festas entre outras.

> Na parte cultural, há uma ênfase na constituição das escolas. Os alemães com uma cultura associativista e com intensa vida familiar fundam diversos locais de encontro: clubes de canto, clubes de lazer, clubes esportivos de caça e tiro, etc. Fundaram grupos de música, de teatro, de canto, construíram escolas, sociedades variadas, grupos de mútuo (mais tarde hospitais), enfatizando o viver em sociedade, isto é, associativamente, dos imigrantes e seus descendentes. Na sua maioria os alemães falaram exclusivamente sua própria língua e seus filhos preservam este laço de nacionalidade como se tivessem nascido na Alemanha, sem deixar de compreender os portugueses (HENTGES, 2005, p. 37).

Pelo pensamento de Max Weber (2004) o destaque que faz ao protestantismo, especialmente o calvinismo dos séculos XVI e XVII, trazido na tradição dos germanos pela religião, fazem com que os primeiros processos de inserção de maquinárias na produção acontecesse. O sociólogo identifica no capitalismo associando as justificativas de lucro, como uma forma de sobrevivência de uma empresa individual, na compreensão capitalista e racional, pois "uma empresa individual que não gera vantagem nas oportunidades de obter lucros estaria condenada à extinção", conforme Weber (2004, p. 5).

O pensamento capitalista racional se reflete na própria industrialização da região, como se pode conhecer em municípios, como Panambi e Ibirubá, com a expansão de novas tecnologias atribuídas pela Revolução Industrial de 1850, na perpetuação do capitalismo industrial. Sobre a Revolução Industrial buscou-se nas palavras de Hobsbawm explicações a cerca do pensamento de industrialização que cercou a Europa entre os séculos XVIII e XIX:

> [...] os ingleses que tinham um certo gosto pelo continente, como os Cockerill, estabeleceram-se na Bélgica e em várias partes da Alemanha. Entre 1789 e 1848, a Europa e a América foram inundadas por especialistas, máquinas a vapor, maquinária para processamento e transformação do algodão e investimentos britânicos (HOBSBAWM, Eric J., p. 42).

A forma de atuação dos germânicos, relacionando com a modelação de pensamento, estabelecida no texto Ética Protestante (2004), permite perceber que no capitalismo local, a busca pelo lucro, na renovação permanente das empresas, como instrumentalização dos colonos, que na passagem para a República, com maior liberdade de ação, se constituem nessa nova modelação, se transformam em capitalistas racionais.

Mantendo as ideias de Weber, ao olhar para os germânicos de Ibirubá, é possível perceber uma ordem capitalista racional, que rege a sociedade local. Mesmo no contexto da formação de ações coletivas (WEBER, 2004), como das Cooperativas (Cotribá e Coprel) a ideia empresarial individual força a ruptura de parâmetros mais coletivos e comunitários de relação, com busca de vantagens e oportunidades de obter lucros individuais, mesmo que as custas de seus vizinhos, numa ganância capitalista, que destrói a crescimento coletivo da sociedade local.

O capitalismo ocidental, evidente na região, na dimensão quantitativa, que na atualidade encaminha ações contra o desenvolvimento que apregoava, pois destrói mais do que permite a sustentabilidade, na produção e perpetuação dos meios produtivos, como a própria terra. Extrapola a concepção de lucro, pois não pode ser atingido sem as pessoas, sem as áreas de produção e sem os consumidores. O estudo de Weber (2004) permite perceber a organização capitalista do trabalho, o que foi possível com o trabalho livre, assim a chegada dos Colonos germânicos na região expressava exatamente isso.

> De fato, sem a organização capitalista do trabalho, tudo isso, até onde fosse possível, não teria o mesmo significado, quanto à estrutura social e todos, os problemas específicos ocidentais da atualidade que daquela derivam. O cálculo exato, base para as demais coisas, só é possível se baseado no trabalho livre. E assim como o mundo não conheceu uma organização racional do trabalho fora do Ocidente moderno, ou talvez por causa disso mesmo, tampouco conheceu um socialismo racional (WEBER, 2004, p.5).

A mão de obra escravizada deveria ser substituída pela mão de obra livre, mas não tornando os mestiços, os africanos e os indígenas, cidadãos, mas os eliminando, pois o Estado que promovia a ação poderia de alguma forma manter a tutela sobre o trabalhador. Mas, como já identificamos, os livres buscam suas próprias formas de aproveitamento do capitalismo e o estado imperial. Depois o republicano, que não pode conter, como continha a mão de obra escravizada dos africanos e servil dos indígenas, controlados pela Igreja Católica (SOUZA, 2020). Na República todo o “homem” é

livre e como tal procura ocupar os espaços do capitalismo, como lhes é permitido pelo Estado e pela alteração legal de suas possibilidades. Percebemos nas diversas Constituições Republicanas, no Códigos Civil e Criminal da República brasileira. Os indígenas e descendentes de africanos, com o passar dos anos, vão ampliando suas possibilidades de participação no capitalismo, como está na Constituição de 1988 em, especial no artigo 5º (BRASIL, 1988), e sua interação social é respeitada, nas suas formas de envolvimento e história.

Observando as ideias de Weber (2004), o mundo não conhece a organização racional do trabalho fora do Ocidente Moderno, talvez por causa disso não conhece o socialismo racional, ou não permite que ele avance na sociedade. Portanto, a luta entre socialistas e capitalistas racionais está presente hoje na realidade política nacional, com ações de maior impacto do progressismo que percebe a eficácia de um contexto onde as cooperativas não sejam traídas pela ofuscação do capitalismo racional.

Considerações Finais

O contexto histórico de Ibirubá mostra que a Ética Protestante, conforme explicitado em Weber (2004), com sua ênfase no trabalho racional, moldou o desenvolvimento industrial e cooperativista da região, impulsionado por imigrantes germânicos. As ações sociais tradicionais e afetivas moldaram a identidade local, ao mesmo tempo em que promoveram a exclusão de grupos não germânicos e em uma transição para um capitalismo racional, que hoje enfrenta desafios de sustentabilidade devido as sucessivas crises mundiais e refletidas no Brasil em especial, em Ibirubá.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Constituição Federal de 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 25 de maio de 2026.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago;

ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP,** v. 20, n. 43, 2021.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. EST, 2004.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Kaingáng**: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. 2013. 358 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HENTGES, Henrique Antônio. **A formação do Professor de História e o Estudo da Imigração Alemã em Ibirubá**. Curso de Licenciatura em História, UNICRUZ, Cruz Alta, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Catolicismo e escravidão**: o discurso e a posse. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

WADE, Peter. Interações, relações e comparações afro-indígenas. **Estudos afro-latino-americanos**: uma introdução. Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira e Fábio Baqueiro Figueiredo. Buenos Aires: CLACSO/Harvard University, p. 119-162, 2018.

WEBER, Max. Introdução do autor; Filiação religiosa e estratificação social; O espírito do capitalismo. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

A ASCENSÃO DO MOVIMENTO REDPILL NO BRASIL E A DISSEMINAÇÃO DE DISCURSOS MISÓGINOS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Aline Mello da Costa[89]
Luiza Gabrielle Borges Godoys[90]
Vanessa Steigleder Neubauer[91]
Denise Tatiane Girardon dos Santos[92]

Considerações iniciais

Na contemporaneidade, as plataformas digitais transformaram-se em espaços de interação social e de formação comunidades virtuais, a exemplo do Instagram, Discord e Telegram; contudo, algumas comunidades adotam posturas e ideologias extremistas, como as relacionadas de propagação de discursos misóginos. Entre esses grupos, destaca-se o movimento *redpill*, que reúne comunidades masculinistas, fundamentadas na crença de uma visão considerada *realista* da sociedade revelaria um sistema que favorece as mulheres em detrimento dos homens. A expansão desses discursos ocorreu de forma mais intensa a partir dos anos 2000, em escala mundial, quando tais comunidades passaram a utilizar o termo *redpill* para sustentar a ideia de opressão dos homens por um suposto sistema feminino/feminista.

Nesse cenário, é fundamental compreender os impactos jurídicos e sociais, produzidos pela circulação desses discursos, notadamente, no que se refere à reprodução de violência contra as mulheres. O objetivo desta pesquisa é abordar a ascensão do movimento *redpill* no Brasil, a disseminação de discursos misóginos na esfera digital e como essas narrativas contribuem para a naturalização da hostilidade contra mulheres e reprodução de desigualdades de gênero.

[89] Bacharela em Direito pela Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Bolsista CAPES - Código de Financiamento 001. E-mail: alinemellodacosta@hotmail.com
[90] Bacharela em Direito pela Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Bolsista CAPES - Código de Financiamento 001. E-mail: luizaggodoys@gmail.com
[91] Doutora em Filosofia pela UNISINOS. Professora do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: vneubauer@unicruz.edu.br
[92] Doutora em Direito (UNISINOS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Direito (UNICRUZ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Direito (URI-SA). E-mail: dtgsjno@hotmail.com

Metodologicamente, adota-se a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, por meio da análise de literatura especializada relacionada à misoginia *online*, à manosfera e aos discursos, difundidos nas plataformas digitais, que incentivam a violência contra as mulheres.

Resultados e discussões

O movimento *redpill* surgiu nos Estados Unidos no início dos anos 2000, vinculado às comunidades masculinistas, presentes em ambientes virtuais, conhecidos como *manosfera* (*manosphere*). A expressão faz referência ao filme *The Matrix* (1999), no qual o protagonista deve escolher entre permanecer em uma realidade ilusória ou descobrir a *verdade*, por meio da chamada *pílula vermelha* (SILVA; HENNIGEN, 2024). Apropriando-se dessa metáfora, os integrantes do movimento defendem a ideia de que os homens viveriam em uma sociedade *ginocêntrica*[93], que, em sua compreensão, seria estruturada para favorecer mulheres em detrimento dos homens, compreendendo o feminismo e os avanços dos direitos femininos como mecanismos de opressão masculina (VAN VALKENBURGH, 2018).

Embora a manosfera não seja homogênea, ela é composta, sobretudo, por quatro grupos principais: os *Men's Rights Activists* (MRA), que defendem a ideia de que os homens seriam, socialmente, prejudicados; os *Pick-Up Artists* (PUA), voltados à difusão de técnicas de sedução e manipulação feminina; os *Involuntary Celibates* (Incels), formados, majoritariamente, por homens que atribuem às mulheres a responsabilidade por suas frustrações afetivas e sexuais, e os *Men Going Their Own Way* (MGTOW), que defendem o afastamento de relacionamentos e do casamento. Apesar das diferenças internas, esses grupos convergem em seus discursos antifeministas e misóginos, frequentemente, marcados pela objetificação feminina, pela crítica às conquistas históricas das mulheres e pela defesa de uma masculinidade hegemônica baseada na manutenção das desigualdades de gênero (SILVA; HENNIGEN, 2024).

No Brasil, a expansão do movimento *redpill* ocorreu, paralelamente, ao fortalecimento de narrativas conservadoras e à ascensão da extrema direita no ambiente digital, especialmente, a partir da segunda metade da década de 2010, período marcado pela disseminação de discursos de ódio em

[93] [...] Fenômeno voltado ao reconheci mento do saber feminino, no qual se coloca em privilégio as ações, bem como a forma que será direcionada todo o desenvolver das atividades, assegurando uma referência da visão feminina em demandas e planejamentos (COUTO; CRUZ, 2017).

redes sociais, fóruns e plataformas de compartilhamento de vídeos. A popularização desses conteúdos ocorreu em um contexto no qual a misoginia passou a ser, frequentemente, difundida por meio de *memes*, ironias e retóricas apresentadas com humor. Nesse cenário, influenciadores e grupos masculinistas brasileiros passaram a adaptar manifestações, oriundas da manosfera estadunidense, à realidade nacional (FIRMINO, 2024).

Um dos nomes de maior destaque na disseminação da chamada *filosofia redpill*, no cenário nacional, é o influenciador digital Thiago Schutz, conhecido, popularmente, como *Calvo do Campari*, conhecido nas redes sociais por conteúdos relacionados à masculinidade e por críticas ao feminismo, além de ser autor do livro *Pílulas de Realidade*, lançado em 2022 e utilizado como uma das referências entre adeptos do movimento no país (MORAIS; CHAVEIRO, 2024).

Além disso, comunidades ligadas ao movimento difundem, constantemente, conteúdos voltados à construção de uma masculinidade baseada em autoridade, dominação e hierarquização das relações de gênero. Expressões como *homem alpha*, *homem de alto valor* e *masculinidade racional* são, frequentemente, associadas à ideia de controle sobre o comportamento feminino e à valorização de papéis tradicionais de gênero. Em muitas dessas narrativas, mulheres são representadas de maneira estereotipada, sendo descritas como *manipuladoras*, *interesseiras* ou "*ncapazes de autonomia emocional e financeira*, o que contribui para sua objetificação e desumanização (SILVA; HENNIGEN, 2024).

A linguagem, utilizada por esses grupos, ultrapassa o mero campo discursivo, produzindo efeitos concretos na construção das relações sociais e das percepções sobre gênero. A repetição contínua de termos pejorativos, estereótipos e representações degradantes contra mulheres contribui para naturalizar desigualdades e reforçar posições de subordinação feminina no ambiente digital. Assim, as falas misóginas, presentes na manosfera, não, apenas, refletem estruturas de dominação já existentes, mas, também, atuam, ativamente, na reprodução e manutenção dessas violências simbólicas, moldando percepções sociais e legitimando práticas discriminatórias contra as mulheres (BUTLER, 2021; MOL *et al*, 2008).

A influência do movimento *redpill* ultrapassa os limites do ambiente virtual, refletindo também nas relações sociais e afetivas cotidianas, pois a incorporação de seus discursos pode contribuir para a naturalização de práticas marcadas pela manipulação emocional, controle e dominação nas relações interpessoais, frequentemente, apresentadas como comportamentos legítimos

ou inerentes às dinâmicas entre homens e mulheres. Além disso, a ampla disseminação dessas ideologias, nas plataformas digitais, favorece a construção de um ambiente de normalização da violência simbólica e de comportamentos abusivos, dificultando sua identificação e enfrentamento social (GUIMARÃES; DORINI; SILVA, 2024).

Considerações finais

Diante do exposto, observa-se que o crescimento do movimento *redpill* no Brasil ocorreu de forma concomitante à expansão das plataformas digitais e à intensificação de discursos antifeministas nos ambientes virtuais. Embora, frequentemente, apresentados por meio de humor, ironias ou conteúdos voltados à masculinidade, tais discursos contribuem para a naturalização da misoginia e para a reprodução de violências contra as mulheres. Nesse contexto, evidencia-se a importância do aprofundamento do debate acadêmico e jurídico acerca da violência digital de gênero, especialmente, diante dos impactos sociais, produzidos pela ampla circulação desses conteúdos nas redes sociais.

Torna-se necessária a adoção de medidas voltadas à educação digital, à implementação de políticas públicas de enfrentamento à misoginia *online* e ao fortalecimento da proteção das mulheres no ambiente virtual. Conclui-se que o avanço de discursos antifeministas, nas plataformas digitais, representa um desafio contemporâneo relevante, exigindo atuação conjunta da sociedade, das instituições e dos próprios espaços digitais na construção de ambientes mais seguros, igualitários e livres de práticas discriminatórias.

Referências

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

COUTO, Aparecida Souza; CRUZ, Maria Helena Santana. Inserção de gênero no currículo de história e a formação para o trabalho docente. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 23, p. 249-262, 2017. Disponível em: https://seer.ufs.br/ index.php/revtee/article/view/6764. Acesso em: 15 maio 2026.

FIRMINO, Pedro Stefani. **Engolindo pílulas vermelhas**: influenciadores e discursos da redpill brasileira. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2024.

GUIMARÃES, Camilla Mariáh; DORINI, Djovana Natielly Gonçalves; SILVA, Diocleide. A violência contra a mulher no Brasil e o "redpill" como principal fator na propagação de comportamentos abusivos. In: **SIMPÓSIO DE SUSTENTABILIDADE E CONTEMPORANEIDADE**, 11., 2024. Anais [...]. [S. l.]: [s. n.], 2024. ISSN 2318-0633.

MOL, Annemarie et al. **Política ontológica**: algumas ideias e várias perguntas. In: Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência. Porto: Afrontamento, 2008. p. 63-75.

MORAIS, Matheus Ferreira de; CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa. Hegemonic masculinities and violence against women in the media: criticism of the redpill movement. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 11, n. 3, 2024.

SILVA, Ana Carolina Weselovski da; HENNIGEN, Inês. Misoginia online: a red pill no ambiente virtual brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2024. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0d6a0aa107318b340a2aff087c946a36.pdf. Acesso em: 24 maio 2026.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponivel em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213838/000728731.pdf?sequence=1&isAllowed-y. Acesso em: 23 maio 2026.

VAN VALKENBURGH, Shawn P. **Digesting the red pill**: masculinity and neoliberalism in the manosphere. Men and Masculinities, [S. l.], 2018.

A OCULTAÇÃO PATRIMONIAL NO DIVÓRCIO À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA: MECANISMOS DE PROTEÇÃO À MEAÇÃO

João Pedro Lacerda Marques[94]
Guilherme Morche Pott[95]
Carlise Maria Zambra[96]

Considerações iniciais

O Direito das Famílias contemporâneo, fortemente influenciado pela constitucionalização do direito privado, tem enfrentado desafios complexos no que se refere à garantia da igualdade substancial entre os cônjuges durante a dissolução da sociedade conjugal. No momento do divórcio, a disputa pelos bens deixa frequentemente de ser um mero debate técnico - processual para se transformar em um cenário de opressão e abuso do poder econômico, sistematizando a denominada violência patrimonial. O problema que norteia esta pesquisa consiste em compreender de que maneira a aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), pode conferir a eficácia à proteção da meação contra engenharias maliciosas de ocultação e esvaziamento de bens.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é de analisar os mecanismos processuais e protetivos de combate à ocultação patrimonial no divórcio, sendo que este ato é considerado um direito potestativo, ou seja, independente da vontade das partes para a manifestação de rompimento do vínculo matrimonial, nos termos do Artigo 226, §6º da Constituição Federal de 1988, que prevê que o casamento civil pode ser dissolvido por meio do divórcio (Brasil, 1988). Como objetivos específicos, busca - se conceituar a violência patrimonial sob a égide da legislação específica, identificar as principais estratégias de blindagem fraudulenta de ativos por intermédio de estruturas societárias e examinar a aplicabilidade das medidas protetivas de urgência e da desconsideração da personalidade jurídica como garantias da integridade da meação.

Como base metodológica adotada, possui natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o método dedutivo para analisar o alcance das normas de proteção às fraudes de natureza familiar.

[94] Discente do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta e do Curso de Ciências Contábeis da UniFatecie. . E-mail: joaopedrollacerda08@gmail.com
[95] Discente do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. E-mail: guilherme_pott1@hotmail.com
[96] Mestra em Direito, Cidadania e Desenvolvimento pela Unijuí. Docente do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da UNICRUZ e Advogada. E-mail: czambra@unicruzedu.br

Resultados e discussões

A análise das divergências que orbitam a dissolução do vínculo conjugal revela que a violência patrimonial ainda encontra severas barreiras dogmáticas e culturais para sua plena aplicação prática quando o conflito deslocado para a competência das Varas de Família (Brasil, 2006). No âmbito do divórcio, essa modalidade de agressão estabelece - se principalmente de modo dissimulado, por meio de artifícios maliciosos voltados para a ocultação de ativos, esvaziamento intencional de contas bancárias e a transferência de bens comuns para a titularidade de terceiros ou de pessoas jurídicas controladas exclusivamente por um dos consortes (Dias, 2015, p. 320).

Para Dias (2015), a interpretação jurisprudencial tradicional e positivista muitas vezes falha ao ignorar a realidade fática da dinâmica familiar e da dependência econômica, apegando - se cegamente a formalismos e registros públicos de propriedade. Sobre a imperiosa necessidade de postura ativa, atenta e despida de neutralidade formal por parte do magistrado diante da constatação desse cenário, é enfatizado que a interpretação das relações patrimoniais familiares exige uma postura atenta do magistrado, sob pena de o formalismo documental chancelar o abuso de direito e consolidar a fraude em prejuízo do cônjuge vulnerável" (Dias, 2015, p. 324).

Por conseguinte, observa - se que o cônjuge detentor da gestão financeira corporativa comumente utiliza institutos do Direito Empresarial de forma desviada, manipulando sociedades familiares para operar uma blindagem patrimonial ilícita (Madaleno, 2019, p.110). Essa engenharia jurídica abrange desde o represamento intencional de lucros e dividendos até a aquisição de bens de uso pessoal diretamente em nome da empresa, esvaziamento silencioso que subtrai do parceiro dependente a real percepção do acervo comum (Farias;Rosenvald, 2020, p. 412). A resposta para a apuração da veracidade e a superação dessas estratégias exige uma virada hermenêutica que unifique o sistema protetivo da Lei Maria da Penha aos preceitos cíveis (Brasil, 2006).

Essa integração confere ao magistrado a possibilidade de aplicar imediatamente as medidas cautelares urgentes de caráter patrimonial, como o bloqueio de contas e a proibição provisória de celebração de contratos, impedindo a dilapidação iminente dos bens (Dias, 2015). Tais decisões emergenciais devem ser guiadas pelo princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, que atua como um vetor ético contra a má-fé e evita a miséria do consorte lesado (Tartuce, 2014).

Por fim, no tocante ao exame dos mecanismos de eficácia material, a aplicação da Teoria da Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica surge como um instrumento de preservação patrimonial por excelência (Brasil, 2002). O instituto, permite levantar temporariamente o véu corporativo da sociedade para atingir diretamente os bens que foram ilegalmente transferidos com o único objetivo de burlar a divisão igualitária (Madaleno, 2019). Na seara familiar, essa medida assume contornos de direitos humanos, pois atua como um ato de restauração da dignidade e da igualdade de gênero, neutralizando a assimetria de poder econômico na dissolução conjugal (Farias;Rosenvald, 2020).

Sendo assim, a jurisprudência pátria, consolidou esse entendimento ao determinar que a aferição do desvio de finalidade dispensa formalismos rígidos quando demonstrada a flagrante intenção de esvaziar à meação (Superior Tribunal de Justiça, 2018).

Considerações finais

A investigação realizada permite concluir que a ocultação patrimonial no âmbito do divórcio extrapola a esfera de uma mera disputa cível para configurar uma inequívoca modalidade de violência econômica de gênero (Brasil, 2006). Restou demonstrado que a superação desse cenário de opressão depende de uma postura ativa e despida de neutralidade formal por parte do magistrado, que deve utilizar a lente integrativa da Lei Maria da Penha para desconstruir manobras fraudulentas que o formalismo documental costuma mascarar (Dias, 2015, p. 324).

A preservação da integridade da meação, viabilizada por instrumentos como a desconsideração inversa da personalidade jurídica e as tutelas de urgência, revela-se primordial para assegurar a autonomia e a dignidade do cônjuge vulnerável após o rompimento do vínculo afetivo (Farias; Rosenvald, 2020). Conclui-se, portanto, que a justiça na partilha de bens só é alcançada quando o Direito se sobrepõe à engenharia da fraude, assegurando que o esforço comum e a solidariedade familiar sejam preservados contra o enriquecimento ilícito e a simulação patrimonial (Tartuce, 2014).

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 30 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 1 jun. 2026

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: famílias. 12. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

MADALENO, Rolf. **Fraude no Direito de Família e Sucessões**: planejamento sucessório e patrimonial. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

STJ - Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.722.651/SP**. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Terceira Turma, julgado em 08 de maio de 2018. DJe 11 de maio de 2018.

TARTUCE, Flávio. O princípio da vedação do enriquecimento sem causa no Direito de Família. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, Salvador, v. 14, n. 28, p. 45-62, jun./jul. 2014.